

5 — PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS DA ÁREA ECONÔMICA

Neste item serão apresentados os quadros gerais da área, que visualizarão a ação operativa dos órgãos integrantes, bem como os recursos humanos e financeiros necessários para a sua execução.

As apreciações sobre os diversos quadros serão realizadas mais detalhadamente, logo a seguir, quando da análise ao nível das duas grandes funções da área, tendo em vista serem mais expressivas considerações menos generalizadas.

Visando possibilitar uma visão global de atuação desta área, através dos programas e seus respectivos órgãos executores, apresentar-se-á inicialmente um quadro geral a respeito.

FUNÇÃO E ÓRGÃO EXECUTOR	PROGRAMA
RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA	
Secretaria da Agricultura	
Gabinete do Secretário e Diretoria Geral	P 1 — Administração Central
Diretoria Administrativa	P 2 — Administração Interna
Diretoria de Produção Vegetal	P 3 — Fomento e Defesa da Produção Vegetal
Diretoria de Produção Animal	P 4 — Fomento e Defesa da Produção Animal
Diretoria de Produção Mineral	P 5 — Pesquisas minerais
Instituto Rio Grandense do Arroz	
Departamento de Obras e Assistência Técnica	P 3 — Extensão Orizícola
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária	
	P U — Caminhos Vicinais, Colonização, Recolonização e Legislação de Terras
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Bolsa de Valores do Rio Gr. do Sul	P U — Comércio de Títulos
Caixa Econômica Estadual	P U — Fomento à Poupança Popular

Conselho de Desenvolvimento do Estado	P U — Planejamento e Assistência Técnica
Departamento de Loteria do Estado	P U — Exploração de Jogos Lotéricos , , , , ,
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	
Presidência e Diretoria , , , , ,	P 1 — Administração Central
Diretoria Técnica , , , , ,	P 2 — Industrialização do Leite
Fábrica de Forragem , , , , ,	P 3 — Fabricação de Forragem
Instituto Sul Rio Grandense de Carnes	
Presidência , , , , ,	P 1 — Administração Central
Departamento de Carne Verde, Marchandaria , , , , ,	P 2 — Abastecimento
Instituto Rio Grandense do Arroz	
Presidência, Diretoria e Departamento Administrativo , , , , ,	P 1 — Administração Central
Departamento Comercial , , , , ,	P 2 — Industrialização e Commercialização do Arroz
Carteira Predial , , , , ,	P 4 — Assistência Habitacional
Secretaria da Economia	
Gabinete do Secretário, Gabinete de Supervisão das Autarquias e de Orçamento, Diretoria Geral, Diretoria Administrativa , , , , ,	P 1 — Administração Central
Diretoria da Produção , , , , ,	P 2 — Assistência à Produção
Diretoria de Planejamento e Expansão ,	P 3 — Planejamento e Expansão Econômica
Diretoria de Assistência ao Cooperativismo , , , , ,	P 4 — Assistência ao Cooperativismo
Departamento Estadual de Estatística ,	P 5 — Estatística
Serviço Estadual de Turismo , , , , ,	P 6 — Fomento ao Turismo
Secretaria da Fazenda , , , , ,	P 6 — (Parte) — Encargos gerais do Estado

5.1 --- METAS

(Quadro n.º B-1)

Cumpre fazer algumas considerações sobre as metas ou objetivos.

A quantificação das metas constitui condição "sine qua non" para o exercício de um controlo efetivo através do qual a equipe de planejamento possa acumular a experiência indispensável para a reformulação anual do plano.

Poderia se classificar as metas como do tipo quantitativo e do tipo qualitativo. As metas passíveis de medição numérica são as do tipo quantitativo. As metas qualitativas embora possam, em certa medida e em alguns casos quantificar-se como uma tarefa específica de um modo geral não se as pode quantificar e controlar.

Os programas administrativos envolvem metas do tipo qualitativo. Pode-se dizer que da "qualidade" dos objetivos de tipo administrativo, tais como formação de pessoal especializado encaminhando executivos ou técnicos a cursos, seminários, etc.; troca de experiência entre os diversos executivos; adoção de uma política de relações humanas adequada, depende o êxito de um programa.

De outra parte, a adequação das metas às necessidades da realidade sócio-econômica exige que se disponha de um conhecimento muito aprofundado da realidade, bem como da política que espelhe o desenvolvimento esperado e desejado pela sociedade. A obtenção deste tipo de conhecimento exige esforço de análise econômica que poderíamos denominar de "sumamente desagregada", isto é, que desça em extensão e profundidade ao estudo dos componentes dos grandes agregados macro-econômicos.

No caso da produção da lavoura informa-se como fatores limitantes os de ordem agronômica, econômicos e institucionais. Todos eles estão intimamente interligados. Em relação a cada um deles são factíveis inúmeras indagações que o presente trabalho não responde. Há grande insuficiência de dados, o que não permite interpretação mais racional da realidade objetiva.

A experiência acumulada pelos técnicos que atuam nesta área propicia um diagnóstico intuitivo da realidade e é com base neste tipo de diagnóstico que se estabeleceram as metas, de modo especial para a Secretaria da Agricultura.

Uma outras indagações que o presente trabalho não responde.

Por exemplo, qual o "efeito" que o atingimento de determinada meta ou, em outros termos, a execução de determinadas tarefas causará de positivo na economia? Infelizmente, não atingimos a fase em que seja possível estabelecer como metas a resultante da ação do setor Público tais como "x toneladas de trigo"; "y toneladas de feijão"; etc. Nesta primeira fase, só foi possível estabelecer, com riqueza de detalhes, que permita um intenso esforço de controle, o "que fazer".

5.2 — *Recursos humanos*

(Quadros n.^o B-2 e B-3)

A composição do pessoal disponível na área caracteriza-se principalmente pela participação maciça dos "Auxiliares", com quase 65% do total. De certa forma é compreensível esta relativamente alta participação na área econômica, em vista das peculiaridades das suas duas funções, pois ambas, em princípio sentem necessidade desta categoria profissional para alcançarem seus objetivos.

Uma distorção existente, certamente é a composição interna do pessoal técnico da área, pois, enquanto os "Técnicos Superiores" perfazem aproximadamente 60%, os "Técnicos Médios" alcançam somente 40%. Estudos revelarem que uma composição mais adequada seria de um técnico superior para cada 3 técnicos médios, enquanto a atual estrutura apresenta 1,5 de técnicos superior para um técnico médio.

5.3 — *Investimentos Reais*

(Quadros n.^o B-4 e B-5)

Em valores reais os investimentos da área econômica sofrerão durante o triénio um descréscimo anual em praticamente todos elementos. Disto conclui-se que, após os investimentos a serem realizados em 1964 (40% do total do triénio), os órgãos integrantes terão adquirido razoável capacidade de funcionamento, no que diz respeito as suas instalações.

Ainda especial consideração merece a "Participação em Empresas Industriais e Agrícolas", que em 1964 e 1965 tem ponderáveis reflexos nos investimentos reais, embora sem influência sobre a capacidade operativa dos órgãos atuantes na área econômica. A

ausência prática da participação do Estado na subscrição de capital de empresas de economia mista em 1966 decorre do fato de as três principais indústrias, nas quais o Governo Estadual participará durante o triênio (Aços Finos Pintados — PROGESA — Produtos Gaúchos S. A. e AGASA — Açúcar — Glicinio S. A.), terem programados a integralização de seu capital em aumento, para os primeiros dois exercícios, contribuindo assim, é de fato, consideravelmente para o sensível decréscimo dos investimentos reais da área no último ano do triênio.

5.4 — *Despesas de Custo*

(Quadro n.º B-6 e B-7)

Nas despesas de custeio, que na área econômica representam a segunda parcela de gastos mais expressivos, os gastos em pessoal tem uma participação relativamente modesta, que levaria a concluir por um razoável índice de produtividade homem / insumo no processo operativo da área. Entretanto, esta situação favorável geral não espelha a verdadeira relação, pois tem sua origem fundamentalmente nas grandes despesas de serviços e materiais necessários às três maiores autarquias industriais e comerciais (Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, Instituto Sul Riograndense de Carnes e Instituto Rio-Grandense do Arroz).

O incremento das despesas de custeio está quase exclusivamente em função do previsto crescimento dos recursos humanos na área, já que os dois grandes setores das despesas de custeio sofrem um incremento quase paralelo durante o triênio.

Já o relacionamento do incremento das despesas de custeio com o decréscimo anual dos investimentos programados permite concluir por um aproveitamento cada vez mais intenso da capacidade instrumental e locacional instalada pelo setor público estadual nesta área.

5.5 — *Inversões Financeiras*

(Quadro n.º B-8)

Na área econômica as inversões financeiras representam a parcela de gastos mais expressiva (superior a 40%). Fato perfeitamente comprehensível, tendo em vista as operações comerciais de grande vulto realizados por vários órgãos.

O crescimento real é inexpressivo durante o período, acompanhando o igualmente pequeno incremento das metas, o que evidencia, conjugado com a presente baixa dos investimentos diretos, que as respectivas autarquias devem deverão ter alcançados já no primeiro exercício um nível satisfatório, razoavelmente capacitadas para cumprirem com suas funções reguladoras nos respectivos mercados. Importante é salientar que a maior parcela destas inversões financeiras não representaria preços diretos sobre o tesouro estadual, uma vez que deverão ser obtidos financiamentos junto a estabelecimentos de crédito federais.

Quanto a constituição de Fundos Rotativos (com aplicações para a melhoria na agropecuária), cujo incremento igualmente é inexpressivo, salienta-se que boa parcela tem sua destinação em legislação específica, com recursos oriundos de taxas.

3.6 — Transferências Correntes e de Capitais

As transferências de recursos na área econômica são essencialmente correntes, enquanto as de capitais são relativamente inexpressivas (menos de 20%), consubstanciando-se essas únicamente na contribuição do Estado ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

As transferências correntes apresentam uma participação ponderável nos gastos da área econômica (8,6%), justificáveis por duas razões primordiais: as vultosas subvenções às diversas associações e cooperativas rurais e as contribuições para a previdência social por parte das autarquias industriais, referente a grande parcela de seu funcionalismo.

5.7 — Notas referentes ao Quadro Geral das Categorias Econômicas

(Quadro n.º B-10, B-11 e B-12)

No Instituto Sul Riograndense de Carnes as metas poderão variar, já em 1964, em virtude de um eventual aumento do preço de carne. Igualmente, no Instituto Rio-Grandense de Arroz, as metas poderão variar, inclusive já em 1964, decorrente de um aumento do preço mínimo do arroz. Ainda, em virtude de aumento de arrecadação da receita, possivelmente a contribuição do Estado ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, durante o triênio passará de Crs 2.114.000,00,00 a Crs 3.673.862,000,00.

5.8 — *Fontes de Recursos*

O montante global dos recursos financeiros programados para o triénio terá duas fontes: os recursos orçamentários e os recursos não orçamentários. Os últimos, seja junto a organismos federais ou internacionais ou ainda pelo próprio setor privado sulriograndense, o qual, em última instância, será um dos maiores beneficiados da ação regulamentadora e orientadora dos órgãos e tutuais atuantes na área econômica.

Tendo em vista ser o orçamento por programa o principal mecanismo de execução do plano, bem como a reformulação anual do mesmo, considerar-se-á exclusivamente os recursos necessários para o primeiro ano do triénio.

São os seguintes os órgãos que necessitarão, para a execução do primeiro ano do plano, recursos além do orçamento, em milhares de cruzeiros:

Quadro n.º 21
Diferenças entre Plano e Orçamento de 1964

Função/Orgão	Plano	Orçamento	Diferença
RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA			
1) Secretaria da Agricultura	6.240.822	4.220.909	2.019.913
INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
2) Departamento Estadual de Abastecimento do Leite	4.448.391	4.284.413	203.978
3) Secretaria da Economia	4.350.735	1.187.735	163.000
TOTAL	12.079.948	9.693.057	2.386.891

A redução dos recursos solicitados pela Secretaria da Agricultura foi objeto de cuidadosa análise. Não implicará na redução das metas estabelecidas.

A redução foi endereçada às transferências correntes, através das quais pensava o referido órgão aumentar consideravelmente sua

Quadro n.º 8-1
ÁREA: ECONÓMICA
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964 / 1966

ELABORADO - ORGÃO - PROGRAMA	Unidade de Medida	Objetivos a atingir no Triénio			Aumento Percentual das metas 1965 sobre 1962
		1964	1965	1966	
I - RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA					
Secretaria da Agricultura					
PMT - Fomento e Defesa da Produção Vegetal					
Mecanização da Cultura					
- cursos de professores tradicionais	alunos	120	200	200	-
- demonstração de máquinas agrícolas	reuniões	90	140	160	-
- distribuição de ferramentas agrícolas	ferramentas	450	600	600	-
- fornecimento de máquinas e instrumentos agrícolas	máquinas	400	500	1.200	-
- assistência técnica a indústria	informações	200	200	300	-
Assistência Técnica Direta					
- assistência individual	visitantes	18.000	15.000	12.000	-
- reuniões com agricultores	reuniões	220	740	260	160
- seminário ruralista	reuniões	934	1.000	1.000	115
- reuniões de técnicos	reuniões	930	1.000	1.000	115
- extensão agrícola	labores demonstrativas	420	520	570	-
- treinamento	especializações de técnicos	100	110	120	-
Distribuição de sementes e mudas					
- visitas de inspeção	inspeção	1.210	1.280	1.380	192
- multiplicação de semente básica	sacos 60 Kg	2.700	3.500	3.600	-
- técnicas de técnicas	reuniões	35	54	54	57
- amostras de sementes	análises	2.000	2.000	2.000	300
- descontos	projetos	17	19	18	-
- curso sobre sementes	alunos	100	100	120	-
Pesquisa Agronómica					
- cepas e introduções	elemento	6.104	6.292	6.552	-
- hibridações e autofecundações	componentes	1.122	1.133	1.133	-
- censos de cruzamento	unidade	25	30	30	-
- populações híbridas	população	1.865	1.955	2.025	-
- plantio para seleções	linhas	6.912	7.704	8.787	159
- ensaios de rendimento	experimento	571	590	595	89
- fitofisiologia	testes	5.829	6.568	6.293	45
- diversão básica	teorias	62	57	58	190
- técnicas culturais	experimento	111	122	129	-
- avaliação de semente básica	catalogação	3.032	3.732	5.250	322
- envelhecimento	fichas	1.000	4.500	4.500	-
Conservação e Melhoramento dos Recursos Naturais Renováveis					
- conservação do solo e da água	hectares	33.200	42.500	52.500	237
Defesa contra a Destrão Ótica					
- deteção e corrugamento					
- extensão abrangida	metros	471.425	421.700	532.000	-
- remoções					
- área de terraplenagem ou remoção	metros cúbicos	42.100	4.400	15.540	-
- drenagem					
- área de drenagem e drenagem vegetal	hectares	71.1	77.7	79.9	-
- irrigação e reflorestamento em áreas desflorestadas	hectares	52.1	75	100	-
Ferreiramento e Reforesteamento					
- plantação de sementes	quilos	5.00	5.50	1.000	92
- plantação de mudas	mudas	2.000.000	2.500.000	3.000.000	27
- reflorestação de parques florestais	hectares	125.1	123.1	328	-
- exploração florestal	hectares	50.400	60.400	80.400	-

Quadro n.º B-1
ÁREA: ECONÔMICA
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964 / 1966

CATEGORIA - GESTÃO - PROGRAMA	QUANTIDADE DE MÉTODOS	GRANDEZA DA ALCANCE DA TECNOLOGIA			INCREMENTO INTERNA 1964 / 1966 % / 1000
		TOTAL	INDUSTRIAL	AGROPECUÁRIA	
Cultivo da Semente - Vegetal					
- Fitopatologia Vegetal					
- Levantamento de raças fisiológicas	amostras	570	700	950	3.273
- pesquisas de fontes de resistência	indicações	3.618	5.718	2.943	729
- genética de resistência	pesquisas	290	370	400	-
- estudos de fungos em laboratório	culturas	650	760	260	-
- Entomologia					
- informações técnicas	parecer	290	330	400	-
- trabalhos de divulgação	pularcartão	20	30	50	-
- controle de pragas	experimento	91	112	159	103
- identificação de pragas	specimes	90	100	130	-
- Fitopatologia					
- pesquisas fitopatológicas	organismo estudado	3.936	5.483	4.300	121
- estudos de técnicas	número	18	25	28	-
- levantamento de molestas	amostras	350	480	570	-
- controle de molestas	parcela experimental	1.210	1.320	1.370	-
- experimentação de campo	projetos	11	11	11	-
Fomento e Fomento da Micro-indústria					
- Assessoria tecnológica	visitas	24.572	27.956	30.075	55
- Análise de fiscalização	deferimentos	1.619.935	175.300	1.694.000	-
- Determinações de selos	análises	550	1.000	1.100	-
- Estudos e fermentação aérodica	estudos	50	60	100	-
- Estágios para especialização	funcionário	10	15	20	-
- Fomentação de transportadores	veículo	22.500	28.500	30.000	-
Pesquisa e Assistência à Fruticultura					
- Pesquisa e experimentação	projetos	140	143	140	-
- Expansão					
- visitas a fruticultores	visita	200	220	250	-
- reuniões com fruticultores	reuniões	3	5	5	-
- cursos de técnica fruticultural	alunos	400	500	150	-
Fomento					
- produção de mudas	muda	20.000	30.000	47.000	-
- produção de sementes básicas	hortelã	50	60	80	-
- apicultura - criação de abelha	unidade	1.500	1.500	2.000	-
- formação de núcleos	funcionário	500	800	1.000	-
- lâminas preservadas	kg.	1.400	15.000	30.000	-
Pesquisa e Assistência à Oricultura					
- Estudos da cultura de pinheiros					
- ensaios de variedades de pinheiros	variedade	3	3	4	-
- ensaios de métodos de cultivação	ensaios	3	2	4	-
- ensaios de tratamentos de solo	ensaios	2	3	4	-
- cultivo de pinheiros em plantio	plantação	1	2	2	-
- introdução de espécies	introdução	2	2	-	-
- desenvolvimento tecnológico	desenvolvimento	0	2	4	-
- desenvolvimento de sementes	sementes	15	20	25	-
- cultivares novas	cultivar	2	2	2	-
- Estudos da cultura das canas					
- estudo de variedades de cana-de-açúcar	variedade	2	4	4	-
- testes de rendimento de cana-de-açúcar	teste	50	90	120	203

Quadro n.º B-1
ÁREA: ECONÓMICA
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964 / 1966

FUNÇÃO - CRGÃO - PROGRAMA	Unidade de Atividade	Objetivos a alcançar no Triénio			Aumento Percentual das metas 1965 sobre 1962
		1964	1965	1966	
- Extensão e fomento da planta e da industrialização					
- distribuição de estudos	mudos	40 000	55 000	75 000	400
- reuniões com agricultores	reuniões	2	3	4	-
- curso para técnicos, agricultores e industriais	alunos	20	40	40	-
- olivas demonstrativas	olivas	10	-	-	-
- divulgação - artigos	artigos	10	20	30	-
- indústria assistida	indústria	5	7	10	-
Análise de Terras e Fiscalização de Aduas					
- Análises de solos	análise	3 120	4 000	5 500	179
- Análises de adubos	análise	120	150	200	525
- Análises de inseticidas	análise	50	50	120	700
P-A-V - Fomento e Defesa da Produção Animal					
Orientação					
- orientação a suinocultores	visita	2 600	3 100	3 600	251
- orientação a avicultores	visita	1 400	2 000	2 500	1.332
- orientação a ovinocultores	visita	1 500	1 900	2 300	320
- divulgação de práticas e ideias	horas	27	34	40	-
- distribuição de boletins técnicos sobre avicultura	boletins	30 000	40 000	40 000	-
Fomento					
- à inseminação artificial	inseminação	12 000	17 000	17 000	-
- à criação de gado leiteiro	visita	160	200	260	-
- orientação e fiscalização da produção de sementes forrageiras	hectare	4 000	11 000	20 000	-
- à criação de gado de carne	visita	400	700	950	-
- à piscicultura	áquedos pavoados	100	130	200	-
- à organização de exposições	exposição	15	15	15	-
- à produção de reprodutores faturados	reprodutores	19 000	20 000	20 000	-
- à produção de reprodutores registrados	reprodutores	3 000	7 000	9 000	-
- à avicultura - distribuição de	gairos 1 dia	80 000	90 000	100 000	-
- à zootecnia - distribuição de	coelhos	1 000	1 200	1 500	-
Demonstração					
- demonstração de técnicas de criação leiteira	demonstração	30	30	100	-
- áreas demonstrativas de pastagens artificiais	áreas 2 ha	40	110	200	-
- Ganheteros demonstrativos	unidades	5	12	15	-
- de técnica de criação avínea	demonstração	1 000	2 000	2 200	-
Cursos					
- curso de inseminação artificial	alunos	60	60	60	-
- prática de suinocultura	alunos	40	40	40	-
- prática de gado leiteiro	alunos	20	20	20	-
- dos graduados de gado leiteiro	alunos	15	15	25	-
- dos graduados em suinocultura	pós-graduados	10	14	18	-
- prática de avicultura	alunos	20	20	20	-
- prática de ovinocultura	alunos	20	25	25	-
- prática de forrageicultura	alunos	20	20	20	-
Pesquisa					
- levantamento da comodidade técnica das pastagens naturais	detecções	170	170	150	-
- levantamento da composição botânica das pastagens do Estado	amostras	150	170	170	-
- estabilização de digestibilidade	determinações	80	70	60	-

Quadro n.º B-1
ÁREA: ECONÔMICA
METAS PROGRAMADAS PARA O PERÍODO
1964 / 1966

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	Unidade de Medida	Objetivo	Indicador de Atividade	Avanço Percentual das metas até 31/12/65
		1964	1965	
Experimentação				
- Pesquisa Forrageira				
- Melhoramento Agronômico				
- introdução de variedades	variedades	650	700	900
- experimento em parcelas	parcelas	37	49	51
- melhoramento genético	esócies	5	5	5
- experimentação em pastoreios	experimentos	14	16	18
- estudo de produção de sementes	experimentos	8	8	8
- melhoramento do gado leiteiro	raça ou variedade	1	6	6
- experimentação em alimento	experimento	1	4	4
- experimentação em manjão	experimento	1	3	3
- melhoramento silvo-seleção	raça	1	2	2
- experimentação em alimento	experimento	6	0	4
- experimentação em manjão	experimento	2	3	3
- Melhoramento avícola				
- seleção	espécie ou raça	5	5	5
- experimentação em alimento	experimento	3	3	3
- experimentação em manjão	experimento	1	1	1
- Melhoramento de gado de carne				
- seleção	raça	1	1	1
- experimentação em alimento	experimento	1	1	1
- experimentação em manjão	experimento	1	2	2
- cruzamento industrial	cruzamento	2	4	4
- Melhoramento Ovino				
- seleção	raça	1	1	1
- experimentação em alimento	família	5	5	5
- experimentação em manjão	experimento	1	2	2
- experimentação em defesa sanitária	experimento	5	5	5
- controle e verminos	experimento	5	5	5
- Controle e Fiscalização				
- Fiscalização do Comércio de Materiais Fornos e Rações	amostra	420	420	450
- Controle leiteiro	bovino	380	650	1.000
- Registro Genealógico	bovino	5.650	6.242	7.350
- levantamento da situação atual da suinofecundina	formulario	2.000	-	-
Pesquisa Veterinária e Produção de Vacinas				
- Produção				
- Vacina à Febre Ártica	Dose	4.000.000	4.000.000	5.500.000
- Vacina à Peste Suína	Dose	3.000.000	3.000.000	3.000.000
- Vacina à Raiva	Dose	650.000	650.000	650.000
- Vacina à Bouves Aviária	Dose	100.000	100.000	100.000
- Vacina à Brucellosa	Dose	300.000	300.000	300.000
- Vacina à Parvovírus dos Sinos	Dose	250.000	250.000	250.000
- Vacina à Fúse Aviária	Dose	250.000	250.000	250.000
Pesquisa				
- Divulgação de Resultados	Pequenos Experimentos	12	-	70
	Exames	1.542	1.600	2.500
P.V. - Pesquisas Minerais				
Pesquisas Geológicas e Mineralógicas				
- Geologia geral	quadrovistas	2	2	2
- prospecção de jazidas	jazidas	2	2	2
- Prospecção de jazidas	desafogo	82	72	1.000
- Aproveitamento Econômico de jazidas	projetos	-	4	4

Quadro n. 3.1

ÁREA ECONÔMICA

METAS PROGRAMADAS PARA O TRIENIO

1964 / 1967

FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA	Unidade de Conta	MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA META			PERCENTUAL MÉDIO ANUAL
		1964	1965	1966	
- Hidrogeologia e Abertura de Poços	Metro perfurado	10.400	10.500	16.200	-
Instituto Rio Grandense do Arroz					
P.R.I. - Extensão Oficial					
- Assistência técnica direta	Visita	4.450	5.450	6.450	-
- Pesquisa socio-econômica-sensor	Levouros censos	9.000	9.000	9.000	-
- Divulgação	Revistas	32.000	35.000	40.000	-
	Enunciados	3.000	3.000	3.000	-
Pesquisa Oficial	Linhos	2.000	4.000	10.000	-
- sobre novas variedades de arroz	Sacos 60 Kg	2.500	4.000	4.000	-
- multiplicação de sementes básicas					
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária					
P.R.U. - Caminhos Vicinais, Colonização, Recolonização e Legalização de Terras					
Caminhos Vicinais					
- construção de estradas	quilômetro	240	270	400	-
- conservação de estradas	quilômetro	462	557	229	-
- construção de portes e pontilhões	unidade	12	15	26	-
Colonização, Demarcação, Legitimação, Concessão, Expedição de Títulos e Verificação					
- lotes demarcados	lote	1.720	2.000	3.700	-
- lotes concedidos	lote	1.930	3.570	4.090	-
- lotes legitimados	lote	1.250	1.511	1.630	-
- lotes titulados	lote	4.240	5.000	5.200	-
- lotes verificados	lote	4.950	5.772	6.900	-
Colonização e Recolonização					
- núcleos coloniais	família	5.000	6.000	5.000	219
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite					
P.R.I. - Industrialização do Leite					
Pasteurização	litros	18.100.100	64.000.000	47.968.552	-
Laticínios					
- manteiga	quilos	27.900	259.000	300.000	-
- queijo	quilos	42.800	41.872	40.000	-
- Yoghurt	0,25 litro	10.116	11.122	11.500	-
- requeijão	quilos	4.100	5.000	5.000	-
- doce de leite	quilos	1.100	1.100	1.100	-
- caseiro	quilos	10.100	10.100	10.100	-
- leite desnatado	litro	2.000	2.000	2.000	-
- iogur	litro	1.200.000	1.200.000	1.200.000	-
- leite em pó	quilos	1.100	1.100	1.100	-
- fabricação de torradas	quilos 25 kg	1.000	1.000	1.000	-
Instituto Sul Rio Grandense de Carnes					
P.R.I. - Abastecimento de Carnes					
Instituto Rio Grandense do Arroz					
P.R.I. - Industrialização e Comercialização de Arroz					
- compra e venda de sacos de arroz em cesta	saco de 50 Kg	3.245.000	3.095.000	3.340.000	-

Quadro n.º B-2
ÁREA: ECONÔMICA
RECURSOS HUMANOS

FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA	PESSOAL DISPONÍVEL EM 1963						MOVIMENTAÇÕES		
	Técnico Superior	Técnico Prof.	Administrativo	Auxiliares	TOTAL	% Var. Futura	1964	1965	1966
- RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA	432	226	421	2 519	4 277	+1,7	114	116	690
Secretaria da Agricultura	118	170	215	2 443	3 252		141	175	473
P.I. - Administração Central	8	7	40	50	105		8	7	9
P.II - Administração Interna	-	6	54	47	127		1	2	2
P.III - Fomento e Defesa da Produção Vegetal	226	105	75	1 686	1 496	-10,7	212	207	
P.IV - Fomento e Defesa da Produção Animal	176	56	44	1 254	1 452	+12,7	147	169	
P.V - Pesquisas Minerais	8	2	7	47	54		7	7	6
Instituto Rio-Grandense de Áreas									
P-II - Extensão Críticale	30	10	17	119	166		44	13	12
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária									
P.V - Caminhos Vicinais, Colonização, Fazenda Ionização e Legalização de Terras	5	23	169	357	524		314	392	505
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO	411	144	342	1 037	2 134	+1,9	196	245	217
Banco de Valores do Rio Grande do Sul									
P.II - Comércio de Bônus	2	1	5	2	10		-	-	-
Cais Econômico Estadual do R. G. do Sul									
P.I. - Fomento e Fazenda Popular	7	40	270	460	380	-12	72	72	72
Conselho de Desenvolvimento do Estado									
P.U - Planejamento, Recursos e Assistência Técnica	10	9	16	2	51		-	34	24
Departamento de Leiteiro do Estado									
P.O - Exploração de jogos leiteiros	7	2	35	6	42		-	-	-
Departamento Estadual da Água de Leite	5	2	75	392	482		13	46	42
P.I. - Administração Central	4	3	25	87	169		5	4	2
P.II - Industrialização do Leite	3	4	1	272	783		8	42	45
P.III - Fabricação de Fornegem	-	-	2	28	30		-	-	-
Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes	10	7	162	267	486		1	1	-
P.I. - Administração Central	8	6	35	16	45		3	1	-
P.II - Abastecimento	2	1	127	271	401		-	-	-
Instituto Rio-Grandense de Áreas	72	20	162	162	394		37	25	29
P.I. - Administração Central	19	4	95	25	140		-	25	21
P.II - Industrialização e Comercialização do Área	3	16	61	152	232		22	-	3
P.III - Assistência Pecuária	-	-	3	7	10		-	-	-
Secretaria da Economia	45	53	168	69	380		12	67	57
P.I. - Administração Central	5	7	29	17	54		3	3	2
P.II - Assistência e Proteção	12	13	15	44	82		11	11	8
P.III - Planejamento e Execução Económica	6	2	4	9	15		7	29	18
P.IV - Assistentia e Cooperativismo	22	7	11	2	42		-	7	6
P.V - Estatística	3	33	38	25	94		13	2	1
P.VI - Fomento ao Turismo	2	1	21	9	22		-	16	17
TOTAIS	564	763	1 243	3 252	6 145	+1,9	470	511	5 207

Quadro n.º B-3

ÁREA: ECONÔMICA

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA	PERCENTUAL DISPONÍVEL EM 1993				
	CATEGORIA		Administrativo	Auxiliar	TOTAL
	Servidor	Metido			
- RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA	31,29	5,95	9,97	72,73	100
Secretaria da Agricultura	12,25	5,41	8,61	73,92	100
P.I - Administração Central	7,61	6,56	39,09	42,61	100
P.II - Administração Interna	-	4,72	42,51	52,75	100
P.III - Fomento e Defesa da Produção Vegetal	15,20	7,06	5,05	72,68	100
P.IV - Fomento e Defesa da Produção Animal	11,59	3,78	29,73	81,25	100
P.V - Recursos Minerais	14,81	3,70	3,70	72,77	100
Instituto Rio Grandense do Arroz	16,12	10,75	9,14	63,98	100
P.III - Extensão Orizicola					
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária					
P.U - Caminhos Vicinais, Colonização, Reconversão e Legalização de Terras	0,67	7,49	2,94	61,67	100
II - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	5,20	6,75	39,45	48,59	100
Bólsa de Valores do Rio Grande do Sul					
P.U - Comércio de Títulos Mobiliários	20,00	10,00	50,00	20,00	100
Caixa Econômica Estadual					
P.U - Fomento à Poupança Popular	1,83	10,44	72,06	15,66	100
Conselho de Desenvolvimento do Estado					
P.U - Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica	37,75	17,65	31,37	13,73	100
Departamento de Loteria do Estado					
P.U - Exploração de jogos lotéricos	2,39	4,76	83,33	9,62	100
Departamento Estadual de Abast. de Leite					
P.I - Administração Central	1,08	1,45	16,18	81,32	100
P.II - Industrialização do Leite	2,36	1,77	44,37	41,49	100
P.III - Fabricação de Forragem	3,53	1,21	3,53	92,88	100
P.IV - Fabricação de Iogurte	-	-	6,67	93,33	100
Instituto Sul Rio Grandense de Carnes					
P.I - Administração Central	2,14	1,50	34,76	61,58	100
P.II - Abastecimento	12,31	9,23	53,85	24,61	100
P.III - Administração	0,50	0,50	31,67	67,58	100
Instituto Rio Grandense do Arroz					
P.I - Administração Central	5,60	5,11	41,43	47,83	100
P.II - Industrialização e Comercialização do Arroz	12,18	2,56	62,82	22,43	100
P.III - Assessoria Técnica	1,29	6,52	26,29	65,51	100
P.IV - Assistência Habitacional	-	-	100,00	-	100
Secretaria da Economia					
P.I - Administração Central	14,56	13,77	24,95	31,71	100
P.II - Assessoria à Produção	1,85	10,05	53,20	31,48	100
P.III - Planejamento e Execução Econômica	14,74	3,21	18,29	52,65	100
P.IV - Assistência ao Cooperativismo	37,93	1,78	23,52	11,78	100
P.V - Estatística	52,05	1,62	26,19	4,76	100
P.VI - Fomento ao Turismo	1,05	31,91	40,42	26,59	100
TOTAL	9,18	6,23	20,22	64,37	100

Quadro n.º B4

AREA ECONOMICA

卷之三

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º B-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS			
				1964	1965	1966	Restantes
I - RECURSOS NATURAIS E AGROPECUARIOS							
Secretaria de Agricultura							
P-III - Fomento e Defesa do Produtor Vegetal							
Projeto n.º 3							
Conclusão do 2º andar do prédio que está sendo construído na D. P. A.	Porto Alegre	1962	1964	30.000	-	-	-
Projeto n.º 2							
Laboratório de Sementes e Mudas na E. E. P.	Taqueri	1962	1964	1.300	-	-	-
Prédio para a Laminagem de Círc. E. E. P.	Taqueri	1962	1964	200	-	-	-
Casa de vegetação na E. E. P.	Paracoubita	1962	1964	720	-	-	-
Prédio para Administração na E. E. P.	Livramento	1962	1964	1.000	-	-	-
Galpão para depósito de máquinas	Livramento	1963	1963	100	-	-	-
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária							
P-II - Caminhos Vicinais, Colonização, Recolonização e Legalização de Terras							
Projeto n.º 1							
Prosseguimento e conclusão de obras:							
Da estrada Tôldo-Serrinha-Baitaca (7 Km)			1964	4.200	-	-	-
Da estrada Constantina-Rio das Verzeas (10 Km)			1964	7.200	-	-	-
Da estrada S. Valentim-Lajeado Liso (9 Km)			1964	6.400	-	-	-
Da estrada do Passo do Peixe-Sanenduva (4 Km)			1964	2.880	-	-	-
Da estrada Machadinho-Passo do Coqueiro (5 Km)			1964	4.200	-	-	-
Da estrada Fontoura Xavier-Rio Gô (5 Km)			1964	5.400	-	-	-
Do alargamento da estrada Arattinga-Itai (4 Km)			1964	5.760	-	-	-
Da estrada São Francisco-Rodolfo Bonito-Jaboticabe (10 Km)			1964	6.000	-	-	-
Da conservação de estrada Rodolo Bonito-Jaboticabe (30 Km)			1964	3.600	-	-	-
Da conservação de estrada Planalto-Volta Grande (33 Km)			1964	3.360	-	-	-
Da conservação de estrada Planalto-Salinho (9 Km)			1964	1.080	-	-	-
Da conservação de estrada Guarama-Carlos Gomes (18 Km)			1964	2.160	-	-	-
Da conservação de estrada S. João-Nonoai (39 Km)			1964	4.680	-	-	-
Da conservação de estrada Palm Filho-Carlos Gomes (16 Km)			1964	1.920	-	-	-
Da conservação de estrada Passo do Peixe-Sanenduva (8 Km)			1964	960	-	-	-
Da conservação de estrada Cruzelinha-Cirleco-Vanini-S. Domingos-Casca (50 Km)			1964	4.000	-	-	-
Da conservação de estrada Trinta e Cinco Carreiros-S. Jorge (50 Km)			1964	6.000	-	-	-
Da conservação de estrada Muliterno-Casselros (10 Km)			1964	1.200	-	-	-
Da conservação de estrada Barros Cassal-Fontoura Xavier (14 Km)			1964	1.680	-	-	-
Da conservação de estrada Taínhes-Arattinga-Itai-Terra de Areia (72 Km)			1964	8.640	-	-	-
Da conservação de estrada Guanareza-Rodovia Federal (7 Km)			1964	640	-	-	-
Da conservação de estrada Arroio Tapizi-Sta. Luzia-Arroio Leão - Campo Bom (704 Km)			1964	4.240	-	-	-
Da conservação de estrada Arroio Sutil-D. Feliciano (15 Km)			1964	1.800	-	-	-
Da estrada Tôldo Inhacoré-Humaitá (15 Km)		1965	-	9.000	-	-	-
Da estrada Constantina-Rio das Verzeas (5 Km)		1965	-	3.600	-	-	-
Da estrada Constantina-Baitaca-Pinhalzinho (9 Km)		1965	-	7.560	-	-	-
Da estrada Machadinho-Praia Bonita (2 Km)		1965	-	1.920	-	-	-
Da estrada Casca-S. João Bosco-Amélia (15 Km)		1965	-	14.400	-	-	-
Da estrada Barros Cassal-Fontoura Xavier (15 Km)		1965	-	18.000	-	-	-
Da estrada Arattinga - Itai (4 Km)		1965	-	5.760	-	-	-
Da estrada Arroio Tapizi-Sertão Santana-Br2 (25 Km)		1965	-	21.000	-	-	-
Da conservação de estrada Rodolo Bonito-Jaboticabe (30 Km)		1965	-	3.600	-	-	-
Da conservação de estrada Planalto-Salinho (10 Km)		1965	-	2.160	-	-	-
Da conservação de estrada Volta Grande-Alpes-Irm-Planalto (30 Km)		1965	-	1.200	-	-	-
Da conservação de estrada Machadinho-Praia Bonita (12 Km)		1965	-	7.440	-	-	-
Da conservação de estrada Sítio João Bosco-Amélia (30 Km)		1965	-	3.600	-	-	-
Da conservação de estrada Barros Cassal-Fontoura Xavier (44 Km)		1965	-	3.480	-	-	-
Da conservação de estrada Barros Cassal-Lagoão-Sagrado-Sobradinho (40 Km)		1965	-	1.800	-	-	-
Da conservação de estrada Fontoura Xavier-Rio Fão (10 Km)		1965	-	1.200	-	-	-
Da conservação de estrada Taínhes-Arattinga-Terra de Areia-Irati-Corumbá (72 Km)		1965	-	8.640	-	-	-

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º B-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO
(Em milhares de Cr\$ de 1964)

**FUNÇÃO — PROGRAMA
PROJETO OU TIPO DE OBRA**

**LOCALIZAÇÃO
(município ou região
fitogeográfica)**

**Data da
Início da
Obra**

**Data esti-
mada para
Conclusão
da Obra**

INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS

1964**1965****1966****Restantes**

De conservação de estrada Arroio Sutli—Quintária (15 Km)		1965	—	1.000	—	—
De conservação de estrada Arroio Sutli—D. Falla- clano (15 Km)		1965	—	1.000	—	—
De conservação de estrada Arroio Tapixi—Sertão Santana—Br2 (55 Km)		1965	—	6.600	—	—
De estrada Tóldo Inhacorá—Humaitá (10 Km)		1966	—	—	7.200	—
De estrada Tóldo Inhacorá—Rod. Estadual (10 Km)		1966	—	—	7.200	—
De estrada R. S. S-S. Gabriel—Castelinho—Fred- érico Westphalen (15 Km)		1966	—	—	14.400	—
De estrada Constantina—Baltazar—Pinhalzinho (22 Km)		1966	—	—	15.840	—
De estrada Sede Dourado—Três Arroio—Br14 (15 Km)		1966	—	—	14.400	—
De estrada São João Bosco—Vantin—Lejeado—Fita Verde (10 Km)		1966	—	—	14.400	—
De estrada Barros Cassal—Fontoura Xavier (15 Km)		1966	—	—	8.400	—
De estrada Barros Cassal—Lagoão—Segredo—Sobradinho (25 Km)		1966	—	—	18.000	—
De estrada Arroio Tapixi—Sertão Santana—Br2 (15 Km)		1966	—	—	21.000	—
De estrada Br37—Quintária (35 Km)		1966	—	—	12.000	—
Conservação de estrada Volta Grande—Alpestre— Planalto (30 Km)		1966	—	—	29.400	—
De conservação de estrada Alpestre—Lejeado Gran- de (8 Km)		1966	—	—	2.400	—
De conservação de estrada Barros Cassal—Fontoura Xavier (44 Km)		1966	—	—	960	—
De conservação de estrada Barros Cassal—Lagoão— Segredo—Sobradinho (40 Km)		1966	—	—	5.280	—
De conservação de estrada Taubaté—Aretinga—Terro de Araia—Ibati—Corumbá (72 Km)		1966	—	—	4.000	—
De conservação de estrada Arroio Sutli—Quintária (15 Km)		1966	—	—	8.640	—

De conservação de estrada Arroio Sutli—D. Falla- clano (15 Km)		1966	—	—	1.000	—
De conservação de estrada Arroio Tapixi—Sertão Santana—Br2 (55 Km)		1966	—	—	6.600	—
De conservação de estrada Machadinho—Passo do Coqueiro (10 Km)		1966	—	—	1.200	—
De conservação de estrada S. João Bosco—Lejeado Fita Verde (17 Km)		1966	—	—	2.040	—
De conservação de estrada S. Domingos—Paraná— Rod. Estadual (17 Km)		1966	—	—	2.040	—
De restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Camapuã		1966	—	—	18.000	—
Do prédio Sede da Inspetoria de Terras do Poco Fundo		1966	—	—	18.000	—
O prédio sede da Inspetoria de Terras do Soler- dade		1966	—	—	18.000	—
Da restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Santa Rosa		1966	—	—	600	—
Da restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen		1966	—	—	1.200	—
Da restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Nonosi		1966	—	—	1.200	—
Da restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Erechim		1966	—	—	1.200	—
Da restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Lagoa Vermelha		1966	—	—	1.200	—
Da restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Aretinga		1966	—	—	600	—
Da restauração do prédio da Inspetoria de Terras de Camapuã		1966	—	—	2.400	—
Projeto n.º 2						
Prosseguimento e conclusão de obras, Colonização dos núcleos coloniais de:						
Itapóa		1964	2.000			—
Bonfim do Colégio		1964	50.000			—
Serondi		1964	20.000			—
Taquari		1964	2.000			—
Ibirapuitã		1964	2.000			—
Prosseguimento e conclusão de obras diversas		1965	1966	—	61.645	80.982

II — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Instituto Rio Grandense do Arroz

P.R.I. — Industrialização e Comercialização do Arroz

Projeto n.º 2

**Construção do Piso do Galpão Metálico no Colônio
Rizicole**

Palmares do Sul

1964

1964

2.700

—

—

—

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º B-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS
(Em milhares de Cr\$ da 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (Município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do orçamento da obra	Investimentos Atuais do Projeto ou Obra							
					1964	1965	1966	Restantes				
RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA												
Secretaria de Agricultura												
P-II - Administração Interna												
Projeto n.º 1												
Extensão do 2.º andar do Prédio sede da Secretaria de Agricultura												
P-III - Fomento e Defesa da Produção-Vegetal												
Projeto n.º 3												
Construção Sede Agr.º Regional												
Construção Sede Del. Regional												
Depósito de Sementes												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
Construção Sede Del. Regional												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												
" " " "												

INVESTIMENTOS REAIS

(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do orçamento da obra	Investimentos Atuais do Projeto ou Obra			
					1964	1965	1966	Restantes
Residência p/leitor da Esc. Prática	Taquerl	1964	1964	900	900	—	—	—
Residência p/Observadores Meteorologista	Taquerl	1964	1964	800	800	—	—	—
P4 — FOMENTO E DEFESA DA PRODUÇÃO ANIMAL								
Projeto n.º 1								
Construção de um pavilhão para exposição	Porto Alegre	1964	1964	10.000	10.000	—	—	—
Ampliação do prédio do S. I. A.	Porto Alegre	1964	1964	5.000	5.000	—	—	—
Construção de uma sala de ordenha	Montenegro	1964	1965	4.000	3.000	1.000	—	—
Construção de um alojamento para o CPLGL	Montenegro	1964	1965	5.000	4.000	1.000	—	—
Galpão para terneiros	Montenegro	1966	1966	3.000	—	—	3.000	—
Construção de um prédio para Administração	São Gabriel	1964	1964	6.000	6.000	—	—	—
Construção de um prédio para uma escola de Forragicultura	Vacaria	1965	1965	10.000	—	10.000	—	—
Construção de um estabúlo para bovinos	Vacaria	1964	1964	1.500	1.500	—	—	—
Construção de um galpão rústico	Vacaria	1964	1965	1.000	500	500	—	—
Galinheiros Demonstrativos	Diversos	1964	1966	11.400	3.000	2.490	5.940	—
Construção de um Açude	Jupinópolis	1964	1964	3.000	3.000	—	—	—
Construção de 2 barragens	Uruguaiana	1964	1964	5.000	5.000	—	—	—
Construção de um tanque austriano	Uruguaiana	1964	1964	1.000	1.000	—	—	—
Construção de um berébulo	Uruguaiana	1964	1964	600	600	—	—	—
Construção de um tambo (Granja demonstrativa)	Guabu	1964	1965	3.500	2.000	1.500	—	—
Projeto n.º 2								
Prédio para novo laboratório	Guabu	1964	1964	5.060	5.060	—	—	—
P5 — PESQUISAS MINERAIS								
Projeto n.º 1								
Casa	Bagé	1964	1966	4.800	1.440	1.584	1.776	—
Casa	Passo Fundo	1964	1966	4.800	1.440	1.584	1.776	—
Casa	Alegrete	1964	1966	4.800	1.440	1.584	1.776	—
INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ								
P3 — EXTENSÃO ORIZÍCOLA								
Projeto n.º 1								
Dessecação de lagos da Portela	Palmares do Sul	1964	1964	800	800	—	—	—

Projeto n.º 2

Ampliações na Estação Experimental do arroz
OBRA A — Casa da Vegetação

Gravataí	1964	1964	6.000	6.000	—	—	—	—
Gravataí	1965	1964	14.000	6.500	7.500	—	—	—
Gravataí	1965	1965	2.500	—	2.500	—	—	—

INSTITUTO GÁGCHO DE REFORMA AGRÁRIA

P.U — CAMINHOS VÍCINAIS, COLONIZAÇÃO,
RECOLONIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE
TERRAS

Projeto n.º 4

Estudos e projetos para construção de estradas
vícinas

	1964	1.200	1.200	—	—	—	—	—
--	------	-------	-------	---	---	---	---	---

Projeto n.º 5

Início de obras:

De estrada Vera Cruz-Porto Lucena (10 km)

De estrada Alecrim-Campo Alegre (15 Km)

De estrada Alecrim-Fátima (5 km)

De estrada Planalto-Volta Grande (10 km)

De caminhos vicinais na Colonização Inhaceré (75 km)

De estrada Planalto-Salinho (18 km)

De estrada Trindade-Pinhelzinho (12 km)

De estrada Herval Grande-Praia Bonita (17 km)

De estrada Machadinho-Praia Bonita (10 km)

De estrada Cesca-São João Bosco-Ametista (20 km)

De estrada Berros Cassal-Fontoura Xavier (10 km)

De estrada Arroio Sutil-D. Feliciano (10 km)

De estrada Arroio Tapixi-Sertão Sentana-Br.3 (15 km)

De ponte sobre o Lejeado Grande

De ponte sobre o Arroio Lembedor

De ponte sobre o Arroio Despraiado

De ponte sobre o Arroio Duro

De estrada Porto Mauá-Alecrim (15 km)

De estrada Passo Práto-Pôrto Mauá (16 km)

De estrada Volta Grande-Alpestre-Planalto (20 km)

De estrada Alpestre-Lejeado Grande (8 km)

De estrada R. S. 5-S. Gabriel-Castelinho-Fredericó Westphalen (10 km)

De estrada Vila Rio dos Índios-Balça de Cakambú (12 km)

De estrada Vila Ponte Preta-Rio Erechim (21 km)

De estrada Coroados-Fontoura-Herval Grande (14 km)

De estrada Machadinho-Passo do Coqueiro (15 km)

De estrada Barracão-Espigão Alto (10 km)

De estrada São João Bosco-Venâncio Lejeado Fito Verde (7 km)

	1964	7.200	7.200	—	—	—	—	—
	1964	10.800	10.800	—	—	—	—	—
	1964	3.600	3.600	—	—	—	—	—
	1964	13.920	13.920	—	—	—	—	—
	1964	5.400	5.400	—	—	—	—	—
	1964	7.560	7.560	—	—	—	—	—
	1964	8.640	8.640	—	—	—	—	—
	1964	14.160	14.160	—	—	—	—	—
	1964	8.400	8.400	—	—	—	—	—
	1964	16.800	16.800	—	—	—	—	—
	1964	10.800	10.800	—	—	—	—	—
	1964	7.200	7.200	—	—	—	—	—
	1964	12.600	12.600	—	—	—	—	—
	1964	3.600	3.600	—	—	—	—	—
	1964	6.000	6.000	—	—	—	—	—
	1964	3.600	3.600	—	—	—	—	—
	1964	4.800	4.800	—	—	—	—	—
	1965	12.600	—	12.600	—	—	—	—
	1965	13.440	—	13.440	—	—	—	—
	1965	16.800	—	16.800	—	—	—	—
	1965	5.760	—	5.760	—	—	—	—
	1965	8.400	—	8.400	—	—	—	—
	1965	11.520	—	11.520	—	—	—	—
	1965	17.640	—	17.640	—	—	—	—
	1965	11.760	—	11.760	—	—	—	—
	1965	14.400	—	14.400	—	—	—	—
	1965	8.400	—	8.400	—	—	—	—
	1965	5.680	—	5.680	—	—	—	—

INVESTIMENTOS REAIS**(1) OBRAS PÚBLICAS****DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO**

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do orçamento da obra	Investimentos Anuais do Projeto ou Obra			
					1964	1965	1966	Restantes
Da estrada Fontoura Xavier-Rio Pão (5 km) ...			1965	6.000	—	6.000	—	—
Da estrada Barros Cassal-Lagarto-Sagrado-Sobradinho (15 km) ...			1965	12.600	—	12.600	—	—
Da estrada São Francisco-Rolantinha-de Areia-Colônia Feliz (5 km) ...			1965	3.600	—	3.600	—	—
Da estrada Linha Lírio-Barra do Bugre-Vanguarda (21 km) ...			1966	17.640	—	—	17.640	—
Da estrada Linha Quinze-Povoado Pinheiro (10 km) ...			1966	7.200	—	—	7.200	—
Da estrada Palmeira-Rio das Verzes (Colônia Xinguá) (30 km) ...			1966	21.600	—	—	21.600	—
Da estrada Povoado Rio dos Índios-Rio Uruguai (Vila do Leiteado Grande) (15 km) ...			1966	14.400	—	—	14.400	—
Da estrada Rio Nôvo-Bom Retiro-Povoado-Mirim-Coronel Telzeira (30 km) ...			1966	28.800	—	—	28.800	—
Da estrada Paulo Bento-Companhias do Sul (10 km) ...			1966	6.400	—	—	6.400	—
Da estrada Barreço-St. Antônio (10 km) ...			1966	6.400	—	—	6.400	—
Da estrada Peim Filho-Tupanci-Clemente Alegre (20 km) ...			1966	16.800	—	—	16.800	—
Da estrada Machadinho-Passo da Virgílio (5 km) ...			1966	4.800	—	—	4.800	—
Da estrada São Domingos-Parai-Rod. Estadual (17 km) ...			1966	14.280	—	—	14.280	—
Da estrada Nascente-Rio do Pinto-Barregem dos Cervinhos (15 km) ...			1966	12.600	—	—	12.600	—
Da estrada Ponte da Benfeiteira-Bela da Serra (5 km) ...			1966	4.200	—	—	4.200	—
Da estrada Arroio do Padre-Itati (5 km) ...			1966	4.200	—	—	4.200	—
Da estrada Santa Pedra Branca-Bos União (8 km) ...			1966	6.720	—	—	6.720	—
Da estrada Ponte Arnolfo da Pedra-Itati-Ponta Arroio Colônia (5 km) ...			1966	4.200	—	—	4.200	—
Da estrada Morro do Chapéu-Porto Alegre (12 km) ...			1966	10.080	—	—	10.080	—
Da estrada Quilávia-Serra da Encruzilhada (10 km) ...			1966	8.400	—	—	8.400	—
Projeto n.º 6								
Estudos e projetos para implantação de núcleos coloniais ...		1964	1966	30.000	15.000	8.000	10.000	—

Projeto n.º 7

Obras para implantação de 15 núcleos coloniais para 15.000 famílias ...

1964 1966 260.000 50.000 90.000 120.000 —

**II - INDUSTRIA E COMÉRCIO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DO LEITE.****P2 - INDUSTRIALIZAÇÃO DO LEITE****Projeto n.º 1**

Prédio próprio para o posto de coleta e refrigeração do leite, em Montenegro ...

Montenegro 1964 1966 6.175 6.175 — —

Projeto n.º 2

Prédio para a Administração ...

Porto Alegre 1964 1964 19.110 19.110 — —

Projeto n.º 3

Prédio para o Refeitório dos funcionários ...

Porto Alegre 1964 1964 2.600 2.600 — —

Projeto n.º 4

Posto de distribuição de leite na cidade, com capacidade de 20 mil litros ...

Porto Alegre 1964 1964 4.500 4.500 — —

Projeto n.º 5

Prédio e instalação para novo posto de coleta e refrigeração de leite no interior ...

Interior 1964 1964 23.205 23.205 — —

Projeto n.º 6

Ampliação da Colônia de Fériza ...

Tremendal 1964 1964 3.978 3.978 — —

Projeto n.º 7

Adaptação do local atual da administração para Laboratórios de controle do leite ...

Porto Alegre 1965 1964 1.800 — 1.800 —

Projeto n.º 8

Prédio e instalações para novo posto de coleta e refrigeração de leite no interior ...

Interior 1965 1965 23.205 — 23.205 —

Projeto n.º 9

Dois postos de distribuição de leite na cidade, com capacidade para 20 mil litros cada ...

Porto Alegre 1965 1965 9.000 — 9.000 —

Projeto n.º 10

Prédio e instalações para novo posto de coleta e refrigeração de leite no interior ...

Interior 1966 1966 23.205 — 23.205 —

Projeto n.º 11

Posto de distribuição de leite na cidade, com capacidade de 20 mil litros ...

Porto Alegre 1966 1966 4.500 — 4.500 —

Projeto n.º 12

Fábrica de leite em pó ...

Interior 1964 1965 500.000 200.000 300.000 —

INSTITUTO SUL RIO GRANDENSE DA CARNE**PI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL****Projeto n.º 1**

Equipamento de obras para melhoria da Sede ...

Porto Alegre 1964 1964 500 500 — —

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º B-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

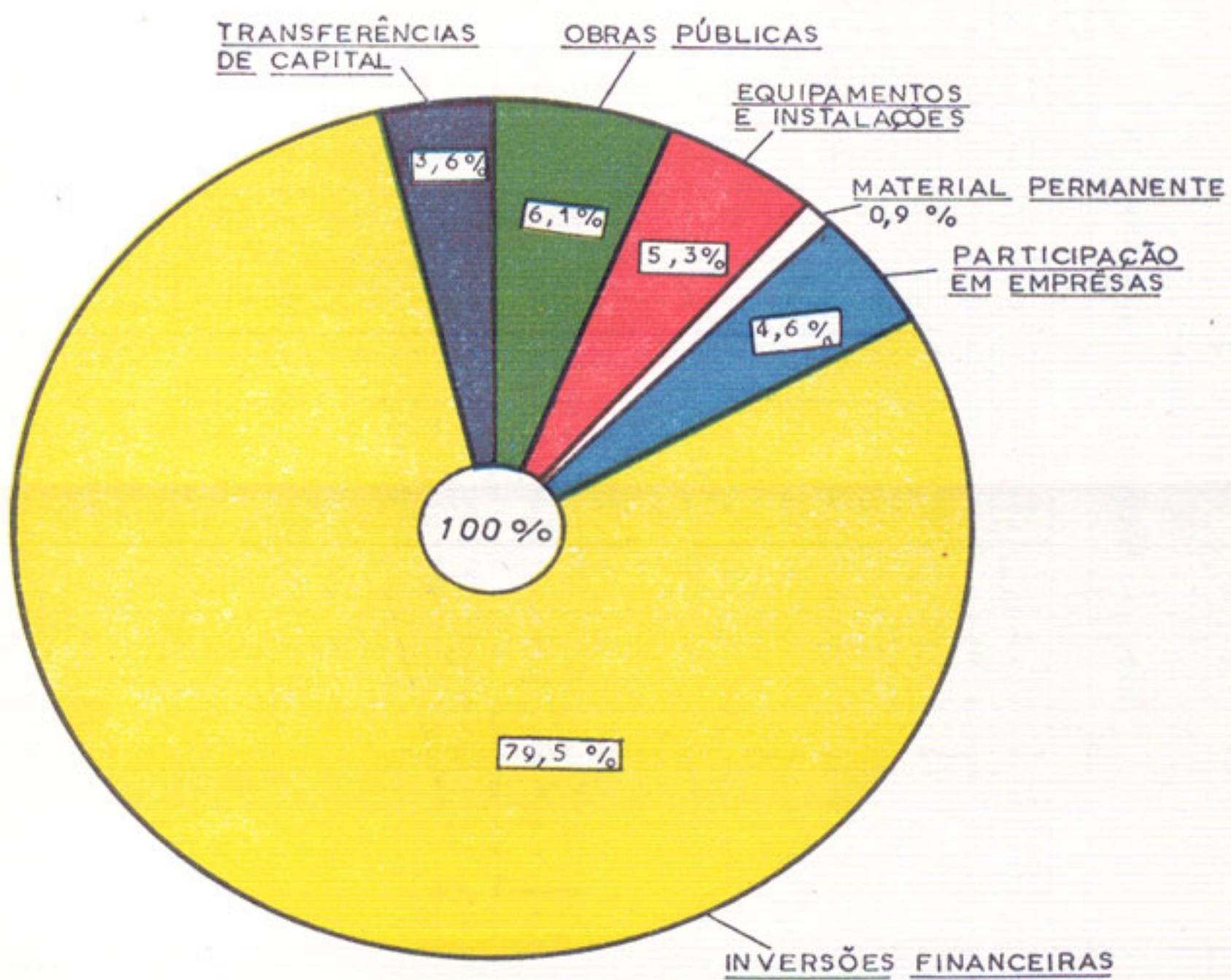
FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do orçamento da obra	Investimentos Anuais do Projeto ou Obra			
					1964	1965	1966	Restantes
Projeto n.º 2								
Construção do Tendal Frigorífico	Porto Alegre	1965	1965	215.000	—	215.000	—	—
P2 — ABASTECIMENTO								
Projeto n.º 1								
Adaptação em Lojas para mercadorias	Porto Alegre	1964	1966	600	200	300	300	—
INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ								
P2 — IND. E COMERCIALIZAÇÃO DE ARROZ								
Projeto n.º 1								
Armazém	Rio Grande	1964	1966	220.000	60.000	80.000	80.000	—
SECRETARIA DA ECONOMIA								
PS — ESTATÍSTICA								
Projeto n.º 1								
Ampliação do 2.º pavimento da sede do Departamento Estadual de Estatística	Porto Alegre	1965	1965	20.000	—	20.000	—	—

P6 — FOMENTO AO TURISMO								
Projeto n.º 1								
Balneários populares	Tramandaí Rio Grande Osório	1964 1965 1966	1964 1965 1966	28.000 29.000 28.000	28.000 — —	28.000 — 28.000	—	—
Projeto n.º 2								
Postos de Salvamento	Diversos	1964	1966	5.000	1.500	1.500	2.000	—
Projeto n.º 3								
Paradeiros	Rio Grande Caxapeva do Sul Quaraí S. Fr. de Assis Rosário do Sul Cerro Largo Tuparenlí Condoreira Caxias Vacaria Forreopilhe Piratini	1964 1964 1964 1964 1965 1965 1965 1965 1966 1966 1966 1966	1964 1964 1964 1964 1965 1965 1965 1965 1966 1966 1966 1966	15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000	15.000 15.000 15.000 15.000 — — — — — — — —	— — — — 15.000 15.000 15.000 15.000 — — — —	— — — — — — — — 15.000 15.000 15.000 15.000	— — — — — — — — — — — —
Projeto n.º 4								
Mirantes	Diversos	1964	1966	10.000	3.500	3.500	3.000	—
Projeto n.º 5								
Parques do Turismo (Torres, Rio Grande, Irajá, Canele)	Diversos	1964	1966	100.000	40.000	40.000	20.000	—
Projeto n.º 6								
Estâncias Típicas	Gravataí	1964	1966	30.000	10.000	10.000	10.000	—
Projeto n.º 7								
Certames e exposições	Diversos	1964	1966	60.000	20.000	20.000	20.000	—

I) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro B-4 — Investimentos Reais

ÁREA: ECONÔMICA

Distribuição percentual dos gastos de capital, no triênio



Quadro n.º B-3

ÁREA ECONÔMICA

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS REAIS

PROJETO - GRUPO - PROGRAMA	Órgão	Código	1964			1965			1966			TOTAL DO PERÍODO		
			Equipa- mentos e Instalações	Materiais Pármaco- méticos	Participa- ção em Empresas	Órgão Vipac	Total	Órgão Vipac	Equipar- amento e Instalações	Materiais Pármaco- méticos	Participa- ção em Empresas	Órgão Público	Equipar- amento e Instalações	Materiais Pármaco- méticos
I - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS														
Secretaria da Agricultura	26.7	61.7	6.6	-	100.0	40.9	52.9	6.2	-	100.0	48.2	40.0	5.3	-
P.A. - Administração Geral	26.0	65.3	14.7	-	100.0	24.1	60.2	11.7	-	100.0	20.0	57.2	17.8	-
P.A. - Administração Geral	71.3	85.9	14.1	-	100.0	86.7	33.3	-	-	100.0	86.3	34.2	1.9	-
P.A. - Administração Interna	4.3	22.2	-	-	100.0	36.9	34	-	-	100.0	47.5	44.7	6.9	-
P.A. - Fomento e Desenvolvimento Regional	26.5	63.5	9.7	-	100.0	42.8	7.8	-	-	100.0	40.0	30.2	3.2	-
P.A. - Fomento e Desenvolvimento Regional	14.3	67.5	16.0	-	100.0	9.4	81.3	10.3	-	100.0	25.1	56.0	8.9	-
P.A. - Pesquisas Minerais	4.2	70.5	35.2	-	100.0	5.1	68.2	26.6	-	100.0	4.7	10.3	14.0	-
Indústria Rio Grande do Sul														
P.A. - Instituto Orçeste	12.5	31.7	15.8	-	100.0	21.4	22.7	5.9	-	100.0	0.7	12.4	-	-
Indústria Química de Informações Agência														
P.A. - Conselho Nacional de Desenvolvimento e Legalização da Tinta	22.7	54.0	1.6	-	100.0	42.6	46.2	1.7	-	100.0	61.7	35.9	1.4	-
II - INDÚSTRIA E COMÉRCIO														
Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul	24.1	3.8	7.3	-	100.0	39.6	36.2	4.9	-	100.0	54.2	22.4	12.4	-
P.A. - Conselho de Trânsito Automóvel														
Câmara Brasileira Industrial														
P.A. - Fomento à Pesquisa Popular														
Comitê de Desenvolvimento do Estado														
P.A. - Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica														
Departamento de Gestão do Estado														
P.A. - Exploração da Jóquei Clube														
Departamento Estadual de Abast. de Básico	35.4	10.2	1.4	-	100.0	68.4	10.7	-	-	100.0	-	35.5	9.2	-
P.A. - Administração Central	71.8	28.2	-	-	100.0	74.7	25.3	-	-	100.0	74.7	25.2	-	-
P.A. - Indústria-Agrícola da Tinta	92.2	7.5	0.3	-	100.0	91.2	8.6	0.2	-	100.0	47.2	51.3	1.2	-
P.A. - Federação de Karting														
Setor Set Rio Grandense de Comércio	5.9	76.3	18.1	-	100.0	94.9	4.2	0.9	-	100.0	2.6	93.0	17.4	-
P.A. - Administração Central	26.9	24.9	42.2	-	100.0	99.6	0.2	0.2	-	100.0	48.0	32.0	9.5	-
P.A. - Abastecimento	1.8	24.0	14.2	-	100.0	73.3	83.2	14.0	-	100.0	2.3	83.2	14.0	-
Indústria Rio Grande do Sul														
P.A. - Administração Central	20.9	2.6	0.3	-	100.0	76.1	88.9	6.6	-	100.0	35.3	51.4	5.0	-
P.A. - Administração Central e Comunicação do Arroz	1.1	0.7	0.2	-	100.0	42.2	47.3	3.5	-	100.0	4.2	4.2	0.3	-
P.A. - Abastecimento	91.1	0.9	0.9	-	100.0	91.5	7.2	0.7	-	100.0	94.7	5.3	-	-
Secretaria da Fazenda														
P.A. - Administração Central	29.4	3.9	2.3	-	100.0	65.1	100.0	-	-	100.0	12.0	11.0	17.2	-
P.A. - Administração Central														
P.A. - Administração Central	0.9	0.6	0.6	-	100.0	98.4	100.0	-	-	100.0	100.0	100.0	12.3	-
P.A. - Administração Central														
P.A. - Administração Central e Comunicação do Arroz														
P.A. - Administração Central e Comunicação do Arroz	36.3	63.2	-	-	100.0	100.0	-	-	-	100.0	82.4	17.0	9.7	-
P.A. - Administração Central e Comunicação do Arroz														
P.A. - Administração Central e Comunicação do Arroz	40.9	57.1	0.7	-	100.0	66.4	43.2	3.2	-	100.0	36.7	46.0	4.0	-
P.A. - Administração Central e Comunicação do Arroz	95.7	4.1	-	-	100.0	92.9	4.5	0.6	-	100.0	95.3	3.9	0.3	-
Secretaria da Fazenda														
P.A. - Energia Elétrica do Paraná														
P.A. - Energia Elétrica do Paraná														
TOTAL	27.9	33.1	5.5	34.4	100.0	23.2	24.1	4.1	33.6	100.0	49.5	40.9	7.3	31.4
														27.2

Quadro n.º B-6
ÁREA ECONÔMICA
DESPESA DE CUSTEIO
 (em milhares de Crf de 1940)

RNCJO - DÉPENDO - PROG. FAMA	Pessoal	1 9 6 4			1 9 6 5			1 9 6 6			TOTAL DO TÉRCIO			
		Móvel de Consumo e dormitórios	TOTAL	Pessoal	Móvel de Consumo e dormitórios	TOTAL	Pessoal	Móvel de Consumo e dormitórios	TOTAL	Pessoal	Móvel de Consumo e dormitórios	TOTAL	Pessoal	
I - DESPESAS NATURAIS E AGRONOMIA														
Salário de Administração	2.311.974	1.879.411	2.743.155	2.369.783	1.789.797	3.017.927	6.370.773	1.774.524	4.792.721	7.991.734	4.923.747	12.915.508	9.744.647	
P1 - Administração Central	1.747.301	1.646.414	2.047.515	1.877.007	1.427.612	2.024.072	3.324.614	1.544.253	2.247.328	5.640.281	3.114.341	6.750	349.933	
P2 - Administração Externa	31.376	26.751	111.651	48.638	26.751	60.365	117.721	59.366	20.486	171.151	49.607	27.442	262.127	
P3 - Fazenda e Defesa do Produto Vegetal	37.111	9.347	65.729	58.253	67.407	59.366	117.721	1.739.964	1.147.162	761.648	1.007.000	1.255.300	1.056.712	
P4 - Fazenda e Defesa do Produto Animal	913.390	520.410	1.492.006	860.026	727.370	1.246.601	1.246.601	105.645	105.645	419.080	1.251.000	1.461.639	3.445.249	
P5 - Fazenda e Defesa da Materiais	63.960	40.418	107.738	107.510	105.645	105.645	173.303	20.760	107.610	174.370	201.263	271.158	477.126	
Instituto de Orçamento de Armas	174.049	70.267	245.155	167.741	97.190	210.921	197.734	66.202	704.046	547.388	344.726	609.124	58.677	
P6 - Instituto Gabinete de Belas Artes	174.049	70.267	245.155	167.741	97.190	210.921	197.734	66.202	704.046	547.388	344.726	609.124	58.677	
P7 - Instituto Histórico e Geográfico	317.745	157.730	440.485	405.758	280.600	743.234	614.995	303.050	615.995	1.525.995	812.780	2.241.715	1.692.908	
II - INDÚSTRIA E COMÉRCIO														
Instituto de Vidaiva do Rio Grande do Sul	1417.324	9.325.734	10.023.073	1.279.901	6.942.056	10.741.209	1.197.526	9.363.767	11.421.203	5.312.078	74.921.987	32.777.345	-	
P1 - Comércio de Produtos Alimentícios	9.814	6.942	16.857	9.954	6.945	16.859	9.954	16.859	16.859	14.890	29.843	26.124	-	
P2 - Comércio Veicular, Construção, Recreio, Esportes e Lazer e Turismo	215.745	290.536	474.271	294.179	264.174	344.200	240.313	295.402	434.375	394.303	278.572	1.692.908	-	
Instituto de Pesquisas e Aplicações Técnicas	43.620	9.620	52.620	71.447	9.471	31.111	91.802	7.984	101.842	206.349	14.435	291.004	-	
Instituto de Pesquisa de Peces Aquáticos	38.079	80.279	890.128	391.394	891.229	890.127	891.229	891.229	891.229	891.229	114.697	2.513.687	2.676.384	
Instituto Estadual de Administração	444.207	3.635.620	4.029.057	460.537	3.768.193	4.429.000	477.027	4.373.745	4.351.672	1.301.751	11.998.958	21.379.209	-	
Instituto Histórico Geral	186.854	146.920	203.244	168.524	114.933	202.007	186.374	126.123	200.462	566.727	353.626	910.408	-	
Instituto Industrialização de Laticínios	234.654	3.271.246	3.503.900	248.274	2.991.196	2.843.971	248.071	3.955.917	4.123.967	752.427	10.824.457	21.371.592	-	
Instituto de Pesquisas de Fertilizantes	22.529	24.264	269.313	272.529	271.462	293.991	22.529	22.529	22.529	294.369	42.517	916.953	884.412	
Instituto de Pesquisa da Indústria	276.634	136.125	1.104.939	212.874	693.133	1.116.007	214.324	910.194	1.120.547	652.112	2.606.411	2.349.511	-	
Instituto Federal de Ciências da Terra	56.411	61.519	117.961	57.451	61.450	116.001	57.921	61.570	110.341	173.851	164.620	266.503	-	
Instituto Federal de Santa Catarina	180.423	826.575	986.976	160.420	936.593	997.008	163.422	818.521	1.009.006	431.267	2.511.243	2.791.010	-	
Instituto Histórico e Geográfico	372.431	2.745.181	3.138.417	304.317	2.574.278	3.277.313	411.903	2.993.728	3.493.728	1.179.070	4.437.845	9.016.715	-	
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná	184.029	29.476	212.429	204.715	30.891	306.606	213.746	32.436	233.627	612.870	92.327	293.717	-	
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul	315.227	2.734.601	2.971.637	183.292	2.042.187	3.002.419	184.006	2.840.039	3.146.406	1.146.414	9.100.948	-	-	
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná	316.459	34.244	169	315	310	160	310	310	310	160	9.370	10.020	-	
Instituto Histórico Geral	35.463	11.574	47.587	32.959	41.053	50.429	37.493	44.707	395.198	651.640	115.014	1.036.654	-	
Instituto Industrialização de Produtos	56.613	2.679	50.312	43.051	43.051	52.605	51.146	52.605	52.605	51.146	27.976	110.701	-	
Instituto Industrialização e Exportação Fertilizantes	17.477	2.555	26.092	27.325	26.092	27.325	26.092	27.325	27.325	27.325	192.774	8.659	201.303	-
Instituto Industrialização e Exportação Fertilizantes	41.409	4.155	45.534	46.765	46.765	48.367	45.345	51.174	51.174	51.174	163.994	3.004	114.027	-
Instituto Industrialização e Exportação Fertilizantes	20.209	22.170	43.957	22.317	24.229	33.546	51.350	55.937	55.937	55.937	129.530	13.079	152.679	-
Instituto Industrialização e Exportação Fertilizantes	14.690	14.190	20.60	20.60	14.900	43.163	21.571	21.571	21.571	21.571	216.138	73.043	286.239	-
Instituto Industrialização e Exportação Fertilizantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.024	44.793	124.759	-
Instituto Industrialização e Exportação Fertilizantes	1.931.374	9.811.145	13.016.426	4.289.166	10.251.206	15.120.741	8.795.763	11.211.674	11.211.674	11.211.674	11.211.674	11.211.674	21.917.254	45.153.614

ÁREA ECONÔMICA

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO CUSTEIO

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	1964			1965			1966			TOTAL DO TRIENIO		
	PESSOAL	Mat. Consumo e demais despesas de custeio		TOTAL	PESSOAL	Mat. Consumo e demais despesas de custeio		TOTAL	PESSOAL	Mat. Consumo e demais despesas de custeio		TOTAL
		PESSOAL	TOTAL			PESSOAL	TOTAL			PESSOAL	TOTAL	
I - RECURSOS NATURAIS E AGROMICROÁREA												
Secretaria da Agricultura	61,8	38,1	100,0	59,1	40,9	100,0	62,9	37,1	100,0	61,3	38,7	100
P.II - Administração Central	23,2	26,6	100,0	25,0	24,7	100,0	24,5	25,5	100,0	24,4	25,6	100
P.III - Administração Interna	86,1	13,9	100,0	84,2	15,8	100,0	87,1	12,9	100,0	86,3	13,6	100
P.IV - Fomento e Defesa da Produção Vegetal	63,0	37,0	100,0	55,8	44,2	100,0	60,0	40,0	100,0	59,3	40,5	100
P.V - Fomento e Defesa da Produção Animal	57,9	42,1	100,0	58,0	42,0	100,0	60,6	36,4	100,0	60,0	40,0	100
P.VI - Pesquisas Minerais	30,1	20,0	100,0	39,0	61,0	100,0	39,4	60,4	100,0	62,2	37,8	100
Instituto Rio-Grandense do Arroz												
P.III - Extensão Oficial	69,3	30,7	100,0	69,3	30,5	100,0	69,2	30,8	100,0	69,5	30,5	100
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária												
P.IV - Caminhos Vicinais, Colonização, Recolonização e Legalização de Terras	80,5	19,5	100,0	64,0	35,7	100,0	67,2	32,8	100,0	64,4	35,6	100
II - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	16,0	84,0	100,0	14,5	83,5	100,0	16,7	83,3	100,0	16,5	83,3	100
Márcia de Valores do Rio Grande do Sul												
P.II - Comércio de Títulos Mobiliários	92,7	7,3	100,0	32,6	47,4	100,0	52,7	47,3	100,0	52,7	47,2	100
Celcos Econômicos Estaduais												
P.II - Fomento à Poupança Popular	81,7	18,3	100,0	82,8	17,2	100,0	50,7	49,3	100,0	50,9	49,2	100
III - ECONOMIA												
P.II - Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica	88,7	11,3	100,0	88,3	11,7	100,0	90,2	9,8	100,0	87,9	12,1	100
Departamento de Loteria do Estado												
P.II - Exploração de jogos lotéricos	4,0	95,6	100,0	4,4	95,6	100,0	4,4	95,6	100,0	4,4	95,6	100
Departamento Estadual de Abast. de Leite	10,9	89,1	100,0	10,0	89,7	100,0	9,6	90,2	100,0	10,3	89,7	100
P.I - Administração Central	81,5	28,5	100,0	61,4	38,6	100,0	61,1	38,9	100,0	61,4	38,6	100
P.II - Industrialização do Leite	6,7	93,3	100,0	6,5	93,5	100,0	6,3	93,7	100,0	6,5	93,5	100
P.III - Fabricação de Ferramentas	8,4	91,6	100,0	7,7	92,3	100,0	7,0	93,0	100,0	7,4	92,4	100
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	19,6	80,4	100,0	19,5	80,5	100,0	19,3	80,7	100,0	19,5	80,5	100
P.I - Administração Central	47,3	52,2	100,0	48,3	51,7	100,0	48,4	51,6	100,0	48,2	51,8	100
P.II - Abatedouro	16,7	83,3	100,0	16,0	84,0	100,0	15,8	84,2	100,0	16,1	83,9	100
Instituto Rio-Grandense do Arroz	11,9	88,1	100,0	12,0	88,0	100,0	12,1	87,9	100,0	12,0	88,0	100
P.I - Administração Central	86,2	13,6	100,0	86,9	13,1	100,0	87,3	12,7	100,0	86,9	13,1	100
P.II - Industrialização e Comercialização do Arroz	8,3	93,7	100,0	6,1	93,9	100,0	8,0	94,0	100,0	6,1	93,9	100
P.IV - Assinilância Habitacional	95,2	4,8	100,0	95,2	4,8	100,0	95,1	4,8	100,0	95,2	4,8	100
Secretaria da Economia												
P.I - Administração Central	74,9	25,1	100,0	75,1	24,9	100,0	75,0	25,0	100,0	74,1	24,0	100
P.II - Auxílio à Produção	95,4	4,6	100,0	95,8	4,2	100,0	94,0	4,0	100,0	95,8	4,2	100
P.III - Planejamento e Expenditóio Econômico	67,3	12,7	100,0	93,3	6,7	100,0	97,9	2,1	100,0	93,0	7,0	100
P.IV - Assistência ao Cooperativismo	90,9	7,1	100,0	91,5	8,5	100,0	91,0	8,2	100,0	91,4	8,4	100
P.V - Estatística	75,9	24,2	100,0	74,3	25,2	100,0	74,1	25,9	100,0	74,7	25,3	100
P.VI - Fomento ao Turismo	30,5	49,5	100,0	65,5	24,5	100,0	72,5	27,5	100,0	65,3	34,7	100
Secretaria da Fazenda												
P.VII - Encargos Gerais do Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26,4	71,4	100,0	28,8	71,1	100,0	32,4	67,6	100,0	29,2	70,7	100

Quadro n.º 14
ABAC ECONÔMICA

INVESTIMENTOS FINANCEIROS
Em milhares de Cr. do Brasil

Função - Objeto - Programa	1962				1963				1964				TOTAL DO PERÍODO				
	Aquisição de Imóveis	Fundo Social e Geral Empresarial	Gastos Financeiros	Total	Aquisição de Imóveis	Fundo Social e Geral Empresarial	Gastos Financeiros	Total	Aquisição de Imóveis	Fundo Social e Geral Empresarial	Gastos Financeiros	Total	Aquisição de Imóveis	Fundo Social e Geral Empresarial	Gastos Financeiros	Total	
I - INVESTIMENTOS FINANCEIROS E ADQUISIÇÕES																	
Serviços de Administração	-	2.259.954	16.000	2.275.954	-	2.315.150	20.000	2.335.150	-	2.350.771	20.000	2.370.771	-	5.942.913	55.000	5.987.913	
P1 - Administração Geral	-	38.500	-	38.500	-	40.473	-	40.473	-	42.446	-	42.446	-	121.371	-	121.371	
P11 - Administração Financeira	-	36.500	-	36.500	-	39.473	-	39.473	-	41.446	-	41.446	-	121.371	-	121.371	
P111 - Executiva e Orçamentária Pública e Executiva e Operação Legislativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P1111 - Executiva e Operação da Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P11111 - Executiva e Operação da Administração Pública - Despesas Municipais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mobilidade São Paulo - Governo do Estado	-	241.482	16.000	257.482	-	234.721	20.000	254.721	-	243.379	20.000	263.379	-	764.544	55.000	789.544	
Indústria Química de Refinaria Araraquara	-	2.029.000	-	2.029.000	-	2.070.000	-	2.070.000	-	2.100.000	-	2.100.000	-	6.000.000	-	6.000.000	
P12 - Caminhos Vicinais, Colaboração, Licenciamento e Implantação da Ferrovia	-	20.000	17.000	37.000	13.004.911	16.000	17.000	13.266.911	20.000	17.000	13.379.911	17.482.11	10.000	17.000	19.000	39.674.042	55.000.000
II - INDUSTRIAS E QUATRO																	
Márcia de Valores da Rua Consolação de São Paulo - Companhia de Transportes Metropolitanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P13 - Fomento à Propriedade Industrial e Desenvolvimento da Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P131 - Fomento, Propriedade e Administração Técnica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Departamento de Leilões da Sesai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P14 - Exploração de Jóias, Relógios e Departamento Estadual de Minas da Sesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P15 - Administração Geral	-	22.697	17.482	39.179	-	33.864	17.000	50.864	-	34.492	17.154	51.646	-	120.453	107.402	120.453	
P16 - Industrialização do Leste	-	24.643	17.482	42.125	-	25.154	17.000	42.154	-	30.242	17.154	47.394	-	120.453	107.402	120.453	
P17 - Fazenda da Fluminense	-	4.050	6.457	10.507	-	4.650	6.457	11.107	-	4.650	6.457	11.107	-	11.950	11.950	11.950	
Indústria Sistel da Sesião de Tâmaras	-	2.124.270	5.738.770	7.862.940	-	2.126.000	5.738.770	7.862.940	-	2.131.600	5.738.770	7.862.940	-	9.456.270	9.456.270	9.456.270	
P18 - Administração Central	-	24.220	14.220	38.440	-	24.260	14.220	38.480	-	24.270	14.220	38.490	-	94.270	94.270	94.270	
P19 - Abastecimento	-	3.260.000	-	3.260.000	-	3.210.000	-	3.210.000	-	3.116.000	-	3.116.000	-	9.320.000	-	9.320.000	
Sistel da Sesião de Araras	-	20.000	17.000	37.000	13.004.911	16.000	17.000	13.266.911	20.000	17.000	13.379.911	17.482.11	10.000	17.000	19.000	39.674.042	55.000.000
P20 - Administração Central	-	17.000	17.000	34.000	-	17.000	17.000	34.000	-	17.000	17.000	34.000	-	30.000	-	30.000	
P21 - Industrialização e Comercialização do Arroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P22 - Administração Regional	-	20.000	-	20.000	-	22.327.924	10.000	30.000	-	24.176.700	10.000	34.176.700	-	6.348.700	50.000	6.348.700	
Santander da Fazenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P23 - Administração Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P24 - Administração e Produtos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P25 - Abastecimento e Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P26 - Administração da Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P27 - Industrialização do Laticínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	20.000	2.200.000	13.000.000	15.320.000	15.320.000	12.419.675	12.419.675	24.720.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	24.720.000	

(*) Correção de Superávit.

Quadro n.º 8-9

TRANSPARENCIA, CORRUPCIÓN Y DE CAPITAL

卷之三

FUNDOS - ORÇAMENTO - PROGRAMA		1964										TOTAL DO TÍTULO	
Função	Centro de Gestão	Fundos	de Capital	Total	Ressarcimento Corrente	Ressarcimento Capital	Total	Impressões de Capital	Ressarcimento Corrente	Total	Ressarcimento de Capital	Total	
I - RECURSOS NATUREZA E AGRICULTURA		2.311.001		2.311.001	7.298.916								
Secretaria de Agricultura		2.244.779		2.244.779	7.277.909								
PJ - Administração Central		2.020.562		2.020.562	2.011.250								
PJ - Administração Externa		468		468	468								
PJ - Executivo e Defesa da Pessoal		173.050		173.050	173.000								
PJ - Finanças e Defesa da Pessoal		14.069		14.069	12.215								
PJ - Finanças Municipais		26.000		26.000	27.200								
Instituto Rio Brachane de Artes													
PJ - Estado Geral													
Instituto De Arte da Bahiana													
AJ - Comunicação Social													
Instituto De Arte da Bahiana													
AJ - Comunicação Social													
II - INDUSTRIAS E COMÉRCIO		943.468		671.000	1.614.468	477.759	704.000	1.381.258	1.010.278	779.400	1.751.738	7.991.704	7.914.000
Alta de Fazenda da Sua Grandeza													
PJ - Comércio de Produtos Necessários		2.070		2.070	2.070				2.070	2.070	2.070		6.210
Clube Esportivo Bahia													
PJ - Fomento à Propriedade Rural													
Conselho de Desenvolvimento do Estado													
PJ - Fomento, Previsão e Assistência													
Técnica													
Departamento de Letras da Escola													
PJ - Exploração de Recursos Naturais													
Departamento Estadual da Água da Beira													
PJ - Administração Central													
PJ - Incentivo à Produção Industrial													
PJ - Incentivo de Formação Profissional													
Instituto São Clemente do Ceará													
AJ - Administração Geral													
PJ - Abastecimento													
Batalhão De Guardas do Bem													
PJ - Administração Geral													
PJ - Incentivo à Comerciação													
PJ - Administração Municípios													
Sociedade dos Brasileiros													
PJ - Administração Central													
PJ - Administração à Produção													
PJ - Planejamento e Expansão Económica													
PJ - Assistência à Desenvolvimento													
PJ - Fomento ao Turismo													
PJ - Logística													
Sociedade dos Ex-Prisioneiros													
PJ - Transportes Gerais do Estado													
PJ - Banco Regional do Desenvolvimento													
PJ - Sistema Sul Nordestino													
TOTAL		3.254.249		671.000	3.925.249	3.470.234	3.980.234	1.216.641	7.29.000	9.347.314	7.114.000	11.961.341	11.961.341

Quadro n.º B-10

ÁREA ECONÔMICA
DESPESA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Em milhares de Gs de 1964

FUNÇÃO - DÉSJO - PROGRAMA										194.4					194.5					194.6													
Código	Total Cor.	Indus. pétrol.	Indus. fértil.	Tanq. Gás	Total	Código	Venda Cor.	Mercado fornec.	Ind. fornec.	Tanq. Cor.	Total	Código	Venda Cor.	Mercado fornec.	Ind. fornec.	Tanq. Cor.	Total	Código	Venda Cor.	Mercado fornec.	Ind. fornec.	Tanq. Cor.	Total										
I - RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA	3.743.915	3.111.001	2.670.196	2.315.684	-	10.402.564	4.279.273	2.268.976	1.389.525	2.335.136	-	10.522.412	4.172.171	2.304.163	1.381.723	2.320.773	-	11.134.877	4.112.779	2.325.328	1.228.876	6.624.418	42.444	-									
Subseção da Agropecuária	2.847.515	2.241.729	1.169.875	38.546	-	8.240.912	2.274.519	2.277.503	482.217	42.425	-	8.112.779	2.325.328	2.228.876	6.624.418	42.444	-	8.523.346	2.347.571	91.233	2.347.571	91.233	-										
P-1 - Administração Central	111.061	37.016.549	91.050	-	-	2.162.973	112.251	1.051.673	9.900	-	-	2.172.771	121.171	7.611.226	13.200	-	-	2.142.571	90.775	68.507	68.507	468	-										
P-2 - Administração Pública	66.558	468	21.309	-	-	88.426	62.603	-	-	-	-	88.426	1.329.000	173.800	322.000	41.825	-	2.255.473	1.009.075	173.000	305.000	42.444	-										
P-3 - Comunicação Social	1.452.000	-	-	-	-	2.028.520	1.329.000	-	-	-	-	1.452.005	1.246.661	15.215	185.260	-	-	1.452.166	1.155.000	15.573	189.470	42.444	-										
P-4 - Pesquisa Científica	125.561	-	94.470	-	-	490.708	173.200	-	-	-	-	490.708	49.792	-	-	-	-	298.527	176.170	28.063	108.178	-	-										
P-5 - Produção Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
P-6 - Produção da Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
P-7 - Extratores Críicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
P-8 - Indústria Química e Refinaria Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
P-9 - Comércio, Viagens, Correspond. Postal e Logística de Transporte	840.485	840.485	7.968	654.735	2.000.000	-	5.522.715	705.235	10.224	-	-	653.024	204.048	64.384	46.708	274.311	-	4.255.614	915.093	12.063	1.022.107	7.620.000	-	-	4.255.806	-							
II - INDUSTRIA E COMÉRCIO	10.072.073	943.448	2.016.843	12.034.941	671.000	26.733.965	10.741.200	977.118	2.252.258	13.129.474	704.000	27.982.199	11.672.203	1.010.478	492.506	1.458.633	729.000	27.074.911	-	-	-	-	-	-	-	-							
Bala da Vida e do Rio Grande do Sul	10.070	2.070	1.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
P-10 - Centro de Negócios Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Gás Industrial Brasileiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
P-11 - Transporte e Rodovias Pôrtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Centro de Desenvolvimento da Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
P-12 - Participação Industrial e Agrícola	52.920	2.880	800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Departamento da Indústria do Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
P-13 - Logística da Logística Industrial	800.024	313.000	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Empreendimentos Industriais da Áreas da Terra	4.019.057	47.079	203.621	22.497	-	4.410.965	4.447.023	83.561	317.924	39.804	-	4.946.310	4.851.622	88.213	69.970	34.921	-	6.044.277	6.034.471	88.213	11.778	20.842	-	-	-	-	-						
P-14 - Administração Central	200.041	31.753	17.100	99.048	-	201.134	30.547	31.987	41.215	39.154	-	201.134	30.547	31.987	41.215	39.154	-	4.212.526	4.212.526	321.135	2.983	-	-	-	-	-							
P-15 - Indústria, Artes e Letras	2.305.960	28.298	788.444	-	-	2.814.614	5.847.622	36.494	366.200	4.686	-	2.814.614	5.847.622	36.494	366.200	4.686	-	4.653	325.763	325.763	2.983	-	-	-	-	-	-						
P-16 - Fábricado da Serraria	2.589.913	2.589.913	4.455	-	-	2.959.961	2.959.961	4.455	-	-	-	2.959.961	2.959.961	4.455	-	-	-	4.501.843	4.501.843	11.835	3.216.000	-	-	-	-	-	-						
“) Despesa da Áreas da Terra	1.204.359	43.228	32.443	2.234.770	-	1.740.635	1.740.635	116.003	228.815	5.314.600	-	1.740.635	1.740.635	116.003	228.815	5.314.600	-	4.501.843	4.501.843	11.835	3.216.000	-	-	-	-	-	-						
P-17 - Administração Central	117.931	20.955	1.750	2.170	-	174.046	174.046	116.003	20.955	10.035	-	174.046	174.046	116.003	20.955	10.035	-	1.401.824	1.401.824	11.835	3.216.000	-	-	-	-	-	-						
P-18 - Administração Pública	422.998	25.290	10.713	3.200.000	-	422.998	422.998	99.006	23.290	10.813	-	422.998	422.998	99.006	23.290	10.813	-	4.301.071	4.301.071	11.835	3.216.000	-	-	-	-	-	-						
P-19 - Indústria das Operações de Serviços	423.429	36.222	264.606	10.000	-	504.431	229.066	42.254	54.510	10.000	-	504.431	229.066	42.254	54.510	10.000	-	247.410	235.604	42.254	54.510	10.000	-	3.627.232	3.627.232	11.835	3.216.000	-	-	-	-	-	-
P-20 - Administração Central	423.429	36.222	264.606	10.000	-	504.431	229.066	42.254	54.510	10.000	-	504.431	229.066	42.254	54.510	10.000	-	247.410	235.604	42.254	54.510	10.000	-	3.627.232	3.627.232	11.835	3.216.000	-	-	-	-	-	-
P-21 - Administração Pública	423.429	36.222	264.606	10.000	-	504.431	229.066	42.254	54.510	10.000	-	504.431	229.066	42.254	54.510	10.000	-	247.410	235.604	42.254	54.510	10.000	-	3									

Quadro n.º B-11
ÁREA: ECONÔMICA

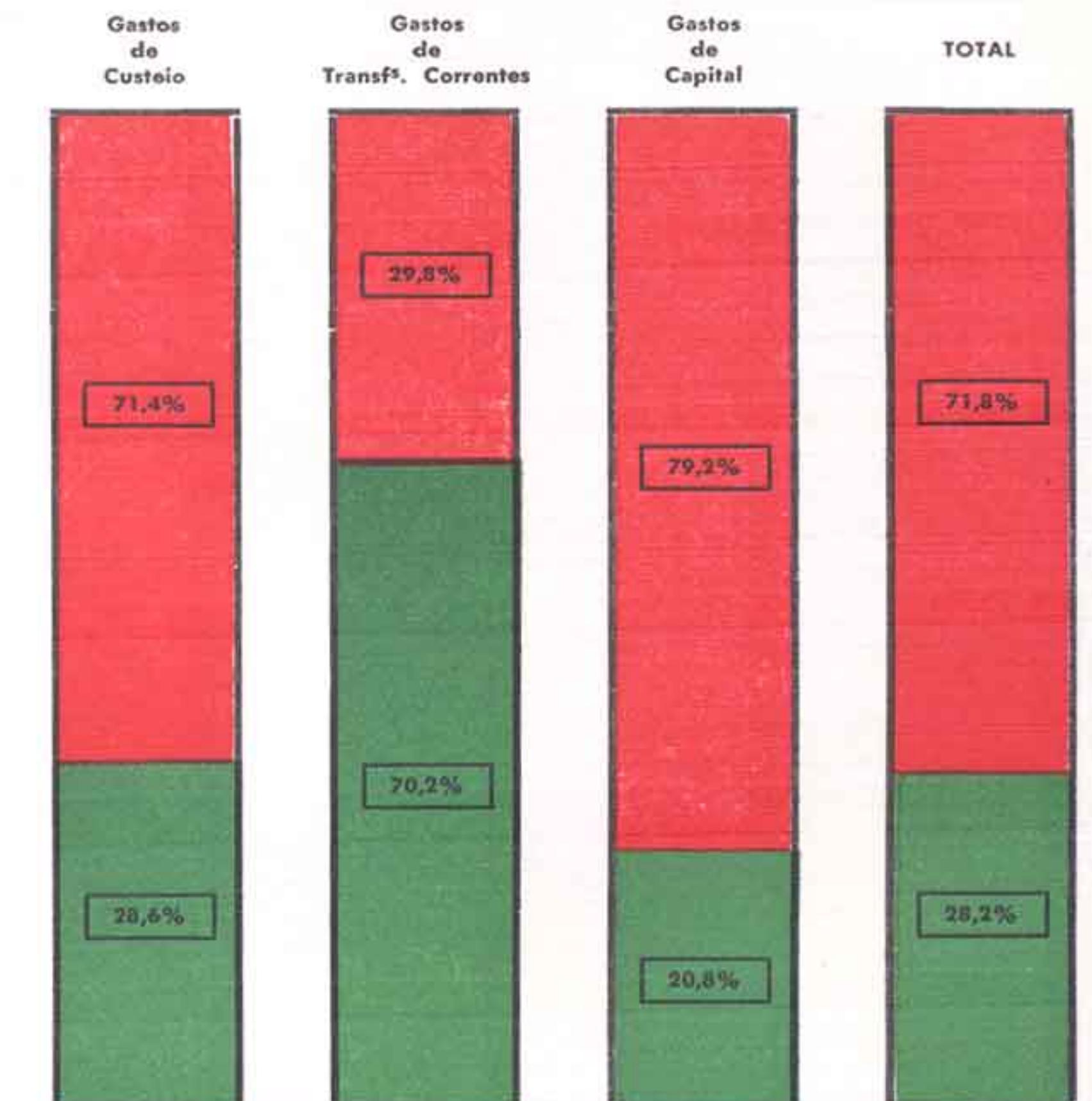
DESPESA TOTAL DO TRIÊNIO - 1964/66 - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

(Em milhares de Cr. S de 1964)

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	TRÍENIO					
	Custo	Transf. Corrente	Investi- mentos	Inversões Financeiras	Transf. Capital	TOTAL
I - RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA	12.915.501	6.916.180	5.265.799	7.001.915	-	32.093.355
Secretaria de Agricultura	9.764.662	6.700.600	2.391.100	121.371	-	19.077.740
P-I - Administração Central	349.953	6.052.802	45.500	-	-	6.448.255
P-II - Administração Interna	202.772	1.404	64.900	-	-	269.076
P-III - Fomento e Defesa da Produção Vegetal	5.079.000	519.000	1.251.000	321.371	-	6.970.371
P-IV - Fomento e Defesa da Produção Animal	3.655.799	45.437	726.308	-	-	4.429.544
P-V - Pesquisas Mineráis	477.138	81.965	301.400	-	-	860.503
Instituto Rio-Grandense de Arroz						
P-III - Extensão Oficial	809.124	184.544	171.259	820.544	-	1.985.471
Instituto Gaúcho de Reforma Agrária						
P-U - Caminhos Vicinais, Colonização, Recolonização e Legalização de Terras	2.361.715	30.988	2.703.402	6.060.000	-	11.136.115
II - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	32.237.585	2.931.204	4.709.276	39.824.047	2.114.000	81.816.112
Séris de Valores do Rio Grande do Sul						
P-U - Comércio de Títulos Mobiliários	56.697	6.210	2.000	-	-	64.907
Caixa Econômica Estadual						
P-U - Fomento e Poupança Popular	1.802.009	72.906	108.000	-	-	1.873.815
Conselho de Desenvolvimento do Estado						
P-U - Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica	235.004	13.944	5.700	-	-	254.649
Departamento de Loteria do Estado						
P-U - Exploração de jogos lotéricos	2.670.364	939.000	4.500	-	-	3.613.084
Departamento Estadual de Abast. de Leite	13.329.700	256.803	741.502	101.433	-	14.479.447
P-I - Administração Central	920.408	155.595	35.620	87.483	-	1.109.106
P-II - Industrialização do Leite	11.574.839	92.268	705.682	-	-	12.373.009
P-III - Fabricação de Forragem	884.442	8.940	-	13.950	-	902.332
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	3.349.513	136.105	231.125	9.846.270	-	13.023.010
P-I - Administração Central	350.503	60.505	218.780	34.270	-	670.058
P-II - Abastecimento	2.993.010	73.600	32.345	9.832.000	-	12.932.955
Instituto Rio-Grandense de Arroz	9.816.715	1.506.542	392.400	28.356.344	-	40.265.001
P-I - Administração Central	705.717	125.802	351.600	30.000	-	1.212.919
P-II - Industrialização e Comercialização do Arroz	9.100.948	1.073.684	240.800	28.206.344	-	38.921.076
P-IV - Assistência Habitacional	16.050	1.056	-	120.000	-	131.106
Secretaria da Economia						
P-I - Administração Central	1.036.654	5.694	994.049	1.500.000	-	3.535.397
P-II - Assistência à Produção	150.701	1.200	371.304	1.500.000	-	2.073.905
P-III - Planejamento e Expansão Económica	201.303	2.880	3.550	-	-	202.733
P-IV - Assistência ao Cooperativismo	114.032	300	48.915	-	-	162.707
P-V - Estatístico	152.629	-	24.550	-	-	172.179
P-VI - Fomento ao Turismo	289.230	1.254	54.180	-	-	344.664
Secretaria da Fazenda						
P-VI - Encargos Gerais do Estado	128.759	-	492.150	-	-	620.909
- Agro-Finex Piratini	-	-	2.010.000	-	2.114.000	4.124.000
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	-	-	-	-	-	2.010.000
TOTAL	45.153.066	9.847.344	9.975.025	46.825.982	2.114.000	113.915.467

ÁREA: ECONÔMICA

Distribuição percentual dos gastos por Função e Categoria Econômica, no triênio.



$$39,7\% + 8,6\% + 51,7\% = 100,0\%$$



— Recursos Naturais e Agropecuária



— Indústria e Comércio

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS TECNOLOGIAS ECONÔMICAS DO TRIÊNIO

Tecnologia e Órgão	1964						1968						1971						
	Género	Habil.	Tecnol. máquinas	Invenções Físicas	Tecol. Capital	TOTAL	Custo Geral	Transf. monetário	Invest. Capital	Transf. Capital	TOTAL	Custo Geral	Transf. monetário	Invest. Capital	Transf. Capital	TOTAL			
I - INDUSTRIAS MATERIAIS E AGROPECUÁRIA	35,9	22,1	19,3	22,2	-	100	45,6	11,9	14,2	-	100	40,7	11,6	16,4	21,0	-	100		
Secretaria da Agricultura	27,1	71,9	50,7	15,1	-	26,1	29,0	22,2	40,4	-	100	28,5	14,9	-	29,1	28,5	-	100	
Instituto São Paulo de Pesquisas Agrícolas	45,6	24,0	17,8	0,4	-	100	53,3	35,5	10,8	-	100	51,5	35,3	12,6	0,6	-	100		
Indústria e Comércio	30,0	69,0	27,2	0,2	-	16,6	27,9	60,0	17,1	-	100	21,6	68,0	24,0	0,5	-	100		
Indústria e Comércio do Agric.	37,7	8,6	15,7	38,0	-	100	41,2	9,4	7,9	-	100	40,8	9,1	8,6	1,3	-	100		
Indústria e Comércio das Indústrias Agrícolas	1,9	1,8	2,6	1,7	-	1,6	1,8	1,9	1,2	-	1,7	1,8	1,9	1,7	1,8	-	100		
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	13,1	6,7	24,3	57,3	-	100	21,6	6,3	22,6	-	100	21,0	6,2	6,3	24,3	24,4	-	100	
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	4,6	0,2	20,9	13,2	-	9,5	5,2	0,3	22,0	-	9,4	5,6	0,4	47,5	12,8	-	104		
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	37,7	3,5	1,6	48,7	2,5	100	38,4	3,5	4,0	-	100	39,4	3,6	5,7	43,7	2,6	-	100	
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	32,9	29,9	42,3	63,9	100	71,9	21,0	29,8	59,5	-	100	72,3	20,4	20,3	21,5	85,1	100	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	60,0	9,4	4,5	-	-	100	38,2	9,7	2,8	-	100	37,4	9,8	47,2	35,0	100	-	100	
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	0,1	0,0	0,0	-	-	0,2	0,1	0,0	0,0	-	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	69,4	4,1	6,5	-	-	100	90,3	3,9	3,6	-	100	90,3	3,9	3,6	-	-	100	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	3,6	0,1	0,9	-	-	1,5	3,7	0,2	1,0	-	1,6	1,8	0,5	1,7	-	-	1,6	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	47,4	5,2	1,4	-	-	100	92,2	5,3	2,3	-	100	91,9	5,6	2,7	-	-	100	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	0,4	0,0	0,0	-	-	0,2	0,5	0,2	0,0	-	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	71,6	28,0	0,1	-	-	100	78,0	28,0	0,1	-	100	70,9	30,0	0,1	-	-	100	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	6,5	9,6	0,0	-	-	100	9,6	9,6	0,0	-	100	9,1	9,6	9,6	0,0	-	100	-	100
Indústria e Comércio das Indústrias da Indústria	90,9	1,9	6,5	0,7	-	100	90,0	1,7	7,6	-	100	83,4	1,7	1,4	6,7	-	100	-	100
Departamento Estadual de Administração do Trabalho	29,5	2,6	7,2	0,2	-	12,1	29,4	2,6	10,1	-	12,0	29,9	2,7	1,3	0,2	-	13,3	-	12,7
Projeto São Paulo Gendarme do Comércio	8,0	1,0	0,3	21,1	-	10,6	21,7	1,0	4,8	-	10,6	21,6	1,0	0,3	21,6	-	100	-	100
Instituto Rio Grandeiro do Arroz	22,7	14,5	2,2	0,4	-	15,5	21,7	15,1	1,9	-	15,5	22,7	15,5	1,5	21,6	-	11,3	-	11,9
Secretaria da Economia	2,1	0,5	12,1	3,7	-	1,9	2,0	6,4	42,6	-	15,4	11,8	15,3	4,0	40,5	-	15,2	-	100
Secretaria da Fazenda	-	-	5,5	-	43,5	100	-	-	43,1	-	36,5	0,0	-	-	100	-	51,3	-	100
T O I A 4	32,7	2,2	11,5	41,1	1,5	100	29,3	6,5	6,2	-	100	19,7	1,9	-	40,7	-	100	-	100
T O I A 4	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

capacidade operativa mediante convênios com Prefeituras Municipais. Entretanto, o montante dos recursos disponíveis não o permitiu. Havia absoluta necessidade de reequipar os organismos destinados à pesquisa, conservação de recursos naturais renováveis, defesa sanitária vegetal e pesquisa e assistência à fruticultura.

No Departamento Estadual de Abastecimento de Leite estão sem cobertura pelo orçamento dois projetos: a) Ampliação da Colônia de Férias — 3.978 e b) Fábrica de Leite em Pó — 200.000.

As necessidades da Secretaria da Economia referem-se a vários projetos relacionados ao Fomento do Turismo: a) Balneários Populares — 28.000; b) Postos de Salvamento — 1.500; c) Paradouros — 60.000; d) Mirantes — 3.500; e) Parques de Turismo — 40.000; f) Estância Típica — 10.000 e g) Certames e Exposições — 20.000.

Ainda, novamente, deverá ser mencionado o fato de certas despesas de vulto oriundas da comercialização de produtos (IRGA), embora com cobertura orçamentária, não exercerão pressões sobre o tesouro estadual, pois para a sua realização deverá o órgão conseguir financiamento a curto prazo junto ao Governo Federal, através do Banco do Brasil.

6 — FUNÇÃO, RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIA

6.1 — *Considerações Iniciais*

As atividades que o Estado desenvolve, na execução desta função, têm por área de ação, particularmente, o setor primário da economia que, como já se esclareceu, é aonde a mesma tem firmado suas bases.

Da mesma forma evidenciou-se que o setor primário estadual, caracteriza-se pelo fato de que mais de 95% do produto gerado no setor flue da lavoura e da pecuária.

O Rio Grande, portanto, ainda é um Estado caracteristicamente agropecuário. Não significa isto que não se considere as imensas perspectivas que guardam para o futuro um tratamento adequado da produção florestal e da piscicultura.

Os programas e políticas governamentais de desenvolvimento agropecuário podem classificar-se em quatro grupos:

- 1 — fornecimento de insumos físicos: fertilizantes químicos e adubos orgânicos, sementes melhoradas, obras e irrigação, recuperação ou reabilitação, de terras, material para profilaxia;
- 2 — medidas de melhoramentos da eficiência que objetivam incrementar o fluxo de conhecimentos do setor: pesquisa, experimentação e difusão de práticas culturais melhoradas;
- 3 — medidas de política econômica, subvenções, crédito supervisionado, medidas tributárias que estimulem ou desestimulem determinada produção;
- 4 — reformas institucionais: reforma agrária.

Através da Secretaria da Agricultura serão desenvolvidos programas cujas características se enquadram nos dois primeiros itens. Da mesma forma o Instituto Rio-Grandense do Arroz, através do programa "Extensão Orizícola".

As medidas de política econômica, em certa medida, fogem à alcada do poder público estadual, quando se as considera no sentido amplo da expressão.

A Secretaria de Economia e o Conselho de Desenvolvimento do Estado deverão prosseguir os estudos relativos aos problemas de comercialização e crédito para fundamentar medidas neste sentido.

Cabe ao Instituto Gaúcho de Reforma Agrária o desenvolvimento de programa correspondente ao item quatro; cumpre salientar que de forma parcial, ou seja, promovendo a formação de núcleos coloniais.

6.1.1 — Situação atual

No capítulo introdutório à área econômica, através do qual pretendeu-se registrar as características marcantes da economia do Rio Grande, acredita-se que ficou explícito que o setor primário do Rio Grande do Sul está relativamente estagnado, sendo responsável, em certa medida, por taxas negativas de crescimento da economia.

6.1.2 — Política para o Triênio

A política adotada para o triênio é a de oferecer a devida atenção a este setor, por constituir-se o mesmo em variável estratégica, na etapa de desenvolvimento em que se encontra o Estado.

A atenção que se pretende dar ao mesmo se reflete no fato de que o presente plano registra recursos, para os órgãos da administração centralizada e descentralizada que atuam no mesmo, no montante de Cr\$ 32.099.355.000,00. Este montante distribue-se da seguinte forma: despesas de custeio Cr\$ 12.915.501.000,00; transferências correntes Cr\$ 6.916.140.000,00; despesas de Capital Cr\$ 12.267.714.000,00.

Interessante, no caso, estabelecer um quadro comparativo, considerando as verbas orçamentadas (*), e sómente para os órgãos da administração centralizada:

Quadro n.º 22
Comparativo das verbas Orçamentadas 1963 e 1964
(Crs 1.000,00 — preços de 1964)

ÓRGÃOS	1963	1964
I G R A	358.575	3.522.778
Secretaria da Agricultura	2.131.396	4.221.909
TOTAL	2.489.971	7.744.687

Observa-se, portanto, que, já no primeiro ano do plano, registra-se um acréscimo na ordem de Cr\$ 5.254.716.000,00, ou de 211%.

Face à heterogeneidade das atividades a serem desenvolvidas é pouco significativo considerações gerais sobre a política adotada. Faz-se mister considerações sobre cada atividade em particular.

Estas atividades na estrutura orçamentária atual correspondem aos sub-programas.

6.1.3 — *Meios Administrativos*

O mapa anexo mostra as diversas unidades de trabalho existentes e correspondem aos diversos órgãos que atuam no setor primário do Estado. Em anexo a cada mapa, relacionam-se as referidas unidades de trabalho.

(*) — No caso da Secretaria da Agricultura há diferença entre o orçamento e o projetado no plano. Vide quadro n.º 21.

Este simples relacionamento, é óbvio, não permite identificar a capacidade operativa em potencial do conjunto de unidades que atuam no sentido de proteger o setor. Porém, e isto sim, permitemos, em uma primeira aproximação, intuir o muito que se poderia realizar entrozando todas estas unidades.

Para medir aproximadamente a capacidade operativa, deveríamos dispor de dados, por unidade de trabalho, relativo a: a) montante e qualificação dos recursos humanos; b) disponibilidade e estado de conservação dos recursos materiais. Trata-se de uma tarefa que será empreendida em seguida pelo Setor de Planejamento da Secretaria da Agricultura. A capacidade operativa pode, empíricamente, ser quantificada em função de coeficientes decorrentes de relação que se estabeleçam, como, por exemplo, agrônomo regional / unidades econômicas da zona sob sua jurisdição; agrônomo regional / unidades econômicas *efetivamente* atendidas por uma unidade de tempo, mês, trimestre, ano e assim por diante.

Não foi possível levar a cabo semelhante tarefa. Cumpre, entretanto, registrar algumas considerações sobre os dois órgãos que, em princípio, causarão pressão direta sobre o tesouro: Secretaria da Agricultura e Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.

A Secretaria da Agricultura que respeita a recursos humanos, segundo se verifica no quadro B-3, dispõe, no momento, de um contingente de 3.252 pessoas. Registra na necessidade de admissão de 1.189 pessoas no triênio.

Sómente uma análise exaustiva da capacidade operativa do órgão permite tomar uma posição decisiva em quanto ao mérito das novas admissões. No entanto, as condições objetivas da realidade sócio-econômica do Rio Grande estão a impôr que se ofereça um crédito de confiança aos técnicos deste órgão, proporcionando-lhes os recursos considerados necessários. Na reformulação anual do plano este aspecto detidamente analisado.

Uma distorção que se pretende corrigir através das novas admissões é a relação técnico superior / técnico profissional, que é de 2,3. O técnico de nível superior, sem que isto implique num conceito aristocratizante, é um recurso escasso e como tal deve ser utilizado com critérios de economicidade. Dentro deste espírito pretende-se incrementar o contingente de técnicos profissionais em moldes a que o pessoal melhor qualificado possa ser aproveitado, seja pesquisando, orientando grupos ou dirigindo grupos de extensão, brigadas conservacionistas, etc.

É de se salientar como óbice a utilização plena dos recursos humanos da Secretaria e o reduzido nível de remuneração do pessoal técnico. Basta informar que, em 1959, um agrônomo regional percebia Cr\$ 10.000,00 mensais de salário básico. Atualmente, percebe Cr\$ 65.000,00. Isto conduz o técnico ou à indiferença funcional, pois os vencimentos não condizem com o "status" que o título lhe confere na comunidade ou à busca de outras atividades que acabam por dar à função pública um caráter residual. Trata-se de um problema a ser seriamente analisado pelos órgãos competentes.

Quanto aos recursos materiais o plano prevê o atendimento das necessidades em um nível razoável, já que estas espelham quase que integralmente as aspirações registradas pelos técnicos da própria Secretaria.

Quanto à estrutura administrativa da Secretaria, muitas críticas vem sendo feitas e é opinião da maioria de seus executivos que está superada. Não existe, todavia, um trabalho objetivo que aponte os rumos para a solução do problema.

A estrutura da Secretaria, como a maior parte dos órgãos da administração centralizada e descentralizada, resulta de uma série de adicionamentos de serviços em função de razões circunstanciais.

O Setor de Planejamento da Secretaria da Agricultura, órgão de assessoramento dos vários executivos da mesma e funcionalmente situado ao nível do órgão "staff" ligado ao próprio Secretário, através da unidade de "Organização e Métodos" deverá estudar e sugerir medidas a respeito.

Quanto ao Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, a Comissão de Reforma Agrária, incumbida de sugerir estruturação ao órgão, não concluiu seu trabalho.

Na composição dos recursos humanos disponíveis (na ordem de 574 pessoas) menos de 1% são representados por técnicos de nível superior. Alie-se a isto que 63% constituem outros auxiliares, nos quais se inclue uma parcela expressiva do pessoal de obra, necessários às obras de viação colonial.

Prevê-se para o IGRA admissão de 1.221 pessoas no triênio para que possa dar cumprimento às suas finalidades.

No que respeita aos recursos materiais, acredita-se que o montante de recursos endereçados aos investimentos reais atendem as necessidades do órgão.

Sómente através da experiência acumulada pelo menos em dois exercícios, poder-se-á qualificar, de forma objetiva, as metas e os recursos humanos e materiais, considerados necessários para êste órgão, pelos seus técnicos.

6.2 — SECRETARIA DA AGRICULTURA

Esta Secretaria procurará atingir os objetivos constantes dos seguintes programas fins:

Programa	Unidade Executora
3 — Fomento e Defesa da Produção Vegetal	Diretoria da Produção Vegetal
4 — Fomento e Defesa da Produção Animal	Diretoria da Produção Animal
5 — Pesquisas Minerais	Diretoria da Produção Mineral

Os programas 1 e 2 são administrativo. Os custos, distribuídos em despesas corrente e de capital, estimados para cada programa, a preços de 1964, para o triênio, encontram-se nos quadros n.^{os} 10-B e 11-B.

O orçamento, instrumento através do qual se procederá o controle do primeiro ano do plano, registra, em detalhes, as unidades executoras, metas e respectivos custos, programas e sub-programas, razão pela qual não se as registra a seguir.

6.2.1. — *Programa 3 — Fomento e Defesa da Produção Vegetal*

Registraremos a seguir, algumas considerações a respeito das metas ou objetivos a serem alcançados através do presente programa. (Vide quadro B-1).

6.2.11 — *Mecanização da Lavoura*

O conceito de mecanização é muito amplo e, em certa forma, indefinido. De um modo geral associa-se mecanização com tratorização. Explica-se: a produção no setor primário e particularmente no setor agrícola, resulta de insumo de energia para produção de bens finais. Energia solar, animal e mecânica. A energia mecânica pode ser de dois tipos: através de implementos por meio dos quais,

se possa canalizar ou aumentar consideravelmente a energia animal ou humana, (enxada, arado, ancinho, etc.) ou por intermédio de equipamentos motorizados, através dos quais se *economize* a energia humana ou animal.

Nos objetivos relativos à mecanização da lavoura, necessariamente deve ter-se presente a distinção conceitual antes assinalada. Em determinadas micro-regiões, a tratorização pura e simples pode liberar mão de obra que os demais setores da economia não estão em condições de absorver ou o próprio setor primário. Trata-se de um problema de proporções relevantes, que admitiria análise e investigação a ser feita.

As metas consignadas sob o título supra tem presente os aspectos antes mencionados. A distribuição de ferramentas constitue um complemento à extensão que se procede através de cursos, objetivando não só formar tratoristas no sentido restrito do termo, mas transmitir técnicas de conservação do patrimônio existente, provocar o uso de implementos adequados às condições de topografia do solo, com o objetivo de melhorar o nível tecnológico e, por consequência, a produtividade.

6.2.1.2 — *Assistência Técnica Direta*

Esta atividade corresponde ao tipo de programa que objetiva aumentar o estoque de conhecimentos existentes nas unidades produtoras de lavoura. Há quem denomine atividade que tem por fim melhorar as "artes de trabalho". Em última análise, persegue níveis tecnológicos mais elevados, maior produtividade.

Trata-se da extensão rural, no sentido restrito. Entretanto, as unidades executoras (agronomias regionais) de um modo geral, exercem funções múltiplas, das quais a extensão seria a predominante.

A extensão pode ser alcançada por um dos seguintes meios:

- a) — contatos individuais (assistência individual);
- b) — contatos de grupo (reuniões com grupos de agricultores e cursos);
- c) — contatos de massa (rádio, televisão, jornais, revistas, etc.).

O contato individual é, em certa medida, inoperante. Seus resultados são função de grau de liderança do agricultor assistido e, por assim dizer, de seu grau de integração na comunidade. Isto

porque deveria o mesmo transmitir a outros o conhecimento adquirido.

De outra parte, tanto a Secretaria da Agricultura como o IRGA, somados os contatos individuais (visitas), atingissem mais de 30.000 *efetivamente realizadas*, não teriam com isto, abrangido dez por cento dos estabelecimentos agro-pecuários do Estado.

Nestas condições, objetiva-se modificar a forma tradicional de prestação deste tipo de serviço, substituindo gradativamente o contato individual pelos contatos de grupo e de massa. Para isto, será necessário um intensivo esforço de formação de pessoal especializado que, dentro do limite de recursos disponíveis, o plano prevê.

Um outro aspecto é relativo à desaristocratização da extensão rural. É necessário utilizar o material humano também com critérios de economicidade. Um agrônomo constitue-se num profissional de nível superior que pode dirigir, uma vez suficientemente treinado, um grupo de auxiliares de nível médio. Como verificou-se, há certas distorções na composição qualitativa do pessoal, já que a relação técnicos de nível superior para técnicos profissionais (técnicos de nível médio) não é satisfatória.

6.2.1.3 — *Distribuição de Sementes e Mudas*

A semente de boa qualidade condiciona, sem dúvida, os efeitos da utilização de elementos correspondentes à tecnologia mais avançada no setor: mecanização, fertilização e práticas conservacionistas. É este um dos problemas mais sérios que vem enfrentando o setor agrícola do Estado. A situação se estende ao Brasil. "Para nenhuma das culturas, grandes ou pequenas, de consumo interno ou de exportação, de alimentação direta ou de uso industrial, encontramos disponibilidade de sementes (*)."

No caso do Rio Grande do Sul, de modo especial para as culturas de maior importância econômica, um ponto de estrangulamento é a produção insuficiente de sementes certificadas. A cultura do milho é característica, pois sómente 5% da semente utilizada (15.000 toneladas) é semente de boa qualidade.

O plano prevê a criação para que se acelerem os trabalhos de pesquisa relacionados com a produção, beneficiamento, armazena-

(*) — W. D. de Barros — A Situação Agrícola Brasileira — CEPAL BNDE, Rio, 1963
(Documento Mimiografado).

gem e distribuição de sementes, orientação da Associação de Produtores de Sementes e Mudas e a organização de laboratórios de análise de sementes.

A partir da data da aprovação do Plano Trienal a Secretaria da Agricultura deverá apresentar, no período de sessenta dias, normas para a elaboração de uma lei:

- a) — que fixe as regras de certificação de sementes e mudas;
- b) — que estabeleça os padrões de qualidade das sementes e mudas;
- c) — que discipline o comércio de sementes e mudas.

Para que se tenha uma idéia da magnitude do problema, veja-se o caso particular do trigo.

Até que se atinja a fase de distribuição é necessário passar pelas seguintes fases:

- 1.^a — produção de "semente genética" ou de "máxima pureza".
- 2.^a — produção de "semente básica";
- 3.^a — produção de "semente certificada".

Considerando que os trabalhos relativos a primeira fase já estão em andamento, compreendendo cerca de quinze variedades selecionadas, prevê-se para a safra 1963/1964 colheita na ordem de 30 Kg. de cada variedade ou linhagem da "semente de máxima pureza". Tratando-se de quinze variedades obtém-se 450 quilos de "foundation seed".

Estes 450 quilos deverão resultar na safra 1964/1965 em 4.500 quilos de "semente básica". Estes 4.500 quilos (estimados) deverão resultar na safra 1965/1966, estimando 3.000 quilos por variedade, em 45.000 quilos de semente básica.

Sómente em 1966 é que, plantados estes 45.000 quilos, por produtores de sementes devidamente registrados, provavelmente colocarão à disposição, para a safra 66/67, 7.500 sacos de "semente certificada" ou quinhentos sacos prováveis para cada variedade. "Ceteris paribus" na safra 1967/1968 poder-se-á certificar 75.000 sacos de sementes de trigo.

Deste modo, caso se liberem os recursos solicitados em tempo útil, se não houver descontinuidade administrativa nas tarefas que estão sendo levadas a cabo, sómente, no caso do trigo, em 1967/

1968, a chamada "semente de emergência" será substituída por semente certificada.

Estas rápidas considerações dão uma idéia da importância do problema e da necessidade de que os órgãos que atuam no setor primário sejam objeto de um intenso esforço de planejamento e que o setor privado tome consciência e colabore através de suas instituições representativas de grupos sociais (cooperativas, associações) no sentido de que as metas realmente sejam atingidas, apontando recursos quando estes se tornem insuficientes ou mesmo fiscalizando.

De outra parte, um amplo programa de produção de semente certificada, implica que se criem condições de infraestrutura para respaldar o armazenamento do material nos períodos de entre-safra, problema que será objeto de estudo em conjunto com a CESA.

6.2.1.4 — Conservação dos recursos Naturais Renováveis

6.2.1.4.1 — Florestas

Na América Latina (*), a superfície florestal, por habitante, é de 5,3 ha. Esta dado comparado com o resto do mundo — 1,1 ha induz a pensar que América Latina é a mais bem dotada desse tipo de recurso de todas as regiões do mundo. Entretanto, deve constituir motivo de séria reflexão o fato de que exporta anualmente apenas 50 milhões de dólares de produtos florestais; em contraposição importa anualmente mais de 300 milhões de produtos da mesma origem.

No caso do Rio Grande, a sub-comissão especializada que estudou o problema florestal do Estado por ocasião do I.º Fórum Agrícola já recomendava proceder um inventário das florestas existentes. A necessidade de conhecimento da situação real se torna mais evidente diante da disparidade dos dados estatísticos conhecidos. Por outro lado, este recenseamento deve ser acompanhado de um estudo das possibilidades de desenvolvimento das indústrias florestais, do ritmo que se pode imprimir ao mesmo, de maneira a superar os obstáculos existentes e da magnitude do esforço a ser desenvolvido.

(*) — "Tendencias y Perspectivas de los Productos Florestales en América Latina — CEPAL/FAO — Santiago — 1962.

Muito embora as discordâncias encontradas nas fontes de informações sobre o patrimônio florestal, um ponto é pacífico: todas acusam uma percentagem da área muito inferior à considerada ideal para as condições do Estado (33%). Informações revelam a existência de um conjunto de áreas florestais inferior a 15%. Deverão ser tomadas uma série de medidas, visando ampliar a superfície coberta por florestas e racionalizar a formação de núcleos. Estas medidas serão as seguintes:

- 1 — Realização de um levantamento fitogeográfico e de dados experimentais sobre a silvicultura;
- 2 — Destinação de recursos humanos, financeiros e materiais para intensificar a pesquisa e a produção de essências florestais;
- 3 — Estabelecimento de uma rede de hortos florestais nas diversas regiões do Estado, visando a proteção das cabeceiras de drenagem e facilitar o estudo das essências mais recomendados para cada região;
- 4 — Atualização da legislação florestal;
- 5 — Programar a educação e a divulgação florestal para criar uma consciência de preservação e melhor aproveitamento das riquezas do Estado;
- 6 — Rigorosa vigilância sobre as reservas florestais do Estado.

Dentre as medidas citadas (*) algumas são de natureza institucional e fogem à esfera de ação da Secretaria da Agricultura. Para a concretização das medidas apontadas e levando em conta os recursos com que o Estado conta, foram estabelecidas as metas para o próximo triênio, observada certa prioridade para os itens 2, 3 e 6. (Vide quadro B-1).

6.2.1.4.2 — Solos

As últimas conquistas da Agricultura no terreno científico tem demonstrado, largamente, a necessidade do conhecimento ambiental para o perfeito desenvolvimento dos seres vivos e seu aproveitamento econômico pelo Homem. O sistema solo-clima, fator indispensável para o êxito dos empreendimentos rurais, necessita

(*) — Dever-se-á, futuramente, elaborar um projeto de longo prazo para o desenvolvimento e exploração dos recursos florestais, tendo presente as necessidades presentes e futuras da coletividade. Este projeto será elaborado pela Secção de Recursos Naturais Renováveis em conjunto com o Setor de Planejamento da Secretaria da Agricultura.

de profundas pesquisas para que se possa traçar diretrizes racionalizadas para o desenvolvimento da agricultura.

É evidente que um dos principais passos neste sentido seria o perfeito conhecimento do solo, o qual poderia ser obtido de um levantamento e mapeamento dos solos do Rio Grande do Sul. Os objetivos do levantamento e mapeamento serão:

- a) — identificação e caracterização dos solos do Rio Grande do Sul;
- b) — mapeamento das unidades já identificadas;
- c) — caracterização físico-químico dos solos;
- d) — classificação da utilização desses solos para diversos fins, tais como culturas, florestamento e reflorestamento, pastagens, etc.;
- e) — zoneamento de culturas;
- f) — planejamentos agrícolas.

Como ponto de partida dêste trabalho já foi levantada uma área de 53.600 Km², correspondente às regiões fisiográficas de Campos de Cima da Serra, Alto Uruguai, parte do Planalto Médio e parte das Missões.

Paralelamente à pesquisa deve desenvolver-se os trabalhos do Serviço de Conservação do Solo, os quais vêm funcionando regularmente desde 1957. A importância dêste Serviço é atestada pelos dados já obtidos no R. S., os quais evidenciam que terras com práticas conservacionistas podem aumentar suas colheitas de 20 a 35%. A freqüência da solicitação de assistência ao Serviço por parte dos agricultores, mostra o conhecimento dos benefícios das práticas conservacionistas.

Dois medidas seriam importantes para aumentar a eficiência dêste Serviço:

- a) — reunir todos os setores da Secretaria da Agricultura que cuidam da ciência do solo num único órgão administrativo a fim de evitar a dispersão de esforços;
- b) — aumentar o número de técnicos especializados.

No quadro de metas elaboradas pelos técnicos do S. C. S. foi dado destaque ao item b. (Vide quadro B-1)

6.2.1.4.3 — Água

Relativamente a este recurso natural não há nenhum estudo sistematizado a respeito.

Para diversas culturas e, em diversas regiões do Estado, observa-se freqüentemente deficiências de unidade caracterizadas por distúrbios fisiológicos evidenciados: necrose das folhas; retardamento do crescimento vegetal; retardamento do crescimento; murchamento temporário ou permanente; tamanho do fruto; baixo produção por unidade de área.

A Secretaria da Agricultura deverá elaborar plano de formação de pessoal especializado neste tipo de pesquisa com vistas a:

- a) — determinar a necessidade e freqüência da irrigação suplementar para diversas culturas;
- b) — proceder estudos de evapo-transpiração nas diversas culturas e correlacioná-las com os dados climáticos e os obtidos pelas determinações de unidade do solo para procurar estabelecer uma fórmula local que indique a época a irrigar e a quantidade de água a aplicar;
- c) — determinar quais as culturas que podem e devem ser irrigadas e a localização das mesmas;
- d) — observar as condições ideais para o estabelecimento de pastagens artificiais nas regiões onde predomina a pecuária, onde mais se verificam as secas periódicas;

Impende ressaltar que os projetos de pesquisa no que respeita a "água" são necessariamente de longo prazo. Daí, acentuar-se mais uma vez, a necessidade da continuidade administrativa.

6.2.1.5 — Pesquisas Agronômicas

Não se pode negar os benefícios para a economia do Estado, oriundos da investigação. Os trabalhos efetuados no melhoramento do trigo, com a obtenção de variedades mais produtivas ou resistentes às moléstias; no setor frutícola, com a seleção de variedades precoces do pessegueiro; no terreno das leguminosas, com a inoculação; na cultura do arroz, com a seleção de uma série de variedades atualmente de largo emprêgo na lavoura riograndense evidenciam a efetividade da pesquisa agronômica na solução de muitos problemas da agricultura gaúcha. Pode-se, entretanto, afirmar que a pesquisa agrícola carece de uma melhor organização.

Organização é indispensável para aumentar a eficiência e convergir esforços para setores prioritários os quais, pela sua importância econômica, exigem a maior atenção dos poderes públicos.

Como pontos essenciais de uma organização de pesquisa, visando com que ela se desenvolva segundo às diretrizes de um plano racional de trabalho e não às custas da iniciativa individual, devem ser considerados os seguintes:

- 1) — coordenação das atividades dos órgãos e estabelecimentos empenhados na pesquisa;
- 2) — continuidade administrativa, não no sentido pessoal, mas sim no sentido de que uma vez estabelecido um programa de pesquisas, salvo pequenas reformulações que a prática indicar, o mesmo deve ser levado até o fim;
- 3) — pleno conhecimento da realidade da lavoura do Estado para que seja dada prioridade aos problemas cuja solução depende mais diretamente das pesquisas (trabalho que deverá ser desenvolvido pela unidade de pesquisas sócio-econômicas do Setor de Planejamento da Secretaria);
- 4) — publicação de todos os trabalhos de pesquisa já realizados, a fim de que sua vulgarização resulte em benefícios para os agricultores;
- 5) — aperfeiçoamento técnico dos pesquisadores mediante concessão de bolsas de estudos para a realização de cursos em países mais adiantados;
- 6) — entrosamento entre os serviços de Extensão e Fomento e a Pesquisa;
- 7) — criação de Conselhos Técnicos Administrativos nas Estações Experimentais, com o objetivo de tornar os técnicos coletivamente responsáveis pela administração dos estabelecimentos, pelos trabalhos executados e desenvolver o espírito de crítica e auto-crítica, sem o qual não será possível a formação de uma mentalidade científica.

Os planos parciais relativos a esta atividade registram, em detalhes, as tarefas a serem desenvolvidas em relação às diversas culturas. Procurou-se estabelecer um esquema prioritário dentro das necessidades dos principais componentes da lavoura. O quadro B-1

não registra as metas por culturas porque isto extenderia muito o relacionamento das mesmas.

O Serviço de Ecologia Agrícola ao par das metas programadas junto com o Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País, deverá executar, dentro do Plano Trienal de Investimentos, três projetos. Para este plano trienal será considerado a formação de pessoal especializado, a instalação de 10 estações agro-meteorológicas e a criação do serviço de Fenologia.

Visa o Serviço Fenológico o estudo dos fenômenos periódicos das plantas, como medida de reação das mesmas, em consequência da ação dos diversos fatores do meio atuante, interpretando-os.

O Serviço de Ecologia Agrícola já possui material adotado, como registro de dados fenológicos, faltando-lhe apenas a oportunidade de sua aplicação.

6.2.1.6 — *Defesa Sanitária Vegetal*

Nos últimos anos, após fracassos sucessivos da lavoura triticola do Estado, passou-se a dedicar maior atenção a este aspecto. Estabeleceu-se uma prioridade para esta cultura, devido à importância da mesma para a economia do país. Nas estações Fitotécnicas de Júlio de Castilhos, o trabalho conjunto de técnicos japoneses e brasileiros, foi orientado no sentido da criação de variedades resistentes às moléstias que dizimaram a cultura do trigo no período de 1956/1961. Trabalhos semelhantes vêm sendo executados no Estado de Veranópolis. Existem para serem multiplicados algumas variedades nas quais os técnicos depositam grande confiança.

Estes trabalhos aliados à adoção de certas práticas agrícolas (rotação de culturas) constituem o alicerce sobre o qual se fundamenta as esperanças do aumento de produção da lavoura triticola.

Insiste-se: é necessário continuidade administrativa para que o trabalho iniciado não seja perdido. Não é possível que os trabalhos se desenvolvam mais em razão dos fatores circunstanciais do que dentro da perspectiva de um planejamento a longo prazo.

Merece, ainda, um destaque a situação da soja, a qual, pela sua importância econômica crescente e pelas possibilidades de colocação dos excedentes no mercado internacional, merecerá um tratamento especial no que se refere ao aspecto fito-sanitário, a fim de eliminar os estragos causados pelas diversas bactérios (Xanthomonas Phascoli Sojense, Pseudomonas tabaci e Pseudomonas Glycinea).

Para que o Serviço de Fitopatologia possa cumprir as metas que a experiência acumulada dos seus técnicos estabeleceu para este tipo de atividades, além de recursos materiais (construção de casa de vegetação), dar-se-á ênfase à formação de pessoal especializado, bem como melhoramento do nível de qualificação do pessoal atualmente disponível, através de estágios em centros mais avançados e bolsas de estudos.

O plano estabelece um esquema prioritário de pesquisa e atividade de profilaxia tendo presente a expressão econômica da cultura, bem como aspectos sociais.

6.2.1.7 — Fiscalização e Fomento da Vitivinicultura.

A produção de uva participa no valor monetário da produção vegetal do Estado com apenas 2,6%, e na área plantada com 1,3%.

A cultura da videira cobre uma área de 35.000 ha. A produção para o corrente ano está avaliada em 7 bilhões de cruzeiros, movimentando inversões financeiras na ordem de 25 bilhões de cruzeiros. Cérca de 12.000 famílias ocupam-se deste tipo de produção, com áreas de 18 a 20 ha, explorando vinhedos cuja média não é superior a 2 ha.

Praticamente o total da produção é destinada ao fabrico do vinho (os vinhedos gaúchos contribuem com cerca de 80% do vinho nacional), sendo pequena a participação do consumo "in natura" devido a ausência de fatores que melhor condicionem a chegada do produto ao consumidor; variedades mais adequadas, adoção de métodos de controle da moléstia mais prejudicial deste tipo de uvas: antracnose; organização de mercado e conservação da fruta visando ampliar a faixa de comercialização.

Relativamente à obtenção de variedades mais adequadas é que se pretende dar ênfase às tarefas do plano desta atividade, sem descurar, evidentemente, a assistência enológica ao pequeno produtor, bem como à fiscalização da qualidade do produto.

A vitinicultura se encontra em uma fase caracterizada pelo excesso de produção permanente, que está a exigir medidas consubstanciadas em um plano de longo prazo.

O Serviço do Vinho da Secretaria da Agricultura deverá, no decorrer do primeiro ano do plano, proceder o cadastro vitícola do Estado, através do qual deverão ser cadastradas todas propriedades que, economicamente, exploram a videira.

Deverá o Serviço pesquisar as condições necessárias à introdução da prática da vinificação coletiva, e resultará em melhores condições técnicas na elaboração de vinhos.

Através do momento dever-se-á procurar a estabilização das superfícies cultivadas com vinhos americanos e a ampliação das castas européias: com o esforço que se vem fazendo na formação de profissionais em viticultura e enologia em coordenação.

6.2.1.8 — *Pesquisa e Assistência à Fruticultura*

6.2.1.8.1 — *Citrus*

Citricultura se desenvolveu em escala comercial nos baixos vales da Depressão Central, especialmente nos vales dos rios Caí e Taquari. Trata-se de região de pequena propriedade com as características da agricultura colonial, onde predomina o trabalho do proprietário e sua família.

As frutas cítricas produzidas são consumidas em sua quase totalidade na capital do Estado.

A experiência acumulada pelos técnicos indica que o principal problema da citricultura, que se extende à fruticultura de um modo geral, é a da comercialização desordenada. Um exemplo: a Tangerina denominada comumente Bergamota), no presente exercício, quando atingia, em Porto Alegre, Cr\$ 40,00 a dúzia, no vale do Rio Caí, encontravam-se qualidades apreciáveis apodrecendo. É uma matéria que deverá ser investigada seriamente, cogitando-se inclusive da procura de novos mercados com vistas à redução significativa dos preços, porque, em um momento dado, os custos de transferência anulariam esta possibilidade.

A comercialização desordenada alie-se a inexistência de indústrias que aproveitem os refugos e os excessos ocasionais e a ausência de armazéns frigoríficos.

Concluindo, não há nenhum projeto ou pesquisa de ordem econômica que abranja uma área significativa dos problemas da citricultura: comercialização, industrialização, pesquisa de mercados, etc. É um trabalho a ser feito.

Relativamente aos aspectos agronômicos o básico é a produção de mudas. Há no Estado mais de uma centena de pequenos viveiros, cujos produtos ressentem-se dos seguintes defeitos:

- a) — é usada a garfagem para a enxertia de mudas — processo condenado em todas regiões citrícolas do mundo;
- b) — não há seleção de borbulhas; neste caso não se podem responsabilizar os viveiristas, já que nem a Secretaria da Agricultura está em condições de fornecer-lhe matrizes certificadas;
- c) — as mudas são expedidas com raízes nuas, sem poda de transplante e sem embalagem, o que reduz consideravelmente a pega no transplante.

Legislação adequada deverá eliminar gradativamente os problemas registrados em *a* e *c*.

Cabe à Secretaria da Agricultura a atuação no sentido de resolver os problemas agronômicos; os problemas econômicos serão pesquisados no sentido de identificar, quantificar as variáveis estratégicas. Neste caso, o trabalho será feito em coordenação com os vários órgãos incumbidos destes aspectos: Setor de Planejamento da Secretaria, Conselho de Desenvolvimento do Estado e Secretaria da Economia.

Quanto aos problemas agronômicos, tendo presente a relativa pobreza dos solos da região citrícola, vai se dar ênfase aos problemas de nutrição. As metas implicitam trabalhos de melhoramento e pesquisas de métodos culturais. Os planos parciais, entre os quais se encontra o da Estação Experimental de Pomicultura de Taquari, registram os detalhes de todos estes trabalhos e, em termos físicos, o montante de recursos humanos e materiais necessários para que sejam executados. (Vide quadro B-1).

6.2.1.8.2 — Rosáceas e outras frutas temperadas

Entre as rosáceas, a cultura do pessego apresenta-se com maior expressão econômica, oitenta por cento do pêssego produzido no país tem origem no Estado. Interessante esclarecer que há dez anos somente 20% do pêssego consumido no país tinha origem na produção nacional. Pelotas, Canguçu, São Lourenço e Rio Grande estão praticamente atendendo a demanda industrial e de consumo "in natura" de todo o país. Neste período, instalaram-se 43 unidades de industrialização de pêssego e outras rosáceas.

Quadro n.º 23

Produção de Pêssego Enlatado

ANOS	Latas 1 Kg (ton.)
1959	2.650
1960	4.800
1961	5.800
1962	5.000
1963	10.000

Estima-se que, em 1963, o valor do produto industrializado atingiu a soma de três bilhões de cruzeiros. Estima-se, outrossim, que a auto-suficiência provocada pelo crescimento nacional conduziu a uma poupança de 2,5 milhões de dólares anuais.

Se considerarmos os incrementos da oferta nestes últimos anos e tivermos presente que safras de 1962 e 1963 foram prejudicadas por acidentes na floração, em virtude de geadas tardias, estima-se para 1964 uma safra que possibilite a fabricação de mais de 15 milhões de latas (1 Kg.) de conserva de pêssego.

Não há estudos sistematizados de mercado, em termos de elasticidade-ingresso, elasticidade-substituição, projeções de demanda, etc. No entanto, os dados abaixo induzem a pensar que, em curto prazo, não haverá problema de mercado:

Quadro n.º 24

Pêssego Enlatado

País	Produção (ton.)	Consumo "per capita"
Brasil	10.000	1,7 Kg.
Argentina	40.000	2 Kg.
U. S. A.	900.000	+ de 5 Kg.

Em Porto Alegre e municípios vizinhos, calcula-se que estejam em cultivo mais de 200.000 pés de pêssego, cuja colheita destina-se ao mercado local para consumo "in natura".

Os dados acima são registrados com o objetivo de mostrar a importância de que se reveste a cultura do pessegueiro e demais rosáceos passíveis da industrialização. Devem, desta forma, merecer uma atenção continuada no que respecta à solução dos problemas agronômicos e pesquisas de mercado e de tecnologia industrial para que, paralelamente, se vá resolvendo os problemas econômicos.

São promissoras as possibilidades da fruticultura no Estado, uma vez que se dê continuidade à análise dos problemas agronômicos e econômicos que a envolvem.

Os trabalhos programados para esta atividade envolvem também pesquisa e experimentação, bem como a produção de mudas, de abacateiros, figueiras, marmelciros, ameixeiras e demais frutas.

Cabe informar que, por exemplo, Farroupilha, na última safra exportou para Pôrto Alegre e São Paulo mais de 200 toneladas de ameixas.

As frutas tropicais (abacate, abacaxi e banana) também merecerão uma atenção especial, diante das perspectivas que oferecem os mercados platinos e o próprio mercado nacional. (Vide quadro B-1).

6.2.1.9 — Pesquisa e Assistência à Oleicultura

A quase totalidade da azeitona e do azeite consumido no país provém do exterior. Para atendermos essa importação (8.200 ton. de azeite de azeitonas, em média) necessitariamos de aproximadamente 3.000.000 de oliveiras em produção.

A produção brasileira anda ao redor de 400 ton. para as quais o Rio Grande do Sul concorre com cerca de 90%.

Atualmente existem cerca de 300.000 oliveiras no Rio Grande do Sul, sendo que 30.000 em produção.

Na impossibilidade de atuar diretamente no setor do crédito agrícola, já que haveria necessidade de modificar as normas vigentes no país para o financiamento da instalação de olivais que exigem prazos mais longos, a Secretaria da Agricultura deverá estabelecer

as bases concretas da olivicultura racional e econômica, em nosso Estado, pelo estudo dos métodos de multiplicação da oliveira, condução de olivais e do aproveitamento de azeitona.

Identificando-se a região preferencial do cultivo da oliveira (*) com a região onde predomina a grande propriedade e a exploração pecuária, a expansão da oliveira proporcionará uma diversificação nas atividades agropastoris dessa região, com uma maior utilização de mão-de-obra disponível e uma possível atenuação do processo de marginalização que aí se verifica.

O plano básico para atender os aspectos mencionados é constituído por três atividades fundamentais:

6.2.1.9.1 — *Estudo da Oliveira*

O serviço Oleícola procederá o estudo do cultivo da oliveira no Rio Grande do Sul, tanto no aspecto da multiplicação como no de cultivo.

Para isso fundamentalmente, necessita instalar, em regime de colaboração com o setor privado ou prefeituras (que devem oferecer a terra), um Campo Experimental dentro da zona da oliveira onde procederá a instalação de uma coleção de variedades, e de olivais e viveiros experimentais. No mesmo campo será instalada uma fábrica piloto para industrialização da azeitona.

O estudo da oliveira será também realizado com a instalação de ensaios em colaboração com outros estabelecimentos da Secretaria e com particulares.

A introdução de novas variedades para observação em coleções, os dados fenológicos levantados em olivais cultivados e em produção, juntamente com os elementos obtidos em ensaios instalados, permitirão estabelecer a região de cultivo econômico da oliveira, com segurança, e as normas para a condução racional dos olivais.

(*) — São Borja, Iraqui, Uruguaiana, Guaratí, Alegrete, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Dom Pedrito, Bagé, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Pinheiro Machado, Encruzilhada do Sul, Piratini, Herval, Cangussu, Pedro Osório, Jaguarão, Arroio Grande, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte.

6.2.1.9.2 — Estudo da industrialização da azeitona

Deverá ser mantido o interâmbulo do Serviço Oleícola com a Cadeira de Tecnologia da Faculdade de Agronomia e Veterinária da URGS no que concerne ao estudo dos métodos de conservação da azeitona (verde ou madura).

6.2.1.9.3 — Extensão e fomento da olivicultura e da industrialização das azeitonas

Para proceder-se a expansão da olivicultura no Estado é necessário o estímulo ao olivicultor, tanto na instalação como na condução de oliveiras.

Este estímulo, no âmbito da Secretaria da Agricultura, será o de fornecer mudas de boa qualidade e as normas adequadas para condução de seus oliveiros.

Para tanto serão ampliados os meios para fiscalização dos viveiros e para a assistência direta aos olivicultores.

Concomitantemente será fornecida assistência técnica direta aos industriais com interesse no aproveitamento da azeitona como forma de garantir a colocação das safras (já existentes e em ascensão).

Outrossim, serão realizadas reuniões para esclarecimentos ao olivicultor bem como cursos para formação de elementos capazes de conduzir oliveiras ou operações industriais. Cursos especiais e completos para os Agrônomos Regionais permitirão multiplicar, consideravelmente, os meios para assistência direta num e outro campo.

Oliveiras demonstrativas e a divulgação através de palestras, artigos em jornais e a publicação de boletins especializados, constituem meios complementares para o trabalho de expansão de olivicultura que poderá proceder-se dentro de uma previsão de plantio, em constantes anuais de, em 12 anos, completar o total de 2.700.000 oliveiras, necessárias para substituir nossa importação.

6.2.2 — *Programa 3 — Fomento e Defesa da Produção Animal*

Já no capítulo 2 fêz-se referências suscintas sobre a produção animal. Ali, afirmou-se que os principais fatores que limitavam a produção animal classificavam-se em três grupos: nutrição animal, sanidade animal e melhoramento zootécnico.

Relativamente ao setor público estadual cabe à Secretaria da Agricultura o fomento e a defesa da produção animal, o que no presente plano é consubstancial no programa sob epígrafe, o qual é executado pela Diretoria da Produção Animal.

Este programa objetiva, basicamente, através das etapas sucessivas que colimam em melhores níveis tecnológicos (pesquisa, experimentação, extensão e fomento) *incrementar a produtividade*. Dar-se-á ênfase aos problemas de nutrição, sanidade e melhoramento zootécnico.

Convém documentar, com parte de um estudo elaborado pelo GAP sobre a pecuária gaúcha, a baixa produtividade de nossos rebanhos.

6.2.2.1 — *Produtividade dos Rebanhos Riograndenses*

Veja-se a determinação de alguns coeficientes que permitem avaliar, sob alguns aspectos, a produtividade dos rebanhos gaúchos, estabelecendo comparação com os mesmos coeficientes de outros estados e países principais produtores.

6.2.2.2 — *Rebanho, Bovino e Suíno*

Inicialmente determina-se a "taxa de desfrute" que resulta da relação abate/rebanhos.

Tomando-se os elementos representativos dos abates e existência da pecuária (bovinos e suínos), chega-se aos seguintes coeficientes nos diversos anos:

Quadro n.º 25

Rio Grande do Sul: TAXA DE DESFRUTE 1938/1960

ANOS	BOVINOS %	SUÍNOS %
1938	15,1	25,8
1939	15,0	30,0
1940	15,0	25,1
1941	13,8	25,9
1942	13,2	25,0
1943	12,0	28,6
1944	11,8	37,0
1945	9,9	34,2
1946	10,6	37,7
1947	10,7	42,4
1948	11,6	39,3
1949	11,7	34,7
1950	11,8	36,3
1951	12,9	47,5
1952	12,9	42,2
1953	14,2	40,0
1954	12,8	40,2
1955	11,4	37,7
1956	12,0	37,8
1957	11,2	35,8
1958	10,0	34,8
1959	11,6	30,7
1960	9,4	36,1

$$\text{Média bovinos} = \frac{280,6}{23} = 12,2 = 12$$

$$\text{Média Suínos} = \frac{804,6}{23} = 34,99 = 35$$

6.2.2.2.1 — Rebanho Ovino

Quanto ao rebanho ovino, parece ser mais representativo determinar a produtividade, estabelecendo a relação produção física de lã/rebanho, pois que neste Estado, a criação de ovelhas se destina mais ao aproveitamento de lã do que ao consumo de carne "in natura".

Quadro n.º 26

Rio Grande do Sul: Produção Física de Lã/Rebanho

(Kg.)	(Cabeças)
OVINOS	PROD. FÍSICA REBANHO
1944	2,0
1945	2,3
1946	2,2
1947	2,0
1948	2,3
1949	2,3
1950	2,4
1951	2,0
1952	2,1
1953	2,3
1954	2,3
1955	2,4
1956	2,3
1957	2,4
1958	2,5
1959	3,2
1960	2,2
TOTAL	39,2

$$\text{Produtividade média ovinos} = \frac{39}{17} = 2,3 \text{ Kg. p/cabeça}$$

6.2.2.3 — *Comparação com outros Estados*

Quadro n.º 27

Taxa de Desfrute nos Estados de Minas Gerais e S. Paulo

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	ABATES / REBANHOS		
		Bovino %	Suíno %	Ovino %
MINAS GERAIS	1955	20,2	19,7	7,1
	1956	21,8	20,3	8,3
	1957	22,8	21,4	8,25
	1958	25,5	21,9	7,405
	1959	24,7	19,4	7,97
	1960	22,3	17,5	6,9
SÃO PAULO	1955	4,7	10,9	7,4
	1956	4,8	14,2	7,0
	1957	5,1	12,8	6,27
	1958	5,4	12,7	5,45
	1959	5,5	12,2	5,20
	1960	5,6	10,8	5,8

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

$$\text{Bovinos} = \frac{137,30}{6} = 22,9$$

$$\text{São Paulo: Produtividade média: Suínos} = \frac{120,2}{6} = 20,0$$

$$\text{Ovinos} = \frac{45,8}{6} = 7,6$$

$$\text{Bovinos} = \frac{31,1}{6} = 5,2$$

$$\text{Minas Gerais: Produtividade média: Suínos} = \frac{73,6}{6} = 12,3$$

$$\text{Ovinos} = \frac{30,8}{6} = 5,1$$

Convém comparar os coeficientes médios dos três Estados no mesmo período:

Produtividade média bovinos período 1955/60 = $\frac{65,6}{6} = 10,9$

Produtividade média suínos período 1955/60 = $\frac{212,9}{6} = 35,5$

Quadro n.º 28

Comparação dos coeficientes obtidos para os três Estados

Componentes	São Paulo %	Rio Grande do Sul %	Minas Gerais %
Bovinos	22,9	10,9	5,2
Suínos	20,0	35,5	12,3

A discrepância se explica pelas peculiaridades da comercialização do gado naquela região, pois grande parte se desloca através de uma rede de intermediários em que se diferenciam nitidamente as figuras do criador, — em geral localizados no Centro-Oeste — a do recriador — também localizado no Centro-Oeste e a do invernista, concretrado em São Paulo e finalmente do abatedor, também localizado em São Paulo.

Provavelmente um coeficiente mais aproximativo da realidade, seria a média dos coeficientes de São Paulo e Minas Gerais:

Coeficiente de São Paulo: 22,9

Coeficiente de Minas Gerais: 5,2 = 28,1

Coeficiente médio $\frac{28,1}{2} = 14,0$ comparando este coeficiente

médio com 19,9, o do Rio Grande do Sul, pode-se concluir que o rebanho paulista e mineiro, reunidos, têm uma produtividade superior a do Estado, da ordem de $14,0 - 10,9 = 3,1\%$.

No que tange à produtividade dos ovinos, constata-se que permanece relativamente constante.

Resta-nos comparar este resultado com o de outros países produtores, para se ter uma noção efetiva da produtividade do nosso rebanho. Veja-se os coeficientes da Argentina e Uruguai, por apresentarem estes países, certa similitude nas condições de produção, solo, clima, teor de umidade, pastagens, etc.

Quadro n.º 29

Coeficientes de produtividade dos Rebanhos Ovinos

Rio Grande do Sul Kg. p/capita	Argentina Kg. p/capita	Uruguai Kg. p/capita
2,3	3,8 (*)	2,8 (**)

(*) — Média 1952/59 — Publicação do Banco da Província de B. Aires, páginas 20, 21 e 22.

(**) — Média fornecida pelo I. Ovinotecnica da Secretaria da Agricultura.

Ainda quanto ao rebanho ovino, para ilustração, registre-se que alguns Estados do Brasil, embora detenham um rebanho considerável, utilizam-se para atender o consumo de carne. A Bahia possui um rebanho de 2,08 milhões de cabeças e abate anualmente 16%. Pernambuco, com 700.000 mil, abate 23%. São Paulo, com 140.000, abate 7 a 8%; Minas Gerais com 450.000 abate 5%, enquanto o Rio Grande do Sul, com um efetivo de 9,3 milhões de cabeças, abate em média sómente 3,5% a 4% do seu rebanho, ficando assim, bem nítido, a destinação dos rebanhos ovinos nos diversos Estados criadores.

6.2.2.4 — Idade apta para o mercado (*)

Ao se examinar a produtividade em relação a idade em que os animais são abatidos, tem-se que levar em consideração os pesos obtidos pelas carcaças. O peso vivo guarda estreita relação não só com a idade, mas principalmente com a aptidão zootécnica do animal. A expressão usual que define o valor do novilho de corte é o "rendimento". Um novilho para ser considerado bom, deve apresentar um rendimento, ou seja, um peso de carcaça fria, da ordem de 54% de seu peso em pé (peso vivo).

Nos países da Europa, o peso médio dos animais adultos, destinado ao corte, é pouco superior a 500 quilos.

Um estudo feito neste sentido, chegou a conclusão de que o novilho brasileiro é tardio, abatido via de regra 4 a 5 anos, fato que nos coloca em posição desfavorável diante de outros países produtores, que através de uma alimentação especializada e manejo racional do gado, consegue levar ao mercado novilhos com 15 a 24 meses, como é o caso dos Estados Unidos, onde os criadores conse-

(*) — Dr. Eduardo Silveira Martins — Professor da Escola de Agronomia de Porto Alegre.

guem levar para o mercado, animais com a idade média acima, pesando de 385 a 410 quilos.

6.2.2.5 — *Produção de Bezerros*

Outro fator de elevada importância para o incremento dos rebanhos.

As condições do meio ambiente, reinantes nas diversas regiões, não permitem generalização quanto a este fato, como veremos adiante.

No Rio Grande do Sul, região da chamada "Campanha", fronteira com o Uruguai e Argentina, estão localizados os melhores campos do Estado e, consequentemente, os plantéis mais finos.

As raças inglesas Hereford, Shorthorn, Aberdeen Angus, são predominantes. Podem produzir de 70 a 80 bezerros em 100 ventres, quando bem subdivididos os primeiros e bem "entourado" o gado. A média de 3% de touros é razoável, porém, esta não é a situação geral.

A média de reprodução do Estado não ultrapassa de 60%, com mortandades que oscilam de 8 a 10%. Em caso contrário, não teríamos um rebanho apenas vegetativo e desfrute constante, de 1 a 1,1 milhões de cabeças anuais.

Far-se-á abaixo a demonstração referente a um balanço do rebanho bovino do Rio Grande do Sul, considerando-se um rebanho de 9 milhões de cabeças, com a percentagem média de ventres de 40%, onde teremos:

Quadro n.º 30

RGS: Balanço Anual do Rebanho Bovino (Em milhares de cabeças)

ATIVO		PASSIVO	
Vacas em propriedade	3.600	Gado abatido	1.050
(40% do total)		Mortandade nos pastos	450
Outros	5.400	Bezerros mortos	216
Bezerros nascidos → 60% das vacas em propriedade	2.160	Total anual de abates + perdas	1.716
Total no fim do período	11.160	Balanço	9.444
			11.160

FONTE: Dr. Eduardo Silveira Martins, in Revista do Conselho Nacional de Economia.

Teríamos, nestas condições um crescimento líquido anual do rebanho de 444 mil cabeças, que seria um resultado otimista; no entanto não corresponde à realidade.

"Explica-se, assim, a estagnação do rebanho gaúcho. O principal fator limitante é, sem dúvida, a *saturação das capacidades de suporte dos pastos naturais*."

Considera-se a criação de bezerros até a desmama, satisfatória, mas a fase crítica inicia-se na época da mudança de dentes, pela deficiência alimentação, e até mesmo subnutrição no período de inverno. As doenças infecciosas, especialmente a brucelose e aftosa, contribuem sensivelmente para o baixo índice de procriação em nosso Estado.

Na região do Brasil Central, as condições da produção de bezerros são inferiores as do Rio Grande do Sul, embora a estimativa de média de nascimento seja razoável (60%), as mortandades são muito elevadas, atingindo 30 e mesmo 40%. Isto significa que 100 ventres produzem na realidade 40 a 52 bezerros ferrados. É uma percentagem baixíssima, que somada às dificuldades peculiares ao meio, (sistema de recría e engorda), tendo o bezerro que percorrer a pé grandes distâncias, até atingir os mercados, o que faz com que os rebanhos apresentem um baixo desfrute e rendimento.

No Triângulo Mineiro, a produção de bezerros apresenta resultados melhores, chegando a estimar-se em 60%.

Em São Paulo, a Faresp (*) estima essa produção como sendo em média de 50 a 55%.

Estimado o rebanho nacional em 73 milhões de cabeças (1960), e admitindo a percentagem normal de 40% de vacas de cria, é possível calcular a seguinte percentagem de bezerros:

1960

Vacas 40% de 73.000	= 29.200
Bezerros 60% de 29.2	= 17.520
mortandade 10%	= 1.752
bezerros ferrados	= 15.769,

que corresponde a 54% das vacas em cria.

(*) Faresp — Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo.

Na realidade, o rebanho existente e as matanças não nos permitem um balanço como acima, mas sim o que segue:

1960	
matanças	7.207.000
consumo nas fazendas esti- mado (1958)	600.000
mortandade 5% do efetivo ..	3.500.000
crescimento do rebanho 3,5% a. a. (média últimos 10 anos)	2.555.000
	<hr/>
	13.862.000

Assim, chega-se a conclusão de que os bezerros ferrados correspondem a 47,47% das vacas em cria, percentagem bastante baixa.

O baixo índice de natalidade e elevado de mortandade, são resultantes basicamente de causas nutricionais e de sanidade.

6.2.2.6 — *Comparação da Produtividade do Rebanho Gaúcho com os Principais Países Produtores e a Média do Brasil —*

Ainda nestas considerações sobre a produtividade, far-se-á algumas comparações das existentes do rebanho gaúcho com os do Brasil e outros países produtores.

Como os dados obtidos para outros países são somente até 1956, far-se-á a comparação com base naquele ano.

Quadro 31

DIVERSOS PAÍSES: EXISTÊNCIA DOS REBANHOS BOVINOS

(em milhares de cabeças)

Países	1939	47/48	50/51	51/52	52/53	53/54	54/55	55/56
Reino Unido ..	8872	10277	10473	10244	10444	10718	10688	10907
U. R. S. S. ..	59700	57780	57200	58800	56624	63036	64930	67068
U. S. A.	66029	82424	82025	88072	94441	95679	96592	96804
Austrália	12862	11452	14893	14893	15247	15602	15836	16457
Argentina ...	33207	41048	—	—	45750	43596	—	45396
Uruguai	8297	8514	8154	—	8013	7819	—	7305
Rep. S. Afric..	11852	11912	11565	11768	11655	11604	11709	—
N. Zelândia ..	4254	4961	5097	5202	5483	5782	5924	—
Brasil	40745	51265	52655	53513	55854	57626	61442	63608
R. G. Sul (*) ..	8187	8421	8544	8999	8898	9015	9174	9309

(*) — Incluindo com vistas à comparação.

Quadro 32

DIVERSOS PAÍSES: PERCENTAGENS DE ABATE, BOVINOS

PAÍSES	1951	1952	1953	1954	1955	1956
Reino Unido	34,5	31,9	30,4	33,7	22,0	36,5
Estados Unidos	31,7	31,9	39,0	40,9	40,8	42,1
Austrália	25,8	24,3	27,9	28,3	28,3	28,0
Nova Zelândia	39,3	39,5	34,4	36,4	39,4	—
União Sul Afr.	10,9	11,4	12,5	12,1	10,9	—
Argentina	—	—	15,9	23,3	—	31,1
Uruguai	19,2	—	19,2	16,3	—	16,7
Brasil	12,3	11,2	11,2	10,7	9,8	10,3
Rio Gr. do Sul	12,9	12,9	14,2	12,8	11,4	12,0

As percentagens referentes ao Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, não se prestam a uma comparação, visto que, entre os animais abatidos, consta uma percentagem de mais ou menos 50% de vitelos, devido as condições divergentes de criação, particularmente por terem bem desenvolvida a pecuária no sentido da produção de laticínios, encontrando o vitelo de origem leiteira, seu destino natural, que é o matadouro. Enquanto que a Nova Zelândia é um caso particular na economia pecuária mundial, contando com uma população de 1,5 milhões de habitantes, é um dos países mais adiantados, ocupando posição privilegiada, devido principalmente a produção de origem animal, cujos principais componentes são pela ordem: lã, manteiga, carnes frigorificadas, queijo, couros e peles. Representam êsses produtos, nove décimos das exportações da ilha: 90%.

A produtividade dos rebanhos neozelandeses é a mais elevada do mundo, com uma taxa de abates situada ao redor de 38%, sendo de se notar uma particularidade com referência a percentagem de abates de vitelos, que atinge a 2/3 do total, pelo fato de ser o rebanho bovino na sua maior parte de origem leiteira.

6.2.2.7 — Alimentação e produtividade.

Outro elemento que explica a maior ou menor produtividade de um rebanho é a alimentação, veremos pelas estatísticas que seguem, como é considerado a nutrição dos rebanhos:

- a) a Dinamarca utiliza 88% dos cereais consumidos para alimentação de seu rebanho;
- b) Os Estados Unidos utilizam 84% da produção de cereais;
- c) Nova Zelândia — pastagens especiais permanentes permitem uma elevada capacidade de suporte dos campos, como segue: uma quadra de sesmaria de 87 hectares e 12 ares; com pastagens permanentes, comporta:

2.500 ovelhas
650 cabeças de gado leiteiro
200 cabeças de gado de corte
40 porcas de cria.

É normal a lotação de 1,1/2 a 2 vacas por hectare, produzindo 10 a 12 litros de leite. Em bons pastos, 6 a 7 ovelhas são mantidas por acre de 4.047 m².

Verificou-se que numa quadra de sesmaria dividida em 10 potreiros, com a substituição das pastagens nativas por algumas variedades forrageiras novas e aplicando-se a rotação de pastagens, foram obtidas os seguintes resultados:

Quadro 33
LOTAÇÃO EM QUADRA DE SESMARIA

LOTAÇÃO ANTERIOR	LOTAÇÃO POSTERIOR	%
50 bovinos	150 bovinos	+ 604%
150 ovinos	1.057 ovinos	+ 200%

Fonte: Dr. Eduardo S. Martins — Revista do Conselho Nacional de Economia.

Tem-se assim, resultados bastante significativos para julgar-se com uma certa prioridade o elemento alimentação dos rebanhos.

Ainda, referindo-se ao exemplo acima, verificou-se que um ano foi suficiente para cobrir o investimento realizado (irrigação, pastagens e instalação).

Como causa da evolução da pecuária gaúcha, deve-se salientar ainda, ocorrências fortuitas e aleatórias que tenham provocado modificações da tendência da pecuária. Verifica-se que a suinocultura teve um declínio acentuado, do ano de 1952 para 1953, baixando a produção física representada em relativos simples, de 265 para 196, queda de 26%, descrescendo ainda até 1955, para 176, sendo que tal queda brusca da produção suína deve-se a um surto de peste que se alastrou pelo rebanho, provocando elevadíssimos prejuízos.

Este fato, adicionado a períodos de secas ocorridos nos anos de 1955/1957, associado à baixa produtividade dos rebanhos, justificam a estagnação da produção pecuária do Rio Grande do Sul, no período de 1953/57, com ligeira ascenção até 1958, e uma queda em fins de 1959, que coincide com fortes enchentes que se verificaram no período do 1959/60.

Com o objetivo de contribuir, na medida em que a situação financeira do Estado o permita, para a solução dos problemas de pecuária, os órgãos técnicos (Secção de Zootecnia, Secção de Defesa Sanitária Animal e I.P.V.D.F.) estabeleceram metas através das quais foi dada prioridade ao aspecto nutricional e sanitário dos rebanhos.

6.2.2.8 — Nutrição de Rebanhos

Dentro deste espírito a Secretaria da Agricultura planejou um aumento considerável das atividades de pesquisa e experimentação no setor agrostológico em relação aos anos anteriores. Para atestar esta afirmativa se pode citar que em 1962 foram introduzidas 245 variedades e para 1964 está programado a introdução de 650 variedades. Pelo mesmo motivo foi programado uma atividade mais intensa para os trabalhos de laboratório no que se refere ao levantamento da composição mineral das pastagens nativas, levantamento da composição bioquímica das forrageiras e determinação da digestibilidade. As experiências sobre alimentação de bovinos, ovinos e suínos e aves, também deverá ser imprimido um ritmo

mais acelerado. O quadro de metas indica uma programação neste sentido para todas as Estações Experimentais subordinadas à Secção de Zootecnia. Ainda com referência ao aspecto nutricional dos rebanhos, deve ser dito que a criação do Serviço de Extensão e Fomento Forrageiro permitirá intensificar a atuação da Secretaria da Agricultura com a finalidade de aumentar a área de pastagens artificiais no Estado e melhorar as pastagens nativas.

Cabe ressaltar que um importante ramo da Pecuária — a Pecuária leiteira, não tinha nenhum órgão específico de assistência técnica à produção. Agora, com a criação do Serviço de Pecuária Leiteira, corrigiu-se esta falha da Secretaria. Este serviço, ora em fase de organização, deverá desempenhar importantes tarefas a partir de 1964, tais como: supervisão da experimentação com gado leiteiro, assistência técnica à criação, orientação do Curso Prático de Laticínios e instalação de uma Granja Demonstrativa no município de Guaíba.

Muito embora considere-se as limitações já apontadas, no tocante à eficácia do trabalho extensão, foi previsto um número maior de visitas para o triênio no intuito de vulgarizar as práticas de alimentação e criação que os trabalhos experimentais nos estabelecimentos oficiais apontarem como recomendáveis.

6.2.2.9 — Sanidade dos rebanhos

Na introdução deste plano são feitas referências sobre os prejuízos causados à produção pecuária pela incidência da febre aftosa da ordem de dez bilhões de cruzeiros. Nestas circunstâncias torna-se compreensível a prioridade dada pela Secção de Defesa Sanitária e pelo IPVDF às metas de vacinação e fabrico de vacinas respectivamente. Foi projetada a vacinação de cinco milhões de bovinos para 1964 e doze milhões para 1966. A meta do IPVDF prevê a fabricação de quatro milhões de doses de vacinas em 1964 e cinco milhões e meio para 1966, o que subordinará o cumprimento da meta da Secção de Defesa Sanitária ao aumento da produção dos laboratórios nacionais.

A erradicação da brucelose constituiu-se noutra atividade a ser desenvolvida que, pelo vulto dos prejuízos causados à produção e pelos reflexos nocivos sobre a saúde humana, pode ser considerada prioritária. A produção é afetada em larga escala por esta moléstia. A comprovação desta afirmativa está no fato de que ela ocasiona uma redução de cerca de 40% dos terneiros, equivalente

a 2,5 bilhões de cruzeiros e uma redução de 22% da produção do leite. O caminho para a erradicação desta moléstia consiste na vacinação sistemática das fêmeas com uma idade entre 4 e 8 meses. Está projetada para 1964 a aplicação de 300.000 mil vacinas.

6.2.2.10 — *Melhoramento zootécnico*

Neste terreno, talvez, nenhuma outra atividade tenha tanta importância como a generalização do emprêgo da Inseminação Artificial pela possibilidade que apresenta de multiplicar a capacidade reprodutiva dos sementais de qualidades comprovadas e pela economia de divisas que resultará da importação de Sêmen Congelado ao invés de reprodutores. As metas estabelecidas prevêm um aumento no número de inseminações com S. L. e uma maior difusão das Cooperativas de Inseminações os quais sob a supervisão do Serviço destinar-se-á à inseminação com S. C., principalmente do gado de corte.

Com referência à Ovinotecnia, as metas fixadas têm por objetivo aumentar a produção de lã "per capita".

O aumento do número de visitas projetadas pelos Serviços de Suinotecnia e Avicultura objetivam difundir métodos racionais de seleção para substituir os métodos empíricos baseados no fenótipo.

6.2.3 — *Programa 5 — Pesquisas Minerais*

6.2.3.1 — *Considerações Iniciais*

Através dêste programa, a ser executado pela Diretoria da Produção Mineral da Secretaria da Agricultura, pretende-se, dentro da limitação de recursos humanos existentes, iniciar-se um trabalho sério de pesquisa de recursos minerais no Estado.

Os recursos minerais, como parcela dos recursos naturais, quando explorados racionalmente constituem um elemento importante em programas de desenvolvimento econômico.

Em matéria de exploração de recursos minerais o Rio Grande deixa muito a desejar. Qualifica-se o Rio Grande do Sul como possuidor de diversas reservas minerais que poderiam permitir a instalação de indústrias extractivas, do beneficiamento ou de transformação. Entretanto, no que diz respeito à identificação e quantificação destas reservas, a situação é a mesma de trinta anos atrás.

Há necessidade, portanto, de coordenar as seguintes unidades

de trabalho: Diretoria da Produção Mineral, Escola de Geologia, Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, Departamento de Minas da Escola de Engenharia e Departamento Autônomo de Carvão Mineral, com vistas à procura sistemática de recursos minerais no Estado.

6.2.3.2 — Objetivos para o triênio no que respeita à pesquisa geológica básica.

O objetivo básico a se perseguir no triênio é a confeção do mapa geológico do Estado, o que existe hoje é um esboço do mapa geológico. O mapa geológico é a peça básica para a análise do potencial de recursos naturais de um modo geral e minerais em particular.

A disponibilidade de conhecimentos de geologia geral do Estado admitem, nesta primeira etapa, a seleção de áreas preferenciais para a pesquisa geológica em quadrículas (*) justapontíveis, segundo escala de prioridade. Esta escala de prioridade será estabelecida em função de áreas com maior potencial geológico.

Prevê-se a possibilidade de levantamento detalhado de sete quadrículas para o triênio, cobrindo uma área de 5.390 Km². Este tipo de levantamento, na medida em que se vai efetuando já propicia condições para que, no decorrer do processo, inicie-se a prospecção e cubagem das reservas identificadas.

6.2.3.2.1 — Prospecção de jazidas

Neste ítem serão concentrados os trabalhos da prospecção pormenorizadas de jazidas, com o objetivo de obter todos os dados necessários à elaboração do relatório de pesquisa e do plano de lavra. Dar-se-á prioridade a calcário e carvão.

6.2.3.2.2 — Aproveitamento econômico de jazidas

Através desta atividade pretende-se oferecer subsídios técnicos aos diversos órgãos a quem cabe dar assistência no setor secundário da economia, no sentido da elaboração de projetos para formação de empresas extractivas minerais, de beneficiamento e transformação.

(*) Uma quadrícula tem, de lado, 1/4 de grau geográfico.

6.2.3.2.3 — Hidrogeologia e abertura de poços

Esta atividade tem grande significação sócio-econômica, pois a região fronteiriça do Estado é assolada por secas periódicas com a consequente falta de água para os rebanhos e plantações.

Constituirá uma meta também, a elaboração de um plano que contemple numa perspectiva de longo prazo o problema da irrigação nestas áreas. Ocorre que até o presente momento esta atividade vem se desenvolvendo em função de razões circunstanciais e a pedido dos interessados e pode que o interesse privado, em muitos casos, não consulte o interesse social. Neste mesmo ítem deve se esclarecer que os trabalhos desenvolvidos pela DPM, na abertura de poços artesianos, custa aos interessados pelo menos dez vezes menos que o mesmo trabalho realizado pelo setor privado. É conveniente esclarecer que isto resulta em transferências de recursos do setor público ao setor privado, o que não se justifica, pois os beneficiados de um modo geral integram grupos de altos ingressos. Serão, portanto, reformulados os custos, em moldes que os interessados cubram, pelo menos, as despesas de custeio e a depreciação do equipamento.

Esta Secretaria pretende dispender no triênio Cr\$ 18.977.749.000,00, sendo Cr\$ 16.465.270.000,00 em Despesas correntes e Cr\$ 2.512.479.000,00 em despesas de capital. Para o primeiro ano do plano, dever-se-á examinar o ítem 5.8.

6.3 — Instituto Riograndense do Arroz

6.3.1 — Programa 3 — Extensão Orizícola

A produção de arroz no Rio Grande do Sul tem-se desenvolvido segundo um ritmo crescente, em sintonização com o aumento gradativo da área cultivada, alcançando a seu rendimento máximo por unidade de área as safras 1953/54.

Vários são os fatores que entravam o desenvolvimento desta cultura e ocasionam a baixa produtividade. A Monocultura do arroz, em terras de várzea, está contribuindo para o incêndio e esgotamento das terras. A continuar esta prática de exploração do arroz no sistema de monocultura, dentro de 20 anos, o Rio Grande do Sul produzirá quase que exclusivamente "arroz vermelho", isso porque as terras novas, oferecidas à sua cultura são limitadas. Existem,

na verdade, terras novas, mas atualmente inaproveitáveis para o cultivo do arroz. Assim, um dos grandes fatores responsáveis pela situação da produção, por unidade de área, é a prática da monocultura de arroz em terras de várzea. Para aumentar o índice de produtividade das lavouras de arroz é necessário a prática de rotação com outras culturas, com o qual será quebrado o "ciclo vegetativo" dos inços específicos do arroz. Entretanto, a prática da policultura não pode ser aplicada nas terras de várzea, onde se cultiva arroz, em virtude da deficiência do sistema de drenagem existente nessas regiões. É necessário planificar a drenagem das terras de várzea a fim de tornar possível a policultura. As terras da várzea, uma vez drenadas, estarão em condições de receber qualquer cultura de sequeiro ou de irrigação, e a policultura será possível. Daí destacar-se a importância da aerofotogrametria que virá acelerar o progresso do levantamento e planejamento da drenagem das nossas várzeas.

Aproximadamente 75% da área é cultivada em terra arrendada e apenas 25% em terras próprias. Esta situação, se de um lado reflete o interesse dos agricultores pela cultura do arroz, de outro se constitue num entrave à utilização adequada da terra. Os valores correspondentes ao arrendamento em dinheiro ou espécie, tem sofrido aumento nos últimos anos, chegando a perfazer, atualmente quase 14% sobre o custo de produção. A demanda de terras, para arrendamento, pelos agricultores, tem sido, ultimamente acentuada, em virtude da elevação do preço do arroz. Como consequência, valorizaram-se as terras, mesmo aquelas já esgotadas e contaminadas pelos inços. Os inconvenientes deste sistema de exploração são agravados pela ausência de uma legislação adequada, que regule as relações entre arrendadores e arrendatários. Face à inflação, os arrendamentos são feitos cada vez por prazos mais curtos, limitando os investimentos em obras de lavoura por parte dos arrendatários, estritamente àquelas que podem ser amortizadas a curto prazo.

A lavoura gaúcha possui um bom índice de mecanização, na fase de preparo da terra, plantio e irrigação. Entretanto, para a fase da colheita, torna-se necessária a aplicação mais intensiva da máquina. A relação atual ceifa-trilhadeira hectare é de 1 para 500. O índice ideal seria de 70 a 80 ha. por combinada. A falta de mão-de-obra por ocasião das colheitas, em certas regiões, principalmente da Fronteira, onde há menos densidade populacional em virtude da estrutura da propriedade, tem prejudicado considera-

velmente a lavoura, provocando prejuízos por retardamento do corte.

A irrigação é a principal característica da orizicultura, no Rio Grande do Sul. Esta prática confere estabilidade a esta lavoura e a distingue das demais culturas nas outras unidades da Federação. Dois são os sistemas de irrigação utilizados: o mecânico e o natural. A irrigação mecânica é praticada em 68% da área, a natural, em 25%, e a inísta, em 7%. A irrigação natural é menos dispendiosa em relação à mecânica em, aproximadamente, 30%, pois a última requer uma avultada inversão de capital em motores, bombas de recalque e instalações, além de despesas apreciáveis com o consumo de combustíveis. Representando a irrigação a maior parcela no custo da produção — cerca de 16% — o emprêgo da irrigação natural — a açudagem — viria baratear consideravelmente o custo do produto.

As necessidades de sementes de arroz no Rio Grande do Sul atingem aproximadamente 1.500.000 sacos de 50 Kgs., anualmente, dos quais atualmente só uma parcela ínfima é de boa qualidade, pois o restante, formado por linhas em degenerescência, não possui as condições científicas e técnicas mínimas aconselháveis. Uma das causas da escassez de sementes reside no fato de estarem as lavouras demasiadamente incadas com o "arroz vermelho".

Nestas condições, todos os órgãos executores deste programa do Instituto Rio Grandense do Arroz pretendem canalizar seus recursos e esforços no sentido de prestar toda assistência direta ou indireta aos orizicultores, visando incrementar o índice qualitativo e quantitativo da produção orizícola, seja através das visitas efetuadas pelos agrônomos, seja pelos exames e ensaios realizados nos laboratórios e estação experimental, ou ainda através do "Fundo de Açudagem e Assistência ao Pequeno Orizicoltor", que objetiva o financiamento da construção de açudes, quando solicitado pelos orizicultores, facilitar a aquisição de terras por pequenos orizicultores e efetuar o levantamento aerofotogramétrico da zona arrozeira estadual para um planejamento de projetos de drenagem e açudagem, possibilitando a implantação de um sistema de rotação de culturas nessas áreas.

Esta Autarquia dispenderá, nesta função, no triênio, Cr\$ 1.985.471.000,00, distribuídos Cr\$ 995.668.000,00 para despesas correntes e Cr\$ 991.803.000,00 em despesas de capital.

Na realidade, o rebanho existente e as matanças não nos permitem um balanço como acima, mas sim o que segue:

	1960
matanças	7.207.000
consumo nas fazendas estimado (1958)	600.000
mortalidade 5% do efectivo	3.500.000
crescimento do rebanho 3,5% a. a. (média últimos 10 anos)	<u>2.555.000</u>
	13.862.000

Assim, chega-se a conclusão de que os bezerros ferrados correspondem a 47,47% das vacas em cria, percentagem bastante baixa.

O baixo índice de natalidade e elevado de mortalidade, são resultantes basicamente de causas nutricionais e de sanidade.

6.2.2.6 — *Comparação da Produtividade do Rebanho Gaúcho com os Principais Países Produtores e a Média do Brasil —*

Ainda nestas considerações sobre a produtividade, far-se-á algumas comparações das existentes do rebanho gaúcho com os do Brasil e outros países produtores.

Como os dados obtidos para outros países são somente até 1956, far-se-á a comparação com base naquele ano.

Quadro 31

DIVERSOS PAÍSES: EXISTÊNCIA DOS REBANHOS BOVINOS (em milhares de cabeças)

Países	1939	47/48	50/51	51/52	52/53	53/54	54/55	55/56
Reino Unido	8872	10277	10473	10244	10444	10718	10698	10907
U. R. S. S.	59700	57780	57200	58800	56624	63036	64930	67068
U. S. A.	66029	82424	82026	88072	94441	95679	96592	96804
Austrália	12862	11452	11593	11893	15247	15602	15836	16437
Argentina	33207	41048	—	—	45750	43396	—	45376
Uruguai	8297	8514	8154	—	8013	7619	—	7306
Rep. S. Afric..	11552	11912	11656	11768	11655	11604	11709	—
N. Zelândia	4254	4961	5027	5202	5483	5722	5921	—
Brasil	40745	51265	52605	53513	55854	57626	61440	63603
R. G. Sul (*)	8187	8421	8544	8999	8998	9015	9174	9309

(*) — Incluindo com vistas à comparação.

6.4.1.1 — Coeficiente de concentração de GINI (*)

O coeficiente de concentração de Gini é uma medida de dispersão relativa que quantifica o grau de concentração entre os dados de duas variáveis de unidades diferentes.

O coeficiente varia no intervalo 0;1.

Os dois casos extremos são:

1. "c" = 1, concentração absoluta (um estabelecimento)
2. "c" = 0, concentração nula.

INTERPRETAÇÃO

Coeficiente		Concentração
0,000	0,100	nula
0,100	0,250	nula a fraca
0,250	0,500	fraca a média
0,500	0,750	média a forte
0,750	0,900	forte a muito forte
0,900	1,000	muito forte e absoluta

6.4.1.2 — O grau de concentração do Rio Grande do Sul:

As variáveis são: número de estabelecimentos agrícolas e hectares. A variável "hectares" foi disposta numa distribuição de freqüência com os seguintes intervalos de classe:

menos de 10
10 100
100 1000
1000 10000
10000 e mais

(*) GT encarregado da elaboração de projetos de desenvolvimento de Bacias Hidrográficas (SADH — Setor de Planejamento da Secretaria da Agricultura).

A distribuição da freqüência não apresenta homogeneidade nos intervalos de classe, o que prejudica o cálculo, seria necessário recorrer aos dados originais e proceder nova distribuição em intervalos regulares. Deve-se tomar o coeficiente, portanto, com a necessária prudência. Trata-se de um valor aproximado.

Não se levou também em consideração o ponto médio do intervalo de classe, já que este não reflete a média, por estabelecimento, em cada intervalo. Há, sem dúvida, uma grande dispersão em torno da média. Por outro lado, o ponto médio é disponível porque se possui a área total em cada intervalo.

6.4.1.3 — *O coeficiente calculado e a respectiva interpretação*

Os dados para efetuar o cálculo são os do quadro anterior.

O resultante foi: " σ " = 0,843

Observa-se, portanto, que a concentração da área — por estabelecimento — é muito alta, enquadrando-se na classificação do "forte e muito forte".

É a seguinte a interpretação do diagrama do Gini para o Estado do Rio Grande do Sul:

26,3% dos estabelecimentos detém 2,3% da área agro-pecuária

92,7% detém 32,6% da área agro-pecuária

99,2% detém 63,7% da área agro-pecuária

99,9% detém 93,8% da área agro-pecuária

Tomando o segundo intervalo da classe pode se dizer que 92,7% dos estabelecimentos detém 32,6% da área agro-pecuária, ou que os 7,3% dos estabelecimentos restantes, detém 67,4% da área agro-pecuária.

Os quadros que a seguir se apresentam comprovam que o cálculo antes enumerado espelha razoavelmente a realidade.

Quadro n.º 35

Número de estabelecimentos de 200 hectares (500 acres) ou mais em percentagem do número total de estabelecimentos 1950/60

ESTADO	1950	1960
Rondônia	26,2	10,2
Acre	27,7	18,7
Amazonas	15,1	2,6
Rio Branco	82,24	60,82
Pará	4,29	3,88
Amapá	83,25	25,61
Ceará	11,48	8,59
Paraíba	4,65	3,19
Pernambuco	2,63	2,05
Alagoas	2,58	2,74
Sergipe	2,39	1,93
Bahia	5,1	4,3
Espírito Santo	3,91	3,25
Guanabara	0,3	0,2
São Paulo	7,5	5,4
Santa Catarina	7,5	5,4
Rio Grande do Sul	5,52	4,1
Goiás	33,57	25,07

FONTES: Serviço Nacional de Recenseamento e Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Quadro n.º 36

Área ocupada por estabelecimentos de 200 hectares e mais em percentagem da área total de estabelecimentos

ESTADO	1950	1960
Rondônia	97,28	89,45
Acre	99,60	99,56
Amazonas	94,74	92,4
Rio Branco	99,59	98,48
Pará	78,86	69,63
Amapá	99,36	97,77
Ceará	67,3	62,91
Paraíba	60,34	56,0
Pernambuco	55,93	55,72
Alagoas	58,37	57,28
Sergipe	46,71	47,44
Bahia	61,18	54,86
Espírito Santo	29,01	27,35
Guanabara	20,95	17,4
São Paulo	64,08	62,58
Rio Grande do Sul	44,5	37,92
Santa Catarina	64,2	58,78
Goiás	90,1	84,9

FONTES: Serviço Nacional de Recenseamento e Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

6.4.1.4 — *Conclusão da Comissão de Reforma Agrária*

E, para reforçar, o anteriormente exposto, registrar-se-á a seguir algumas considerações extraídas das conclusões da Comissão de Reforma Agrária, relativas à estrutura da propriedade no Estado.

"De acordo com as últimas estatísticas divulgadas (I.B.G.E. — Censo Agrícola — 1960) as propriedades com áreas inferiores a 50 hectares, em número de 325.490, representando 85,4% do total das propriedades do Estado, somam pouco mais de cinco milhões de hectares, o que equivale a menos de 2% da superfície territorial rio-grandense. Enquanto isto 1.193 propriedades com áreas superiores a 2.000 hectares, representando 0,3% do total, ocupam, 24,3% da área.

Se prosseguirmos na análise, vamos encontrar 100.362 propriedades com menos de 10 hectares que, dadas as condições da exploração agrícola do Estado, em quase sua totalidade, podem ser consideradas incapazes de produzir rendas suficientes para o sustento de uma família".

O problema do minifúndio se apresenta ainda mais sério se considerarmos que como tal devemos incluir a grande maioria das propriedades de 10 a 20 hectares, que se elevam a 110.647 e aquêles, situados nas zonas tipicamente pastoris, com a área entre 50 a 100 hectares. Talvez não haja exagero se dissermos que, em vista da nossa baixa produtividade agrícola, cerca de 40% das propriedades rurais do Estado estão representadas por minifúndios.

Como é natural, o problema não se apresenta com as mesmas características nas diferentes regiões fisiográficas do Estado.

Os dados contidos no quadro n.º 2 mostram as diferenças quanto a maior ou menor subdivisão nas onze regiões em que está dividido o Rio Grande do Sul. Na Encosta Superior do Nordeste e o Alto Uruguai a área média dos imóveis rurais não atinge a 20 hectares, enquanto na Campanha é de 416 e nas Missões e Serra do Sul este vai a 101 hectares.

As maiores concentrações de pequenos proprietários, com áreas menores de 10 hectares, encontram-se na Encosta Superior do Nordeste com 35,0%; nas Missões, com 27,0%; no Alto Uruguai, com 26,7%. A Região da Campanha é a de percentagem mais baixa, com apenas 9,3%.

Quanto às propriedades com áreas maiores de 2.000 hectares, as maiores percentagens estão na Campanha e na Depressão Central.

Os números expostos revelam distorções gritantes na distribuição da terra onde, a par do problema do minifúndio, constata-se a existência de 51 imóveis com mais de 10.000 hectares, inclusive

4 com mais de 100.000, cobrindo uma área de 1.381.965 hectares. Mais chocante, porém, é a análise de sua dinâmica. Em 1950 tínhamos 47.724 propriedades com menos de 10 hectares. Em 1960 esse número se elevou para 100.362, com um aumento de 110%. Em percentagens maiores cresceram as propriedades de 50 a 100 e de 100 a 200 hectares. O número das propriedades com mais de 10.000 hectares permanece invariável, sendo que em 1960 verifica-se a existência de 4 imóveis com mais de 100.000 hectares, o que não havia 10 anos atrás.

Como se vê, as mutações por transferências "inter-vivos" e por sucessão hereditária em vez de corrigir as disparidades apontadas vem agravando o problema do minifúndio se, praticamente, interferir nas grandes áreas.

Pode-se, estimar em 600.000 o número de famílias rurais no Rio Grande do Sul, das quais apenas 386.000 são proprietárias. Mesmo admitindo-se que 10% dessas famílias não dependem diretamente da agricultura, empregando sua atividade no comércio, na indústria extractiva, nos transportes e outros setores, pode-se calcular em mais de 240.000 o número das que vivem da exploração da terra de terceiros sob as mais diferentes formas.

Com relação à ocupação da terra são as mais diversas as formas encontradas no Estado, podendo-se, contudo reuní-las, nos seguintes grupos:

- proprietários
- arrendatários
- parceiros
- meeiros

Poder-se-á ainda admitir um quinto grupo — os intrusos que ocupam áreas privadas ou públicas, de forma pacífica ou litigiosa, sem qualquer pagamento pelo uso.

Praticamente inexistem dados que permitem avaliar-se o número de famílias que compõe esses diferentes grupos. Com relação aos arrendatários encontram-se elementos esparsos que evidenciam a magnitude do problema. Sabe-se, por exemplo, que em 1962 das 4.545 lavouras de arroz 3.189, ou seja, mais de 70,0% estavam instaladas em terras arrendadas. Estima-se que cerca de 70% da área do trigo seja explorada em regime de arrendamento. Igualmente elevada é a percentagem de arrendamentos nas áreas pastoris.

Mesmo sem se contar com elementos que permitam um exame mais detido da questão, bastam esses exemplos para que se tenha uma idéia da extensão do uso do arrendamento como forma de ocupação da terra.

De outra parte, a elevada freqüência dos arrendamentos faz supôr, desde logo que o número de produtores que exploram suas próprias terras é consideravelmente menor do que o número de propriedades existentes.

Com relação a parceiros, meeiros e intrusos seria temerária qualquer estimativa pois que as estatísticas são omissas quanto aos mesmos. Sabe-se contudo, que representam uma ponderável parcela de agricultores.

A alta percentagem de propriedades rurais exploradas por outros não seus verdadeiros donos evidencia, por si só, uma estrutura anômala e pouco propícia ao desenvolvimento agrícola. O problema, porém, se apresenta mais grave quando se sabe que as relações entre proprietários e usuários da terra, na grande maioria dos casos, são estabelecidas ao desamparo de legislação própria, sem contratos com valor jurídico, mediante meros ajustes verbais quer com arrendatários, parceiros ou meeiros.

Qualquer que seja a forma de cessão da terra, por falta de leis que a discipline, ela se caracteriza, quase que invariavelmente, pelos prazos curtos, pela insegurança do locatário e pelos altos preços estipulados, seja em produto. Nestas condições, além de onerar diretamente a produção, limitando a renda do homem que trabalha a terra, tais formas de ocupação constituem-se em barreiras à racionalização da agricultura, desestimulando ou mesmo impedindo o melhoramento de instalações e a adoção de práticas agrícolas que poderiam contribuir para a elevação dos rendimentos da exploração.

Nesta ordem de idéias cabe ainda uma referência ao absentismo que pode ser apontado também como forma perniciosa nas relações terra-homem de vez que, em boa parte, é responsável pelo retardamento da evolução da nossa agricultura. É o criador ou lavoureiro que habitualmente reside fora da propriedade, onde vai apenas uma ou poucas vezes por ano, administrando-a a distância, através de prepostos com ou sem participação na produção. Notadamente na grande propriedade este fenômeno é frequente. A par dos baixos rendimentos que, via de regra, caracterizam esses estabelecimentos, na grande maioria dos casos, constata-se a precarie-

dade de instalações de trabalho e habitação, ausência de água encanada, luz, instalação sanitárias mesmo rudimentares, acesso fácil aos centros urbanos, enfim, dos mais elementares requisitos de conforto para os que aí desempenham suas atividades.

No que respeita às relações de trabalho podemos distinguir, fundamentalmente, três classes de assalariados:

- os mensalistas
- os diaristas
- os tarefeiros

Os mensalistas são mais freqüentemente encontrados, nas fazendas e nas lavouras, entre os trabalhadores qualificados como capatazes, condutores de máquinas, etc. São assalariados mais estáveis.

O pagamento por dia de trabalho ou jornada é a forma mais comum para os serviços temporários, quer na lavoura quer na fazenda.

O trabalho por tarefa é muito comum em certas regiões para a execução de determinados serviços, como as roçadas, as capinas, o corte do arroz, a tosquia de ovinos, etc., com tendência a se generalizar por maior número de atividades.

Em qualquer dessas formas de trabalho o pagamento pode ser feito todo em moeda ou, o que é mais comum nas duas primeiras, incluir alojamento e alimentação ou ainda apenas a última. A locação do trabalho pode prever ou não o fornecimento dos utensílios, implementos ou animais indispensáveis.

Até agora o trabalhador rural, em qualquer das categorias apontadas, quer pela falta de legislação especializada, quer pela inobservância do dispositivos legais que, por extensão, dever-se-iam aplicar ao meio rural, esteve totalmente desamparado, sem órgãos próprios onde postular seus direitos, a mercê da compreensão e espírito de humanidade dos empregadores, nem sempre muito generosos.

As disposições sobre salário mínimo, duração de trabalho, férias, repouso remunerado e outras de caráter assistencial nem sempre são cumpridas e quando o são, tem mais o caráter de concessão especial de que do cumprimento de obrigações legais.

Um levantamento cuidadoso nesse sentido revelará situações diferentes em relação a determinadas atividades e regiões e até mesmo em relação a empresas similares de uma mesma região. Encon-

trar-se-á grande número de proprietários ou empresários que dispensam aos servidores tratamento condigno não só quanto a remuneração como quanto à assistência, inclusive a seus dependentes. Isto, entretanto, não invalida o que foi dito antes, como situação dominante no Estado.

Em tais condições de desamparo, agravadas pela baixa rentabilidade das atividades agrícolas, que impõe naturais limitações a remuneração do trabalho, é compreensível que os assalariados, com raras exceções, tenham um baixo padrão de vida, sofrendo privações de toda ordem.

A Lei n.º 4.214, de 2/3/63 que criou o Estatuto do Trabalhador Rural, virá por certo, em grande parte corrigir as deficiências apontadas, abrindo novas e perspectivas aos assalariados da lavoura, da pecuária e das atividades conexas.

Ante o expôsto, conclue-se que em nossa estrutura agrária a relação terra-homem apresenta distorções que se antepõem ao desenvolvimento agrícola e ao bem-estar das populações rurais, não só por uma subdivisão inadequada da propriedade, como principalmente pela ausência de medidas legislativas que disciplinem aquelas relações.

A economia do Rio Grande do Sul, não obstante o desenvolvimento das atividades secundárias e terciárias, assenta-se ainda fundamentalmente em sua agricultura, entendendo-se como tal a lavoura e a pecuária. Nossa infraestrutura é pois, e o será por muito tempo, eminentemente agrícola.

Já vimos que a distribuição da propriedade rural no Estado, onde se constata, de um lado, elevada percentagem de minifúndios e, de outro, grande número de latifúndios, não é a mais consentânea com a exploração racional do solo, de vez que, uns e outros, oferecem limitações a uma agricultura racional.

Como decorrência direta, da divisão irregular da terra, temos uma distribuição heterogênea das populações rurais defrontando-se com áreas densamente povoadas, onde predominam a lavoura e com outras de população rarefeita, as chamadas pastoris. A predominância dos métodos externos de exploração da terra e a quase inexistência da pequena indústria rural determina um baixo índice ocupacional e a consequente existência da mão-de-obra ociosa. Advém daí o êxodo rural, os excedentes das zonas coloniais, afeitos aos trabalhos da lavoura, emigram para outros Estados. Povoaram o Oeste de Santa Catarina, boa parte do Paraná e já agora deslo-

cam-se para outras unidades mais distantes. Cumpre notar que o elemento imigrado é o mais jovem, de mais iniciativa e, por isto mesmo, o mais produtivo — levando consigo dinheiro, instrumental agrícola e outros bens de produção.

Os que se evadem dos campos normalmente se dirigem para os centros urbanos onde, não só pela falta de adaptação como ainda pela falta de um setor secundário desenvolvido, vão engrossar as chamadas populações marginais.

A evolução tecnológica da nossa agricultura que, a par de outras medidas, viria atenuar e até mesmo corrigir os males apontados encontra atualmente sérias barreiras. A alta percentagem de analfabetos entre as nossas populações rurais e as condições sanitárias das mesmas, dão lugar a um substrato, pouco propício a que os especializados, já por si mesmos precários, possam produzir os melhores resultados.

Continuamos assim com uma agricultura primitiva na qual, como exceções, podem ser apontadas alguns setores onde a técnica está presente e seus efeitos se fazem sentir. Muito pouco fazemos ainda para corrigir ou aliviar as adversidades do meio, melhorando as condições de fertilidade do solo, atenuando às irregularidades climáticas, controlando as incidências de inimigos naturais, visando mais rendimento das lavouras e dos rebanhos, maior segurança na colheita de seus frutos, mais rentabilidade das atividades rurais.

O crédito, fator fundamental para o desenvolvimento, é praticamente inacessível à grande maioria dos produtos, notadamente para os pequenos. Além disto, a instabilidade da nossa agricultura, mal servida de meios de transporte, de meios para o armazenamento e conservação de seus frutos, sem os benefícios do seguro, sem garantia de mercados e sem uma política de preços definida, não estimula os investimentos, sem o que não pode haver desenvolvimento, o que assistimos é a evasão da renda das zonas rurais para atividades que lhes são estranhas.

O próprio Estado investe pouco em agricultura. A Secretaria da Agricultura, a que cabe ponderável parcela no desenvolvimento de nosso meio rural, recebe anualmente menos de 3% da receita estadual.

6.4.2. -- Conclusões

Verifica-se, portanto, que o Rio Grande apresenta acentuada concentração de propriedade:

A concentração da propriedade, é óbvio, identifica-se com a concentração do ingresso. Este enómeno tem dois efeitos:

- 1) os recursos reais acumulados pela sociedade originários do setor primário permanecem em mãos de um grupo minoritário que pode transformá-los em inversões que não consultem os interesses coletivos;
- 2) o mesmo grupo minoritário constitue-se em um mercado para bens de consumo supérfluo que o grau de desenvolvimento da sociedade não aconselha, ao mesmo tempo que representa um mercado restrito para setores que tem função dinâmica na economia. Uma mais equitativa distribuição de ingresso ampliaria o mercado, propiciando condições mais favoráveis ao desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o rompimento de uma estrutura que entrava um crescimento mais acelerado do produto gerado pelo setor agrícola, incrementando desta forma, a oferta de alimentos, tem efeitos benéficos nos custos de produção dos demais setores da economia.

À inelasticidade da oferta agrícola provocando continuados aumentos de preços de produtos alimentícios agrava os custos da produção do setor e dos demais setores da economia via aumento de salários. Em Pôrto Alegre, por exemplo, a classe de operários industriais consome 44% de suas rendas em alimentação (*). Nestas condições, se ocorre um aumento médio no custo de alimentos na ordem de 22,72%, este grupo social é compelido ou a reduzir o consumo (que de modo geral está ao nível de subsistência) ou dirigir mais 10% à compra de alimentos; no decorrer do processo resultam pressões por aumentos salariais agravando os custos.

6.4.3. — Metas e objetivos para o Triénio

Durante o triênio pretende-se dar curso às atividades do IRGA, dentro de quatro grandes atividades, para os quais, a preços de 1964, endereçam-se recursos no montante de Crs 11.130.135.000,00.

Acredita-se que foge à esfera do executivo estadual a possibilidade de reformar a estrutura agrária do Rio Grande do Sul no sentido amplo do termo. Pode, entretanto, o Governo desenvolver um conjunto de ações para as quais não se lhe imponham nenhuma

(*) Cálculo efetuados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas da UFRGS.

limitação constitucional. De outra parte, não é viável a reformulação da estrutura da propriedade mediante a prévia indenização, em dinheiro; os cofres públicos não têm condições de suportar os encargos decorrentes.

As atividades que o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária desenvolverá são as seguintes:

a) viasção colonial

Esta atividade objetiva criar condições de infraestrutura na região colonial — zonas de pequena propriedade — com vistas a facilitar o escoamento da produção.

Durante o triênio pretende-se construir novecentos e onze quilômetros de estradas vicinais, o anexo do quadro B-4 registra, em detalhes, todos os projetos relativos a esta atividade.

b) legalização de terras

Através desta atividade pretende-se, no triênio, demarcar 6.640 lotes, conceder 10.590, legitimar 4.610, verificar 17.670.

c) colonização e recolonização

Dentro desta atividade estabeleceu-se os seguintes objetivos:

1. — organização definitiva dos núcleos já criados em moldes a que se criem condições para que sejam auto-suficientes no mais curto prazo possível;

2. — criação de um mínimo de 45 núcleos compostos de quinze mil famílias;

d) levantamentos sociais e associativismo rural através desta atividade pretende o IRGA:

1. — colaborar com a Secretaria do Trabalho e Habitação para criação, no triênio, de trezentos sindicatos rurais e outras atividades associativas;

2. — em colaboração com a Secretaria da Agricultura e demais órgãos que atuam no setor primário, proceder o cadastramento das unidades econômicas existentes no setor primário do Rio Grande do Sul.

Para criação de condições de trabalho para quinze mil famílias durante o triênio a política a ser adotada será a seguinte:

a) análise das zonas onde se verificam as maiores depressões demográficas;

- b) relacionamento destas zonas dentro de um critério de prioridade;
- c) arrolamento, mediante inscrição e critério de seleção a ser estabelecido, dos possíveis candidatos;
- d) implantação dos núcleos segundo projetos específicos.

Independentemente dêstes critérios gerais, foi formado um grupo de trabalho constituido por elementos da Secretaria da Agricultura, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e GAP, com o objetivo de elaborar projetos do desenvolvimento de pequenas bacias hidrográficas. Pretende-se vincular a programação global de pequenas bacias hidrográficas à uma política demográfica através da qual, independentemente de medidas de redistribuição populacional através da criação de núcleos de colonização, basear-se-á o estabelecimento de centros dinâmicos de desenvolvimento, de modo que a mão-de-obra liberada pelo setor primário seja absorvida pelos demais setores da economia, de forma particular o setor secundário. A referência aos centros dinâmicos do desenvolvimento diz respeito a este último, pois pretende-se promover a instalação de núcleos industriais capazes de absorver não só um possível aumento da oferta do setor primário, mas como também absorver a mão-de-obra liberada pelo mesmo setor.

Este trabalho deverá ser coordenado de modo especial com o Conselho de Desenvolvimento do Estado, o qual tem como uma das metas básicas para o próximo triênio proceder o levantamento da mão-de-obra ocupada, sub-ocupada e desocupada na economia gaúcha, bem como a localização geográfica dos respectivos contingentes.

É óbvio que o Estado espera contar com recursos externos para cumprir com os objetivos acima fixados, o montante dêstes recursos sómente se terá conhecimento após os estudos em andamento.

6.4.4. — Núcleos existentes

O quadro anterior informa as 846 famílias que receberam terras, totalizando 5.617 pessoas agora possuidoras dumha gleba que lhes proporcionam trabalho e subsistência.

Analizar-se-á cada um dêsses núcleos, para visualisar a situação atual e destacar as providências que se está adotando para complementação de sua implantação.

Quadro 37

Situação dos núcleos existentes instalados pelo IGRA
 (Situação em 10-9-1963)

DENOMINAÇÃO	LOCAL	N.º DE FAMÍLIAS	N.º DE PESSOAS	ÁREA TOTAL	ÁREA MÉDIA	OBSERVAÇÕES
Núcleos Instalados em Terras Desapropriadas						
BANHADO DO COLÉGIO						
Núcleo 1	Camequê	35	245	2.366 Ha	22	Nos diversos núcleos do Banhado do Colégio, ainda existem lentes que serem ocupados, isso logo problemas de aquidagem e banhados que os cobrem ficam solucionados.
Núcleo 2	Camequê	78	546			
Núcleo 3	Camequê	32	224	804 Ha		
Núcleo 4	Camequê	22	154	458 Ha		
SARANDI						
Núcleo 1	Sarandi	224	887 Ha	22,7 Ha		
Núcleo 2	Sarandi	393	2.028 Ha	20,5 Ha		
Núcleo 3	Sarandi	105	3.700 Ha	250 Ha		Área de campo-Trifultura
Núcleos Instalados em Terras Patrimoniais						
ITAPOÃ — Núcleo Único	Viamão	35	245	875 Ha	25 Ha	Terrenos a serem explorados com lavouras rotativas
TAQUARI — Núcleo Grilco	Taqueri	52	364	846 Ha	16,2 Ha	
FAZENDA LIGÓRIO PIMENTEL						
Núcleo único	S. José do Ouro	50	350	750 Ha	15 Ha	Os agricultores colocados eram intrusos da reserva florestal.
IBIRAPURTA — Núcleo único	Alegrete	30	210	1.500 Ha	50 Ha	Área de campo. Núcleo em instalação.
Núcleos instalados em terras devolutas						
ITACORÁ — Núcleo Único	S. Augusto	151	1.052	3.062 Ha	20,3 Ha	Área desmatada para o loteamento de Itacorá.
VOTOURO — Núcleo Único						Lote da Fazenda Votouro.
GUARANI — Núcleo Único	S. Valentim	51	357	1.032 Ha	20,2 Ha	
PIRES ALVARENGA — Núcleo Único	S. Valentim	23	161	461 Ha	20 Ha	
	Pires Alves	141	987	2.235 Ha	15,8 Ha	Idem do Parque Florestal de Nonoai.
TOTAL		846	5.617	21.004 Ha		

6.4.4.1. — Núcleos do Banhado do Colégio

Em número de 4, estão neles instalados 167 famílias, congregadas numa cooperativa de Produção e Consumo. O Estado lhes prestou e presta ainda assistência de toda ordem. Em se tratando de terras na sua maioria ainda incultas, o IRGA teve de enfrentar imenso trabalho de saneamento até lograrem os agricultores a primeira safra, aliás promissora.

Nestes núcleos a instalação dos agricultores se processou parceladamente, de forma que nem todas as famílias puderam alcançar com sucesso a primeira colheita e muitas, embora aquinhoadas com áreas, já limpas, sómente agora estão em atividade. Nesse interim, presta-lhes o IRGA a assistência possível.

A descontinuidade da colocação dos agricultores é devida a várias causas, entre elas porque a imissão do Estado na posse das terras tem ocorrido por partes, e porque muitas parcelas das glebas dependem de saneamento, por estarem cobertas com açudes ou banhados.

Dado a pressa na instalação dos núcleos desta colonização, apresentou falhas que agora se está retificando. Uma das falhas é a relativa à escolha dos terrenos para localização dos núcleos, já que alguns ficaram situados em depressões, facilmente alagáveis. A alteração das sedes urbanas atrasou a execução de obras e exigiu dispêndios.

Com a continuação das obras de viação colonial dentro da colonização do Banhado do Colégio, pretende-se chegar às condições ideais de salubridade para aqueles núcleos, possibilitando evitar danos como os que ocorreram na primeira safra, provenientes da invasão das águas pluviais sobre as plantações.

Visando justamente estabelecer um planejamento global para o Banhado do Colégio, a fim de se evitar os defeitos apontados é que foi constituída uma comissão técnica, a qual já está trabalhando.

Ainda no Banhado do Colégio estão se processando novas desapropriações para instalações de novos núcleos.

6.4.4.2 — Núcleos da Fazenda Sarandi

São em número de três os núcleos já instalados na área denominada Fazenda Sarandi. Um deles, constituído de 15 glebas de campo, de 250 ha cada uma, foi destinada a granjas agrícolas,

para exploração mecanizada na cultura de trigo especialmente. As glebas foram distribuídas à agricultores que possuem maquinaria.

Estes núcleos foram instalados em épocas que não permitiu atingir o período ideal de plantio e por isso ainda está se assistindo cerca de 85 famílias, com alimentação, vestuário e moradias.

Estão sendo demarcados novos lotes, em terras de mato, que permitirão colocar mais 300 famílias em breve tempo. Também as áreas de campo disponíveis estão sendo estudadas, visando estabelecer um critério de aproveitamento racional para beneficiar o maior número possível de agricultores.

O estabelecimento do sistema cooperativado para a produção das granjas e colônias está sendo objeto de implantação de núcleos.

Como a área total desapropriada ainda não está desembaraçada, ultimam-se atualmente entendimentos com os proprietários visando um acôrdo amigável quanto ao valor das terras e extensão abrangida pelo ato desapropriado.

6.4.4.3. — *Núcleo Itapoá*

Este núcleo congrega 35 agricultores, que exploram a cultura de arroz em lavouras rotativas para cada safra. A produção da primeira colheita foi ótima e já se encaminha a comunidade para a autosuficiência. Todavia, o IRGA ainda lhes assiste, principalmente com obras complementares de drenagem. O saneamento permitirá a ampliação de área agriculturável, e consequente colocação de novas famílias.

Estão os agricultores radicados nêste núcleo tentando obter financiamento bancário para os próximos cultivos. Aliás, esta é a orientação que se vem imprimindo nos núcleos estabelecidos e organizados, pois associados à sua cooperativa os agricultores poderão mais facilmente obter recursos que financiem suas atividades, tirando ao Estado tal encargo.

6.4.4.4. — *Núcleo Taquari*

Nêste núcleo visou-se regularizar as ocupações de agricultores ali radicados. As despesas ocorridas são as referentes à demarcação dos lotes, administração e organização comunitárias. A maior tarefa do IRGA será de congregar os agricultores e transmitir-lhes a propriedade da terra.

6.4.4.5. — Núcleo da Fazenda Libório Pimentel

A área deste núcleo foi subdividida em 50 lotes. Nêles foram instalados os agricultores que intrusavam reserva florestal e que foi desimpedida. Este serviço foi executado pela Directoria da Produção Vegetal em colaboração com o IRGA.

6.4.4.6 — Núcleo Ibirapuitã

Processa-se atualmente a demarcação de 50 lotes para 30 famílias, que serão ali instaladas brevemente, obedecidos os critérios de seleção entre agricultores sem terras da região.

6.4.4.7. — Núcleos localizados em terras devolutas

Em terras desembaraçadas de áreas reservadas para toldos silvícolas foram demarcados 367 lotes e distribuídos a agricultores selecionados. São os núcleos Inhacorá, Votouro, Guarani e Planalto. Para as instalações dos agricultores citados o IRGA lhes prestou pequena assistência, além de sementes e orientação técnica.

6.4.4.8. — Considerações Gerais

Conforme se vê do quadro n.º 37, 846 famílias representando 5.617 pessoas foram aquinhoadas com um trato de terras.

Para a defesa da produção dos núcleos tem se dado orientação no sentido de os agricultores se congregarem em cooperativas de produção e consumo, melhor forma de defender o produto de seu trabalho e custear-lhes as despesas de entre-safra, com isso isentando o Estado das despesas assistenciais de subsistência. Estas são custeadas pelo IRGA apenas pelo espaço de tempo necessário até a primeira colheita.

Ainda não se pode determinar em que momento os núcleos instalados estão em condições de adquirir autosuficiência, eis que é preciso definir o quantum de assistência e amparo que o Estado permitirá aos mesmos.

Este órgão pretende dispende Cr\$ 11.136.135.000,00 no triénio, sendo Cr\$ 2.372.703.000,00 em despesas correntes e Cr\$ 8.763.432.000,00 para despesas de capital.

7 — FUNÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7.1 — Considerações iniciais

As atividades que o Poder Público Estadual desenvolve no exercício desta função tem por área de ação os setores secundário e terciário. Entretanto, mesmo quando o Estado apresenta-se como agente executor de certas atividades, inclusive de caráter monopólistico, e realiza única e exclusivamente em decorrência de sua ação normativa e ordenadora.

A função do Estado, através dos órgãos e programas atuantes nesta função da área econômica podem classificar-se em 4 categorias:

- 1) — como agente executor para garantia aos produtores e consumidores de produtos originários do setor primário (Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, Instituto Sul Riograndense de Carnes, Instituto Rio-Grandense do Arroz);
- 2) — como agente executor, para ordenação de atividades próprias do setor terciário (Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul, Caixa Econômica Estadual, Departamento de Loteria do Estado);
- 3) — como agente ordenador das atividades econômicas, sem intenção direta e ativa no processo produtivo (Secretaria de Economia, Conselho de Desenvolvimento do Estado); e
- 4) — com direta intervenção no processo de desenvolvimento econômico, mediante participação no capital de empresas de economia mista (Secretaria da Fazenda — parte do programa 6).

Porém, necessário torna-se mencionar, que nem sempre é possível uma distinção rígida, de acordo com a classificação acima, ao nível do programa ou órgão, em virtude da agregação de atividades relativamente heterogêneas.

7.2 — INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES

O Instituto Sul-Riograndense de Carnes, procurará no decorrer do triênio, através de um conjunto de medidas em colaboração com o BRDE, dinamizar as unidades industrializadoras de

carne o que resultará em efeitos benéficos à pecuária, cujo crescimento é caracteristicamente induzido.

A seguir, as características gerais da industrialização de carne no Estado.

7.2.1 — *Oferta de matéria prima*

Ao se considerar a plena utilização da capacidade industrial do parque abatedor Estadual, da qual depende sua rentabilidade, ressaltada como fator de máxima significação a disponibilidade de matéria prima, no seu duplo aspecto qualitativo e quantitativo.

Sob o ponto de vista qualitativo, embora seja justo proclamar o gradativo melhoramento zootécnico dos rebanhos gaúchos, cabriam considerações diversas, sobretudo à luz das exigências do mercado internacional de carnes.

Os países grandes produtores de carne procuram oferecer, à indústria, um novilho precoce, de ótimo peso, rendimento e qualidade de carne. As carnes mais valorizadas no mercado internacional são originárias dos novilhos produtores de "baby beef" ou de "chilled beef". Em qualquer dos casos sómente animais novos podem produzi-las.

A Argentina, país grande exportador de carnes, premia novilhos novos, e recentemente o Uruguai, tendo em vista a demanda do mercado internacional, por ato executivo de 23 de fevereiro de 1961, destinou 10 milhões de pesos no estímulo da produção de carnes de qualidade superior e à redução do ciclo produtivo de seus novilhos de corte. Estabelece o decreto que, independentemente das cotacões obtidas nos mercados normais, tabladas de Montevidéu e de Pray Bentos, o produtor terá direito ao prêmio previsto no decreto, desde que os animais se destinem, de acordo com a classificação alcançada, ao mercado de abastecimento de Montevidéu ou à exportação. O decreto reserva melhores prêmios aos novilhinhos dente de leite e dois dentes: para os novilhos de 4 a 6 dentes a bonificação reduz-se em valor aproximado a 50%.

À base das raças produtoras de leite a Iugoslávia oferece, ao mercado internacional, um novilho pouco gordo e precoce abatido aos 12 meses, sem ter sofrido o processo de castração. As carnes pouco gordas, vermelhas e tenras desses novilhos são as preferidas no mercado de Londres. Recomenda-se modernamente não castrar o novilho de corte; o chamado choque hormonal melhora a qualidade da carne.

Embora o Rio Grande do Sul tenha extraordinárias possibilidades de ampliar sua produção de carnes, as ofertas de matéria prima à indústria não vem correspondendo ao ritmo desejado.

O sistema de criação extensivo, o pastoreio permitido de bovinos, ovinos e eqüinos nos mesmos pastos, os baixos índices de reprodução e as altas percentagens de mortandade são responsáveis pela marcante estagnação da oferta de matéria prima à indústria.

7.2.2 — Produção industrial

A produção de carnes do Estado é realizada para dois mercados: o mercado regional ou local (representado pelo consumo estadual) e o mercado externo, neste compreendidos os mercados nacional e internacional.

O Instituto de Carnes situa, em 5 anos de matanças, a posição exata dos dois mercados.

Quadro 38

RGS: Abates, média de 1955/1959

Grupos abatedores	Consumo	Indústria	Total
Matadouros (marchantes)	359.000	—	359.000
Fazendas e sítios	140.000	—	140.000
Fábricas de produtos suínos	101.000	36.000	137.000
Charqueadas	10.000	170.000	180.000
Frios e conservas	60.000	210.000	270.000
Abate médio	670.000	416.000	1.086.000

Consumo: 61,7% do abate

Indústria: 38,3% do abate.

O abastecimento do mercado estadual é realizado, quase com exclusividade, pelo grupo funcional marchante. Abatem nos matadouros municipais, em pequenos estabelecimentos particulares ou ainda em recintos menos adequados, se comparados com o mínimo de instalações desejáveis para o aproveitamento racional e integral da matéria prima. Cumprem sua finalidade abastecendo pequenos mercados locais, que pelo volume de carne comercializada não comportariam a implantação de indústrias, mesmo com pequena capacidade operacional, ou o suprimento regular de carnes através de indústria organizada.

A indústria de carnes detém parcela mínima de abastecimento regional. Industrializa os excedentes de gado gordo de consumo local, dividindo-se entre as duas categorias de estabelecimentos: charqueadas e matadouros frigoríficos.

Os charqueadores encontram, no mercado nacional de charque, colocação segura para o produto único de sua atividade industrial.

A situação mais delicada é enfrentada pelas indústrias que dispõem do frio. Não elaboram charque, não participam do abastecimento de carne verde no mercado estadual e nem integram, com cotas de participação definida, o suprimento do grande mercado nacional de carnes. Resta-lhes como imperativo de sobrevivência a defesa do excedente de gado gordo do Estado e participação no mercado internacional.

Embora o mercado brasileiro possa absorver o excedente da produção gaúcha de carnes, pois revela uma posição global de sub-consumo, dificuldades de comercialização impedem a penetração de nossas carnes. A falta de entrepostos frigoríficos e a carência de meios de transporte para produtos congelados traduz-se nos maiores obstáculos à conquista da parcela do mercado nacional capaz de absorver esse excedente. Em defesa da indústria de carnes, e da própria produção de gado de corte, conviria a tomada de posição pelo Rio Grande do Sul em favor da implantação de uma estrutura adequada à comercialização de carnes frigorificadas, nos grandes mercados brasileiros de leste, nordeste e norte.

Quadro 39
Produção Industrial de Carnes — 1959

PRODUTOS	Toneladas
Carne verde bovina	129.867
Carne verde ovina	5.994
Carne verde suína	15.687
Carnes frigorificadas	22.919
Charque	12.230
Presunto	1.953
Carres defumadas	454
Carnes enlatadas	13.487
Carnes salgadas	9.525
Salsicharia	16.268
Extrato de Carne	436

7.2. 3 — Política estadual de industrialização de carnes

Não formulacão de uma política de industrialização de carnes é mister considerar ativamente o conjunto de fatôres fundamentais que contribuem e condicionam seu êxito. Além da disponibilidade de matéria prima, deve-se considerar a existência do parque industrial, sua localização e capacidade de abate, os tipos de mercado — municipal, estadual, nacional ou internacional — o transporte, a disponibilidade de frigorificação, nos três aspectos relevantes, frio industrial, frio comercial e armazenagem frigorífica e, finalmente, a tributação.

A disponibilidade de matéria prima revela que o Estado dispõe, para abate industrial de 400 mil bovinos e 2 milhões de suínos ao ano. Estas cifras devem ser consideradas médias.

O parque industrial indispensável ao aproveitamento e transformação dessa matéria prima existe, revelando capacidade ociosa de abate. Em sua implantação, no passado, existiram alguns erros que o tempo e a inexorabilidade das leis econômicas encarregar-se-ão de corrigir. Na atual distribuição dos estabelecimentos industriais do Estado nota-se, sobretudo, a pleora de indústrias pela região da fronteira e sua ausência em duas importantes zonas de produção: Missões e Planalto do Nordeste.

A região das Missões, detentora sob o ponto de vista quantitativo do segundo rebanho do Estado, deve produzir anualmente 140 mil cabeças de gado gordo. Não conta com estabelecimentos industrializadores, mas encontra mercado seguro e transporte para seus gados, que são abatidos na capital do Estado nas indústrias da fronteira e do Planalto Médio.

O planalto do Nordeste, nos Campos de Cima da Serra, revela a capacidade potencial de enorde de 60 mil cabeças. Abate 9.500 nos matadouros municipais e consome 16.500 nas fazendas, chácaras e sítios, havendo uma disponibilidade industrial de 35.000 cabeças. Cumpre mencionar as dificuldades naturais para os transportes desses gados, impostos pela altitude da região serrana e carência de estradas mas não chega a se caracterizar a falta de mercado ou a necessidade de implantação de um estabelecimento industrializador na região.

Seria ideal na industrialização da carne que a matéria prima local encontrasse destino industrial nas próprias fontes de produ-

ção. Os gados industrializados continuariam a beneficiar econômica-
mente as zonas produtoras, proporcionando trabalho à mão de
obra local. Tal fato dificilmente ocorre. Bastaria lembrar que os
gados gordos produzidos no Brasil Central, em Mato Grosso, Goiás
e parte de Minas Gerais e contram destino industrial em São Paulo;
que no Uruguai, os gados gordos produzidos em todo o norte e
centro da República destinam-se ao mercado de Montevidéu; que
na Argentina o principal mercado de gado gordo continua sendo
o de Buenos Ayres; que nos Estados Unidos, apesar do seu fabuloso
desenvolvimento, continua sendo intenso o transporte de gado vivo
das zonas de produção para os locais de abate através de caminhões
e ferrovias; que, na civilizada Europa, atualmente na Itália, au-
menta suas importações de gado vivo para abate da França e Yu-
goslávia.

O transporte de gado gordo no Estado deve ser considerada
como inexorável fatalidade, não se prestando à interpretações errô-
neas, ao estabelecimento de falsas premissas, que encontram eco em
motivos de ordem emocional mas não apoiadas na realidade econô-
mica.

Deve-se dissociar a merchantaria da indústria da carne. Não
havendo na atividade do marchante a elaboração da carne, das
víceras, sebo, casca e outros subprodutos, os custos industriais desa-
parecem. As despesas reduzem-se ao custeio de abate. Por vezes o
investimento é inexistente ou envolve pequeno capital fixo. A
merchantaria há de se manter sempre que houver um pequeno
local a abastecer, onde o número de cabeças abatidas não justifique
o investimento industrial. Cumpre, entretanto, ao poder público
contê-la dentro dos limites razoáveis, não estimulando uma con-
corrência nociva à indústria de carnes pelo malbarateamento ou
aproveitamento inadequado da matéria prima.

Não se conclua que a indústria de carnes gaúchas, por revelar
acentuada capacidade de abate, apresenta instalações econômicas,
dentro do conjunto de equipamento industrial, que possibilitem o
aproveitamento racional e integral de corte com a máxima rapidez
e economia de trabalho em todas as operações. A análise da situação
revelará que poucos estabelecimentos evoluíram industrialmente. O
sistema de preços oficialmente controlado para a carne, imposto
por mais de 20 anos, a transformação dos excedentes de gado gordo
em charque, produto que exige uma tecnologia primária em sua

elaboração, as limitações ou contingências do mercado traduzidos pela fixação das cotas de abate, assegurando a todas as indústrias disponibilidade de matéria prima fora do sistema da livre concorrência, premiando os maus estabelecimentos, a contribuição eventual do Brasil no mercado internacional, são alguns fatores responsáveis pela estagnação — sob o ponto de vista da tecnologia — do parque gaúcho.

Até 1956 o Rio Grande do Sul manteve a hegemonia na produção nacional de charque, contribuindo com a média de 40% do total. A partir de 1957, com a recuperação dos rebanhos do Brasil Central, vem declinando sensivelmente a contribuição gaúcha. O Rio Grande do Sul não poderá concorrer com a produção do Brasil Central, Leste e Nordeste, desde que possam êstes abastecer o mercado nacional. Enquanto não chegarem a auto-suficiências, haverá possibilidade de colocação para o produto rio-grandense, sendo natural e desejável que o Estado compareça com sua cota a tal mercado. Na eventualidade de uma disputa de mercado é que não acreditamos na possibilidade do Rio Grande. A distância dos mercados consumidores, o período de safra cuja intensidade maior coincide com o fim de outono, época de menor insolação e máxima precipitação pluvial, dificultou a elaboração do produto, por isso que fica nas chamadas pilhas de inverno, aguardando a primavera para ultimação de seu preparo industrial. A retenção forçada representa, além da incidência de juros sobre o capital imobilizado, maior quebra do produto, por desidratação mais intensa, própria a uma cura perfeita e demorada, visando prolongar-lhe a vida comercial.

O Charque produzido no Brasil Central e no Leste está mais próximo no mercado consumidor, conta com condições climáticas mais favoráveis à sua elaboração. O período de maior intensidade de abates coincide com o final da estação das águas, maior insolação e menor grau de humidade relativa, podendo apresentar-se mais hidratado, como um produto tipo frescal. Os fretes são mais baratos e mais fácil se apresenta o transporte.

A indústria no Brasil Central elabora o charque com a matéria prima adequada. Encontra, no consumo interno, mercado seguro à colocação das carnes nobres, os trazeiros. O mercado comporta normalmente uma distribuição de 5 trazeiros para 2 dianteiros, aumentando a participação dos dianteiros nos períodos de entre-

safra ou de crises clínicas de abastecimento. Poda a ponta de agulhas e as sobras de dianteiros constituem a matéria prima parte o fabrico do charque.

O Rio Grande não pode charquear o novilho e concorrer nos mercados com o charque tipo "frigorífico", obtendo cotações superiores nos preços em apenas Cr\$ 20,00 a Cr\$ 30,00 por quilo.

Não se pretende afirmar que a produção de charque do Rio Grande do Sul deve ser extinto. Procura-se evidenciar que está superada a fase industrial na qual o charque era o produto nobre, aparecendo no concerto da Federação o Estado como líder dessa indústria. As carnes que não satisfaçam os tipos de consumo terão obrigatoriamente um destino industrial e este será imposto pelas condições do mercado. Havendo mercado para charque — e sempre haverá no Rio Grande do Sul e no Brasil, porque se trata de um produto incorporado aos hábitos alimentares constantes — o produto deverá ser elaborado, mas com as carnes e carcaças industriais adequadas e não com o melhor novilho gacho, com novilho tipo fronteira, produtor da melhor carne nacional e que merece um destino comercial compatível com a sua qualidade.

Não recomendar a implantação de novos estabelecimentos abatedores no Estado poderá consultar ao interesse de sua economia e à defesa da sobrevivência das indústrias existentes; recomendar, estimular e assegurar o financiamento, por parte dos estabelecimentos oficiais de crédito, aos projetos de remodelação, reequipamento industrial, instalação e ampliação das câmaras frias da indústria, a aquisição de vagões frigoríficos e a construção dos entrepostos frigoríficos de Porto Alegre e Rio Grande consultam certamente esse interesse.

O documento correspondente as fontes de financiamento do plano contempla a forma através da qual pretende o Governo financeirar a política de industrialização de carnes no Estado.

Esta Autarquia pretende dispender, no triênio, Cr\$ 13.603.013.000,00, assim distribuídos: Cr\$ 3.485.618.000,00, em despesas correntes e Cr\$ 10.117.395.000,00, em despesas de capital, das quais Cr\$ 251.125.000,00, constituem investimentos reais e Cr\$ 9.866.270.000,00, representam inversões financeiras. Prevê-se autosuficiência para a mesma.

7.3 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE LEITE

7.3.1 — Características gerais do setor de laticínios

O Rio Grande do Sul tem grandes possibilidades de produzir leite, como nenhum outro estado do Brasil. O clima e o solo lhe dão condições naturais bastante favoráveis, e a existência de um rebanho de certa qualidade zootécnica, forma uma boa base para o desenvolvimento da produção leiteira.

No entanto, o Rio Grande do Sul, ocupa um modesto terceiro lugar na produção de leite do País, muito aquém dos estados primeiros produtores (Minas Gerais e São Paulo), longe de suas possibilidades.

O Ponto de estrangulamento reside na estrutura da indústria de laticínios. É esta que forma o mercado para o produtor de leite. Sem um mercado seguro e compensador, não é possível despertar o interesse para dirigir esforços para a exploração leiteira.

De um modo geral, poucas indústrias estão em condições de formar este mercado ao produtor, devido suas deficiências de equipamentos e instalações, e de métodos técnicos na elaboração dos produtos.

Em 1958, apenas 4 empresas tinham significado económico no Estado, excluindo a Usina de Pasteurização do DEAL em Porto Alegre.

Em 1963, em consequência de um plano de desenvolvimento executado pela ASCAR, com recursos financeiros do Estado (140 milhões de cruzeiros), nos dois últimos anos, mais uma dezena de pequenas indústrias se incorporaram a uma estrutura desejada. Os resultados foram significativos. Aumentou a matéria prima beneficiada, os produtos tiveram um significativo incremento, tanto na quantidade, como na qualidade, diminuiu a percentagem de queijo importado. O agricultor teve sua renda aumentada e o setor de consumo foi beneficiado com produtos de melhor qualidade.

A produção de manteiga no Estado é satisfatória, porém não é regular todo ano. A produção de queijo é baixa em relação ao consumo. Poucas cidades são abastecidas com leite pasteurizado. Cérca de 63% do queijo consumido no Rio Grande do Sul é proveniente de outras áreas do País. As seguintes cidades possuem abas-

tecimento de leite pasteurizado: Pôrto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Estréla, Santa Cruz, Santa Rosa e zonas onde atuam as Usinas de Iboti, Feliz e os postos do IDEAL, porém, o abastecimento destas cidades não atende toda a população.

7.3.2 — Atuação do Estado no setor de laticínios

O Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, autarquia subordinada à Secretaria da Economia, tem como objetivo principal o abastecimento da cidade de Pôrto Alegre, proporcionando à sua população um produto higiênico e saudável, dentro das normas de saúde pública.

Dentro do setor de laticínios o IDEAL tem jogado um papel importante, tanto em função do mercado consumidor, como em função da produção leiteira. Constitui-se num mercado seguro ao produtor de leite, adquirindo toda a matéria prima, industrializando o leite de forma integral, ou seja, beneficiando o leite para consumo, produzindo manteiga, queijo, youghurt, doce de leite e caseina. O papel de estímulo à produção é feito através de seis postos de coleta e resfriamento instalados no interior. Bom Retiro, Montenegro, Taquara, Osório, Gramado e Tapes. Em Taquara, além do posto de coleta, está a fábrica de leite em pó, a fim de industrializar o excedente da produção de verão, e compensar a falta de leite no inverno.

No ano de 1963 a produção de leite teve um grande incremento, por duas razões, que aqui cumpre assinalar:

1) Preço pago ao produtor — no mês de março desse ano — o produto teve seu preço majorado de Cr\$ 28,00 para Cr\$ 40,00 posto na Usina Central. Embora aos produtores dos arredores de Pôrto Alegre (Gravataí, Viamão, Santo Antônio) fosse um preço de equilíbrio, para os produtores da zona Colonial, serviu de grande estímulo, principalmente na zona do Alto Taquari, pois enquanto aqui a alimentação dos animais se fundamenta no pastoreio do estabelecimento e a mão de obra se constitue em atividade suplementar da família, os primeiros têm a produção de leite como atividade principal e a alimentação do rebanho leiteiro é feita, quase que exclusivamente, através de rações平衡adas o que influi em custo de produção consideravelmente maior que o da zona Colonial.

2) Inverno favorável — aliado ao bom preço da matéria prima, o inverno desse ano não foi rigoroso, favorecendo bastante a exploração leiteira. Em 1962, o DEAL gastou cerca de 100 milhões de cruzeiros na compra de leite em pó, a fim de manter o abastecimento de leite regular, no período de inverno. Já em 1963, com o aumento da produção verificado, não houve necessidade de leite em pó.

7.3.3 — *Metas do órgão*

No período 1964—66, o crescimento da entrada de leite no DEAL foi estimado em cerca de 8% ao ano, enquanto que o consumo de leite pasteurizado terá um aumento de 5% anual.

Em 1966, cerca de 800 toneladas de leite em pó serão estocadas, equivalente à sobra em relação ao consumo.

Cerca de 2,5% do leite comprado pelo DEAL será destinado a fabricação de subprodutos.

Diante desta perspectiva de sobra de leite, o DEAL se preocupará com uma melhor distribuição do produto na cidade, e a extensão da área de consumo.

O plano prevê a realização de diversos postos de distribuição, quatro ao todo, com uma capacidade unitária de 20 mil litros. Os postos tornarão o produto mais acessível à população de diversos bairros, podendo influir no consumo, diminuindo a sobra prevista.

A elaboração dos subprodutos visa o aproveitamento integral do leite. A matéria prima utilizada não ultrapassará os 3% do total de leite comprado pelo DEAL. O principal produto fabricado é manteiga, seguindo-se em importância o queijo, youghurt e requeijão.

Esta Autarquia pretende dispende, no triênio, Cr\$ 14.479.447.000,00, sendo Cr\$ 13.636.512.000,00 em despesas correntes e Cr\$ 842.935.000,00 em despesas de capital. Devendo obter financiamento no ano de 1964 na ordem de Cr\$ 203.978.000,00 para levar a cabo os projetos relativos a fábrica de leite em pó e a ampliação da colônia de férias para seus funcionários.

2) Inverno favorável — aliado ao bom preço da matéria prima, o inverno desse ano não foi rigoroso, favorecendo bastante a exploração leiteira. Em 1962, o DEAL gastou cerca de 100 milhões de cruzeiros na compra de leite em pó, a fim de manter o abastecimento de leite regular, no período de inverno. Já em 1963, com o aumento da produção verificado, não houve necessidade de leite em pó.

7.3.3 — *Metas do órgão*

No período 1964—66, o crescimento da entrada de leite no DEAL foi estimado em cerca de 8% ao ano, enquanto que o consumo de leite pasteurizado terá um aumento de 5% anual.

Em 1966, cerca de 800 toneladas de leite em pó serão estocadas, equivalente à sobra em relação ao consumo.

Cerca de 2,5% do leite comprado pelo DEAL será destinado a fabricação de subprodutos.

Diante desta perspectiva de sobra de leite, o DEAL se preocupará com uma melhor distribuição do produto na cidade, e a extensão da área de consumo.

O plano prevê a realização de diversos postos de distribuição, quatro ao todo, com uma capacidade unitária de 20 mil litros. Os postos tornarão o produto mais acessível à população de diversos bairros, podendo influir no consumo, diminuindo a sobra prevista.

A elaboração dos subprodutos visa o aproveitamento integral do leite. A matéria prima utilizada não ultrapassará os 3% do total de leite comprado pelo DEAL. O principal produto fabricado é manteiga, seguindo-se em importância o queijo, youghurt e requijão.

Esta Autarquia pretende dispensar, no triênio, Cr\$ 14.479.447.000,00, sendo Cr\$ 13.636.512.000,00 em despesas correntes e Cr\$ 842.935.000,00 em despesas de capital. Devendo obter financiamento no ano de 1964 na ordem de Cr\$ 203.978.000,00 para levar a cabo os projetos relativos a fábrica de leite em pó e a ampliação da colônia de férias para seus funcionários.

Quadro n.º 40

Compras de Arroz efetuadas pelo IRGA

(Arroz em casca — sacos de 50 kg)

ANO	PRODUÇÃO	COMPRAS	% DE COMPRAS SÔBRE A PRODUÇÃO
1950	11.701.040	3.569.000	30,5
1951	12.269.871	5.222.000	42,6
1952	11.839.747	1.620.000	13,7
1953	14.814.685	978.000	6,6
1954	17.425.963	1.702.000	9,8
1955	15.852.127	2.650.000	16,7
1956	15.805.590	1.371.000	8,7
1957	14.455.566	1.586.000	11,0
1958	16.100.664	1.003.000	6,2
1959	15.080.226	1.500.000	9,9
1960	17.583.700	3.578.726	20,5
1962	18.444.240	4.338.903	23,5
1961	17.753.505	3.010.592	16,9
1963*	16.748.300	3.010.592	17,9

*) Estimativa

Além de suprir tradicionalmente os mercados nacionais, tem o IRGA, em vários exercícios, exportado arroz ao estrangeiro, sendo aliás, a produção gaúcha uma das únicas do país, em condições qualitativas de competir nos mercados internacionais exigentes.

Fator limitado do cumprimento estatutário tem sido, anualmente, a inicial resistência, por parte do Governo Federal, no reconhecimento dos preços mínimos fixados pelo Conselho Deliberativo calcados, por dispositivo legal, no custo médio da quadra e no comportamento do mercado — e o consequente atraso na obtenção do financiamento no Banco do Brasil S. A., para garantia desses mesmos mínimos.

Para os próximos anos, deverá prosseguir a aleatoriedade do montante de arroz a ser adquirido pelo IRGA, pois este estará inevitavelmente condicionado às circunstâncias que hão de presidir sua comercialização.

Para a estocagem do produto, utiliza-se o órgão de seus próprios depósitos e, de acordo com as necessidades, de depósitos de terceiros.

Tem-se ressentido a entidade de um armazém próprio no Pôrto de Rio Grande. Apesar de relativamente baixas as taxas de armazenagem naquele pôrto marítimo, tornam-se difíceis e dispendiosas muitas das operações a serem realizadas, em razão do limitado expediente dos armazéns do Pôrto e da falta de aparelhamento adequado à sua execução. É de assinalar-se, também, que a precariedade dos depósitos tem provocado elevadas quebras no produto armazenado.

Esta Autarquia dispenderá nesta função, no triênio Cr\$ 40.266.001.000,00, distribuídos Cr\$ 11.317.257.000,00 para despesas correntes e Cr\$ 28.948.744.000,00, em despesas de capital. Nas despesas de capital incluem-se Cr\$ 28.356.344.000,00 de inversões financeiras necessárias à comercialização do arroz.

7.5 — ÓRGÃOS DE ORDENAÇÃO DE ATIVIDADES PRÓPRIAS DO SETOR TERCIÁRIO

Através da Bôlsa de Valores o Poder Público Estadual pretende dar maior incremento ao mercado de títulos públicos e privados, disciplinando-o devidamente, facilitando a sua negociação pela concentração da oferta e procura, realizando as compras e vendas judiciais e administrativas de valôres da Bôlsa, registrando as operações e fornecendo as cotações oficiais.

Visando incrementar os hábitos de poupança, notadamente das populações menos afortunadas, e, concomitantemente disciplinar a aplicação destas economias populares, o Góverno Estadual, através da Caixa Econômica Estadual, dará ênfase ao incremento nas operações desta Autarquia, seja pela expansão de sua rede coletora, seja por campanhas de esclarecimento. No decorrer do triênio instalar-se-ão um mínimo de mais doze agências.

Mediante a exploração de jogos lotéricos pelo Departamento da Loteria do Estado, pretende-se, além da ação disciplinadora neste campo, dar continuidade a obtenção de recursos destinados a suprir entidades de assistência social, culturais e do desporto amadorista.

Os quadros 10—B e 11—B indicam, em detalhes, a composição dos recursos financeiros a serem utilizados por êstes órgãos.

7.6 — SECRETARIA DA ECONOMIA E CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

7.6.1 — *Programa de Assistência e Ordenação das Atividades Econômicas*

Através de seus três primeiros programas a Secretaria da Economia, bem como o Conselho de Desenvolvimento do Estado, desenvolverão as suas atribuições fundamentais, no que diz respeito ao estudo, regularização e coordenação e planejamento das atividades econômicas concernentes à produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Mediante o programa de Assistência à Produção será Prestada assistência às entidades de produção de bens com estudos das questões econômicas atinentes às suas atividades, permitindo ao Poder Público assegurar condições econômicas favoráveis ao incremento estável da produção.

Com o programa de Planejamento e Expansão Econômica o Governo do Estado visa atender as necessidades da propagação da racionalização e difusão dos instrumentos, processos e métodos de produção, a expansão de seu mercado consumidor e na orientação técnica a indústrias no tocante à sua localização, bem como uma sistematização dos estudos relativos à fixação dos preços de produtos alimentares básicos.

Ainda, dentro do seu programa de Administração Central, mediante a constituição de um fundo destinado ao financiamento de empreendimentos industriais de especial interesse para a economia gaúcha, objetivando-se propiciar a disseminação da propriedade com a mobilização de poupanças privadas. Também, através da integralização do capital da AGASA — Açúcar Gaúcho S. A. e PROGASA — Produtos Gaúchos S. A. talmeja-se um maior aproveitamento industrial dos nossos produtos agrícolas, com seus benéficos reflexos sócio-econômicos. A primeira visa a expansão de nossa produção de cana-de-açúcar através de sua industrialização. A última fundamentalmente pretende evitar a deteriorização de produtos perecíveis, especialmente a cebola e batata inglesa, mediante, quando fôr o caso, a desidratação dos excedentes, asegurando condições de incentivo aos produtores.

O Conselho de Desenvolvimento do Estado, além de pesquisas e estudos regionais e globais de desenvolvimento econômico, deverá

realizar investigações e levantamentos técnicos, com especial ênfase ao levantamento da mão-de-obra ocupada, subocupada e desocupada no setor agropecuário, em cooperação com outros órgãos estaduais.

7.6.2 — Programa IV — Assistência ao Cooperativismo

Com este programa visa-se prestar assistência técnica às cooperativas, especialmente no que diz respeito à constituição, organização e funcionamento das mesmas. Como atribuição implícita na assistência, será ampliada e intensificada a fiscalização sobre as cooperativas como instituições a fim de coibir e eliminar as falsas e maléficas entidades também assim intituladas, as quais tem desvirtuado e desprestigiado o setor cooperativismo e causado prejuízos consideráveis ao erário estadual ao se beneficiarem com favores fiscais endereçados às verdadeiras cooperativas.

7.6.3 — Programa V — Estatística

Através deste Programa pretende-se executar todas as tarefas no que diz respeito ao levantamento, tabulação, interpretação, apresentação e divulgação dos dados estatísticos.

Outrossim, pretende empenhar-se numa rigorosa reformulação no método de processamento de dados, utilizando técnicas mais avançadas, bem como efetuar um acurado estudo global sobre as diferentes informações estatísticas atualmente apuradas no Estado, inclusive, iniciando o levantamento de outros dados necessários, em perfeita sintonia com as necessidades dos órgãos utilitários.

Igualmente, deverão os dados serem publicados dentro de prazos que permitam aos setores de planejamento e obtenção de séries estatísticas atualizadas.

7.6.4 — Programa VI — Fomento ao Turismo

Tornando-se o Rio Grande do Sul cada vez um maior alvo das atenções de turistas, através deste programa pretende-se fomentar, coordenar e controlar o turismo interestadual e internacional, inclusive com criação e melhoramento de pontos de atração turística, criando, assim, condições favoráveis à exploração duradoura dessa fonte de riqueza.

Como resultante do incentivo e da política adotada em relação ao turismo, surgirá o acréscimo da capacidade de emprego humano, desenvolvimento dos setores produtivos, obtenção de divisas adicionais, incremento de vendas pelo comércio e, consequentemente o aumento na arrecadação tributária.

A Secretaria de Economia dispenderá, no triênio, Cr\$ 3.536.397.000,00, sendo Cr\$ 1.042.348.000,00 em despesas correntes e Cr\$ 2.494.049.000,00 em despesas de capital; o Conselho de Desenvolvimento dispenderá Cr\$ 248.948.000,00 em despesas correntes e Cr\$ 5.700.000,00 em despesas de capital.

7.7 — SECRETARIA DA FAZENDA

Esta Secretaria foi localizada parcialmente na área econômica, pois serve como instrumento de canalização de recursos destinados a direta intervenção no processo de desenvolvimento econômico, mediante a destinação de capitais ao parque industrial gaúcho.

Tendo a Aços Finos Piratini S. A. necessidades em proceder um aumento de seu capital, o Estado deverá participar da nova subscrição, dada a alta importância do empreendimento para a economia sulriograndense. A integralização de novo capital permitirá a conclusão da usina localizada em Charqueadas, com início de operação previsto em 1965. A sua capacidade produtiva será de 37.000 ton/ano de produtos laminados de aços não comuns, podendo assim suprir toda a demanda dos três estados sulinos, que em 1965 deverá perfazer 23.700 toneladas. Além do fornecimento de matéria prima à indústria mecânica e metalúrgica de transformação, destaca-se a importância da usina pela sua constituição em mercado consumidor do carvão mineral gaúcho, que iniciará a sua fase de aproveitamento nobre.

Cumprindo dispositivo legal, o Estado transferirá ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul recursos destinados, principalmente, ao incremento das pequenas e médias indústrias no Estado. O montante desta transferência é de Cr\$ 2.114.000.000,00, no triênio.

Em Aços Finos Piratini o Governo participará com 2.010.000.000,00, no triênio.

C -- INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

CONCEITO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O conceito de infra-estrutura é suficientemente amplo como para torná-lo pouco útil.

Assim, entende-se como tal, todos os investimentos normalmente afetos ao Estado e sem os quais as empresas produtoras de bens e serviços não podem funcionar eficazmente, abrangendo desta forma as inversões em educação, saúde, serviços civis, energia etc., serviços que têm a propriedade de gerar economias externas às empresas, aumentando e/ou possibilitando sua operação.

A qualificação *econômica* restringe este conceito de maneira a abranger sómente aqueles setores que fornecem as condições indispensáveis para o desenvolvimento das atividades econômicas e que não guardam relação direta com o fator humano.

Pertencem a este grupo as inversões em transporte, energia, comunicações, pesquisas tecnológicas e estocagem, que possuem, entre outras, as seguintes características econômicas importantes:

- 1) são complementares à atividade econômica geral, e em particular às indústrias e agrícola, devendo proceder ou ao menos coincidir com as inversões realizadas nos demais setores;
- 2) seus serviços não podem, em geral, ser importados;
- 3) possuem larga maturação e baixa rentabilidade, o que impede a utilização de critérios correntes para avaliação de investimentos e orientação de política de operação;
- 4) em consequência disso, são investimentos em que é difícil precisar os acréscimos de produção global a eles imputáveis.

O reconhecimento da importância deste setor para o desenvolvimento econômico e dos "déficits" nêle encontrados, induz, à falta de critérios exatos pelos motivos já citados, a fortes investimentos, principalmente nos setores de transportes e energia.

Sendo as necessidades de recursos públicos para este setor superiores às possibilidades da receita pública, necessária se faz uma melhor apreciação dessa área, que permita uma melhor utilização de recursos.

Preliminarmente, cabe distinguir duas características do investimento em infra-estrutura econômica, particularmente observáveis nos setores (funções) de Energia e Transporte:

1) a indispensabilidade econômica para o desenvolvimento dos setores industrial e agrícola;

2) a possibilidade de criarem-se incentivos para estes setores através de um desenvolvimento adicional da infra-estrutura, com consequências na qualidade e preços de seus serviços.

Isso significa que além de certo ponto, o desenvolvimento de infra-estrutura deixa de ser um *sine qua non* para o desenvolvimento das atividades econômicas, passando a ser um incentivo ou subsídio como qualquer outro.

A determinação deste ponto, além do que o investimento em Energia, Transporte, Estocagem ou Pesquisa passa a ser um incentivo a mais, é importante pois permite determinar o nível mínimo de desenvolvimento da infra-estrutura, a fim de que se evitem *engarrafamentos* prejudiciais à expansão dos demais setores. A partir deste ponto, o investimento nestes setores deveria ser melhor analisado e comparado com outras alternativas, tais como o financiamento à agricultura e à indústria, eventualmente mais eficazes na promoção do desenvolvimento econômico.

É óbvio que a determinação deste ponto requer um marco de referência mais amplo que o do setor público, em que fiquem explícitas as metas ou as projeções da produção agrícola e industrial, que dirão, através de suas necessidades de insumos oriundos da infra-estrutura, qual o requisito de ampliação indispensável daquelas serviços.

As já citadas características, particularmente a 3 e a 4, indicam também a dificuldade, senão a impossibilidade, de programar-se o setor de infra-estrutura sem um conhecimento preciso da evolução da economia em seu conjunto, pois é essa que determinará as necessidades de expansão do setor.

Seu desenvolvimento obriga por desconhecimento dessa evolução, utilizar critérios gerais, tais como intensidade de tráfego e consumo médio de energia por habitante, ou de intuição pura e simples, que evidentemente conduzirão a uma escolha ótima do ponto de vista técnico exclusivamente setorial, mas nunca, a uma solução ideal sob o ângulo econômico geral.

Se a essas observações acrescentarmos a característica básica da infra-estrutura, que é a de que seus investimentos sempre pos-

suem alguma utilidade, teremos razão para temer um crescimento desequilibrado dêste setor.

Antes de finalizar-se essas observações iniciais, julga-se conveniente dois esclarecimentos.

O primeiro refere-se a que êste tipo de raciocínio é válido para a escolha entre investimentos em infra-estrutura e investimentos diretos na agricultura e na indústria, não cabendo nunca o paralelismo entre aquêles investimentos e gastos de custeio ou investimentos não reproduutíveis, tais como serviços civis, edifícios públicos etc... .

Finalmente fêz-se deliberada omissão das conseqüências sociais imediatas dos investimentos em infra-estrutura, tais como energia habitacional, melhores estradas etc., por julgar-se que êste tipo de necessidade social é melhor satisfeita com investimentos em *infra-estrutura social*, como saúde, habitação e educação, e porque o crescimento dessa última área depende, os demais fatores constantes, do prévio crescimento da produção agrícola e industrial.

1 — FUNÇÕES QUE INTEGRAM A ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

A área supra caracterizada compreende quatro funções orçamentárias, — Energia, Transporte e Comunicações, Indústria e Comércio e Habitação e Serviços Urbanos, — que, com exceção da última função, a qual apenas por suas características operacionais permanece na área, correspondem, através dos seus órgãos executores aos setores já descritos de Energia, Transporte, Comunicações, Estocagem e Pesquisa Tecnológica orientada.

Inexistindo plena identificação entre as funções orçamentárias e as que refletem o objetivo econômico de atuação do setor, e havendo interesse em compatibilizar a classificação do Plano com a do Orçamento, que representa o seu principal instrumento de execução, desdobrar-se-ão as funções orçamentárias dando-lhes sentido econômico mais definido, permitindo razoável compatibilização com a classificação orçamentária.

I — FUNÇÃO ENERGIA

A essa função, composta das sub-funções energia elétrica e carbonífera, compete basicamente a responsabilidade de fornecer força propulsora indispensável ao funcionamento de nosso parque industrial e uma parcela do transporte ferroviário e, secundariamente, energia residencial e comercial, hoje uma das mais difundidas aspirações da população.

A qualificação de *secundária* à segunda responsabilidade não envolve um juízo ético, mas visa colocar em seus devidos termos a idéia generalizada de que o principal objetivo da política energética seja o de estender eletricidade barata a todos os núcleos habitacionais, mesmo onde qualquer estudo econômico desaconselharia de maneira cabal o empreendimento.

Essa orientação, hoje dominante nos Estados de tipo paternalista, repousa em uma apreciação errônea do processo de desenvolvimento continuado, única forma de garantir conquistas duradouras de melhores padrões de vida, e na desconsideração do problema da industrialização e do papel que cabe ao Estado para dinamizá-la.

Isso não significa buscar o super-dimensionamento da oferta energética para fins industriais (V. "conceito e delimitação da área") nem descurar o fornecimento de energia para fins residenciais, mas sim concentrar os esforços no campo industrial, visando a maximização do produto bruto e a máxima absorção da população ativa adicionada anualmente ao mercado de trabalho, calculada em torno de 50.000 pessoas, e, em decorrência, aumentar a base impositiva, propiciando assim, sem aumento nas taxas de impostos, melhor atendimento das necessidades sociais da população, como saúde, educação, habitação, etc., e recursos adicionais para a ampliação do próprio plano de expansão elétrica.

Vê-se, pois, que o conflito existente entre o fornecimento imediato de energia barata à população e a utilização dessa mesma energia como fator de desenvolvimento industrial, não é orgânico, representando apenas uma incompatibilidade dentro de um determinado período de tempo.

O que se quer salientar é que o comprometimento da atual política energética na solução imediata, a custos altos, das deficiências de energia residencial implicará, inevitavelmente, no sacrifício de uma taxa mais elevada de desenvolvimento e no posterga-

ção de soluções definitivas não só para essa deficiência, como para as demais citadas (saúde, educação, habitação...).

Dessa forma, admitindo como critério de alocação de recursos na função a maximização do produto, as decisões sobre política energética deverão contemplar, explícita e previamente, as seguintes questões:

- 1) os requisitos, diretos e indiretos, de energia, necessários para a obtenção de uma determinada taxa de crescimento do produto industrial, fixada anteriormente e consistindo meta externa ao plano energético (meta determinante);
- 2) a distribuição regional dessa demanda adicional;
- 3) o déficit de capacidade instalada para o atendimento dessa demanda adicional;
- 4) a demanda de energia não industrial, decorrente do aumento de renda;
- 5) a localização da demanda não industrial;
- 6) as alternativas técnicas referentes à adição de capacidade necessária para o atendimento da demanda global (1+4), contemplando:
 - a) o período de maturação de investimento das diversas alternativas e as necessidades adicionais, medidas no tempo, de acréscimo de produção de energia;
 - b) o montante de investimentos requerido para cada alternativa;
 - c) os custos de produção de energia para cada alternativa;
 - d) a influência do dimensionamento das unidades geradoras adicionais sobre o custo de produção e de transmissão de energia;
 - e) a influência das diversas alternativas sobre a eficiência do sistema atual;
- 7) os impactos derivados da adoção de cada uma das alternativas sobre a economia regional e nacional, considerando os efeitos adicionais sobre o produto e o emprego regionais, os gastos em divisas, o aproveitamento integral dos subprodutos resultantes das operações, a localização das unidades geradoras, etc. . .
- 8) estudo do esforço de financiamento necessário para a execução das metas;
- 9) estudo da estrutura de tarifas compatível com as necessidades financeiras.

Boa parte da informação necessária para um tal estudo encontra-se à disposição dos órgãos encarregados da política energética, CEEE, DACM e Secretaria de Energia, exigindo-se, todavia, uma reelaboração da mesma e a discussão e fixação clara dos objetivos.

Como vê-se, o esquema sugerido supõe, implicitamente, a programação ou, pelo menos, a projeção do desenvolvimento industrial, única forma de programar eficazmente a produção energética, que é predominantemente um insumo^{*} industrial, bem como um balanço de nosso potencial energético.

Em conclusão, cabe aduzir que o Plano de Eletrificação do Estado, baseia-se em um estudo de demanda realizado pela ECOTEC, o qual, ainda que não tenha contemplado todas as etapas acima arroladas, representa uma boa projeção do crescimento da procura de energia, por regiões e tipos de demanda, mantidas as tendências hoje predominantes.

Na questão das alternativas técnicas para o suprimento da energia necessária, foram utilizados os critérios comuns de custo financeiro de construção e operação das unidades, descuidando-se os efeitos derivados sobre a economia, que deverão ser contemplados em uma fase posterior, para avaliação da política já estabelecida.

Será necessária também a integração da política de energia elétrica com a de exploração carbonífera, formulando projetos de aproveitamento de sub-produtos oriundos da queima deste para geração e deduzindo este valor adicionado do custo da energia já produzida.

Finalmente, deve ser salientado que a não existência destes estudos não deve significar uma diminuição do ritmo das obras em execução, ou em fase de início, para não comprometer a futura oferta de energia, ficando, entretanto, a reformulação indispensável da política energética na dependência de sua realização.

1.1 — SUB-FUNÇÃO ENERGIA ELÉTRICA

A elaboração da política de energia elétrica do Estado compete à Secretaria de Estado dos Negócios de Energia e Comunicações, cabendo a execução de suas diretivas à CEEE, autarquia estadual

* Insumo: utilização intermediária de um bem ou serviço necessário para a produção de um outro bem final, v. g., combustível, mão de obra, matéria prima etc.

criada pelo Decreto-Lei n.º 328, de 1.º de fevereiro de 1943, e reestruturada pelo Decreto-Lei n.º 1392, de 21.3.47 e Lei n.º 1744, de 20.2.52, que lhe concedeu a atual estrutura.

Cabe, especificamente, à CEEE, a produção, transformação e distribuição de energia elétrica, o planejamento e construção de usinas térmicas e hidroelétricas, estudos dos potenciais energéticos e a fiscalização da operação das companhias elétricas autônomas.

1.1.1 — CAMPO DO ÓRGÃO

Iniciando a descrição do campo de atuação da CEEE, focaliza-se a capacidade instalada, a potência transmitida e distribuída, salientando sua composição por tipo de combustível utilizado, na forma dos quadros 1 e 2, abaixo:

Quadro n.º 1

	Potência Instalada em KW	Produção Bruta em KWH.	Consumo de KWH. (Luz/fôrça)
HIDRO	127.153	332.387.939	
TÉRMO			
VAPOR	74.240	317.923.730	
DIESEL	67.674	142.477.937	
COMPRADA	—	182.085.500	
FORA DE OPERAÇÃO	30.449	—	
 TOTAL C.E.E.E.	299.516	974.875.106	769.914.112
 USINAS MUNICIPAIS	71.831	21.050.700	—
 TOTAL DO ESTADO ...	371.347	995.925.806	—

Quadro n.º 2

Espécie	Consumo	Número de Consumidores	Carga Ligada em H. P.	Receita Faturada
RESIDENCIAL ..	234.726.413	375.028		2.341.191.533,20
COMERCIAL ..	135.589.823	59.855		1.327.260.080,80
INDUSTRIAL ..	251.670.257	8.101		1.305.308.617,90
EM. GROSSO E OUTROS ...	147.927.619	6.674		746.433.499,30
TOTAL	769.914.112	449.658	365.844,01	5.720.193.731,20

Como vê-se, a energia térmica representa 65,9% da produção bruta, sendo 51,3% a vapor e 14,6% a diesel, enquanto que a geração hidráulica totaliza 34,1% do total.

Essa circunstância é uma das explicações do alto custo do Kw/h, principalmente se fôr considerado que grande parte da geração térmica é feita em usinas encampadas, obsoletas e com um dimensionamento antieconômico, o que resulta em um rendimento muito inferior ao possível.*

A solução que se apresenta é a da gradual substituição das pequenas usinas por sistemas interligados, repousando em unidades térmicas ou hidráulicas, de dimensões e características técnicas tais que permitam uma eficiente produção de Kw/h.

Essa situação, mais do que a alternativa existente entre geração térmica-hidráulica, traduz a problemática atual da geração elétrica no Estado.

Além disso, a opção entre geração térmica e hidráulica não deve ser feita únicamente ao nível de projetos específicos, mas sim considerando um sistema integrado, levando-se em conta os efeitos das unidades adicionais sobre a eficiência do sistema original ampliado.

* A dispersão da população estadual e a prévia existência de pequenas usinas para a satisfação de suas necessidades de energia, respondem pela atual privatização de unidades geradoras que, por sua obsolescência e pequenas dimensões, apresentam um custo elevado de produção de Kw/h.

Entre os fatores que decidirão entre a escolha geração térmica-geração hidráulica devem ser destacados os seguintes:

- 1) custo de construção das duas usinas, reduzindo a juro no período uniforme por uma taxa de juros que reflete a escassez de recursos financeiros do setor;
- 2) custo das linhas de transmissão das duas alternativas, uniformizado pelo mesmo critério;
- 3) custo de operação das duas usinas;
- 4) influência da operação das duas alternativas sobre a eficiência do sistema original;
- 5) a constelação de recursos energéticos da região;
- 6) o prazo requerido para a satisfação da demanda, considerando-se o prazo de construção das alternativas;
- 7) os efeitos sobre o balanço de pagamentos derivados de cada uma das alternativas.

Do exposto deduz-se que, sem prejuízo das obras programadas para um futuro imediato, é necessário um estudo aprofundado do potencial energético do Estado, dos efeitos indiretos sobre a economia das diversas alternativas técnicas, incluindo-se a componente importada em ambos os casos, e a possibilidade de aproveitamento de sub-produtos do carvão, que permitam reduzir o custo de operação das termo-elétricas, estudo que abrange, também, os demais itens já relacionados.

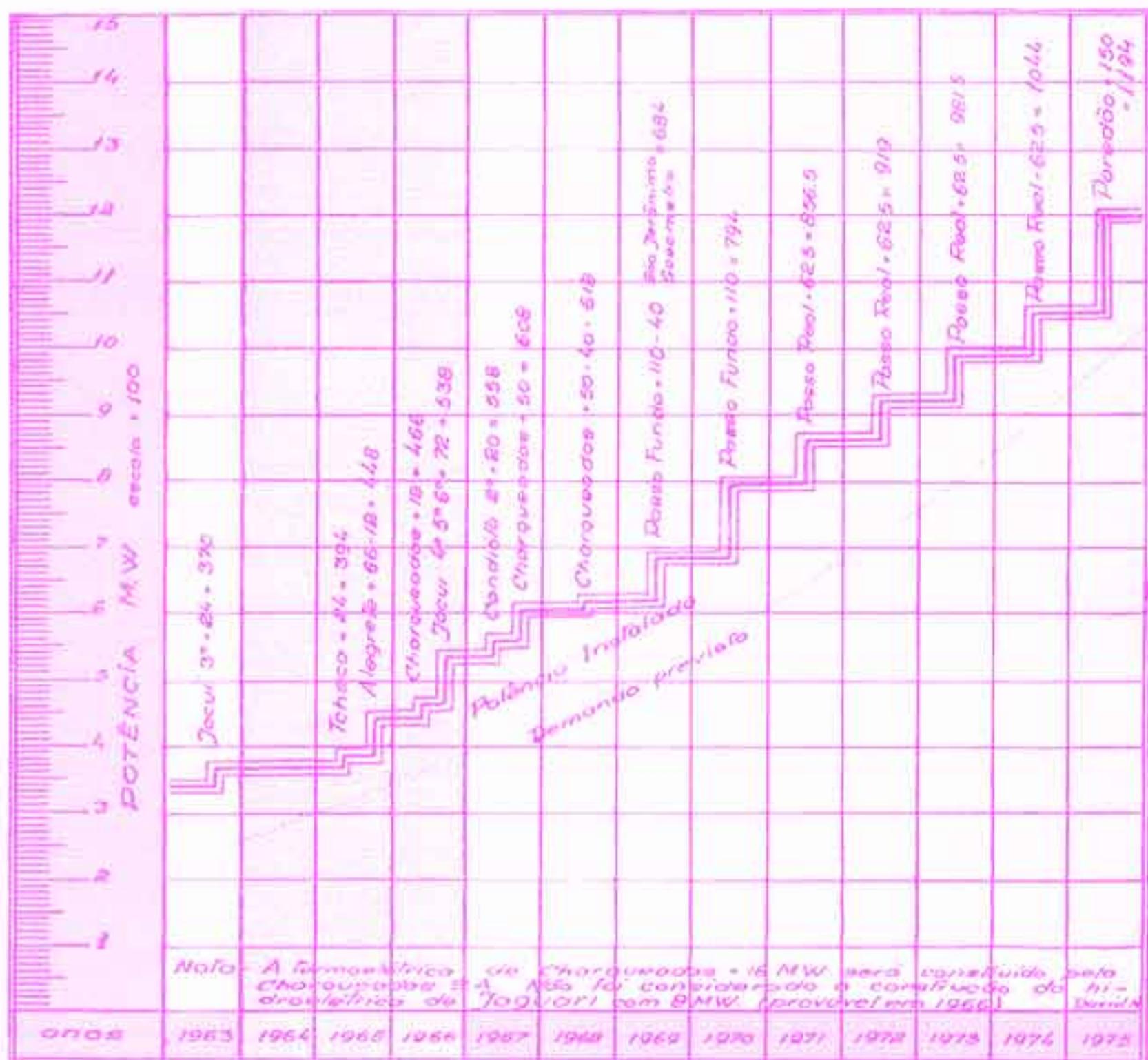
1.1.2 — PLANO DA C. E. E. E.

Partindo de um estudo de demanda, realizado pela E. C. O. T. E. C., que já foi brevemente comentado, a C. E. E. E. estabeleceu como meta para 1.975 a instalação de 1.000.000 de KW, conforme o cronograma abaixo discriminado, o que, incluindo a interconexão do sistema e as linhas de transmissão, totaliza, no cenário, a preços de 1.964, 420 bilhões de cruzeiros.

Essa quantia, divide-se nas seguintes parcelas:

- | | |
|---|---------------|
| 1) — Investimentos em moeda estrangeira | 56,17 bilhões |
| 2) — Investimentos em moeda nacional | 302,7 bilhões |
| 3) — Administração e outros | 17,8 bilhões |

4) Juros e amortização 43,4 bilhões.



Oferecido o plano de perspectiva, passemos ao triênio 1.964—1.966, que mais de perto nos interessa, onde deverão ser investidos, a preços de 1.964, Cr\$ 80.094.488.000 (80 bilhões), com a seguinte distribuição:

1.964	Cr\$ 22.637.000.000
1.965	Cr\$ 28.315.244.000
1.966	Cr\$ 29.142.244.000
Triênio	Cr\$ 80.094.488.000

* Com participação do Governo Federal.

A quantia relacionada de 80 bilhões de investimentos para o triênio permitirá a execução das seguintes obras:

- 1) pagamento da 1.^a etapa do Jacuí, obra já realizada — (64—66);
- 2) linhas e subestações da 1.^a Etapa de Candiota — (64);
- 3) nova usina térmica de Pôrto Alegre — (64—65);
- 4) termo-elétrica de Alegrete — (64—66);
- 5) 2.^a etapa da hidro-elétrica de Jacuí — (64—66);
- 6) 2.^a etapa de Candiota — (64—66);
- 7) inicio da hidro-elétrica de Passo Fundo — (64—66);
- 8) inicio da hidro-elétrica de Passo Real — (64—66);
- 9) estudos e projetos da hidro-elétrica de Paredão (64—66);
- 10) estudos e projetos da hidro-elétrica de Jaguari — (64—66);
- 11) interligação de 100 MW (Usina Polonesa) — (64—66);
- 12) interconexão do sistema Fronteira-Oeste com Jacuí — Charquéadas (66);
- 13) interconexão do sistema de Candiota com Jacuí — Charquéadas (66);
- 14) usina de tratamento de postes — (64—65);
- 15) estudos de novos potenciais e outras obras de menor monta — (64—66).

Essas obras permitirão acrescentar 168.000 KW de capacidade instalada no triênio, isto é, computando a retirada de 18.000 KW de usinas diesel, e lançar as bases para o cumprimento, por etapas, da meta de 1.000.000 de KW para 1.975.

Para a execução destes objetivos conta a CEEE com uma receita para investimentos estimada em 48 bilhões para o triênio, o que, mesmo sem reajustar os compromissos em dólares, calculados à uma taxa de Cr\$ 620,00,00, mostra-se insuficiente para o fornecimento direto do plano.

A quantia de 48 bilhões inclue a taxa de eletrificação, o imposto único sobre energia, o fundo de ampliação, não realizado há já três anos, e a contribuição da União para o ano de 1.964, existindo, assim, a possibilidade de ser ampliada a fonte de financiamento pelo montante de auxílios adicionais da União para os anos de 1.965 e 1.966.

Do exposto deduz-se que, além dos esforços necessários para a obtenção do financiamento externo ao setor público estadual, a CEEE deverá elaborar um sistema de prioridades que permita a execução das obras fundamentais para o atingimento da meta proposta de 1.000.000 de Kw para 1.975, meta que conforme já foi mencionada pode ser considerada como uma projeção conservadora das necessidades futuras.

Este sistema de prioridades, secundado por medidas de ordem administrativa e financeira, toca diretamente no problema já afiado do conflito existente entre o atendimento *imediato* das aspirações da população de obtenção de energia elétrica barata e a execução de uma sólida política econômico financeira que possibilite uma mais rápida taxa de crescimento industrial, com as decorrências já assinaladas.

Este "pano de fundo" da problemática elétrica do Estado possui dimensões mais políticas do que técnicas, pelo que é difícil precisar os mecanismos de atuação necessários, principalmente se levarmos em conta os inúmeros óbices de ordem legal e institucional existentes, que limitam de forma exagerada a liberdade e flexibilidade de atuação do setor público.

Essas dificuldades, reconhecidas mas não de todo precisadas, requerem um esforço sério de exame global do problema, incluindo suas consequências e implicações mais amplas, e de discussão dos objetivos, a curto e longo prazo, a serem alcançados.

Deste esforço deverá resultar a confirmação quantificada, da incompatibilidade existente entre a política de satisfação imediata das necessidades de energia da população e a mediata obtenção de melhores e mais duradouros níveis de vida para a coletividade, conclusão hoje derivada da análise teórica e da experiência prática de outras regiões.

Deve ser ainda salientado que essa nova orientação não possui validade intrínseca, razão por que, ao referir o maior crescimento industrial desejado, utilizou-se a palavra *possibilitar*, pois este exige, além da condição necessária mas não suficiente da existência de energia elétrica, uma política consciente e dirigida para tal fim, contemplando medidas tão variadas como melhoria no sistema de qualificação de mão de obra, reforma agrária que permita maior mercado e menor custo de produção (V. Capítulo correspondente), estímulos tributários, mercado de capitais, crédito especializado, etc....

Assim, estabelecido êste objetivo e dentro dessa acepção mais ampla, a elaboração de uma nova política de energia elétrica deverá contemplar alguns ou todos os seguintes aspectos, dentro da possibilidade legal e institucional do momento e da ponderação política dos efeitos sociais resultantes:

1 — elaboração de projetos integrados de usinas termo e hidro-elétricas (*), isoladas e conjugadas, que, além de condição necessária para obtenção de financiamento externo, possibilitará futuras decisões mais racionais sobre as opções técnicas oferecidas, fornecendo os dados necessários nos itens 1 a 4 do tópico I.1.1.;

2 — racionalização e sistematização da operação industrial e comercial de energia, visando aumentar o coeficiente de autofinanciamento, abordando os seguintes pontos:

a — custo de produção e distribuição do KW por regiões e unidades geradoras;

b — possibilidade de redução deste custo através de reformas administrativas que baixem o custo real da administração e de soluções técnicas que permitam a eliminação das unidades obsoletas;

c — política tarifária que permita a cobertura destes custos regionais reduzidos e a formação de um excedente para ampliações e depreciação;

d — ação no sentido da alteração da legislação que limita, em 10% do ativo não reavaliado, a remuneração do investimento, sem distinções da utilização deste superavit de operação, por não corresponder aos interesses de longo prazo da coletividade, restringindo a capacidade de inversão pública no setor;

3 — execução de estudos completos do potencial energético do Estado, de maneira a estabelecer a base indispensável para, conjugados com as medidas sugeridas em 1, permitir a adoção de soluções econômicas de longo alcance;

4 — inovação no sistema de distribuição de energia, buscando a participação do usuário industrial e comunitário (município) nas despesas de transmissão e distribuição de energia;

(*) Compõem, também, os projetos, linhas, rédes e subestações, cuja construção e conclusão devem coincidir com as das usinas, quer sejam estas realizadas sob administração direta da CEEE ou não. Assim se evitara a coexistência de demanda insatisfita e ociosidade de KW instalados.

5 — estudo das medidas necessárias para a integração do plano energético Estadual no sistema nacional, focando o problema da ciclagem e de sua eventual padronização, bem como as consequências disso advindas.

Arriscando fastidiar por repetição, salienta-se novamente que um esquema dessa natureza requer um plano, ou pelo menos um diagnóstico e projeção, industrial e geral da economia, sem o que torna-se inviável, e que a inexistência dessas condições não deve implicar numa paralização do esforço construtor, nem tão pouco conduzir à convicção de que a atual maneira de resolução do problema seja eficiente, ou mesmo sustentável.

A pausa para a reorientação da política energética deve ser dinâmica, isto é, realizada em movimento e objetivando soluções para uma realidade mutuável e passível, ela própria, de orientação.

1.2 — SUB-FUNÇÃO CARVÃO MINERAL

A atuação do Estado na Sub-Função Carvão Mineral é realizada através do Departamento Autônomo de Carvão Mineral. Esta Autarquia foi criada pelo Decreto-Lei n.º 1.477, de 7 de julho de 1.947, tendo por principal finalidade a exploração industrial e comercial do carvão mineral, de forma a regular e disciplinar o mercado de carvão do Rio Grande do Sul. Este campo de atividade foi entretanto alterado, passando o Governo Federal a fixar os preços de venda do carvão para todo o território nacional.

Destituído de sua principal função, continuou o D.A.C.M. como produtor de carvão fornecendo à V.F.R.G.S. e, posteriormente, à C.E.E.E., sendo atualmente o único fornecedor da Usina de Candiota e o maior fornecedor da Usina de São Jerônimo.

A progressiva substituição de carvão por óleo diesel no consumo ferroviário e de navegação, não convenientemente compensada pelo acréscimo de outros consumos, gerou uma situação de desequilíbrio no mercado, ou seja um sub-consumo de carvão. A termoelectricidade à carvão, tendo grandes possibilidades de expansão pelo amplo potencial com que apresenta no quadro dos recursos energéticos regionais, não substituiu inteiramente aqueles mercados. Além disso, o atraso sistemático com que são concluídas as

obras das Usinas, desarticulou o mercado, não permitirão programação da produção. Cumpre pois ao Estado, em primeiro lugar, no que concerne ao problema do carvão, consolidar o mercado consumidor, promovendo sua utilização racional em termoelétricidade, em Siderurgia e em Indústrias Carboníferas. Dentro desta política, prosseguirá o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, os trabalhos de pesquisas tecnológicas sobre o aproveitamento industrial do carvão mineral. Por outro lado, será elaborado no triênio um projeto específico de Indústria Carbonífera. A entrada em funcionamento da Aços Finos Piratini, programada para 1966, representará um mercado de 55.000 toneladas/ano de carvão com 12% de cinzas e 57.000 toneladas/ano de carvão com 30% de cinzas.

Planeja o D.A.C.M., equipar-se devidamente neste triênio, procurando assim atender a expansão do seu mercado. Paralelamente serão construídos moradias, instalados serviços públicos, de fornecimento de água e esgoto, às vilas mineiras.

Visando ampliar os conhecimentos geológicos sobre carvão mineral, serão executadas a prospecção e a cubagem da jazida de Irui (270 milhões de toneladas de reserva conhecida — maior jazida do nosso Estado). Ficará assim este potencial econômico pronto para ser aproveitado.

São necessários para executar o plano 629 funcionários, sendo 101 administrativos, 18 técnicos superiores, 11 técnicos profissionais e 499 auxiliares.

Os dispêndios programados para o triênio, montam a 4.660 milhões de cruzeiros, correspondendo 1.119 a pagamento de pessoal, 1.190 a demais despesas de custeio, 150 a transferências correntes, 2.172 a investimentos reais e 29 a inversões financeiras.

A execução do plano trienal do D.A.C.M. será feita através dos programas de Produção de carvão na Mina do Leão, Produção de carvão na Mina de Candiota e Construção de Obras Civis.

1.2.1 — PRODUÇÃO DE CARVÃO NA MINA DO LEÃO

Visa este programa a produção de carvão para abastecimento à usina de São Jerônimo e eventualmente à usina do Gorgômetro. Estas duas usinas estão integradas no sistema Canastrá-Bragre-São Jerônimo.

A produção prevista de energia elétrica a carvão e a sua correspondência em toneladas de carvão demandadas, para o triénio, estão no quadro a seguir:

Quadro n.º 3

Usinas	Energia Elétrica a carvão : Demanda de carvão a ser milhões Kwh : atendida pelo D A C M					
	1964	1964	1965	1965	1966	1966
São Jerônimo ..	50	50	50	84.000	84.000	84.000
Gazômetro	60	60	60	12.000	24.000	36.000
TOTAL				96.000	108.000	120.000

O atendimento a esta demanda requer a conclusão das obras e o equipamento do poço de profundidade P-1, uma vez que a atual capacidade produtiva é de 60.000 toneladas/ano e baseia-se na exploração, mediante convênio, de jazidas de concessão de terceiros.

O poço P-1 já se encontra perfurado, sendo que os investimentos programados para o triénio referem-se ao revestimento de poço, abertura das galerias, equipamentos para mineração e transporte, e obras complementares.

A capacidade produtiva do poço P-1, será de 240.000 toneladas/ano, sendo entretanto econômica sua produção à partir de 110.000 toneladas/ano.

Estando programada para dentro de alguns anos a retirada de operação das usinas do Gazômetro e de São Jerônimo, deverão ser substituídos êstes mercados pelo da usina de 100.000 KW a ser instalada na região carbonífera e em potencial pela Aços Finos Piratini e pelas indústrias carboquímicas.

São necessários para a execução do programa 370 funcionários, sendo 21 administrativos, 3 técnicos superiores, 2 técnicos profissionais e 344 auxiliares.

Os dispêndios programados para o triénio montam a 2.077 milhões de cruzeiros, correspondendo 563 a pagamento de pessoal, 803 a demais despesas de custeio, 74 a transferências correntes, 623 a investimentos reais e 8 a inversões financeiras.

1.2.2 — PRODUÇÃO DE CARVÃO NA MINA DE CANDIOTA

Tem éste programa a finalidade de fornecer carvão mineral para o abastecimento da Usina Térmoeletrica de Candiota, com potência instalada de 20.000 Kw, estando programada, para 1965, sua ampliação para 40.000 Kw. Constitue esta usina a base do sistema Candiota que abrange grande parte da região sul do Estado (cidades de Bagé, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, Arroio Grande, Herval do Sul, Pedro Osório e São Lourenço do Sul).

A previsão da produção de energia elétrica, na Usina de Candiota, e a consequente demanda de carvão são as seguintes no triênio:

- 1964 — 90 milhões de Kwh — 180.000 toneladas de carvão
- 1965 — 110 milhões de Kwh — 240.000 toneladas de carvão
- 1966 — 130 milhões de Kwh — 276.000 toneladas de carvão

Para que possa atender a esta demanda deverá a Mina ser convenientemente equipada, uma vez que sua atual capacidade produtiva é da ordem de 120.000 toneladas/ano. O sistema de transporte, em especial, deverá ser grandemente ampliado, para que não haja deficiência no fornecimento à Usina e consequente rationamento de energia.

A energia elétrica produzida pela Usina de Candiota é de baixo custo específico, graças à sua localização à boca da mina, de razoável rendimento térmico de suas instalações e de baixo custo da extração do carvão feita à céu aberto. A comparação de custos entre carvão e "fuel-oil", à preços de junho de 1963, em Candiota, indicou para 1 tonelada de carvão o preço de Cr\$ 2.700 e para seu equivalente energético em "fuel-oil" o custo de Cr\$ 5.714,70. Esta diferença cobre folgadamente os maiores custos de movimentação e desgaste do equipamento, resultantes de emprêgo de carvão. A utilização de carvão apresenta outras vantagens econômicas importantes pelo aproveitamento de um recurso natural regional, e consequente absorção da mão de obra local.

Os dispêndios programados para o triênio montam a 1.322 milhões de cruzeiros, correspondendo 689 a investimentos reais, 6 a inversões financeiras e 628 a custeio (288 para pessoal).

São necessários para a execução do programa 161 funcionários, sendo 15 administrativos, 5 técnicos superiores, 3 técnicos profissionais e 138 auxiliares.

1.2.3 — CONSTRUÇÃO DE OBRAS CIVIS

Reúne este programa todos os projetos de construção civil vinculadas direta ou indiretamente à consecução das metas dos programas anteriores.

Entre as obras diretamente vinculadas à atividade produtora destacam-se:

- Construção das obras de poço de profundidade P-1, na Mina do Leão, com capacidade produtiva de 240.000 toneladas/ano;
- Construção de prédios industriais: 1.237 m² em alvenaria e 3.750 em madeira, nas Minas do Leão e Candiota, para oficinas, depósitos e outros;
- Construção de um lavador de carvão para a Mina do Leão, com capacidade de 450 toneladas/dia, a fim de obter um maior poder calorífico do carvão fornecido;
- Construção de estradas rodo-ferrovárias, nas Minas do Leão e Candiota, para transporte da produção;
- Ampliação e reparação da recebedoria de carvão existente (64 e 65) e a construção de uma nova unidade (66), na Mina de Candiota, para adequação da capacidade de estoquegem às variações de consumo e produção.

Entre as obras indiretamente vinculadas à produção temos:

- Construção de prédios residenciais: 5.350 m² em alvenaria e 4.400 m² em madeira (incluindo 160 casas para os operários), nas Minas do Leão e Candiota;
- Construção de prédios assistenciais 1.114 m² em alvenaria e 308,5 m² em madeira, nas usinas de Leão e Candiota;
- Construção de um prédio para a administração central, em Porto Alegre;
- Construção de obras diversas instalações de redes elétricas, barragens, estação de tratamento e redes de distribuição d'água, redes de esgotos, urbanização das vilas, nas Minas do Leão e Candiota.

Foi também incluído neste programa o projeto de prospecção e cubagem da jazida de Iruí, embora não se trate de obra civil. Está programada para o triênio a conclusão dos estudos geológicos desta jazida (reservas conhecidas de 270.000.000 toneladas que po-

dem ser comparadas com 50 milhões de toneladas em Leão-Butiá, 40 milhões em Candiota, 104 milhões em Charqueadas).

Não há pessoal vinculado a este programa, sendo a execução das obras efetuadas pelo aproveitamento do pessoal de outros programas, ou incluídos no custo das obras quando a execução fôr contratada.

Os dispêndios programados para o triênio montam a 820 milhões de cruzeiros inteiramente destinados a investimentos reais.

1.2. — FUNÇÃO TRANSPORTE

Essa função, que admite uma subdivisão nas sub-funções transporte rodoviário, hidroviário e aeroviário, tem como principal objetivo de sua atuação o fornecimento, através de suas obras, de condições ótimas para a circulação da produção agro-industrial, entendendo-se como tal a busca de maior rentabilidade agregada por unidade de investimentos no sistema de transporte.

Para isso, deve-se buscar que a relação entre o investimento bruto (inversão inicial + custo de reposição ou conversão) e o valor agregado líquido da produção imputável ao investimento (valor agregado da produção — custo de transporte) seja mínima, isto é, aproxime-se de zero.

O investimento global no sistema de transporte (I), composto do investimento em rodovias, hidrovias e aerovias ($I_r + I_h + I_a$), virá propiciar um aumento da produção, o qual, na parte que lhe fôr imputada, deverá ser relacionado com o investimento, de maneira a permitir medir sua eficiência.

À parte da dificuldade de medir qual parcela do aumento de produção pode ser atribuída aos investimentos em Transportes, dificuldades que não invalida a forma de raciocínio, resulta óbvio que conforme se altere a composição do investimento global (I), dando maior ou menor ênfase ao investimento rodoviário (I_r), hidroviário (I_h) ou aeroviário (I_a). diferença será a *rentabilidade social* do investimento global (I), pois diferentes são os montantes de inversão requeridos por unidade de via (km., m ou equivalente), em cada ramo, e diferente o custo de manutenção das diferentes vias e do transporte por elas realizado.

Em termos marginais teríamos:

$$\frac{d}{dV_a} (I_r + I_h + I_a) = 0$$

Onde, I_r = investimento bruto em rodovia, que é o resultado da soma do investimento inicial em rodovias mais seu custo de manutenção ($i_r + c_r$);

I_h — idem p/ o transporte hidroviário;

I_a — idem p/ o transporte aeroviário;

V_a — valor adicionado da produção *devido* aos novos investimentos menos seu custo real de transporte ($v_a - c_a$).

Utilizando o critério de busca de um mínimo poderíamos escrever:

$$\frac{d^2}{dV_a^2} (I_r + I_h + I_a) = 0$$

De qualquer forma, deve-se buscar uma composição de inversão em transporte (I) que possibilite tornar *mínima* a relação capital/produto do sistema, de forma que, na composição ideal, uma unidade de investimento no sistema de transporte resulte no maior acréscimo possível do produto total.

A planificação do setor de transporte requer, assim, uma visão global da evolução esperada ou desejada da economia, que permita, entre outras coisas, precisar:

- 1) o desenvolvimento setorial da economia, considerando explicitamente o volume e tipo de produção e requerer transporte;
- 2) a distribuição regional dos acréscimos de produção e produção;
- 3) o sistema de transporte existente;
- 4) a eficiência resultante deste sistema;
- 5) os custos atualizados, isto é, reduzidos a um período base que permita comparações uniformes, da construção e conservação das diversas vias de transportes (fluvial, rodoviáries e aeroviários), de forma a fornecer uma visão ampla das alternativas oferecidas pelo sistema de transporte;

6) os custos de transportes pelas diversas vias, seus componentes e a perspectiva de sua evolução em um período dado, bem como os instrumentos de política com que conta o setor público para influir sobre seu comportamento.

O esquema indicado, embora ainda represente uma simplificação em relação ao anteriormente sugerido, pressupõe um diagnóstico dos setores primário e secundário da economia, que deve ser considerado como a próxima etapa a ser cumprida, a fim de possibilitar o abandono dos critérios parciais e que se vê obrigado a lançar mão o setor público e a fixação de metas realmente condizentes com o crescimento da economia.

Para finalizar caberia apenas, relembrando o que foi dito sobre o crescimento exagerado da infra-estrutura econômica (pág. 3), determinar o montante do investimento a ser realizado no sistema de transporte (I) que é efetivamente requerido pelo crescimento da produção agrícola e industrial.

A seguir expôr-se-á de maneira rápida as metas dos diversos órgãos responsáveis pelos sub-setores da função (rodoviário, hidroviário e aeroviário), com os comentários pertinentes sobre a situação atual, metas essas que foram estabelecidas através dos critérios parciais já referidos.

2.1 — SUB-FUNÇÃO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A sub-função transporte rodoviário, abarcando o estudo, o projeto, construção, conservação e exploração de estradas, está afeta ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Autarquia Estadual criada pela Lei 750, de 11 de agosto de 1937, e reestruturada pelo Decreto 1.371, de 11 de fevereiro de 1947.

Cabe assim ao DAER o planejamento da ampliação e melhoramento de nosso sistema de transporte rodoviário, o estudo das obras recomendadas, a execução das mesmas e a conservação da rede existente.

Essa rede atinge hoje 9.639 Km de estradas, com uma freqüência de tráfego grandemente variada e cuja maior intensidade encontra-se nas regiões de Depressão Central (Oeste), Alto do Uruguai (Norte), Planalto médio (Norte) Encosta Inferior do Nordeste e Encosta Superior do Nordeste, regiões que dispõem de maior parte das estradas pavimentadas existentes.

A rede atual de 9.639 Km. é composta de 419 Km. de estradas pavimentadas, 4.262 Km. de estradas ensaiadas e 4.958 Km. em estrada natural, donde se conclue que mais de metade da rede 4.958 Km. apresenta condições precárias e de tráfego intermitente, interrompido por ocasião do período de chuvas.

O Plano Rodoviário do Estado, revisto em 1958, estimou que o Estado necessitaria uma rede rodoviária de 15.935 Km, o que permitiria situar o déficit atual em torno da cifra de 6.296 Km.

Para obtenção dessa cifra foram utilizados os indicadores usuais, tais como crescimento demográfico, tendência do deslocamento populacional, aumento da produção agrícola e industrial por regiões, número de veículos automotores por município, capacidade de estocagem por município, movimento bancário etc.

Ainda que seja altamente significativo o esforço realizado, a cifra alcançada deverá ser considerada como indicativa, a servir de marco de referência para futuros estudos, porquanto não foram obedecidas as etapas anteriormente sugeridas, principalmente a não consideração dos demais ramos de transporte.

Assim sendo, o Plano Trienal do DAER limitou-se a estabelecer como objetivo central a melhoria da atual rede rodoviária, utilizando para a fixação das metas a enorme experiência acumulada pelo corpo técnico do órgão e o critério de intensidade de tráfego, o qual, embora parcial, permite através de comparações sucessivas, estabelecer com razoável aproximação e a curto prazo as tendências da evolução da produção a recuperar transporte.

Este critério, ainda que inaplicável à abertura das novas estradas, justifica-se pelo próprio âmbito do plano e em caráter provisório e subsidiário, não sendo comparável em precisão econômica ao anteriormente sugerido.

O Plano Setorial Rodoviário pode ser dividido, à maneira do Orçamento Programado correspondente, em três grandes programas — Estudos e Projetos, Construção de Rodovias e Conservação de Rodovias — os quais com seus sub-programas formam um todo coerente e interdependente, com estreita vinculação técnica e executiva.

Para compreensão da metodologia adotada, deve-se salientar que o programa de Pavimentação joga um papel de "pivot", já que

A sub-função Comunicações, que orçamentariamente aparece integrada na função "Transporte e Comunicações", será abordada, por questões conceituais, em separado.

o critério de intensidade de tráfego serve para indicar os trechos a requererem melhoria, isto é, basicamente pavimentação asfáltica, sendo, as metas dos demais programas e sub-programas decorrente predominante da meta de pavimentação.

O quadro 4 presta-se à uma análise sumária das metas, permitindo visualizar o acima expôsto.

Quadro n.º 4

Programa e Sub-programa	Unidade de medida	1964	1965	1966	Triénio
Estudos e Projetos					
Traçados	Km.	1.023	456		1.479
Estruturas	m.	1.962	419		2.381
Pavimentos	Km.	458	786	-	1.244
Construção de Rodovias					
Estruturas,	m.	4.447	1.962	419	6.828
Terraplenagem ..	Km. m ³	910 9.935.000	1.023 11.308.000	456 3.505.000	2.389 24.748.000
Pavimentação ...	Km.	422	458	786	1.666
Conservação de Rodovias	Km.	9.639	9.639	9.639	9.639

2.1.1 — ESTUDOS E PROJETOS

Este programa tem por finalidade definir as características técnicas das obras a serem executadas pelo DAER, devendo necessariamente operar com antecipação e em função daquilo estabelecido nos programas de construção.

Como pode-se observar no quadro acima, este programa possui metas apenas para os dois primeiros anos, que correspondem aos dois últimos de construção correspondente, dependendo as metas para o terceiro ano da revisão do Plano, que fixe as metas de construção para o ano de 1967.

O simples exame do quadro elucida suficientemente o programa, que se limita a antecipar por um exercício os estudos necessários para a posterior execução da obra.

Este critério de antecipação por um período administrativo dos estudos e projetos representa uma simplificação e um teto mínimo a ser obedecido, pois é de toda a importância que o órgão mantenha um *estoque* de estudos e projetos das principais obras realizáveis, abrangendo não só seus aspectos técnicos como também econômico-financeiros. Exerceria, destarte, um papel dinâmico na programação do setor e ofereceria subsídio para eventuais e necessários financiamentos das obras, que tanto poderão ser nacionais como internacionais, devendo os critérios dos diversos órgãos de crédito para desenvolvimento fornecer a pauta a que deve adaptar-se o trabalho da Divisão de Estudos e Projetos, em sua secção econômica.

O reconhecimento dessa necessidade, pela insuficiência de recursos estaduais para o financiamento de obras que permitam modificar o panorama do setor, implicará na alteração do papel deste programa, dando-lhe uma importância e uma dimensão que merece e ainda não lhe foi concedida.

2.1.2 — CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

O programa de construção de rodovias compõe-se de três sub-programas que representam as três etapas necessárias para a conclusão de uma estrada pavimentada: Terraplanagem, Obras de Arte e Pavimentação.

Existe perfeita correspondência entre êstes sub-programas e os do programa Estudos e Projetos, dos quais êstes representam a materialização, ocorrendo aqui também a gravitação predominante dos sub-programas Terraplanagem e Obras de Arte em torno da Pavimentação, para a qual representam etapas intermediárias necessárias.

Para ter-se uma idéia da dependência dos dois sub-programas em relação ao programa de pavimentação, basta ver-se que:

- 1) dos 6.828 m de pontes planejadas, 1.795 m representam novas pontes independentes de pavimentação, 1.894 m. são pontes para substituir estruturas de madeira e 3.139 m. são obras de arte integradas no plano de pavimentação, ou seja, 46% do total projetado;
- 2) dos 24.748.000 m³. de terraplanagem planejados, 7.686.000 m³. consistem em obras de melhoramento e retificação de estradas existentes, enquanto 17.062.000 m³., ou 69%, representam obras para futura pavimentação.

O sub-programa de pavimentação, em torno de cujas metas giram as demais, prevê a construção de 1.666 km. de estradas pavimentadas, o que representa um acréscimo da ordem de 397% sobre a existente.

Para fixação dessa meta utilizou-se o critério de intensidade de tráfego, fixando-se como econômicamente justificável a pavimentação das estradas cuja freqüência de tráfego seja superior a 196 veículos por dia, tendo sido encontrados nessas condições 3.928 km., dos quais escolheram-se como metas 1.666 km., isto é, 42% do total.

Ainda que não seja, no momento, possível a quantificação dos benefícios indiretos da pavimentação, tais como incorporação de novas áreas ao cultivo, trânsito permanente etc., estudos feitos indicaram uma diferença de Cr\$ 30/km. na operação e conservação caminhões de 6 ton., o que permitiria, considerando um custo de 15 milhões por km. de pavimentação, amortizar o investimento em 7 anos com uma intensidade média de 200 veículos/dias, em 4 anos com uma freqüência média de 300 veículos/dia, e em 3 anos quando essa freqüência fôr de 400 veículos/dia.

A medida dessas consequências indiretas da pavimentação, entre as quais caberia destacar a diminuição *real* do custo de transporte, o menor custo de conservação e o melhor abastecimento urbano, seriam reforços para justificação do critério utilizado para o plano de pavimentação, o qual, como vimos, permite uma razoável justificação econômica, ainda que não considere explicitamente o problema do uso alternativo destes recursos em outros campos da economia, onde poderiam apresentar maior rentabilidade social.

2.1.3 — CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

Pouco há a dizer sobre este programa, já que manter-se-á inalterada quantitativamente a rede atual.

As consequências econômicas da pavimentação para este programa, que virá alterar a composição da rede, são óbvias, pois o custo de conservação de estradas pavimentadas é sensivelmente inferior ao das estradas de leito natural, não havendo entretanto um serviço de imputação de custo que permita precisar essas diferenças e assim formar um juízo adequado sobre essa vantagem adicional.

2.1.4 — RECURSOS HUMANOS E REAIS COM QUE CONTA O ÓRGÃO PARA A EXECUÇÃO DO PLANO.

Afora a dimensão financeira do Plano, que será vista brevemente após, o DAER conta com uma máquina de execução, composta de recursos humanos, materiais e técnicos, para fazer frente as tarefas do Plano, e que representam a dimensão do Plano.

O quadro 5 fornece uma idéia resumida da força de trabalho do DAER, por programa e grandes categorias funcionais, força que deverá permanecer, em suas grandes linhas, constante no triênio.

Quadro n.º 5

Programas	Técnico Superior	Técnico Médio	Administração	Auxiliares	Total	%
P-I. Adm. Central ..	46	21	268	173	508	6,4
P-II. Est. e Proj. ...	32	43	63	340	478	6,0
P-III. Const. Rodov. ..	30	8	70	993	1.101	13,8
P-IV. Conserv. Rodov. ..	23	28	263	4.704	5.018	63,0
P-V. I. Itil. Rodov. ..	8	4	40	481	533	6,7
P-VI. Man. do Equi. ..	4	4	25	252	315	4,1
T O T A L	143 Eng.o's = 122	103	729	6.973	7.953	100
%	1,8	1,4	9,1	87,7	100	

O exame do quadro permite fazer as seguintes observações iniciais:

1) a baixa relação técnicos médios / engenheiros, 0,8 que deveria idealmente situar-se em torno de 3, cujas consequências são a sobrecarga de trabalho dos engenheiros, com a inevitável perda de eficiência e pulverização de esforços;

2) a alta participação do programa de conservação de estradas, que conta com 63% do pessoal total, 16% de pessoal técnico-superior, 26% dos técnicos médios, 36% do pessoal administrativo e 67% dos auxiliares;

3) a alta percentagem de técnicos-médios no programa administração central, bastante inferior para os demais programas executivos.

Essas observações iniciais não são conclusivas por si, mas demonstram a necessidade de um estudo mais acurado do problema de pessoal do órgão.

Quanto aos recursos materiais com que conta o órgão, seria necessário um cadastro exaustivo do equipamento existente, de suas características técnicas, coeficiente de utilização e flexibilidades operacional.

Pode-se adiantar que predomina o equipamento para a conservação de estradas não pavimentadas, equipamento este com características técnicas rígidas, de maneira a não permitir seu emprego em obras de pavimentação, que deverão repercutir na capacidade de execução das firmas empreiteiras.

Essa peculiaridade de operação do órgão, torna extremamente flexível sua capacidade física de realização, que é em última análise dada pela capacidade das companhias empreiteiras, embora com um custo *adicional* mais elevado, e que será objeto de referência posterior.

Por exemplo, a categoria auxiliares, por sua heterogeneidade, deverá merecer, por ocasião da adoção de uma política concreta de execução, um estudo mais detalhado, por quanto abarca categorias tão diversas como operários sem especialização, semi-eletricistas, motoristas, serventes, etc., os quais foram agrupados em uma só categoria por razões metodológicas.

A insuficiência e distorções assinalados nos itens 1, 2 e 3 ficam oficialmente superadas pela força de trabalho das equipes empreiteiras, que realizam de 70% a 80% da construção de rodovias.

2.1.5 — MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS PARA EXECUÇÃO DAS METAS.

Para a execução das metas propostas o DAER teria necessidades financeiras para o triênio em um montante de Cr\$ 79.074.700.000,00, com a composição econômica dada pelo quadro 6.

Quadro n.º 6

(Em milhões de Cr\$ 1964)

Custeio	Transferências Correntes	Investimentos Reais	Total
15.532.308	2.114.850	61.427.542	79.074.700

Para atender essa necessidade conta o órgão com uma receita vinculada de aproximadamente Cr\$ 30.000.000.000, o que lhe deixa a descoberto a importância de Cr\$ 49.074.700.000, que deverá ser obtida através de transferências de capital estadual ou federal, financiamentos bancários ou criação de novos recursos vinculados.

Pari passu com os esforços no sentido da obtenção de empréstimos externos ao setor público estadual, dever-se-ão tomar medidas no sentido de diminuir as necessidades financeiras para a consecução das metas propostas.

Como foi visto, o programa de Conservação de Rodovias detém 63% do pessoal do órgão, cabendo ao programa de Construção de Rodovias apenas 14% da força de trabalho.

Este fato, embora justificável do ponto de vista técnico, pode não ser-lo do ângulo econômico, uma vez que se leve em consideração que a pavimentação de estradas, principal meta do triênio, é uma atividade de alta intensidade de trabalho e relativa baixa densidade de capital.

Dessa forma, deve-se discutir a viabilidade técnica administrativa da realocação do pessoal das tarefas de conservação para as de construção de rodovias, bem como a renovação dos instrumentos de trabalho, visando a execução dos trabalhos de pavimentação com um desembolso menor para o Estado, já que a componente salarial do custo dessas obras é gasto compulsório para o órgão, o que se traduzirá em um preço real menor que o de mercado, supondo-se uma produtividade semelhante.

A não alteração da política do órgão, de empreitar 70% a 80% de suas obras rodoviárias, conduzirá, fatalmente, a uma diminuição de ritmo de execução das metas programadas, pois os altos custos fixos de operação do órgão absorvem os recursos que para tal poderiam ser canalizados.

É imperativa pois a discussão com o corpo técnico do DAER, no sentido de estabelecer uma política que permita concentrar suas atividades no estudo, projeto e construção de rodovias, em detrimento momentâneo da conservação e utilização de rodovias, atividades essas que poderiam ser parcial e temporariamente assumidas pelos municípios.

A política sugerida não tem, como é óbvio, validade permanente, sendo sustentável por prazos pequenos e consistindo em um esforço coordenado e intenso, à semelhança do adotado em economia devastadas pela guerra, dirigido para a máxima realização de novas obras, em detrimento consciente da conservação do existente.

2.2 — SUB-FUNÇÃO TRANSPORTE AEROVIÁRIO

A atual infra-estrutura aeroportuária do Rio Grande do Sul não se estabeleceu obedecendo a um planejamento coordenado. Todavia, a maior parte dos aeroportos e campos de pouso existentes suprem uma necessidade sócio-econômica.

Por isso mesmo, forçoso é intensificar investimentos em obras aeroportuárias, que a par de adaptar, segundo o volume atual e o potencial de tráfego, a infra-estrutura terrestre às necessidades da frota aérea comercial, para maior aproveitamento da velocidade, capacidade e flexibilidade dos aviões, vinculam-se também à solução dos problemas de proteção de vôo.

2.2.1 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO

O Departamento Aerooviário do Estado tem como finalidades essenciais as de estudar, projetar, construir, e conservar os aeroportos e campos de pouso, bem como suas instalações. Estes aeroportos simultaneamente pela aviação comercial, militar e aerodesportiva ou amadora.

Há no Estado 67 aeroportos e campos de pouso a exigir a atividade construtora e mantenedora do Departamento, possibilitando boas condições de tráfego aéreo. Sómente 5 aeroportos no Estado contam com pistas em concretos ou asfalto, representando isso apenas 7,5% do total de aeroportos e campos de pouso do Estado. Todavia, grande parte dêles é dotado de linhas comerciais regulares e, possuindo pistas de pouso com revestimento primário, quando não apenas terraplanadas, exigem cuidados mais constantes de conservação.

Nestas condições, os serviços prioritários são os relacionados com a pavimentação, em asfalto ou concreto, de aeroportos. Prevê-se a conclusão, ou a quase finalização, até fins de 1.966, de 216.000 metros quadrados de pavimentação. Enquadram-se neste montante os aeroportos de Pôrto Alegre, Bagé, Pelotas, Santa Maria, Alegrete, Uruguaiana, Santo Ângelo, Santana do Livramento, Passo Fundo, Cruz Alta, Erechim e São Borja, cujos movimentos de passageiros e cargas são os mais intensos do Estado.

Grande parte da atividade do Departamento também se desdobrará em serviços de terraplanagem de estradas de acesso, de pátios de estacionamento e, principalmente, de pistas de pouso. Nesta atividade prevê-se melhorar 38 aeroportos durante o triênio, sendo que 13 receberão serviços de terraplanagem em suas faixas de pouso, num volume global de 540.000 metros cúbicos. Algumas das pistas terraplanadas receberão revestimento primário.

Paralelamente, a conservação dos aeroportos em tráfego, constando de ensaibramento, empedramento drenagem, etc., não pode ser descurada, mantendo-se os aeroportos em condições satisfatórias, a fim de assegurar a integridade do material aviatório e dos usuários. Os aeroportos e campos de pouso do Estado são totalmente reparados cada período de dois anos, significando isso, que, anualmente, o Departamento trabalha no mínimo em 50% dêles.

As instalações dos aeroportos também devem ser melhorados constantemente, construindo-se e conservando-se as estações de passageiros, a sinalização das vias de acesso e demais benfeitorias. Estão a merecer melhores estações, principalmente, os aeroportos de Bagé, Pelotas, Santana do Livramento e Santo Ângelo, esta já em execução.

Para realizar os serviços citados conta o Departamento com 149 funcionários, dos quais 15 são técnicos superiores; 12 técnicos profissionais; 42 administrativos e 107 auxiliares. O volume de serviços propostos para o triênio representa um aproveitamento total da capacidade operativa do órgão, que além dos serviços por empreitada global, poderá fazer funcionar com eficiência seu equipamento mecanizado em obras sob regime de administração direta.

As despesas a serem realizadas pelo Departamento durante o triênio, a fim de cumprir as metas propostas, cifram-se em Cr\$... 1.473.224.000,00 e se constituem da seguinte forma: Despesas de Custo, Cr\$ 608.844.000,00; Investimento Real, Cr\$ 748.416.000.000,00; Transferências Correntes e de Capital, Cr\$ 104.964.000,00 e Inversões Financeiras, Cr\$ 11.000.000,00.

Com o desenvolvimento crescente da aviação, muitos municípios servidos com insuficientes condições de transporte de superfície, reivindicam campos de pouso, o que será atendido, dando-se prioridade aquêles que maior possibilidade têm de expansão e cuja localização geográfica forneça condições de apoio logístico ao voo de aeronaves para operações de emergência. Enquadram-se nestas condições as pistas de pouso a serem executadas em São Francisco de Paula, Canela, São Francisco de Assis, Bom Jesus e Três de Maio.

2.3 — SUB-FUNÇÃO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

A sub-função Transporte Hidroviário, abrangendo os serviços de construção, melhoramento e conservação dos portos, canais de acesso e hidrovias do Estado está afeta ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, Autarquia Estadual criada pela Lei 1.561, de 1.^º de outubro de 1.951, e reestruturada pela Lei 2.252, de 24 de dezembro de 1.953.

Afeta essas atribuições principais, compete também ao DEPRC a administração dos portos estaduais e direção de sua exploração comercial.

Para a realização eficiente dêste objetivo, deveria contar o DEPRC com um estudo sistemático da problemática do transporte hidroviário, como setor específico e também como parte integrante de um sistema de transporte mais amplo, que possibilitasse, à semelhança do já exposto para o DAER, a formação de uma política coerente e explícita, abordando para tal os seguintes assuntos:

- 1) o volume e a composição das trocas marítimas efetuadas entre o Rio Grande do Sul e as demais regiões, sua evolução recente e as perspectivas de comportamento futuro;
- 2) o estudo da possibilidade de incorporação ao comércio marítimo de trocas efetuadas por outras vias, e que por suas características específicas melhor se adaptem aquêle;
- 3) estudo dos mecanismos de política econômica com que conta o governo estadual para influir sobre as variáveis que determinam os custos e a capacidade de concorrência do transporte hidroviário com os demais;
- 4) a eficiência do investimento no setor hidroviário e nos demais setores de transporte, com respeito ao valor agregado originado;
- 5) as tecnologias utilizáveis na movimentação da carga e suas consequências sócio-econômicas.

O "Plano Hidroviário do Estado", publicado em 1.963 representa, como o Plano Rodoviário, o primeiro esforço sério realizado no setor hidroviário no sentido de apreender as implicações econômicas dêste tipo de transporte.

O Plano reune abundante material estatístico e procura situar o estudo do transporte hidroviário dentro do contexto mais amplo do sistema de transporte.

Entretanto, o referido Plano não fornece conclusões econômicas sobre os assuntos relacionados nos itens 1 a 5, abstraindo-se de transportes por "acharem-se êstes em diferentes estágios de desenvolvimento", quando justamente essa observação justificaria um estudo mais detalhado sobre as causas dessa situação e sobre as medidas e inversões necessárias para eliminarem-se as disparidades existentes.

Efetivamente, se observarmos as estatísticas de toneladas transportada por hidrovia no período de 48 a 59, vê-se que para 1.948 igual a 100, teremos a seguinte série: "Boletim Informativo" IEPE — ANO IX — Janeiro—Dezembro 1962.

Quadro n.º 7

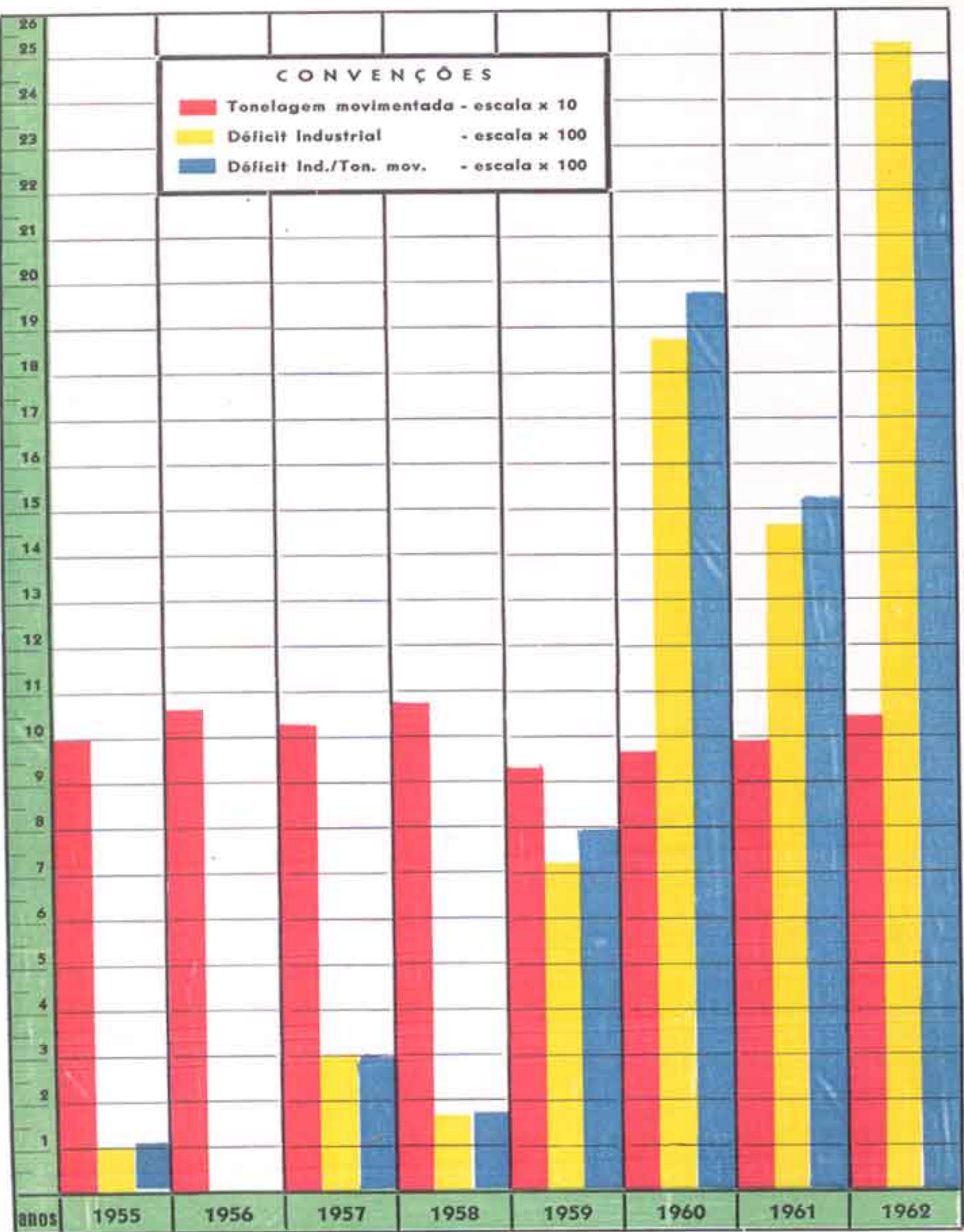
	Águas Internas	Marítimas	Total
1948	100	100	100
1949	111	91	101
1950	118	96	108
1951	140	127	134
1952	151	117	135
1953	156	131	144
1954	166	129	149
1955	163	136	150
1956	174	131	152
1957	157	133	146
1958	159	136	149
1959	146	120	133

Ainda que sem um estudo que permita explicar o baixo e irregular crescimento da tonelada transportada, que pode estar influído por problemas cíclicos de produção ou outros fatores aleatórios, incisiva é a conclusão de que o transporte hidroviário sofre uma crise, não se justificando, assim a afirmativa corrente de ser o mais *econômico* meio de transporte, pois se assim fosse não sofreria a preterição, não indicada pela série mas de sobejó reconhecida, pelo transporte rodoviário. (Vide gráfico anexo — fl. g—1).

A qualificação econômica deve ser entendida no sentido amplo, e não em sua dimensão meramente financeira, abrangendo dessa forma não só a tarifa total, incluindo carga, descarga e transporte, como a segurança, integridade da mercadorias e tempo de transporte.

Neste sentido é evidente a inferioridade do transporte hidroviário, que por suas características técnicas deveria ser o mais econômico para percursos longos e para mercadorias de alta densidade específica a baixo valor unitário.

Se a essas observações for aduzido o fato de que nossas tarifas são relativamente baixas e insuficientes para a cobertura de custeio de operação, que envolve pessoal de operação industrial, incluindo a administração da exploração comercial, conservação de material portuário e despesas com balizamento e dragagem da bacia de evolu-



lução e canais de acesso, resulta um déficit crônico e crescente, para a solução do qual se necessita uma reformulação completa do transporte hidroviário.

Para que um relativo equilíbrio de custeio operacional seja atingido, de forma a liberar recursos para investimento no setor ou em outras áreas, necessário se faria um reajuste de tarifas, que viria provavelmente, conforme a elasticidade de preço da procura de transporte hidroviário, influir no decréscimo da tonelagem transportada, e por um "feedback" contínuo agravar a situação atual.

Neste momento cabe perguntar até que ponto é justificável o investimento no transporte hidroviário sem a prévia solução do problema de movimentação de carga, já que aquêle possui um caráter de meio, dependendo univocamente dêste.

É óbvio que esta pergunta não poderá nunca obter a resposta de que o investimento em hidrovia deva ser sustado, uma vez que isto criaria um estrangulamento que iria ameaçar o crescimento da economia.

Entretanto, além de um ponto de necessidade imperiosa, a pergunta torna-se cabível e a resposta quase única.

2.3.1 — METAS DO DEPRC

O Plano Trienal do DEPRC limita-se a estabelecer uma projeção para a movimentação de carga nos três principais portos gaúchos: Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

O quadro 8 permite visualizar as metas estabelecidas e estabelecer sua comparação com uma situação indiretamente anterior.

Quadro n.º 8

	Medida	1962	1964	1965	1966	Variação em % 66 em rela- ção 62
Pôrto de Pôrto Alegre	Ton.	3.017.200	2.741.830	2.656.650	2.591.360	— 14%
Pôrto de Rio Grande	Ton.	2.755.000	2.916.630	3.055.630	3.022.250	+ 16%
Pôrto de Pelotas ...	Ton.	131.000	108.000	84.340	60.440	— 54%
Pôrto de Marente e Rio Pardo	Ton.	14.800	14.000	16.850	20.256	+ 0,74%
T O T A L		5.918.000	5.780.470	5.823.510	5.874.306	+ 37%

Este quadro representa a projeção para o futuro das tendências observadas no passado, devendo-se considerar que o decréscimo real observado é maior do que o aparenta, pois a ele deve ser acrescido o crescimento bruto do produto.

As cifras globais citadas são pouco elucidativas, sendo necessária a análise de uma amostra de principais produtos, para precisar o comportamento específico de alguns produtos e, assim, estabelecer as bases para a explicação integral do fenômeno, saindo do terreno conjectural e apologético para a solução concreta.

Essa análise pode resultar na conclusão que somente aqueles produtos que, por suas características físicas muitas especiais (materia prima bruta) ou pelo origem ou destino (exportação/importação ultra-marina) não admitem outro tipo de transporte, mantém sua preferência pelo transporte hidroviário.

Nessa hipótese, apenas uma aproximação global ao problema, envolvendo análise de custos e decidida intenção de atuar sobre as variáveis explicativas poderá dar solução ao mesmo.

A situação descrita pelas cifras do quadro não corresponde à situação real presumível, ou pelo menos, não pode ser tomada como uma tendência permanente, pois o porto de Rio Grande, único que apresenta crescimento na tonelagem movimentada, depende em cerca de 70% do transporte de petróleo e combustível, dos quais apenas 10% destinam-se à zona sul do Estado, sendo esperado que com a conclusão da usina da Petrobras e do oleoduto terminal Tramandaí-Porto Alegre, o movimento do porto de Rio Grande sofra uma redução de, no mínimo, 60%, o que alteraria as cifras do quadro, fazendo com que o decréscimo global esperado de 0,74% transforme-se em uma diminuição de 27% da tonelagem movimentada.

Essa situação, que não pode ser ignorada, obriga a uma pausa na consideração dos investimentos do DHEP/C (que podem ser vistos no quadro anexo de relação de projetos), e na própria apreciação da política do órgão, cujo acento tônico poderia necessitar ser deslocado das obras de dragagem e acesso nos portos (além de um ponto considerado vital para a manutenção do movimento) para a solução dos problemas de vias internas, barragens e regularização e estudo de bacias hidrográficas.

2.3.2 --- SÍNTESE DO ÓRGÃO

O que foi visto em relação ao transporte hidroviário, ainda que em linhas muito gerais e sem a necessária base empírica que permita uma visão global e mais clara do problema, permite diagnosticar uma situação insustentável e com perspectivas de agravamento contínuo.

Essa situação decorre de uma série de decisões errôneas, tanto no âmbito estadual como no federal, errôneas por desconsiderarem totalmente a dimensão futura de sua atuação no momento e por limitarem-se indevidamente a um âmbito, o do órgão que absolutamente permite soluções compatíveis com os reclamos e as exigências da sociedade como um todo.

Este somatório de decisões microscópicas resultou na criação de um segmento da economia do tratamento hidroviário, absolutamente inflexível e inadaptável à evolução da conjuntura do transporte, evolução que depende em grande medida das políticas adotadas em sua própria área, caracterizando o que poderíamos chamar de auto-liquidação involuntária.

Referimo-nos, especificamente, ao aumento contínuo do custo real do transporte hidroviário, causado por um sistema extremamente ineficiente e irresponsável de exploração, custo este que quando não se reflete em aumento de tarifas traduz-se em maior perda, extravio, lentidão e deterioração das mercadorias transportadas, o que diminue seu volume e, sendo a maioria dos gastos fixos, agrava comutativamente o problema.

Defrontamos assim um problema em que quase não existem variáveis sobre as quais atuar, cabendo ao Estado uma parcela mínima do já pequeno poder de influir sobre a situação.

O acima dito refere-se não sómente à fixação de tarifas, como a toda a legislação federal que disciplina a atividade portuária, tornando-a extremamente rígida e impermeável a modificação e adaptação a uma situação econômica cambiante.

Isto posto e considerando que o crescente déficit do DEPRC atinge no primeiro ano do Plano a quantia de 3,5 bilhões de cruzeiros, quantia suficiente para a execução de qualquer uma das obras a seguir citadas — 5.500 casas populares — 350 ginásios plenamente equipados — 1.400 postos de saúde equipados — 6 silos

de 10.000 toneladas — instalação de 5.833 famílias de núcleos de colonização rural — 233 km. de estradas pavimentadas — déficit que as perspectivas do setor indicam agravar-se geométricamente os objetivos do Estado restringem-se a:

1) diminuir gradativamente o déficit existente, de maneira a liberar os recursos hoje destinados a subsidiar a exploração comercial dos portos, possibilitando uma utilização alternativa de maior eficiência econômica-social;

2) buscar uma solução de longo prazo, que permita corrigir na distorções assinaladas e, dentro das possibilidades legais e institucionais a que está limitado, permitir os transporte hidroviário o desenvolvimento que suas características técnicas permite.

Neste sentido, a política de curto prazo do Estado no setor de transporte hidroviário consistiria em:

1 — reajustar as tarifas de maneira a cobrir o custo real da exploração industrial, que inclue as despesas com a força de trabalho envolvida, a conservação de todo o material comprometido com a movimentação da carga. (equipamento portuário e frota de rebocadores), dragagem das vias de acesso e bacias de evolução e gastos com a Administração Central imputáveis à operação industrial, de forma a abandonar o expediente ilógico e injusto de fazer com que o povo, indiscriminadamente, financie, através de impostos indiretos, um déficit no qual não tem a menor participação;

2 — executar reformas administrativas que permitem compensar a perda de atratividade do setor para o transportador, decorrente do aumento de tarifas, atuando diretamente sobre as operações de carga e descarga, racionalizando-as, e disciplinando-as a fim de obter maior segurança, cuidado e presteza em sua execução;

3 — eliminar as despesas adicionais de custeio e restringir ao mínimo as inversões em hidrovias, até que a situação se regularize e fique evidenciada e consolidada a potencialidade do desenvolvimento do transporte hidroviário.

As soluções de longo prazo deverão incorporar variáveis futuras, sobre cujo comportamento têm-se informações, como a entrada em funcionamento do oleoduto da Petrobrás, esperada para 1966 ou 1967, que trará as consequências já comentadas, devendo contemplar também a solução definitiva do problema de movimentação de carga, *sine qua non* do desenvolvimento do transporte hidroviário.

Para atingir essas metas conta o Estado quase que exclusivamente com a faculdade de oferecer subsídios informativos à União, para que essa utilize os mecanismos que lhe são privativos e que fornecem as condições necessárias e suficientes para a solução do problema, o qual, deve-se notar, assume dimensões nacionais.

No seu âmbito de ação, caberia ao Estado executar um estudo integrado do sistema de transportes, única forma de obter-se uma solução econômica, examinando uma série de hipóteses de combinação de vias de transporte, que se fornecer a solução ótima para o sistema em seu conjunto ofereceria, também, a solução ótima para o transporte hidroviário.

Em relação ao transporte hidroviário, levando-se em consideração que:

1) a evolução esperada da tonelagem transportada por hidrovia permite supor um movimento portuário incompatível com os altos custos fixos dos três portos gaúchos;

2) a entrada em funcionamento das estradas da Produção Norte e Sul, permitirá em trajeto mais curto entre o pôrto do Rio Grande e os municípios do Norte e Oeste do Estado;

3) que a maior parte das importações e exportações do Estado localizam-se nas suas regiões Norte e Leste;

4) que o custo de dragagem do canal de acesso Pôrto Alegre-Rio Grande gira em torno de um bilhão de cruzeiros a preços atuais,

É possível estabelecer um esquema simplificado de análise que contemple as seguintes alternativas bases e o seguinte desenvolvimento de etapas e estabelecimentos de hipóteses:

1.^a) extinção dos portos de Pelotas e Pôrto Alegre e concentração de recursos materiais e humanos na operação e ampliação do pôrto de Rio Grande;

2.^a) estimativa dos custos de transporte rodoviário e ferroviário do pôrto de Rio Grande para os demais municípios importadores e exportadores por hidrovia, do volume e espécie de carga que teria como destino o pôrto de Pôrto Alegre;

3.^a) estimativa dos custos de transporte rodoviário e ferroviário, do pôrto de Pôrto Alegre para os mesmos municípios, do mesmo volume de carga acima referida;

4.) comparação da diferença entre 2.^a e 3.^a com a quantia poupada pela redução dos gastos fixos de administração dos portos de Pelotas e Pôrto Alegre e pela dispensa de dragagem do canal de acesso do pôrto de Pôrto Alegre;

5.) registro do resultado de 4.;

1b) Hipótese de fechamento do pôrto do Rio Grande a Pelotas;

2b) 3b) 4b) 5b) repetição análoga das operações anteriores;

1c) hipótese de fechamento do pôrto de Rio Grande e Pelotas e ligação do pôrto de Pôrto Alegre ao mar;

2c) 3c) 4c) 5c) repetição análoga das operações indicadas;

1d) hipótese de fechamento dos portos Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre e construção de um pôrto à orla marítima, ligado a Pôrto Alegre por ferrovia;

2d) 3d) 4d) 5d) repetição análoga das operações indicadas;

1e) hipótese de abastecimento exclusivo do pôrto de Pôrto Alegre por chatas rebocadas e fechamento do pôrto de Pelotas;

2e) 3e) 4e) 5e) repetição análoga das operações indicadas;

6.) Comparação dos cinco resultados finais obtidos e análise econômica de suas consequências derivadas, tais como maior demando de combustível, material importado etc.

Este tipo de estudo integrado do problema de transporte estadual é o único caminho para a adoção de uma política definitiva, que leve em consideração as consequências futuras e a *evolução da economia em suas relações com o sistema de transporte*. A resolução do tipo de problema proposto é grandemente facilitado pelo método simples de programação linear, fortemente utilizado na solução de problemas de combinação ótima de meios de transporte. Para seu desenvolvimento veja-se: Samuelson, Dorfmann e Solow "Linear Programming and Economic Analisys".

2.4 — SUB-FUNÇÃO COMUNICAÇÕES

A Sub-Função Comunicações, no seu sentido mais amplo abrange Telefonia, Telegrafia, Fonografia, Correio e todos os demais meios que atualmente são usados para possibilitar contatos entre pessoas, dando-lhes tais possibilidades sem que haja necessidade de que as mesmas tenham que se deslocar.

É perfeitamente dispensável a discussão de como as Comunicações podem atuar como fator de desenvolvimento econômico, sabendo-se que esse traz implícito um processo de terreno de urbanização uma crescente complexidade nas relações entre os homens, o que se consegue atenuar quando se dispõe de um eficiente sistema de vias de comunicações.

Afora as Telecomunicações e a Fonografia, todos os demais meios de comunicações estão estritamente subordinados à política da União. O Estado atua sómente nas duas modalidades indicadas, sendo que na Fonografia funciona como Concessionário, através dos Serviços Telefônicos Retomados, ex-Cia. Telefônica Nacional, ainda com dependências daquele Grupo Americano até um pronunciamento judicial definitivo; no que tange a Telecomunicações o Estado atua como Poder Concedente dos serviços, na área do seu território, dependendo, entretanto, da União, o problema da interligação do Sistema Estadual ao Nacional.

Portanto, dentro do atual esquema, o Estado é independente apenas para atuar sobre as Telecomunicações, na área do seu território, e sómente para tal lhe é permitido traçar uma política que seja essencialmente sua.

Assim sendo, vai-se focar mais demoradamente e com detalhes apenas o ramo de Comunicações que diz respeito às Telecomunicações, fazendo-se referência aos demais apenas quando seja possível uma afinidade produtiva dos mesmos com as comunicações telefônicas.

2.4.1. — *HISTÓRICO DAS COMUNICAÇÕES*

A 19/3/1953, através da Lei n.º 2.056, o Estado avocava a si o Poder Concedente das Telecomunicações e criava a Comissão Estadual de Comunicações, como Órgão que iria disciplinar as telecomunicações no Rio Grande do Sul.

Face à deficiência dos serviços existentes, a Comissão abriu, sucessivamente, duas concorrências Públicas para a concessão da exploração dos Serviços Telefônicos no Estado. Entretanto, nenhum resultado foi obtido. Posteriormente, a CTN apresentou propostas de ampliações baseadas no auto-financiamento por parte dos usuários, as quais não foram aceitas pelo Governo. Concomitantemente,

foram surgindo iniciativas de Poderes Municipais e de particulares, sempre coordenadas pela Comissão de Comunicações, através da qual o Estado também procurava tenuar o problema, investindo parcelas de recursos e, com isto, incentivando as iniciativas municipais.

Tentando obter maiores recursos com esta finalidade, o Governo, a 5/12/1959, pela Lei n.^o 3.819, transformou a Taxa de Eletrificação em Taxa de Eletrificação e Comunicações, destinando 10% de seu produto a "Obras e serviços do Plano de Comunicações do Estado", passando, esta determinação, a vigorar a partir de 1.^º/1/60, com validade por 10 anos.

A 30/12/1960, pela Lei n.^o 4.073, o Governo criou a Cia. Rio-grandense de Telecomunicações, Sociedade de Economia Mista com Capital inicial de 1,7 bilhões de cruzeiros (ampliável até 4,5 bilhões) do qual deverá o Estado subscrever 51% das ações. Esta entidade foi fruto de estudos do corpo técnico da Comissão de Comunicações, que idealizou o empreendimento em todos os seus detalhes, desde a elaboração dos Estatutos, até a confecção de um "Plano Piloto" de realizações, que serve, até agora, como linha mestra de ação da Companhia.

A 16/2/1962, pelo Decreto n.^o 13.186, foi cassada a permissão que a Cia. Telefônica Nacional possuía, e seus bens declarados de utilidade pública. Posteriormente, a Administração dos Serviços Telefônicos Retomados, resultado da encampação passou a ser desempenhada pela Diretoria da Cia. Rio-grandense de Telecomunicações (CRT), à qual deverá ser incorporado o patrimônio dos STR como parte da quota de Capital a ser subscrito pelo Estado na CRT. Esta, na qualidade de Administradora dos Serviços Telefônicos Retomados, vem mantendo, restaurando e ampliando os serviços, bem como explorando-os.

Atualmente, a Comissão Estadual de Comunicações, a par de coordenar e planejar as iniciativas surgidas no campo das Telecomunicações, fiscaliza todas as Empresas que nêle operam, inclusive à CRT e aos STR, e age, também, na execução de sistemas telefônicos, construindo em regime de cooperação com as Prefeituras Municipais, incentivando a aplicação de recursos locais mediante uma complementação dos mesmos, tentando assim cumprir com as finalidades para as quais foi criada, atentando para as atribuições que lhe foram conferidas através das Leis n.^o 2.056, de 19-3-53 e 2.557, de 18/12/54, e do Decreto n.^o 5.604, de 2-10-54.

2.4.2 — PANORAMA ATUAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

Face à encampação da Cia. Telefônica Nacional (CTN), que agora aparecerá, até a solução final do caso, na Justiça, com a fixação do "quantum" da indenização ao Grupo Americano, com o nome de Serviços Telefônicos Retomados (STR); tendo em conta, ainda, a criação da Cia. Riograndense de Telecomunicações (CRT), sociedade de economia mista na qual o Estado detém a maioria das ações, o Estado apresenta-se, praticamente, com o monopólio das telecomunicações, uma vez que, a par do aspecto comercial que representa a SRT, o Estado é o Poder Concedente, através da COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES, planeja, coordena, executa, concede, fiscaliza e explora, na área do seu território, as comunicações telefônicas, traçando a política para as mesmas.

O esquema montado confere ao Estado a total responsabilidade para a solução do problema, que deverá, obrigatoriamente, encarar os aspectos econômicos e sócio-políticos, o esquema também permite ao Estado atacar o problema em toda a sua extensão, uma vez que, se à CRT, pela sua própria condição de empresa comercial, não é permitido encarar os aspectos políticos e sociais da questão. O Estado dispõe, para isto, da Comissão Estadual de Comunicações, que, além de sua função coordenadora e fiscalizadora, tem condições de construir sistemas telefônicos. Note-se que, nesta função executiva, a Comissão, agindo em regime de cooperação com as municipalidades, tem incentivado o emprêgo de recursos financeiros locais em comunicações telefônicas.

Portanto, em resumo, o quadro geral das comunicações telefônicas no Estado, atualmente, a par de encarregar o Governo Estadual, totalmente, da solução do problema, confere-lhe, através da legislação adequada, todas as condições para atacá-la a, prazo que seus recursos financeiros permitirem, em toda a sua extensão e sob todas as suas facetas, através da Comissão Estadual de Comunicação e da Cia. Riograndense de Telecomunicações.

Entretanto, devem, obrigatoriamente, ser enquadradas neste esquema, as iniciativas municipais e particulares. A ação coordenadora e planificadora do Estado, então, deve se fazer sentir através da Comissão Estadual de Comunicações, que representa a voz do Governo como Poder Concedente, quer na fiscalização das Em-

presas ou Entidades concessionárias ou permissionárias, quer na fixação de tarifas justas e oportunas, quer no estabelecimento de condições de tráfego mútuo entre as Empresas, assegurando a continuidade e rentabilidade dos Serviços. Mesmo os interesses do Estado na CRT, em suas relações com as demais entidades, devem ser assegurados através de Órgão Oficial do Governo que é a Comissão de Comunicações.

Portanto, o esquema geral existente no Rio Grande do Sul, para equacionamento do problema telecomunicações parece adequado, sob todos os aspectos.

Apesar disto, e, principalmente face à insuficiência de recursos financeiros, o Sistema Telefônico Estadual é bastante precário. Tal análise poderia ser estendida para tudo o que existe de telecomunicações no Estado, pois o que há de bom se constitue em raríssima exceção à regra geral dos deficientíssimos serviços telefônicos que se dispõe, que, na sua imensa maioria, são obsoletos e apresentam um estado de conservação deplorável, com uma prestação de serviços, consequentemente, que deixa muitíssimo a desejar.

Para que se possa ter uma visão mais concreta e ampla daquilo que existe far-se-á um rápido demonstrativo, situando todas as Entidades que operam no campo das telecomunicações, inclusive a Comissão Estadual de Comunicações neste setor de atividades, com breves comentários sobre o que fôr sendo citado.

Cumpre, inicialmente, distinguir 3 tipos de sistemas, que irão ser focados sucessivamente:

- I) Serviços Interurbanos, assim considerados os circuitos de Longa Distância (Linhas Físicas, rádio-enlaces ou VHF) que interligam, telefônicaamente, as sedes municipais entre si e com a Capital do Estado;
- II) Serviços Urbanos (também ditos Básicos e Locais), que interligam os assinantes de uma mesma cidade;
- III) Serviços Distritais e Rurais, circuitos que ligam as sedes dos municípios às dos Distritos, ou a assinantes situados fora dos perímetros urbanos.

I. — Serviços Interurbanos. — Neste setor a Comissão Estadual de Comunicações, além de atuar como representante do Governo (Poder Concedente), fiscalizando e fixando as tarifas das concessionárias e coordenando as relações entre as mesmas, também procede à execução de circuitos em

regime de cooperação com as Prefeituras Municipais, dividindo com as mesmas o ônus da manutenção e supervisionando a operação dos circuitos, entregue às Municipalidades. Nestas condições foram construídos cerca de 1.320 km. de circuitos de Longa Distância, interligando cerca de 36 sedes municipais.

O Órgão deverá proceder à revisão do Plano Estadual, e, então, considerar, basicamente, três problemas:

- a) ligação das sedes ainda isoladas do Sistema Estadual;
- b) recuperação das ligações que se apresentam sem possibilidades de utilização sob certas condições;
- c) ampliação das rotas que apresentam mais alto índice de congestionamento de tráfego, principalmente as grandes troncais.

Atualmente, existem as seguintes Empresas operando no setor de Serviços Telefônicos Interurbanos:

- a) Cia. Riograndense de Telecomunicações. Encontra-se em fase inicial de trabalhos, não tendo, ainda serviços em operação. A CRT, atualmente age no sentido de concretização de seu "Plano Prioritário", que abrange a melhoria de ramais importantes, a ampliação de outros, bem como a interligação de cidades, complementando as necessidades mais imediatas; outrossim, funciona como administradora dos Serviços Telefônicos Retomados;
- b) Serviços Telefônicos Retomados (ex-Cia. Telefônica Nacional). — Possue rotas que interligam a grande maioria das sedes municipais, apresentando, entretanto, tais rotas, um grande congestionamento e consequentemente má qualidade de serviços;
- c) Telesul, empresa privada que detém concessão federal para exploração de Serviços de rádio-comunicações entre Pôrto Alegre e a Zona das Praias do Atlântico, inclusive Santo Antônio e Osório. Face à precariedade dos serviços e a incapacidade financeira da empresa para melhorá-los,

Telesul firmou convênio com a CRT para recuperação dos equipamentos, o que foi feito, sendo que a operação dos circuitos, atualmente, está, também, sendo feita pela CRT.

II. — Serviços Telefônicos Urbanos (Básicos ou Locais). — Neste setor, a Comissão Estadual de Comunicações tem agido como Órgão de planejamento, coordenação e fiscalização. Sucede que, apesar de ser o Estado o Poder Concedente dos Serviços Telefônicos, as Prefeituras Municipais têm autonomia para implantar Serviços Urbanos no território de suas respectivas jurisdições; entretanto, no momento em que tais serviços forem interligar-se com a rede de longa distância, deverão preencher uma série de requisitos de ordem técnica que lhes permitam integrar-se ao Sistema Estadual em condições adequadas. Face a isto, a Comissão de Comunicações procura orientar as iniciativas das Prefeituras, traçando os Projetos e as normas a serem obedecidas e orientando a execução, a fim de que não surjam problemas no momento de conectar tais serviços ao sistema Estadual.

Como a Comissão tem em mira o reestudo do Plano Estadual de Telecomunicações, com o reconhecimento das reais necessidades urbanas de telefones, apenas em 1965 o Órgão pretende contribuir com recursos financeiros para a execução de tais sistemas, objetivando a complementação de recursos financeiros locais que existam para tal finalidade.

Procurar-se-á dar uma rápida idéia das necessidades de telefones no Rio Grande do Sul, em matéria de serviços Urbanos nas sedes dos municípios; para tanto, pode-se tomar como exemplo os serviços existentes em Pelotas, onde a demanda está praticamente atendida com uma boa qualidade de serviços prestados. Para Pelotas, cuja população na sede do Município atinge cerca de 138.500 habitantes, e onde existe uma Central Telefônica Automática com capacidade imediata para 5.500 linhas, obtém-se, daí, um índice I—4 telefones 100 habitantes, que pode ser considerada adequada ao nosso estágio de desenvolvimento. Para Porto Alegre, entretanto, tal índice deveria ser maior, contudo, neste primeiro ensaio, pode-se considerá-lo válido.

Em 1963, tem-se o seguinte quadro:	População do Rio Grande do Sul nas sedes municipais	2.550.000 hab.
N.º de telefones necessários (I=4)		102.000 tel.
N.º de telefones existentes		60.000 tel.
"Déficit"		42.000 tel.

Tal "déficit" seria agravado face aos seguintes fatores:

- a) sedes municipais servidas pelos Serviços Telefônicos Retomados, com Sistema manual (Magneto) em número de, aproximadamente, 8.600 telefones, dos quais, com otimismo, pode-se dizer que 50% é obsoleto;
- b) Pôrto Alegre, muito embora existam cerca de 28.000 aparelhos instalados, as centrais possuem uma capacidade nominal de cerca de 14.000 assinantes, o que torna o serviço quase que totalmente ineficiente; tendo em conta, ainda, que a Central Matriz (7.000 assinantes) é completamente obsoleta para o atendimento de um movimento como o de Pôrto Alegre.

Para o final do triênio, isto é, em 1966, considerando o índice I=4 telefones/100 habitantes, ter-se-ia uma necessidade de cerca de 120.000 telefones, uma vez que a população, no Rio Grande do Sul, iria aproximadamente, a 2.975.000 habitantes nas sedes dos municípios.

Vê-se, portanto, que a reformulação do Plano Estadual de Telecomunicações, deverá focar com muita objetividade êste problema, traçando uma política que deverá contemplar:

- a) as possibilidades financeiras do Setor Público, através da Comissão Estadual de Comunicações - com os recursos que a mesma dispõe;
- b) A maneira de atuar do Setor Público através da Cia. Riograndense de Telecomunicações, com os recursos ao dispor da mesma;
- c) as possibilidades de mobilização dos recursos financeiros locais, através das Prefeituras Municipais, de um modo ordenado e objetivo;
- d) as possibilidades de mobilização de recursos externos (Fronteira Sudoeste, Baixa de Fronteiras, etc.)

Os serviços Urbanos, atualmente, sofrem atuação das seguintes entidades que as operam e exploram:

- a) Serviços Telefônicos Retomados --- STR (ex-CTN), nas mesmas circunstâncias descritas para os Serviços Interurbanos, operando com Centrais de diferentes tipos, em cerca de 100 cidades e vilas, das quais 5 possuem serviços automáticos, 8 dispõem de sistema semi-automático, e 87 operam com serviço manuais;
- b) Cia. Riograndense de Telecomunicações, que também neste campo, a par de atuar como Administradora dos STR, está empenhada na fase inicial do seu "Plano Prioritário" que abrange as seguintes iniciativas, que virão a minorar o "déficit" atual:

Pôrto Alegre — Matriz ..	3.000	Automáticos
Azenha ..	4.000	"
Naveg. ..	<u>3.000</u>	"
	10.000	"
N. Hamb. ..	1.100	"
P. Fundo ..	900	"
Sta. C. Sul ..	<u>800</u>	"
	2.800	"

- c) Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, operando os Serviços Urbanos de Pelotas, com um serviço modelar composto de 5.500 linhas automáticas, constituindo-se no único serviço do Rio Grande do Sul, atualmente, que se apresenta em condições ótimas tanto do ponto de vista do tipo, como da qualidade dos serviços prestados;
- d) Cooperativas Telefônicas, criadas com a finalidade precípua de implantar e explorar os serviços urbanos, o que é feito em Santo Antônio, Osório e Santa Vitória do Palmar (em execução), com um total de cerca de 500 telefones;
- e) Prefeituras Municipais. — São 43 as sedes municipais onde os Serviços Telefônicos Urbanos

estão afetos às municipalidades, das quais 5 têm serviço automático, 11 dispõem de serviço semi-automático e as restantes 27 são servidas por sistemas manuais em boas condições, perfazendo um total geral de cerca de 6.000 telefones instalados.

III. — Serviços Telefônicos Rurais e Distritais. — Este tipo de serviço, sua execução, operação e manutenção, estão afetos totalmente aos Poderes Municipais, com a assistência técnica da Comissão Estadual de Comunicações, que elabora os projetos e presta orientação quanto ao material a utilizar, fontes de obtenção dos mesmos, e, por vezes, supervisiona a execução. O Plano Trienal da Comissão prevê uma atuação mais direta do Órgão, no problema, para 1965 e 1966, inclusive cooperando com uma parcela dos investimentos, sendo que para 1964 se prevê uma intensificação dos trabalhos de levantamento de necessidades e elaboração de projetos.

2.4.3 — *Síntese do Plano Trienal de Telecomunicações*

Como já ficou salientado, o Governo, para a solução, ou pelo menos para o equacionamento das Telecomunicações no Rio Grande do Sul, cuja responsabilidade lhe cabe quase que por inteiro, possue um esquema alicerçado na COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNICAÇÕES, e que tem sua continuação na CIA. RIO-GRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES. Por seu turno, a Comissão de Comunicações ainda não foi dotada de tudo quanto necessita para se colocar à altura de traçar as diretrizes gerais e acompanhar o desenvolvimento do problema.

O Órgão foi criado, teve suas atribuições explicitadas, e ainda não foi estruturado.

Isto se torna, agora, imperioso, para que se obtenha o resultado esperado do Plano Trienal, e para que o Órgão cumpra com as suas reais finalidades de planejamento, coordenação e fiscalização das comunicações telefônicas.

Então o Governo virá a ter assessoramento eficiente para orientar a sua política no Setor. Fora disto, além da deterioração total do sistema existente, já precário e quase obsoleto, a situação tenderá a se agravar face à multiplicidade de iniciativas que fazem

divergir os objetivos em vista da falta de unidade de comando direto, e, o que é mais grave, as iniciativas do Estado, neste Setor, poderão tender a uma posição de descrédito e despréstígio diante da opinião pública.

O PLANO TRIENAL ora apresentado, tem os seguintes objetivos gerais:

- a) criar uma unidade de comando para as diversas iniciativas surgidas no setor, através da Comissão Estadual de Comunicações, dotando-a de recursos administrativos, humanos, materiais e financeiros, que lhe permitam implantar a política de coordenação, planejamento, fiscalização e execução de sistemas telefônicos;
- b) revisar e atualizar o Plano Estadual de Telecomunicações, nas seguintes etapas:
 - 1.º ano: — revisão das necessidades de ampliação das rotas de Longa Distância em todo o Estado, com levantamento das disponibilidades financeiras locais e possibilidades de obtenção de recursos junto a Órgãos Federais (Fronteira Sudoeste, Faixa de Fronteiras, etc.);
— revisão das necessidades quanto a Serviços Urbanos em municípios ainda desprovidos, com levantamento das disponibilidades financeiras locais dos Poderes Públicos Municipais e dos futuros usuários, e estudo das possibilidades de obtenção de financiamento ou auxílios de Órgãos federais;
 - 2.º ano — levantamento e planificação técnica-econômica relativamente a Serviços Distritais e Rurais.
- c) racionalizar a aplicação da Taxa de Comunicações, invertendo-a totalmente em obras de telecomunicações;
- d) prestar a mais ampla assistência possível às Prefeituras na elaboração de projetos e estruturação dos Serviços Telefônicos Municipais, para preservar a unidade do Sistema Telefônico Estadual;

- e) dirigir as atividades da Comissão Estadual de Comunicações também no sentido de executar obras, servindo como Órgão catalizador de recursos locais dos Poderes Municipais e dos usuários, complementando-os com os recursos da Taxa de Comunicações, da seguinte maneira:
 - 1.º ano — conclusão dos sistemas telefônicos de Longa Distância já iniciados;
 - ligação, por linhas de Longa Distância, das sedes municipais ainda isoladas do sistema Estadual;
 - ampliação, através de equipamento Portador de Canais, das principais rotas que apresentam congestionamento;
- 2.º ano: — ampliação das rotas de Longa Distância;
- participação financeira na execução de serviços urbanos nas sedes de municípios desprovidas;
- 3.º ano: — participação financeira na execução de Serviços Distritais.
- f) exercer fiscalização sobre as Empresas que operam telecomunicações, estudando as tarifas e fixando normas para estabelecimento de tráfego telefônico mútuo em bases convenientes e adequadas;
- g) relativamente à Cia. Riograndense de Telecomunicações, considerou-se como seu programa para o primeiro ano do triênio as atividades no sentido da concretização do seu "Projeto Prioritário". Neste primeiro ano, então, se estudará um programa de atividades para os dois anos subsequentes, de maneira a integrar seu plano dentro de um plano geral e uniforme de realizações traçado pela Comissão Estadual de Comunicações com base na reformulação do Plano Estadual de Telecomunicações que se irá traçar em 1964.

As metas que a Comissão pretende atingir no triênio, como parcela integrante dos objetivos gerais do Plano de Telecomunicações, estão descritas no quadro de obras anexo, e que, resumidamente, são as seguintes:

Quadro n.º 9

DESCRICAÇÃO	Unidade de medida	1964	1965	1966	Triénio
Manutenção e Conservação de Sistemas Telefônicos	km	1.282	2.602	2.836	—
Construção de Sistemas de Longa Distância	km	1.320	234	446	2.000
Ampliação de sist. de Longa Distância	canais	9	24	30	63
Implantação de Serv. Urb.	Telefones	—	1.500	1.000	2.500
Constr. de Sist. Distrit.	Km	—	1.500	1.500	3.000

Para cumprimento destas metas, o Órgão dispõe, atualmente, de uma força de trabalho constituída de 41 servidores, com a seguinte composição: 3 Técnicos Superiores, 8 Técnicos Profissionais, 15 Funcionários Administrativos, 15 Auxiliares diversos.

Para complementar suas necessidades pretende o Órgão admitir, em 1964, 23 pessoas, e em 1965, 16, num total de 39 funcionários, na sua grande maioria Técnicos Superiores (Engenheiros) e Técnicos Profissionais.

A despesa para o triénio se eleva a 3,6 bilhões de cruzeiros, que estão especificados por ano e por categoria econômica nos quadros gerais da Área de Infra-Estrutura Econômica, sendo que, resumidamente, a despesa total do triénio se apresenta dentro das seguintes categorias mais gerais:

Despesa de Custeio	Cr\$ 234.491.000,00
Transferências Correntes	Cr\$ 10.016.000,00
Investimentos Reais	<u>Cr\$ 3.379.801.000,00</u>
Total	Cr\$ 3.624.308.000,00

Os recursos para tanto, provêm da quota de 10% da Taxa de Eletrificação e Comunicações, criada com o fim específico de obter recursos para serem aplicados no Plano de Telecomunicações do Estado.

FUNÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Essa função admite, nessa área, a divisão em duas sub-funções, a de Estocagem (Abastecimento) e a de Pesquisas Tecnológicas, a primeira vinculada à comercialização básica e a segunda predominantemente à indústria.

As duas sub-funções possuem um traço comum, se assim é dado chamar, que é o de ocuparem um lugar extremamente estratégico no processo de desenvolvimento e o de merecerem tradicionalmente pouca atenção dos poderes públicos, quer pela existência de necessidade de curto prazo mais premente, quer pelos poucos visíveis efeitos de curto prazo que propiciam.

Embora sem considerações extensas, não cabíveis em um trabalho dessa ordem, é quase evidente a importância da estocagem e armazenagem em um programa anti-inflacionário e de desenvolvimento, como é o que está sendo empregado no Brasil.

Efetivamente, além de permitir a regularização do fluxo comercializável de produtos agrícolas, cuja inelasticidade de oferta é uma das causas estruturais da inflação, a estocagem oferece maior poder de barganha ao pequeno e médio produtor, facultando-lhes impôr melhores preços ao oligopsônio (*) agrícola, já institucionalizado no país, e dessa forma ampliando e desimpedindo a ação dos incentivos de preço para uma maior produção.

O descaso desse aspecto do problema agrícola brasileiro é realmente injustificável, principalmente considerando os mecanismos de ação com que conta o Estado para intervir e alterar essa situação, tanto injusta socialmente quanto ilógica economicamente.

Enfraquecida a ação dos oligopsônios agrícolas, através de uma distribuída rede de silos, armazéns e frigoríficos e de um sistema de crédito melhor dirigido, teremos desobstruído os canais naturais para levar ao produtor agrícola os reclamos do mercado, oferecendo assim as condições subjetivas para a produção adicional e proporcionando através do crédito e da renda adicional a subsequente condição objetiva (implementos agrícolas, sementes, etc.) para sua efetivação.

(*) Oligopsônio: pequeno número de compradores em um ramo, detendo forte influência sobre o preço pago aos vendedores, ou mesmo grande número de compradores atuando como se poucos fossem.

É óbvio que, para surtir efeitos ótimos, essas medidas, como de resto todas as medidas econômicas, deverão ser complementadas com outras, tais como um adequado sistema de transporte, política de redistribuição da terra, crédito agrícola, etc.

A importância da sub-função Pesquisa Tecnológica é mais difícil de precisar, porquanto envolve o estoque e o fluxo do conhecimento técnico disponível em uma sociedade.

Ao considerarmos que o processo de desenvolvimento exerce-se, basicamente, pela incorporação de nova tecnologia, incorporação essa que é considerada como uma das mais ponderáveis vantagens da entrada de capital estrangeiro, e que o maior problema com que se defrontam os países subdesenvolvidos é o conflito entre a moderna tecnologia, poupadora de mão de obras, e a abundância crescente de mão de obras, vê-se, em suas linhas mais grossas, a extrema importância do desenvolvimento de uma tecnologia autóctona, feita sob medida para condições particulares, isto é, buscando a difícil compatibilização do uso eficiente do capital com a necessária absorção de mão de obra.

Nesta tarefa quase impossível, de buscar a coetâneidade de alta produtividade do trabalho com uma adequada absorção de mão de obra, compatível com o desemprego e subemprego existentes, com o alto crescimento demográfico e com a baixa capacidade de acumulação de capital, reside o maior desafio que sómente a pesquisa tecnológica poderá responder.

A essa função primordial, inovadora, deve-se acrescentar a pesquisa visando a melhoria da qualidade dos produtos regionais e a descoberta e estudo de novas matérias primas, que possibilitem a instalação de novas indústrias na área, aproveitando vantagens comparativas, até então desconhecidas, e a conquista de novos mercados de exportação.

O pouco que até aqui foi descrito, pela dificuldade natural de precisar essas funções, permite caracterizar sobejamente o importante papel que jogam a estocagem e a pesquisa tecnológica em um processo de desenvolvimento.

Além disso, a dificuldade adicional de medir os efeitos econômicos atribuíveis às inovações nestas funções, impossibilita a utilização de critérios econômicos simples que deverão ser substituídos por uma análise agregada da economia, contemplando suas inter-relações, ou por um diagnóstico implícito da função e por uma projeção teórica das consequências dos investimentos.

SUB-FUNÇÃO ESTOCAGEM

O estudo, o planejamento e instalação de armazéns e silos no Estado, bem como todas as tarefas correlatas referentes à conservação e melhoria de produtos primários, está afeto a CESA — Comissão Estadual de Silos e Armazéns —, autarquia estadual criada pela Lei n.º 1.938, de 10 de dezembro de 1952.

Para o bom desempenho de suas atribuições a CESA deveria precisar o déficit de estocagem existente e sua evolução esperada, considerando os principais fatores que sobre ele influem, tais como:

- 1) o volume e a composição da safra agrícola projetada;
- 2) a distribuição geográfica da referida produção;
- 3) a capacidade instalada em estocagem e sua distribuição especial;
- 4) a capacidade de industrialização e beneficiamento dos produtos objetos de estocagem, e sua evolução esperada;
- 5) o sistema de transporte, sua eficiência e localização;
- 6) a distribuição geográfica do consumo e suas variações no tempo.

O esquema sugerido permitiria medir a eficiência dos investimentos realizados em estocagem, industrialização de produtos primários e transportes, já que essas aplicações são parcialmente alternativas, exigindo menor necessidade de estocagem quanto melhor for o sistema de transportes e maior a capacidade de beneficiamento das safras agrícolas. Para tal, considerar-se-ia:

- a — a relação produto-capital dêstes investimentos, buscando-se sua maximização;
- b — os efeitos indiretos dêstes investimento, como emprêgo adicional que ofereceriam, estrutura de seus insumos, necessidades de capital circulante, impacto sobre o balanço de pagamentos, etc.

Face a inexistência de condições que permitam a realização dessas etapas e a consequente obtenção de conclusões exatas sobre o problema, a CESA limitou-se, na elaboração de seu plano, a registrar as deficiências observadas na circulação dos produtos agrícolas, e estabelecer metas visando:

- 1) incrementar o beneficiamento, padronização e classificação comercial dos produtos agrícolas;
- 2) regularização do consumo no tempo;
- 3) garantia efetiva de preços mínimos ao produtor, evitando seu aviltamento provocado pelo perigo de deterioração e perecimento das safras;
- 4) expansão do crédito agrícola, através da emissão de certificados de depósito ao produtor.

Os processos específicos de beneficiamento e conservação são executados em estabelecimentos especiais, os quais adiante se relaciona, comparando-os com os produtos de maior expressão econômica da agricultura gaúcha, para os quais prestam serviços, ou deverão prestar:

1. — *Armazéns Celeiros Comuns*
equipados para a limpeza, secagem, expurgo e estocagem de produtos acondicionados em sacos ou fardos;
produtos: alfafa fenada, amendoim, fumo, arroz e feijão.
2. — *Armazéns Celeiros Especiais*
equipados para limpeza, expurgo, aeração forçada e estocagem de produtos não acondicionados;
produtos: cebola e batatinha.
3. — *Silos Elevadores*
equipados para limpeza, secagem, expurgo, transilagem e estocagem de produtos a granel;
produtos: trigo, milho e soja.
4. — *Armazéns Frigoríficos*
equipados para a produção de frio artificial e estocagem de produtos acondicionados em caixas;
produtos: pêssego, uva, cítricas e frutas em geral;

Registram-se, atualmente, no Estado as seguintes capacidades estáticas para os diversos estabelecimentos, agrupados por suas características funcionais:

Armazéns Celeiros Comuns

CESA	47.000 ton
IRGA	33.000

COTRINAG (cedido a part.)	177.000
PAUTICULARES	260.000
	<u>517.000 ton</u>

Armazéns Celeiros Especiais

Atualmente não existe capacidade instalada

Silos Elevadores

CESA	85.000 ton
PAUTICULARES	91.000
	<u>176.000 ton</u>

Armazéns Frigoríficos

DEPREC	ton	5.000
--------	-----	-------

Atinge-se assim, globalmente, uma capacidade estática de 698.000 ton para o beneficiamento e conservação dos produtos agrícolas.

Para análise das necessidades em cada caso particular utilizou-se o conhecimento, derivado da experiência no trato do problema, tendo presente que mutações pouco expressivas pudessem ocorrer na estrutura do sistema transporte-capacidade industrial-consumo, no curto prazo do plano, conjugando-a com:

- 1 — a projeção do crescimento do produto agrícola para a safra 1966/67;
- 2 — as distâncias existentes entre as zonas de produção e consumo;
- 3 — a ocorrência de mais de uma safra anual para o mesmo produto;
- 4 — a demanda conjunta dos serviços de estocagem, devido à concomitância de safras de diferentes produtos;
- 5 — as necessidades de estocagem de produtos exportáveis, para a regularização de seu fluxo no tempo;
- 6 — os estímulos que mobilizem a inversão privada em estocagem.

As condições que informam o crescimento do produto verificado no quinquênio 1954—1958, adotadas para o quinquênio 1961—1965, com as correções devidas para o trigo, cuja média no quinquênio anterior ultrapasse o atual volume de produção, fornecem a estimativa de produção para cada caso particular. Essa previsão vinculada aos demais fatores influentes, dá o seguinte quadro das necessidades em estocagem:

Armazéns Celeiros Comuns

Alfafa	126.651	ton
amendoim	8.861	
fumo	60.836	
arroz	811.358	
feijão	149.220	1.156.926 ton

Calcula-se a necessidade média de estocagem em 45% do total da produção, ou seja 520.000 ton. Cotejada essa capacidade atual, verificou-se o equilíbrio entre necessidade e disponibilidade, entretanto, face à má distribuição parcial da rede, ocorre deficiências em certas regiões, para o que se programa a construção de 10.800 ton.

Armazéns Celeiros Especiais

Cebola	109.373	ton
batatinha	376.715	486.088 ton

Calcula-se a necessidade média em 10% do total, ou seja 50.000 ton. não existindo capacidade instalada, programa-se a construção de 20.000 ton., no triênio.

Silos Elevadores

trigo	450.000	ton
soja	237.597	
milho	1.674.562	2.362.159 ton

Calcula-se a necessidade média em 10%, ou seja 236.000 ton, que cotejada com a capacidade atual deixa em deficiência a média de 60.000 ton. Programa-se a construção de 70.000 ton, incluindo-se nesse montante a ampliação de unidades já existentes que se verificam insuficientes para a demanda solicitada, em especial o Silo Terminal de Porto Alegre, fornecedor portuário de serviços de carga e descarga a granel, de produtos agrícolas, à velocidade nominal de 200 ton/hora.

Armazéns Frigoríficos

pessôgo	41.000	ton
uva	335.686	
cítricas	265.000	641.686 ton

Calcula-se a necessidade em 10% do total da produção, ou seja 64.000 ton.

Não existindo, praticamente, capacidade instalada, programam-se a construção de 25.000 ton.

Além dos objetivos de equipar o Estado com os diversos processos especiais de conservação de produtos agrícola, atendendo parte ponderável das deficiências que se agravarão no triênio, o órgão levará a efeito:

- 1) a coordenação com os estabelecimentos oficiais de crédito, Banco do Brasil e Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de colocar sua rede a serviço da expansão do crédito e da comercialização franca da produção agrícola estocável;
- 2) a orientação aos produtores para a adoção de processos de conservação, junto às lavouras, através de celeiros ou silos subterrâneos;
- 3) o levantamento sistemático das condições de mercado, produtor e consumidor, capacidade de transportes, localização e capacidade industrial para produtos agrícolas, a fim de propiciar um rendimento a maior de sua rede de estocagem.

Os recursos humanos adicionais necessários, (V. Quadro C-2) visam equipar as unidades que se concluam com os elementos indispensáveis à sua administração e eficiência técnica.

Para a execução do plano, o esquema financeiro coloca a despesa no triênio, o total de: (em milhares de cruzeiros)

1964	367.000
1965	1.027.491
1966	<u>1.378.433</u> 2.772.924

A cobertura para o déficit poderá ser efetivada através de três fontes de recursos possíveis:

- 1) financiamento na aquisição dos equipamentos;
- 2) empréstimos com os organismos nacionais e estrangeiros que concedam investimentos a projetos de estocagem;
- 3) criação de taxas, a exemplo da Taxa de Cooperação (trigo) incidentes sobre a comercialização dos produtos estocáveis.

Com a execução do plano programado pretende-se o crescimento da atual capacidade estática instalada de 698.000 ton para 820.000 ton, o que representa um incremento de 18% no triênio.

Sub-função PESQUISA TECNOLÓGICA

Seja ponto pacífico que o desenvolvimento das indústrias, bem como o processo das ciências, estão intimamente ligados à pesquisa tecnológica. Assim, tanto particulares como poderes públicos invertem anualmente somas enormes na montagem e funcionamento de laboratórios e institutos de pesquisa.

Tais organizações, obviamente, não visam lucros imediatos, pois a pesquisa é sempre onerosa, não raro demorada e seus resultados são incertos. Todavia, poucas empresas particulares podem arcar com as despesas resultantes de instalações caras e custeio de pessoal especializado, cabendo pois o grande ônus das instituições de pesquisa ao poder público. Tal fato se verifica com o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, que no Estado é o órgão oficial encarregado de funcionar como instituição de pesquisa e laboratório de controle de materiais, além de desempenhar outras funções específicas, funcionando com características singulares.

Em tais condições, todos os dados relativos ao ITERS devem ser encarados sob um prisma especial, levando em conta precípua-mente as finalidades do Instituto e os benefícios que ele presta à coletividade direta e indiretamente.

O objetivo principal do Instituto Tecnológico é a realização de pesquisas de caráter experimental e semi-industrial que possam interessar às indústrias e às construções, visando o desenvolvimento e o fomento tecnológico do Estado, e, acessoriamente, a execução de estudos e ensaios que forem solicitados pelos poderes públicos, centros industriais, empresas particulares. Os trabalhos que constituem o objeto precípua são de natureza tal que não podem ser expressos em cifras que traduzam seu valor. O dinheiro auferido não corresponde na realidade ao valor da pesquisa, estudo ou ensaio executados. As taxas cobradas, mesmo sensivelmente majoradas, serão uma contribuição, mas não a retribuição dos serviços prestados, da capacidade capitalizada no passado e do benefício que proporcionará no futuro.

A análise do comportamento financeiro vivido pelo ITERS nos últimos anos visualiza o motivo condicionante da situação atual:

	58	59	60	61	62	63
% destinada ao orçamento do ITERS em relação ao orçamento geral do Estado para Autarquias	0,52	0,49	0,36	0,36	0,27	0,15
% destinada ao pessoal	0,31	0,30	0,22	0,25	0,24	0,11
% destinada a custeio e capital	0,21	0,19	0,14	0,11	0,03	0,04

Para o exercício de 1964 a percentagem destinada ao orçamento do ITERS em relação ao Orçamento Geral do Estado para Autarquias é 0,54, sendo 0,28% destinada a pessoal e 0,26% referente a demais despesas de custeio e de capital. O tipo de atividade, do ITERS, fundamentalmente pesquisa, baseia-se na atividade, na capacidade acumulada e na especialização de seu pessoal, principalmente técnico, e por isso a supremacia dos gastos com pessoal.

A insuficiência de recursos para manter continuidade do ritmo de aperfeiçoamento e de atualização do corpo técnico tem determinado mesmo, em vários setores, perda de terreno já conquistado. É necessário um impulso à tarefa de formação de pessoal especializado, elevando satisfatoriamente seu número e sua capacidade. Por outro lado, é também necessário radicar este pessoal às atividades do ITERS o que exige a formulação de uma legislação específica que conjugue as necessidades do órgão e uma política correta do pessoal.

Não basta, entretanto, o reparo científico e a satisfação imediata do pessoal para produzir.

A instituição vem sofrendo, de certo modo e há vários anos, de crises de crescimento, por falta de instalações mínimas para um trabalho normal. Encontra-se instalada em exíguos pavilhões de madeira, não oferecendo ambiente de trabalho e não permitindo a instalação de novos equipamentos e estocagem de materiais, por falta absoluta de espaço e segurança. Suas atividades estão tolhidas a tal ponto, que mesmo conhecendo ser indispensável a sua parti-

cipação na industrialização de qualquer das matérias primas riograndenses, é obrigado a limitar-se sómente ao atendimento daqueles que o procuram sem poder promover maior divulgação e generalização de seus serviços. É preciso proporcionar condições de trabalho que assegurem o aproveitamento construtivo das aptidões e ainda estimulem e incentivem a exploração das energias intelectuais nos setores especializados da tecnologia e de ciência que apresentem maior significação para o desenvolvimento da indústria do Estado. É imperativa e inadiável a construção das instalações próprias do ITERS, pois sua localização atual, em barracões de madeira, desfavorece em todo o sentido a produção tecnológica e a pesquisa. É vital também a reestruturação administrativa do órgão, enquadrando-o em normas que lhe permitam suficiente flexibilidade na realização de suas finalidades. A Lei que o define, também o deforma para a ação que deve exercer, obrigando-o a uma burocracia e a uma política de pessoal inoperante e desatualizadas. Requer-se, pois, uma política que propicie:

- 1) atendimento das necessidades mínimas de instalação e funcionamento;
- 2) uma nova estrutura administrativa, flexível e incentivadora;
- 3) ampliação, formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico especializado, melhorando adequadamente seus vencimentos a fim de fixá-los na função;
- 4) renovação de equipamento de trabalho;
- 5) condições de mobilidade para o corpo técnico, para execução de um amplo programa de visitações às indústrias do Estado.

Com essas medidas mínimas, as atividades do ITERS deverão assumir as seguintes características:

1. uma mais ampla capacitação à realização de ensaios e análises de matérias primas e produtos industriais para o atendimento das solicitações da indústria, do comércio importador e exportador e dos órgãos governamentais;
2. desenvolvimento dos atuais setores técnicos especializados e criação de alguns novos setores, como o de celulose e papel, engenharia, química, produtos de petróleo, etc.;
3. divulgação de processos da moderna tecnologia;

4. concessão de estágios para técnicos industriais, nos laboratórios e instalações especializadas do ITERS;
5. realização de cursos especializados, de alto nível tecnológico, para pessoal técnico da indústria;
6. desenvolvimento da assistência direta à indústria, no sentido de organizar sistemas de controle e melhorar os processos, a qualidade e o rendimento da produção;
7. desenvolvimento da pesquisa relacionada com o aproveitamento das matérias primas riograndenses e de processos da tecnologia industrial;
8. realização de testes de equipamentos industriais para comprovação de características;
9. desenvolver e projetar equipamentos para a indústria de processamento químico;
10. elaborar projetos industriais;
11. cooperação com a Universidade do Rio Grande do Sul na realização de aulas práticas com equipamento e assistência do ITERS e na concessão de bolsas para estudantes de Engenharia;
12. iniciar um estudo de processos industriais, buscando a adaptação da moderna tecnologia, que alia a grande produtividade numa alta densidade de capital, às peculiaridades da economia brasileira, que conta com abundante mão de obra e pequena capacidade de acumulação de capital.

No programa Prestação de Serviços Técnicos, Pesquisa e Fomento Tecnológico, além das atividades rotineiras dos nove Serviços Técnicos, geralmente resultando em documentos técnicos oficiais, o ITERS se dedicará a elaboração de pesquisas. No que se refere a pesquisas, a programação para o triênio compreende, entre outros, os seguintes estudos:

1. Processos rápidos de curtimento:

Visi-se: melhoria de couro, correção da flor do couro, maior resistência do couro, eliminação de operação e maior rapidez de movimentação do investimento para produção.

2. Cana de açúcar —

Estudar a influência das geadas sobre a qualidade da cana de açúcar nas principais zonas produtoras, tendo em vista a fabricação de açúcar.

3. Enzimas para a indústria de couro —

Visa-se o estudo de preparados enzimáticos, especialmente a fabricação de produtos de origem microbiológica, ainda que produzidos no país.

4. Resinas alquídicas —

Estudo de fabricação de resinas a partir de óleos vegetais produzidos no Estado. O maior emprêgo das resinas alquídicas se verifica na indústria de tintas, onde o uso de óleos vegetais, está sendo restringido em favor das resinas sintéticas, das quais as resinas alquídicas são as mais importantes para aquele fim.

5. Óleos de sementes de uva —

Estudo das possibilidades de produção de óleo visando o aproveitamento das sementes de uva que figuram como sub-produto da elaboração do vinho.

6. Tratamento de farelos de arroz para evitar aumento de acidez de óleo.

Uma das dificuldades da indústria do óleo de farelo de arroz consiste na ação de enzimas sobre o óleo contido no farelo, durante a armazenagem deste. A ação das enzimas, muito rápida, torna o óleo do farelo excessivamente ácido. Isto requer seja o óleo extraído do farelo logo que este seja obtido. O trabalho programado visa pesquisar um processo para impedir a ação de enzimas sobre o óleo contido no farelo.

7. Contribuição à produção de separadores de borracha para baterias —

Não existe no Brasil fabricação deste artigo a partir do látex. A única fábrica existente é com um custo de produção bastante oneroso, não atendendo o grande consumo, o que se evidencia pela grande importação. Os separadores importados, considerados de 1.^a qualidade, são feitos a partiz do látex.

8. Contribuição ao emprêgo dos caulins riograndenses na indústria de artefatos de borracha —

O caulin é largamente empregado em borrachas como diluente, em virtude de seu baixo custo de aquisição, descurando-se a indústria, no entretanto, do fator qualidade. Não havendo trabalho algum neste sentido que possa servir de orientação, é explicável a atual situação, motivo pelo qual se considera valiosa uma contribuição neste terreno.

9. Emprêgo do Diatomito de Santa Vitória do Palmar em borracha —

É sabido, de longa data, que Diatomito é empregado em composição de borracha, já tendo sido importado com esta finalidade. Hoje, porém, motivado principalmente pelo alto custo de aquisição e com o surgimento de outras cargas similares caiu em desuso. Entretanto, apresentando o material custo razoável e boas condições de aplicabilidade, acredita-se que o seu emprêgo possa tornar-se efetivo na indústria da borracha no Estado.

10. Aproveitamento das cinzas volantes como aditivo para cimento portland. —

O aproveitamento das cinzas volantes se constituem em problema, cuja solução encerra grandes possibilidades de aproveitamento econômico no caso do Estado, onde a produção diária deste material alcança um volume considerável, pois é subproduto principal das usinas carbo-termelétricas. Um resultado favorável desta pesquisa, trará como consequência uma economia considerável de cimento, principalmente nas obras para as quais a resistência mecânica não constitue o principal requisito. Isto ocorre, por exemplo, nas barragens por gravidade, onde é grande o consumo de concreto.

11. Estudo das cinzas volantes —

Com a entrada em funcionamento das usinas termelétricas de Charqueadas e Candiota se tornaram disponíveis, constituindo-se mesmo em problema a remoção das cinzas resultantes da combustão de carvão com elevada percentagem de material mineral. Visa este estudo verificar o

aproveitamento do material em questão para as seguintes aplicações: filler para pavimentação asfáltica, aglomerantes, etc.

12. Verificação da possibilidade de aceleramento do ensaio normal de cimento Portland —

O aceleramento do ensaio normal de cimento Portland, propiciará aos construtores um melhor conhecimento das propriedades de concreto, fato este que se traduzirá em construções de melhor qualidade, e, principalmente, na economia de cimento.

13. Prosseguimento de estudos sistemáticos das matérias primas cerâmicas do Estado.

Este estudo se impõe para poder fornecer as características essenciais às indústrias já existentes, cuja maioria não dispõe de laboratórios próprios, assim como sugerir aproveitamento para a obtenção de produtos ainda não fabricados no Estado.

14. Estudo dos calcáreos dolomíticos regionais, visando seu aproveitamento para produção de um aglomeramento essencial e de tijolos dolomíticos.

O estudo encontra justificativa no fato que há grande abundância de calcáreos dolomíticos no Estado que não podem ser aproveitados para produção de cimento e que assim encontrariam novas fontes de consumo.

15. Petrografia e Palimologia de carvão.

Visa-se estudar sistematicamente todos os carvões em exploração no Brasil de modo a:

- a. melhor conhecer o maior recurso mineral da zona sul do Brasil e orientar racionalmente sua utilização;
- b. obter dados para auxiliar a resolução do problema de correlação de camadas;
- c. classificar os diversos tipos de carvões brasileiros, segundo as normas internacionais;
- d. contribuir com trabalhos petrográficos e palimológicos nos estudos de lavabilidade e coqueificação.

16. Beneficiamento de carvão (lavabilidade) —

Estabelecer curvas de lavabilidade, visando a possibilidade de obtenção de:

- a. carvão combustível de maior poder calorífico;
- b. carvão redutor (Aços Finos Piratini) e carvão combustível;
- c. beneficiar amostras de carvões de novas jazidas e de novos poços;
- d. dados de beneficiamento de carvões, provenientes de outros Estados que não o Rio Grande do Sul.

17. Ensaios de características coqueificantes em carvões

Visa-se realizar estudos básicos que permitam:

- a. conhecer características coqueificantes de carvões brasileiros, quer isolados ou em mistura com carvões não coqueificantes;
- b. verificar, pelos métodos internacionais, o comportamento do coque resultante dos referidos estudos;
- c. catalogar e divulgar resultados provenientes do item a, com a finalidade de contribuir para melhor aproveitamento dos carvões brasileiros na siderurgia.

O custo global destas pesquisas cifra-se em Cr\$ 19.400.000,00, unicamente para o primeiro ano do triênio.

Durante o triênio serão construídas as instalações próprias do ITERS. Será um conjunto de oito pavilhões, totalizando 11.648 m² de construção, num custo total de Cr\$ 465.920.000,00. Decorrente da necessidade do ITERS e pela possibilidade de instalação, facultada pelas construções civis realizadas, haverá uma despesa no triênio de Cr\$ 83.022.000,00 para reaparelhamento em equipamentos, materiais, móveis e biblioteca. Excluído do número acima e em fase de conclusão, encontra-se o pavilhão de Metalurgia, onde será instalada uma Usina de Tratamentos Térmicos, que deverá entrar em funcionamento ainda no início de 1964. Esta usina foi adquirida em 1956, servindo para tratar térmicamente peças metalúrgicas pequenas, como as da indústria automobilística, ferramentas, etc., que na época recebiam tratamento térmico em São Paulo.

Por falta de local para instalação esta Usina não se concretizou, tendo consequentemente paralizado o ITERS neste setor por seis anos e forçado as indústrias metalúrgicas do Estado a instalar suas próprias usinas. Mesmo assim, ainda há possibilidade de prestar grandes serviços, retendo cifras consideráveis no Estado e revertendo-as aos cofres públicos.

No campo do fomento tecnológico, continuará o ITERS a promover cursos para aprimoramento de técnicos industriais tais como, de curtimento, de carnes, de óleos e vernizes, de Metrologia, etc. Promoverá estágios de treinamento para acadêmicos e tratará de aperfeiçoar os conhecimentos de seus próprios técnicos, patrimônio fundamental do órgão.

Os recursos humanos de que dispõe o órgão somam a 349 funcionários, sendo 48, técnicos superiores; 191, técnicos profissionais; 69, administrativos e 41, auxiliares.

Para o triênio o Instituto Tecnológico terá um gasto de Cr\$ 1.696.602.000,00 constituindo-se da seguinte forma:

Despesas de custeio:	Cr\$ 932.919.000,00
Investimento Real :	Cr\$ 695.211.000,00
Transferências	: Cr\$ 68.472.000,00

4 — FUNÇÃO HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

Dos serviços urbanos é o Saneamento Básico a primeira preocupação das comunidades quando pretendem o condicionamento do meio à atividade produtiva do homem, procurando tornar aquele mais propício ao desenvolvimento desta.

A água é um bem da natureza, que nada custa quando aproveitada das chuvas, nos rios e mares. Sob certas condições, entretanto, ela pode constituir uma nocividade para as comunidades. Para melhor satisfazer às necessidades e exigências do homem, as águas são regularizadas, captadas, elevadas, aduzidas, purificadas, controladas, armazenadas e distribuídas, ganhando obviamente um valor em decorrência de todas as obras, instalações e operações que devem ser feitas e mantidas para o seu abastecimento. A água de abastecimento de uma comunidade, após ter sido utilizada, dá origem aos esgotos sanitários. Este serviço contínuo e permanente, análogo ao de uma indústria, exige a aplicação de capitais, o con-

sumo de materiais, o dispêndio de energia e o trabalho de grande número de pessoas.

Para que essa atividade seja bem sucedida e para que se possa generalizar em benefício de uma parcela cada vez maior da população, é necessário que seja executada racionalmente e que se estabeleça uma retribuição justa dos serviços prestados.

4.1 — SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS

A Secretaria das Obras Públicas vem realizando, de longa data, o Plano de Saneamento do Estado, através de seus órgãos executores, as Diretorias de Saneamento e Industrial, e Comissão Especial de Obras de Irrigação, juntamente com o auxílio de outros setores da Administração Pública.

À Diretoria de Saneamento cabe estudar, projetar e construir obras de abastecimento de água potável e sistemas de esgôto cloacal. A Diretoria Industrial tem por missão precípua manter os serviços de água e esgotos nas localidades atendidas pelo Estado em perfeita situação de funcionamento. Para tanto, administra os serviços, abastece-os de material de tratamento indispensável, opera as instalações de captação, tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgôto cloacal, fatura e cobra as tarifas de água e esgôto e ainda faz pequenas ampliações nas respectivas redes de água. À Comissão Especial de Obras de Irrigação compete as seguintes atribuições: estudar as necessidades do Estado quanto à irrigação; organizar os projetos de obras de irrigação e drenagem do Estado; controlar, licenciar e fiscalizar a construção das obras de irrigação e drenagem de particulares; e estudar, projetar e perfurar poços profundos para o aproveitamento dos lençóis das águas subterrâneas do Estado, para fins de saneamento.

4.1.1 — CONSTRUÇÃO DE HIDRÁULICAS E SISTEMAS DE ESGÔTO

Até 1917, quando foi criada a Comissão de Saneamento, sómente duas cidades, Porto Alegre e Pelotas, possuíam serviços de água e esgôto e o desenvolvimento destes serviços se verificou a par-

tir desta data. Quando da elaboração do Plano de Saneamento do Estado, em 1.943, já 21 cidades possuíam serviços em funcionamento. A sensível melhoria das condições de vida das populações interioranas, promovendo condições de maior produtividade, foi o fruto da realização do Plano.

Com relação ao abastecimento de água potável, de um total de 157 sedes municipais, a situação atual do Estado é a seguinte:

- a) 86 sedes municipais, providas de serviços estaduais de abastecimento de água, com hidráulicas regulares, construídas e mantidas dentro da técnica de engenharia sanitária, com capacidade total de 2.043 litros por segundo, de captação, tratamento, quando fôr o caso, e distribuição, com uma extensão total de rede de 1415 km, atendendo cerca de 120.000 ligações, ou seja, suprindo de água potável aproximadamente 650.000 pessoas;
- b) 16 sedes municipais, providas de serviços municipais de abastecimento de água, algumas com hidráulicas regulares, construídas e mantidas dentro da técnica de engenharia sanitária e em grande parte sem condições de melhoria ou ampliação dos serviços;
- c) 7 sedes municipais estarão providas de abastecimento de água por hidráulicas regulares, cuja conclusão ou quase finalização se dará até fins de 1.963, sendo que algumas já se encontram em funcionamento precário e que serão mantidas dentro da técnica de engenharia sanitária pelo Estado;
- d) 3 sedes distritais, providas de serviços estaduais de abastecimento de água, também com hidráulicas regulares, construídas e mantidas dentro da técnica de engenharia sanitária, com capacidade total de 135 litros por segundo, com uma extensão de rede de distribuição de 76 km, atendendo cerca de 5.000 ligações, ou seja, suprindo de água potável aproximadamente 36.000 pessoas.

A situação atual do Estado no campo de esgôto cloacal apresenta o seguinte panorama:

- a) 10 sedes municipais possuem serviços de esgôto cloacal, conduzidos pelo Estado e funcionando em condições satisfatórias;
- b) 7 sedes municipais também possuem serviços de esgôto cloacal, conduzidos pelas respectivas municipalidades.

Traçado o panorama atual e levantadas as necessidades ao momento, fica revelado o déficit existente abaixo registrado:

a) com relação ao abastecimento d'água:

Projetos de obras novas	28
Projetos de ampliações	8
Conclusão de obras novas	15
Conclusão de obras novas em sedes distritais	2
Início de obras novas	33
Conclusão de obras de ampliação	15

b) com relação a esgôto cloacal:

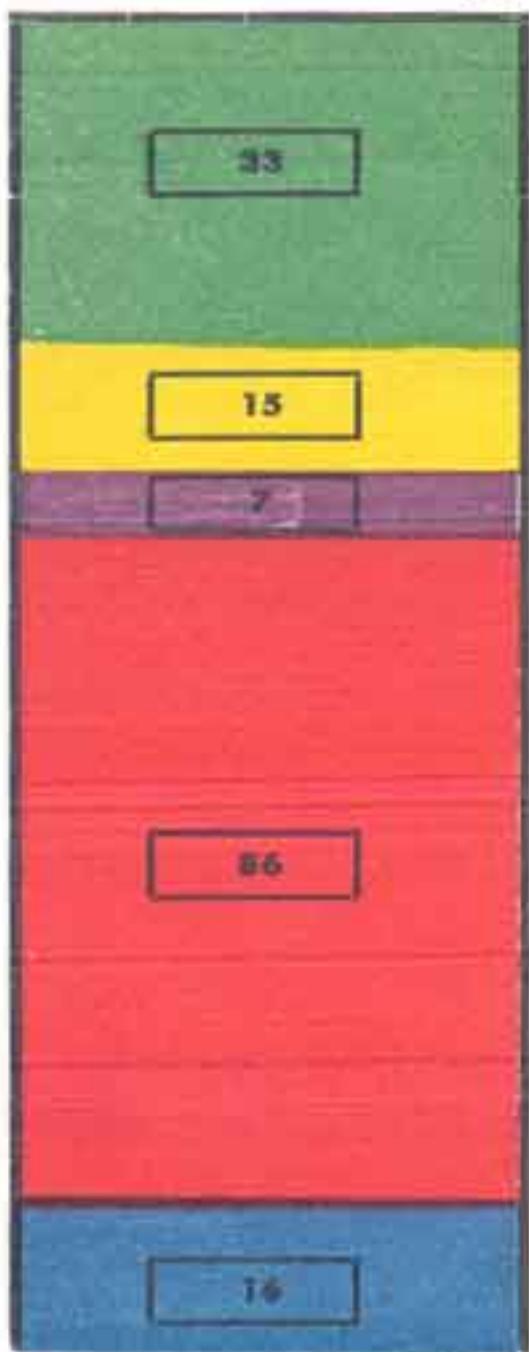
Projetos de obras novas	124
Projetos de ampliações	7
Conclusão de obras novas	4
Início de obras novas	136
Início de obras em sedes distritais	2
Início de obras de ampliação	7

Para a execução do Plano de Saneamento, a Secretaria das Obras Públicas estabeleceu um critério de prioridade, de acordo com a seguinte contagem de pontos:

1. População da cidade, segundo o censo de 1.960 30 pontos
2. Valor econômico, segundo o valor da arrecadação municipal, de impostos urbanos, predial e territorial 30 pontos
3. Mortalidade, segundo número de óbitos ocorridos e registrados pelo censo de 1960 30 pontos
4. Coeficiente técnico-administrativo, dado para casos especiais, tais como cidades que recebem contribuições para obras de saneamento não inferior a 1/4 do respectivo orçamento; cidades nas quais esteja por ser montada uma indústria de excepcional valor; cidades de fronteira, etc 10 pontos

**SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGÓTO
DAS
SEDES MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

157 = Total de municípios = 157



Á G U A



E S G Ó T O

- Obras executadas e administradas pelos Municípios.
- Obras executadas e administradas pelo Estado.
- Obras a concluir até dezembro de 1963.
- Obras em execução e prosseguimento no triênio
- Obras a iniciar no triênio.
- Déficit de obras.

Tendo presente o quadro das necessidades do Estado e o critério de prioridade de atendimento estabelecido, ficam assim definidas as metas a serem atingidas durante o triénio 1964—1966:

a) com relação ao abastecimento de água:

Elaboração de projetos de obras novas	28
Elaboração de projetos de ampliações	8
Conclusão de novas hidráulicas	48
Conclusão de novas hidráulicas em sedes distritais	2
Conclusão de obras de ampliação	8
Prosseguimento de obras de ampliação	7

b) com relação ao esgôto cloacal:

Elaboração de projetos de obras novas pela Diretoria	10
Elaboração de projetos de ampliações	7
Conclusão de obras novas	4
Início e prosseguimento de obras novas	17
Início e prosseguimento de obras novas em sedes distritais	2
Início e prosseguimento de ampliações	7

Nestas condições, ressalvadas as ampliações que se manifestaram necessárias, as sedes municipais estarão na sua totalidade providas de abastecimento de água. Por outro lado, praticamente, 119 sedes municipais continuarão privadas dos serviços de esgôto cloacal. Todavia, após o triénio a construção de sistemas de esgôto cloacal será o objetivo principal do Plano de Saneamento. Há, também, que frisar, que muitas obras, tanto de água, como de esgôto, cujas conclusões não chegam a se verificar no triénio, estarão aptas a prestar serviços, se bem que parcial ou precariamente.

Assim, o incremento que se verifica com relação a situação registrada em 1962, computando-se as obras executadas em convênio pelo DNOS e excluindo-se as ampliações, é o seguinte: 47% em obras de abastecimento de água e 135% em obras de esgôto.

As obras de abastecimento de água a serem concluídas no triénio têm capacidade da atender 594.600 pessoas e as que prosseguirem terão capacidade de atender 526.600 pessoas. As obras de

esgôto cloacal que se concluirão no triênio tem capacidade de atender a 263.566 pessoas, sendo que as que prosseguirem terão capacidade de atender 1.726.700 pessoas, após sua conclusão. Estes dados referem-se à capacidade potencial proporcionada pelas obras.

Para realizar as metas propostas conta a Diretoria de Saneamento com 255 funcionários, dos quais 35 são técnicos superiores; 62, técnicos profissionais; 63, administrativos e 95, auxiliares, figurando o pessoal de obras como insumo específico de cada obra.

Para a execução do Plano de Saneamento, a Secretaria de Obras Públicas conta com verbas orçamentárias. No entanto, outras fontes de recursos foram e estão sendo buscadas, para proporcionar a execução das obras novas e das que se farão para as sedes municipais ainda não providas de abastecimento de água, além das ampliações das hidráulicas ou construção de sistemas de esgôto cloacal.

É de salientar-se a ação altamente profícua do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que tomou a seu encargo, sob convênios, a realização de várias obras de saneamento no Estado, conforme se pode observar na relação de obras, em anexo. Algumas obras do triênio, quais sejam, as hidráulicas de Esteio, Sapiranga, Niterói, Cassino e Sapucaia do Sul e sistemas de esgôto cloacal de São Gabriel, Torres, Carazinho e Caxias do Sul, já se encontram integralmente ao encargo do DNOS, devendo estar concluídas ao final do triênio.

Com a mesma finalidade de angariar recursos de outras fontes, foram elaborados projetos e encaminhados à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, à Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, à Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, ao Governo da República Federal Alemã e à Aliança Para o Progresso.

Pelos quadros anexos, verifica-se que, para a execução das obras propostas, o Estado empregará, durante o triênio, a preços de 1964, Cr\$ 5.570.924.000,00, no Programa "Construção de Hidráulicas e Sistemas de Esgôto". Esta cifra se refere às seguintes especificações:

Investimento Real:	Cr\$ 5.007.125.000,00
Despesas de Custeio:	Cr\$ 513.595.000,00
Transferências:	Cr\$ 42.206.000,00
Inversões Financeiras: . . .	Cr\$ 8.000.000,00

4.1.2 — SERVIÇOS INDUSTRIAS DE SANEAMENTO

Os serviços estaduais de água e esgoto, projetados e executados pela Diretoria de Saneamento, são mantidos e explorados pela Diretoria Industrial. Esta Diretoria, que possui quadro próprio, criado por Lei especial, procede à arrecadação de renda propiciada pelas tarifas de água e esgoto, criadas também por Lei. Esta Lei habilita o Executivo a proceder à revisão tarifária com a rapidez possível, toda a vez que se tornar necessária, independente de autorização legislativa. Esta revisão, cumpre frizar, é, por força da mesma Lei, obrigatória, pois os serviços de água e esgoto do Estado, considerados em conjunto, deverão, necessariamente, ser autosuficientes.

Como elemento importante, fundamental mesmo, na medição da água distribuída, e, posteriormente, faturada, a Diretoria Industrial emprega hidrômetro, que adquire e coloca em cada economia, às suas expensas, cobrando apenas um aluguel, regulado por lei, pelo uso do mesmo. O hidrômetro, no momento, é uma necessidade premente da Diretoria, pois para um total de aproximadamente 125.000 economias ligadas, apenas 50.202 têm medidores, ficando mais de 75.000 sem o controle de consumo. Considerando que dos medidores instalados, cerca de 50.202 têm medidores, ficando mais de 75.000 sem o controle de consumo. Considerando que dos medidores instalados, cerca de 50% têm sómente função psicológica, alguns por falta de peças de reposição e outros por serem irrecuperáveis, conclui-se que o déficit atual é de 100.000 medidores. Segundo o cálculo efetuado na Diretoria Industrial, essa deficiência já ocasionou, nos anos de 1961 e 1962, uma arrecadação a menor de Cr\$ 122.312.071,00. O hidrômetro além de fornecer uma base justa para a cobrança da água, normaliza a demanda e indica as perdas, e, assim sendo, facilita o estabelecimento de tarifa correta para serviços eficazes e autosuficientes. Aparelhada com o número de hidrômetros necessários, poderá a Diretoria Industrial lançar-se a uma política de ação que, a par de proporcionar o justo preço ao usuário, garantirá o perfeito funcionamento operacional e financeiro da industrialização da água. A tarifa mensal mínima atual é de Cr\$ 515,00 por economia e, dotados todas as economias de hidrômetros, esta tarifa poderá permanecer inalterada por alguns exercícios, inclusive suportando as despesas decorrentes da compra de hidrômetros.

Prevê-se no triênio a aquisição de 100.000 medidores, através

de concorrência pública de âmbito internacional. O investimento necessário para tal, poderá ser facilmente suportado pelo caucionamento da metade da renda proveniente dos excessos medidos pelos hidrômetros, durante cerca de 4 a 5 anos, com carência do primeiro ano. Por outro lado, da arrecadação a maior verificada durante o triénio, e não vinculada, metade se destinará a cobrir despesas decorrentes de extensões de redes de água e de instalações complementares aos serviços industriais de água e esgoto, e a outra metade a servir de lastro à aquisição pretendida.

A receita industrial dos serviços de água e esgoto, a preços de 1964, para o triénio, alcança a cifra de Cr\$ 4.519.925.726,00, estando distribuída em 1964, Cr\$ 1.319.925.022,00, em 1965, Cr\$ 1.500.000.536,00 e Cr\$ 1.700.000.168,00 em 1966. A despesa prevista também para o triénio se quantifica em Cr\$ 4.341.815.000,00, estando assim especificada:

Despesas de Custo:	Cr\$ 3.504.373.000,00
Transferências:	Cr\$ 469.912.000,00
Investimento Real:	Cr\$ 367.530.000,00

É meta preponderante do Programa "Serviços Industriais de Saneamento" o aumento progressivo do número de economias abastecidas, tanto pelo crescimento vegetativo das cidades e das ampliações de redes feitas, como pela entrada em serviço de um maior número de hidráulicas, construídas pela Diretoria de Saneamento.

A previsão de crescimento do número de economias ligadas é a seguinte: em 1964: 10.000 economias; em 1965: 12.000; em 1966, 13.000, perfazendo, assim, um total de 160.000 economias. Portanto, verificar-se-á um incremento sobre 1963 de aproximadamente 28%.

O mesmo Programa é responsável pela extensão de redes de água num total, para o triénio, de 120.000 metros, distribuídos da seguinte forma: 20.000 metros em 1964, 50.000 metros em 1965 e 50.000 metros em 1966. Para tanto, a Diretoria Industrial fornecerá aos requerentes ou às Municipalidades o material necessário às extensões, bem como a mão de obra especializada. Deverão os interessados custearem a mão de obra bruta. Todavia, cabe salientar, que as extensões de rede de água a serem executadas, encontram sua propriedade no seguinte critério, sendo o primeiro item decisivo: 1. A estação de tratamento deve possuir capacidade de atendimento (funcionando menos que 22 horas diárias); 2. A extensão de rede deve apresentar condições técnicas mínimas (pressão de

água e declividade de terreno); 3. A extensão pretendida deve capacitar-se a um número mínimo de 10 economias por testada de 100 metros; 4. Haver solicitação do interessado (particular ou Prefeitura). Assim, os índices das hidráulicas de Alegrete, Antônio Prado, Cachoeira do Sul, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Cérrro Largo, Cruz Alta, Encantado, Flôres da Cunha, Itaqui, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Marau, Montenegro, Não-Me-Toque, Novo Hamburgo, Quaraí, Sananduva, Santo Ângelo, Santa Vitória do Palmar, São Francisco de Assis, Sarandi, Soledade, Tapes, Tupanciretã, Vacaria e Veranópolis não permitem novas extensões de rede de água antes que estas mesmas hidráulicas sejam ampliadas.

Para ampliação de redes de esgôto não dispõe o Programa de recursos específicos e, sempre que realizada, a despesa corre inteiramente por conta dos requerentes interessados.

Os recursos humanos de que dispõe a Diretoria Industrial montam a 1785 funcionários, assim classificados: 11 são técnicos superiores; 205, técnicos profissionais; 567, administrativos e 1002, auxiliares. Prevê-se um aumento no pessoal de 296 funcionários durante o triênio.

4.1.3 — PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

O controle, o projeto e a execução, por parte de um órgão do Estado, das obras de irrigação e drenagem são uma decorrência do fato de que as condições climáticas do território apresentam naturalmente uma distribuição de chuvas satisfatórias, porém concentradas em épocas do ano que não correspondem às necessidades das comunidades. Por outro lado, freqüentes períodos de secas e o alto custo dos tratamentos das águas superficiais de pequenos cursos de água, obriga o aproveitamento das águas subterrâneas por meio de poços. O programa Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras de Irrigação e Drenagem traçou como meta para o triênio a perfuração de 120 poços profundos, com média de 80 metros de profundidade, num custo provável de Cr\$ 13.622,00 por metro perfurado e revestido, sendo que a quota para 1965, 40 poços e para 1966, 45 poços. Para a grande maioria dos 157 municípios do Estado e seus distritos, a única solução para o abastecimento de água potável é por meio de poços profundos. Por outro lado, localidades com po-

pulação inferior a 10.000 habitantes têm um abastecimento d'água econômicamente mais vantajoso por meio de poços, desde que as condições hidrogeológicas o permitam. Além das perfurações que o Governo do Estado tomou a iniciativa de executar, quer diretamente, quer por contrato com firmas especializadas, em número de 220, em todo o Estado, existem cerca de 200 pedidos de perfuração de poços, o que atesta a necessidade desta atividade. Os poços previstos no triênio serão executados obedecendo os critérios de prioridade de população a ser servida, a industrialização existente na localidade, a inexistência de outros meios de abastecimento e as possibilidades de obter-se um bom rendimento.

A aparelhagem que dispõe a Comissão Especial de Obras de Irrigação encontra-se em boas condições, sendo necessário apenas garantir-se a sua manutenção e conservação. Para os serviços de topografia e projetos dispõe 7 teodolitos e 9 níveis, mais bússolas, miras, etc.. Para os serviços de perfuração de poços dispõe de 9 perfuratrizes, estando 8 em boas condições e a nona em reforma geral. Para este mesmo serviços está previsto no triênio a compra de mais perfuratrizes, aumentando assim em muito a capacidade operacional do órgão.

No setor de projetos de barragens de irrigação prevê-se a elaboração de seis grandes projetos, para serem executados em Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Borja, Rosário do Sul, Itaqui e Restinga Sêca, ficando ainda o setor em condições de elaborar pequenos estudos e projetos, em número aproximado de 30.

A CEOI, pelo mesmo Programa, fiscalizará a construção de barragens e canais por particulares, obras essas que são, geralmente, financiadas pelo Banco do Brasil, canalizando grande quantia de dinheiro para o Estado. Visa a fiscalização, não só controlar e licenciamento das construções, evitando as fraudes nos financiamentos, como fiscalizar os detalhes técnicos para garantir, tanto aos proprietários como a terceiros, contra acidentes com essas obras.

Para o cumprimento de suas atividades conta a CEOI com 87 funcionários, dos quais, 11 são técnicos superiores disponíveis; 34, técnicos profissionais; 4, administrativos e 38, auxiliares.

Para a realização deste Programa a despesa no triênio alcança a cifra de Cr\$ 321.376.000,00, a preços de 1964, estando assim constituída:

Despesas de custeio:	Cr\$ 193.411.000,00
Transferências:	Cr\$ 11.220.000,00
Investimento Real:	Cr\$ 116.745.000,00

Quadro C-1

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964-1966

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	Unidade de Medida	Objetivos a alcançar no Triênio			Incremento Percentual das metas 1966 sobre 1963
		1964	1965	1966	
I - ENERGIA					
Secretaria de Energia					
P-1 - Administração Central	-	-	-	-	-
Comissão Estadual de Energia Elétrica					
P-2 - Administração Central	-	-	-	-	-
P-3 - Aprovisionamento, circulação e Controle	-	-	-	-	-
P-4 - Industrialização e Comércio de Energia Elétrica	MJ Kw Hora	985.503	1.133.190	1.318.254	46%
P-5 - Reflorestamento e produção de postes	Postes madeira	50.000	50.000	50.000	-
	Postes concreto	1.000	1.000	1.000	-
	M3 de Madeira	2.600	3.400	3.700	43%
P-6 - Estudos e Projetos	-	-	-	-	-
P-7 - Obras Novas	Kw Instalados	- 90 + 12 = 78	-	90	-
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES					
Secretaria dos Transportes	-	-	-	-	-
P-8 - Administração Central	-	-	-	-	-
Departamento Aeroportuário do Estado					
P-9 - Administração Central	-	-	-	-	-
P-10 - Construção, Manutenção e Melhoramento de Aeroportos:	Tonelada carvão	62.400	78.600	94.800	316%
- Conservação em Aeroportos	Tonelada mombre	39.600	29.600	25.200	21%
- Melhoramentos em Aeroportos	Tonelada carvão	180.000	240.000	276.000	326%
- Construção em Aeroportos	-	-	-	-	-
P-11 - Construção de Hangares em Aeroportos	Hangares	10	10	10	-
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem					
P-12 - Administração Central	-	-	-	-	-
P-13 - Estudos e Projetos	Quilômetro	1.073	1.456	-	-
- Tracados	Metro	1.962	419	-	-
- Estruturas	Quilômetro	458	786	-	-
- Pavimentos	Metro	4.237	1.982	419	52%
P-14 - Construção de Rodovias	Quilômetro	910	1.323	456	-
- Estruturas	Quilômetro	422	453	786	327%
- Terraplenagem	Quilômetro	9.039	9.639	9.639	-
- Pavimentação	Quilômetro	9.039	9.639	9.639	-
P-15 - Conservação de Rodovias	-	-	-	-	-
P-16 - Utilização de Rodovias	-	-	-	-	-
P-17 - Conservação de Equipamentos	-	-	-	-	-
Departamento Estad. de Portos, Rios e Canais					
P-18 - Administração Central	-	-	-	-	-
P-19 - Exploração Comercial dos Portos	M. toneladas	1.747	2.147	2.591	47%
Porto Alegre	M. toneladas	1.917	3.059	3.202	15%
Rio Grande	M. toneladas	108	84	61	34%
Pelotas	M. toneladas	18	17	20	37%
Mariâpolis e Rio Verde	M. toneladas	6.761	6.824	5.874	-
P-20 - Construção e Manutenção	-	-	-	-	-

Quadro C-1
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
METAS PROGRAMADAS PARA O TRIÊNIO
1964-1966

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	Unidade na Meia-dia	Objetivos a alcançar no Triênio			Incremento Percen- tual das metas 1966 so- bre 1962
		1964	1965	1966	
Comissão Estadual de Comunicações	-	-	-	-	-
P.I. - Plano de Telecomunicações do Rio Grande do Sul					
A-1 - Manut. sistemas telef.	Quilômetro	1.282	2.602	2.226	-
A-2 - Constr. sistemas TD	Quilômetro	1.320	234	446	136%
A-3 - Ampliação sistemas TD	Canais	9	24	39	116%
A-4 - Sist. Serv. Urbanos	Telefones	-	1.500	1.000	41%
A-5 - Cunh. sistemas distr.	Quilômetro	-	1.500	1.500	-
INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	-	-	-	-	-
P.I. - Administração Central	Tonelada	255.000	270.000	290.000	-
P.II - Preservação beneficiamento de safras					
P.III - Construção e Equipamento Industrial	Tonelada instalada	23.950	58.600	39.000	-
A-1 - Construção armazéns, silos elev. e Frigorífico	Tonelada instalada	5.000	40.750	51.200	-
A-2 - Equipamento Industrial					
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-
P.I. - Administração Central					
P.II - Prestação de serv. técnicos pesquisas e fornecimento tecnológicos	Levados técnicos	25.409	26.642	27.845	-
- prestação serv. técnicos		17	17	20	-
- pesquisas tecnológicas	Pesquisas	8	10	12	-
- cursos formação de técnicos industriais	Cursos	15	18	18	-
- enroleios de especialização	Estratégico				
P.III - Construção e equipamento de instalações próximas	Metro quadrado	4.896	4.416	2.336	-
- construção					
V - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS					
Secretaria de Obras Públicas					
P.II - Construção de hidráulicas e sistemas de esgoto					
- de hidráulicas e sust. de esgoto	Projetos	14	25	14	-
- licenciadaria de 50 novas hidráulicas e 15 ampliações	Pessoas servidas (*)	14.400	153.400	426.800	47%
- capacidade de 23 novas sistemas de esgoto e 7 ampliações	Pessoas servidas (*)	81.366	91.800	90.400	135%
- contratos e aceitáveis de saneamento	Metro quadrado	-	2.450	800	-
- aulas de laboratório	Análises	26.000	26.700	32.100	-
- turmas para fabricacionistas	Número alunos	10	10	10	-
P.IV - Serviços industriais de saneamento	Equipamentos - gôndolas	10.000	12.000	13.700	28%
- elaboração industrial	Máquinas	20.000	51.000	50.000	-
P.V - Implemento, execução e fiscalização de obras de infra-estrutura e drenagem	Projetos	6	6	6	-
- de obras de irrigação e drenagem	Número de cidades	35	40	45	45%
- execução de obras com finalidade de irrigação de 64 m					

(*) - Com a conclusão das obras e cidades mencionadas no triênio a quantidade de pessoas servidas será acrescida em 526.800 e 1.726.700 respectivamente em abastecimento de água e sistemas de esgotos, não sendo computadas as obras de saneamento em execução por órgãos federais.

Quadro C-2
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
RECURSOS HUMANOS

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	PESOAL DISPONÍVEL - 1963						NOVAS ADMISSÕES		
	Ens. Superior	Técnico Médio	Administrativo	Auxiliares	Total	% P. P. F.	1964	1965	1966
III - ENERGIA	13	325	1.292	3.905	5.725	10	213	251	214
Secretaria de Energia	1	—	11	4	16	—	—	—	—
P.I. - Administração Central	1	—	11	4	16	—	—	—	—
Conselho Est. de Energia Elétrica	19	218	1.290	3.613	5.240	348	163	163	
P.I. - Administração Central	22	57	164	7	210	39	20	10	
P.II - Aprovision., Circulação e Comércio	5	3	225	178	422	43	27	21	
P.III - Industrialização e Comercialização da Energia Elétrica	48	121	623	3.556	4.266	267	350	159	
P-IV - Reforçoamento e Produção de Postes	3	1	7	16	27	4	2	2	
P-V - Estudos e Projetos	23	49	19	48	130	—	—	—	
P-VI - Obras Novas	16	26	32	80	178	—	—	—	
Depart. Antinúcleo de Carvão Mineral	13	7	96	343	449	73	63	41	
P.I. - Administração Central	6	4	50	16	78	11	8	1	
P.II - Produção de Carvão na Mine do Lobo	2	1	21	246	270	20	30	43	
P.III - Produção de Carvão na Mine de Canápolis	3	2	15	91	101	30	30	—	
P-IV - Construção e Aplicação de Objetos Civis	—	—	—	—	—	—	—	—	
IV - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	227	182	1.458	12.163	14.010	23	724	—	—
Secretaria dos Transportes	12	12	42	107	179	—	—	—	—
P.I. - Administração Central	2	—	23	4	29	—	—	—	—
Departamento Aeroviário Estadual	15	12	19	163	179	—	—	—	—
P.I. - Administração Central	10	9	18	46	85	—	—	—	—
P-II - Construção e Conservação de Aeroportos	5	3	1	55	64	—	—	—	—
Departamento Autostr. Estadual, Rodovias	43	108	279	9.773	7.953	—	—	—	—
P.I. - Administração Central	46	51	288	173	308	—	—	—	—
P.II - Estudos e Projetos	32	43	63	740	476	—	—	—	—
P.III - Construção de Rodovias	30	8	70	993	1.101	—	—	—	—
P-IV - Conservação de Rodovias	23	28	263	4.724	5.018	—	—	—	—
P-V - Utilização de Rodovias	9	4	40	481	533	—	—	—	—
P-VI - Manutenção do Equipamento	4	4	25	282	315	—	—	—	—
Depart. Est. de Portos, Rios e Canais	59	39	672	5.068	5.838	—	214	—	—
P.I. - Administração Central	42	25	344	626	1.037	—	93	—	—
P.II - Exploração Comercial dos Portos	4	—	267	2.454	2.727	—	147	—	—
P-III - Construção e Conservação	13	34	61	1.985	2.074	—	418	—	—
Conselho Estadual de Comunicações	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.I. - Plano de Telecomunicações do Rio Grande do Sul	3	3	15	15	41	23	14	—	—
V - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	64	204	110	181	463	204	35	44	—
Conselho Estadual de Síntese e Armatões	20	19	61	140	214	204	0	4	
P.I. - Administração Central	3	—	27	10	40	20	—	—	
P-II - Preservação de Síntese	9	11	11	127	153	153	—	—	
P-III - Constr. e Ind. o Industrial	6	2	5	9	15	1	2	4	
Sint. Termelétrica do Rio Grande do Sul	48	151	69	47	347	—	42	40	
P.I. - Administração Central	7	47	54	21	152	—	12	—	
P-II - Prestação de Serviços Técnicos Profissional e Formação Inicial	41	171	15	21	227	—	29	40	
P-III - Constr. e Aquisição de Instalações Produtivas	—	—	—	—	—	—	—	—	
IX - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	49	221	124	1.124	1.374	115	57	295	—
Secretaria de Obras Públicas	52	221	124	1.124	1.374	114	57	295	
P-II - Constr. e Urban. e Sist. Esport.	25	47	12	71	113	—	—	—	
P-III - Serv. Municipais de Saneamento	11	221	412	1.002	1.175	115	57	295	
P-IV - Planej., Execução e Fazenda de Obras de Infra. e Desenvolvimento	11	34	4	17	37	—	—	—	
TOTAL	150	357	3.729	17.412	21.445	1783	1.273	1.164	—

Quadro C3
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

FUNÇÃO - CARGO - PROGRAMA	PESSOAL DISPONÍVEL EM 1963				TOTAL	
	Técnico		Administrativo	Auxiliares		
	Superior	Média				
I - ENERGIA						
Secretaria de Energia	2,3	3,9	24,4	69,4	100,0	
P.I - Administração Central	6,2	-	68,8	23,0	100,0	
P.II - Administração Central	6,2	-	68,8	23,0	100,0	
Comissão Estadual de Energia Elétrica	2,3	4,1	24,6	69,0	100,0	
P.I - Administração Central	10,4	8,0	78,0	3,6	100,0	
P.II - Aprov., Circulação e Controle	1,1	0,2	52,7	46,0	100,0	
P.III - Industrial e Comerc. de Energ. Elétr.	1,1	3,0	19,2	76,6	100,0	
P.IV - Rotações e Produção de Postos	11,1	3,7	25,9	59,2	100,0	
P.V - Estudos e Projetos	17,6	30,7	14,6	36,9	100,0	
P.VI - Obras Novas	10,1	15,7	29,2	44,9	100,0	
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	2,8	1,5	19,2	76,4	100,0	
P.I - Administração Central	10,3	5,1	64,1	20,5	100,0	
P.II - Prod. de Carvão na Mine do Leão ..	0,7	0,4	7,9	91,1	100,0	
P.III - Prod. de Carvão na Mine de Gondwana	3,0	2,0	14,8	80,2	100,0	
P.IV - Constr. e Ampliação de Obras Civis ..	-	-	-	-	-	
	1,6	1,2	10,4	86,8	100,0	
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES						
Secretaria dos Transportes	9,6	6,7	23,6	60,1	100,0	
P.I - Administração Central	6,9	-	79,3	13,8	100,0	
Departamento Aerooviário	10,1	8,0	12,8	69,1	100,0	
P.II - Administração Central	11,8	10,6	21,1	56,5	100,0	
P.III - Constr. e Conservação de Aeroportos ..	7,8	4,7	1,6	85,9	100,0	
Departamento Autônomo de Estr. de Rodagem	1,8	1,4	9,2	87,6	100,0	
P.I - Administração Central	9,0	4,1	52,8	34,1	100,0	
P.II - Estudos e Projetos	6,7	9,0	13,2	71,1	100,0	
P.III - Construção de Rodovias	2,7	0,7	6,3	90,2	100,0	
P.IV - Conservação de Rodovias	0,5	0,6	5,2	93,7	100,0	
P.V - Utilização de Rodovias	1,5	0,8	7,5	90,2	100,0	
P.VI - Manutenção de Equipamento	1,3	1,3	7,9	89,5	100,0	
Departamento Est. Portos, Rios e Canais	1,0	0,7	11,5	86,8	100,0	
P.I - Administração Central	4,0	2,4	33,2	60,4	100,0	
P.II - Exploração Comercial dos Portos	0,1	-	9,8	90,2	100,0	
P.III - Construção e Conservação	0,6	0,7	2,9	95,8	100,0	
Comissão Estadual de Comunicações	7,3	19,5	36,6	36,6	100,0	
P.I - Plano de Tele-comun. do R. G. do Sul	7,3	19,5	36,6	36,6	100,0	
	12,1	36,2	19,5	32,2	100,0	
III - INDÚSTRIA E COMÉRCIO						
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	9,3	6,1	19,1	65,5	100,0	
P.I - Administração Central	7,5	-	67,5	25,0	100,0	
P.II - Preservação de Safras	5,8	6,9	6,9	80,4	100,0	
P.III - Constr. e Equipamento Industrial	50,0	12,5	18,7	18,7	100,0	
Instituto Tecnológico do R. G. do Sul	13,8	54,7	19,5	11,7	100,0	
P.I - Administração Central	5,7	32,3	44,3	17,2	100,0	
P.II - Prestação de Serviços Técnicos, Pesquisas e Fomento Tecnológico	15,1	56,5	6,0	6,8	100,0	
P.III - Constr. de Instalações Físicas	-	-	-	-	-	
	2,7	14,1	29,1	53,4	100,0	
IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS						
Secretaria de Obras Públicas	2,7	14,1	* 29,1	53,4	100,0	
P.III - Construção de Hidráulicas e Sistemas de Esgoto	13,7	24,2	24,1	37,3	100,0	
P.IV - Serviços Industriais de Saneamento	0,6	11,5	31,3	56,1	100,0	
P.VI - Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras de Irrig. e Drenagem	12,0	39,1	4,0	43,7	100,0	
TOTAL	2,1	4,0	16,2	52,9	100,0	

Quadro C4
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
INVESTIMENTOS REAIS

(em milhares de Cr\$ de 1960)

FUNDOS - ORÇAMENTOS - PROGRAMAS	Quota Pública	Exercimentos Municipais e Municipais Federais	Total	1964				1965				1966				1967			
				Quotas Públicas	Quotas Municipais e Municipais Federais	Total	Quotas Públicas	Quotas Municipais e Municipais Federais	Total	Quotas Públicas	Quotas Municipais e Municipais Federais	Total	Quotas Públicas	Quotas Municipais e Municipais Federais	Total	Quotas Públicas	Quotas Municipais e Municipais Federais	Total	
I - BRASILIA			20.455.500	1.371.010	553.141	75.381.741	30.211.037	1.745.375	581.572	15.504.949	10.038.807	1.848.512	58.017	17.522.611	67.576.734	6.928.348	17.718.185	17.718.185	
I - Brasília da Intervenção	-	-	1.100	400	1.500	-	1.210	440	1.490	-	1.320	450	1.470	-	1.320	450	1.470	-	
PI - Administração Central	1.100	400	24.765.115	529.891	24.765.806	38.958.020	1.372.115	559.037	20.705.000	1.331.151	556.402	21.867.567	3.197.880	5.607.165	3.035	5.607.165	5.607.165	3.035	
Centro da Intervenção da Economia	-	-	1.200	21.000	21.200	-	2.200	3.143	2.143	-	2.150	2.150	2.150	-	2.150	2.150	2.150	-	
PII - Administração Central	-	-	33.396	3.000	36.396	-	3.200	3.603	3.603	-	3.100	3.100	3.100	-	3.100	3.100	3.100	-	
PIII - Administração Central e Comunicação Social	-	-	1.103.120	421.673	1.103.244	1.103.244	1.232.120	446.667	1.232.120	1.581.010	1.581.010	1.581.010	1.581.010	1.581.010	1.581.010	1.581.010	1.581.010	1.581.010	
PIV - Relações Exteriores e Produção de Petróleo	12.750	4.100	5.300	8.900	22.443.600	20.315.244	-	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	
PV - Distritos e Províncias	-	-	25.000	1.100	25.000	-	2.500	2.500	2.500	-	2.500	2.500	2.500	-	2.500	2.500	2.500	-	
PW - Obras Novas	-	-	20.750	318.793	20.750	612.305	755.077	423.040	24.200	207.237	291.907	534.978	27.150	457.105	534.978	74.153	74.153	74.153	74.153
Departamento Autônomo de Com. Exterior	-	-	14.745	4.100	14.745	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	
PA - Administração Central	-	-	10.500	9.000	10.500	-	1.100	1.100	1.100	-	1.100	1.100	1.100	-	1.100	1.100	1.100	-	
PIB - Projeto do Centro do Rio de Janeiro	-	-	10.550	-	10.550	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	
PIV - Projeto de Canudos ou Niterói da Com. Agrícola	-	-	10.550	-	10.550	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	
PIV - Constr. e Ampliação de Obras Civis	-	-	10.550	3.232.490	10.550	4.761.184	21.605.294	19.927.767	5.000.193	23.450	10.750	224.920	105.618	21.517.747	5.000.193	32.150	5.000.193	32.150	5.000.193
PIV - TABAJARA e CONSTRUÇÕES	-	-	10.550	-	10.550	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	1.200	1.200	1.200	-	
II - DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS			181.256	6.000	5.550	137.803	507.449	22.367	146	-	180	180	180	-	180	180	180	-	
II - Investimento das Infraestruturas			181.256	3.000	1.500	1.100	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	
PI - Administração Geral	-	-	2.000	-	2.000	-	2.250	2.250	2.250	1.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	
PII - Administração Geral	-	-	3.000	1.000	3.000	2.650	3.000	2.000	2.000	2.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	
PIII - Constr. e Conservação de Edifícios	-	-	17.481.150	1.276.224	65.120	19.762.944	207.460	22.500	9.900	207.460	1.276.224	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120
PIV - Constr. e Conservação de Edifícios de Edifícios	-	-	45.134	40.475	45.134	40.475	45.134	40.475	45.134	40.475	45.134	40.475	45.134	40.475	45.134	40.475	45.134	40.475	45.134
PIV - Construção de Rodovias	-	-	12.481.150	574.213	4.420	10.828.710	10.373.200	861.820	1.448.550	10.373.200	1.448.550	1.448.550	1.448.550	1.448.550	1.448.550	1.448.550	1.448.550	1.448.550	
PIV - Construção de Rodovias	-	-	12.481.150	1.276.224	65.120	19.762.944	207.460	22.500	9.900	207.460	1.276.224	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120	65.120
PIV - Infraestrutura das Rodovias	-	-	35.000	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	1.149.100	
PIV - Manutenção de Equipamentos	-	-	30.400	105.750	105.750	581.624	1.031.724	297.201	1.031.724	297.201	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	
PIV - Serviços de Saúde, Bem e Cidadão	-	-	30.400	105.750	105.750	581.624	1.031.724	297.201	1.031.724	297.201	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	1.031.724	
PIV - Serviços de Saúde, Bem e Cidadão	-	-	1.200	614.946	1.200	1.040.900	1.427.440	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	
II - MINISTÉRIO I - COMUNICAÇÕES			1.214.140	629.300	629.300	8.720	2.340	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	1.925.560	
II - Comitê Federal da Obra e Aceleração			1.214.140	30.000	30.000	1.200	4.200	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	1.245.163	
PI - Administração Geral	-	-	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	
PII - Constr. e Operação de Sistemas de Informação	-	-	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	
PIII - Constr. e Operação de Sistemas de Informação	-	-	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140	
PIV - Constr. e Operação de Sistemas de Informação	-	-	1.214.140	1.214.140	1.214.140	1.214.140													

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO
 (Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS		
				1964	1965	1966
1 - ENERGIA						
Comissão Estadual de Energia Elétrica						
P-VI - Obras Novas (Plano de Eletrificação)						
Estudos e Novos Potenciais						
3.1 Usina Hidrelétrica Jacuí I *			1959	100.000	113.790	118.000
3.2 Usina Hidrelétrica Jacuí II			1964	1.327.000	686.680	860.400
3.3 Usina Hidrelétrica Passo Fundo ***			1964	2.863.000	2.293.570	1.757.320
3.4 Usina Hidrelétrica Passo Real ***			1964	6.613.000	6.728.480	6.680.490
3.5 Usina Hidrelétrica Jaguari ***			1964	1.450.000	1.800.000	3.434.000
3.6 Usina Termoelétrica Candiota I *			1960	500.000	19.300	10.000
3.7 Usina Nova Termoelétrica da P. Alegre ***			1962	477.000	86.610	-
3.8 Usina Termoelétrica de Alegrete **			1965	577.000	492.040	-
3.9 Charqueadas - Linhas e Subestações *			1962	3.990.000	3.065.740	1.797.800
3.10 Reformas e Ampliação de Redes de Distribuição e Transmissão			1964	60.000	-	-
3.11 Reformas e Ampliação de Linhas de Distribuição e Transmissão			1969	250.000	250.000	250.000
3.12 Redes e Comunicações			1964	300.000	300.000	300.000
3.13 Financiamento de Particulares (Restituições) *			1964	125.000	-	-
Usinas Diesel *			1961	30.000	-	-
				520.000	120.500	52.670
TOTAL				19.092.000	15.956.710	15.260.680
						45.052.370

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimento Bruto

* Construções Físicas das Obras já concluídas
 ** Com Cobertura Orçamentária Parcial em 1964

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
[1] OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS		
				1964	1965	1966
I - ENERGIA						
Comissão Estadual de Energia Elétrica						
P.VI - Obra: Novas (Plano de Eletrificação						
Usina Termelétrica Cândido Rondon	Bagé Piratini	1965	1967	55.00	692.440	816.700
Usina Termelétrica do Pará	São Jerônimo	1964/65	1975	150.000	99.000	247.160
Interligação da Usina Polonesa	Alegrete	1964/65	1967	1.500.000	3.122.240	3.099.554
Intercômodo - Frontera Oeste - Jacuí	Espumoso	1965	1966	—	557.000	711.200
Intercômodo - Frontera Oeste - Jacuí	Bagé - Espumoso	1965	1966	—	625.000	724.000
Estação de Tratamento de Postes	Canoas	1964	1965	20.000	30.000	—
Elepa	1.º Elepa					
Alto Taquari - Litoral	Alto Taquari - Vale do					
Nordeste	Taquari	1964	1974	1.200.000	1.618.000	1.643.000
Pórtio Alegre	Pórtio Alegre	1964	1967	150.000	150.000	150.000
Canela	Canela	1964	1966	220.000	100.000	60.000
Pórtio Alegre	Pórtio Alegre	1964	1966	50.000	50.000	50.000
Centro Administrativo da Fazenda dos Vídeos	1964	1974	50.000	50.000	50.000	50.000
Administrador das Linhas	1964	1965	70.000	40.000	—	—
Centro Administrativo das Prédios	1964	1974	200.000	200.000	200.000	200.000
Administrador das Oficinas	1964	1966	50.000	50.000	50.000	50.000
Novas Linhas e Redes	1965	1974	—	2.155.000	2.342.000	36.812.000
Usina Termelétrica Uruguaiana	Uruguiana	1964	1964	—	12.000	—
Administrador [5% do custo das obras] *				1.215.260	1.309.950	7.479.000
Financiamentos *				—	1.382.000	1.628.000
						17.160.000
						17.160.000
						13.881.564
						12.148.540
						3.665.000
						12.148.540
						13.881.564

* Comprimentos Financeiros de Obras já concluídas.
** Estes valores serão imputados às diversas obras
acima relacionadas.

11) - Descrição das obras e/ou serviços constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964) **COM COBERTURA ORÇAMENTARIA PARA 1964**

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS					
				1964	1965	1966			
I - ENERGIA									
Departamento Autônomo de Carvão Mineral									
P.I.V - Construção e Ampliação de obras civis	São Jerônimo	1964	1966	12.000	30.000	43.930			
3.1 - Poço P. I na Mine do Leão	Bugé	1964	1966	9.900	7.329	7.056			
3.9 - Construção de barragem, Estação de tratamento d'água, redes de distribuição e esgotos	São Jerônimo - Bugé	1964	1966	2.400	-	6.930			
3.13 - Conclusão das prédios nas Mines do Leão e Cen- ários	Bugé	1964	1966	4.200	1.000	-			
3.15 - Ampliação e reparação da recebedoria de carvão				28.500	39.129	57.916			
TOTAL									

I) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS

(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

}) - Desta forma, as obras públicas constantes do Quadro C-4 = Instrumentos Básic

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Crs de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA (nº) e) tipo re. obra	LOCALIZAÇÃO (município ou região)	Data estimada para Início da Obra	Data estimada para Conclusão da Obra	Investimentos Anuais para Conclusão das Obras		
				1964	1965	1966
Projeto 3.4.2 - Urbanização	Uruguaiana	1964	1966	5.000.	5.000.	-
Projeto 3.5.1 - Pavimentação	Santo Angelo	1964	1964	19.000.	-	-
Projeto 3.5.2 - Drenagem e Urbanização	Santo Angelo	1964	1966	100.	3.000.	5.000.
Projeto 3.5.3 - Estrada de acesso	Santo Angelo	1965	1966	-	5.000.	-
Projeto 3.6.1 - Estação de passageiros	Pelotas	1964	1965	10.000.	8.000.	-
Projeto 3.6.2 - Estrada de acesso	Pelotas	1964	1966	2.000.	4.000.	9.000.
Projeto 3.6.3 - Urbanização	Pelotas	1966	-	-	5.000.	-
Projeto 3.7.1 - Terraplenagem	Santana do Livramento	1964	1966	5.000.	5.000.	9.000.
Projeto 3.7.2 - Pavimentações	Santana do Livramento	1964	1966	5.000.	5.000.	7.000.
Projeto 3.7.3 - Estrada de acesso	Santana do Livramento	1964	1966	7.000.	-	-
Projeto 3.8.1 - Terraplenagem e cercamento	Torres	1964	1966	-	2.000.	-
Projeto 3.8.2 - Finselhamento e drenagem	Torres	1966	1966	-	6.000.	-
Projeto 3.9 - Terraplenagem de alargamento de deixa de pouso de 75m para 90m	Caxias do Sul	1964	1966	7.350.	6.000.	4.400.
Projeto 3.10 - Terraplenagem de trânsito de pouso	Passo Fundo - Cariacica	1964	1966	-	-	-
Projeto 3.12 - Terraplenagem da pista de pouso	Frederico Westphalen	1964	1967	10.000.	10.000.	15.000.
Projeto 3.13 - Iden	Guaíba	1964	1966	5.500.	6.000.	15.000.
Projeto 3.14 - Terraplenagem de pista de pouso	Venâncio Aires	1964	1964	750.	-	-
Projeto 3.15 - Terraplenagem de pista de pouso	Bento Gonçalves	1964	1966	1.060.	-	-
Projeto 3.16 - Terraplenagem de pista de pouso	Tenente Portela	1965	1967	6.000.	4.000.	6.000.
Projeto 3.17 - Pavimentação	Passo Fundo	1966	1965	-	2.000.	2.000.
Projeto 3.18 - Pavimentação	Cruz Alta	1966	1967	-	-	15.000.
c) Construção e ampliação de instalações de aeroportos no Estado	Diversos	1964	1966	-	-	11.600.
Projeto 3.19 - Construção de 30 hangares	Diversos	1964	1966	9.600.	10.000.	-

(*) - recursos federais.

**) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO – PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS					
				1964	1965	1966	Restante		
II – TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem									
P.D.II – Construção de Rodovias									
Pavimentação Asfáltica (Km. 2')	RS/3 – P. Alegre Sítio. Maria								
Pavimentação Asfáltica (Km. 2')	Trecho: Montenegro – Mariana	1963	1964	562,50					
Pavimentação Asfáltica (Km. 25)	Trecho: Cerro Chato – Sítio. Maria	1963	1964	1.237,50					
Pavimentação Asfáltica	RS/8 – Entrada da Produção Sul								
Pavimentação Asfáltica (Km. 48)	Trecho: Pelotas – Canguçu	1963	1964	1.080,00					
TOTAL				2.080,00					

1) – Descrição das obras públicas contínuas do Quadro B-4 – Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO – PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data Es- timada para Conclusão da Obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS					
				1964	1965	1966	Restantes		
II – TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais									
P-1 – Administração Central									
Projeto 5.1 – Barragem de Bom Retiro	Bom Retiro do Sul	Mai/1958	1967	525.000	600.000	750.000	600.000		
Projeto 5.2 – Entreponto Frigorífico João Mascarenhas	Rio Grande	Abril/1962	1964	375.000	–	–	–		
Projeto 5.3 – Porto de Pelotas	Pelotas	Jan./1952	1963	–	–	–	–		
Projeto 5.4 – Construção da Rua Entre Armazém de Agunda e Terceira Linha	Rio Grande	Fev./1962	1963	–	–	–	–		
Projeto 5.5 – Travessia do saco da mangueira	Rio Grande	Jan./1961	1965	180.000	180.000	–	–		
Projeto 5.6 – Ampliação e Recuperação do Frigorífico	Porto Alegre	Fev./1962	1964	120.000	–	–	–		
TOTAL				1.200.000	700.000	750.000	600.000		

1) – Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 → Investimentos Reais

Anexo n.º 1
 Apêndice do Quadro n.º C4
INVESTIMENTOS REAIS
 (I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data da início da Obra	Data da terminada para a Conclusão da obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS			
				1964	1965	1966	Restante
H1 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES							
Comissão Estadual de Comunicações							
P-1 - Serviços de Telecomunicações							
3 - Conclusão de Sistemas de Longa Distância							
3.1 - Pintinho Machado - Boaé (2.ª Etapa)	Companhia	1964	1964	24.000			
3.2 - Sistema B. Gonçalves - S. Teresinha - M. Belo - Guaporé - Roca Sales - Muzum (2.ª Etapa) ...	Serra do Sudeste Planalto Médio	1964	1964	34.500			
3.3 - Boaé - Lavras do Sul (2.ª Etapa)	Companhia	1964	1964	3.000			

I) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C.4 -- Investimentos Reais

Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

{Em milhares de Cr\$ de 1964}

COM COBERTURA ORÇAMENTARIA PARA 1964:

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de início da Obra	Data Es- timada para Conclusão da Obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS			Restantes
				1964	1965	1966	
III - INDÚSTRIA E COMÉRCIO				290.850			
<i>Comissão Estadual de Sítios e Armazéns</i>							
P.III - Construção e Equipamento Industrial							
1.1 - Armazém Celíaco Comum (obras complem.)....	Ibirá	1964	1964	3.500			
1.2 - Armazém Celíaco Comum (obras complem.)....	Hulha Negra	1964	1964	3.500			
1.3 - Armazém Celíaco Comum (obras complem.)....	Caraúva do Sul	1964	1964	3.500			
1.4 - Armazém Celíaco Comum (obras complem.)....	Canguçu	1964	1964	3.500			
3.1 - Silo Elevador (obras complem.)....	Porto Alegre	1964	1964	5.170			
3.2 - Silo Elevador (obras complem.)....	Erechim	1964	1964	5.500			
3.3 - Silo Elevador (obras complem.)....	São Gabriel	1964	1964	5.500			
3.4 - Silo Elevador (obras complem.)....	Cachoeira do Sul	1964	1964	8.000			
3.5 - Silo Elevador (obras complem.)....	Júlio de Castilhos	1964	1964	5.500			
3.6 - Silo Elevador (obras complem.)....	Cruz Alta	1964	1964	5.500			
3.7 - Silo Elevador (obras complem.)....	Rio Grande	1957	1964	20.480			
3.8 - Silo Elevador (obras complem.)....	Bagé	1964	1964	9.000			
3.9 - Silo Elevador (obras complem.)....	Carlópolis	1959	1964	42.000			
3.10 - Silo Elevador (obras complem.)....	Pauo Fundo	1964	1964	11.000			
3.11 - Silo Elevador	Sts. Bárbara do Sul	1959	1964	159.200			

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr. de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data da Início da Obra	Data Es- perada para Conclusão da Obra	Investimentos Anuais para Conclusão das Obras 16 Iniciadas
III - INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul				
Projeto 3.II - Construção das instalações próprias do Instituto Técnico				
Projeto 3.II.1 - Pavilhão de Cozinha		1964	1964	52.480
Projeto 3.II.2 - Pavilhão de Combustíveis		1964	1964	52.480
Projeto 3.II.3 - Pavilhão de Química		1964	1964	90.880
Projeto 3.II.4 - Pavilhão da Administração		1965	1965	42.240
Projeto 3.II.5 - Pavilhão de Maderaria		1965	1965	80.640
Projeto 3.II.6 - Pavilhão Oficinal		1965	1965	53.760
Projeto 3.II.7 - Pavilhão de Estruturas e Sólos		1966	1966	51.200
Projeto 3.II.8 - Pavilhão de Flakes Técnicas e Concretos .		1966	1966	42.240

1) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (Geográfico ou tipo fisiográfico)	Data de Início d. Obra	Data de Início para Conclusão d. Obra	Investimentos Anuais para Conclusão das Obras			
				1964	1965	1966	Restantes
IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS							
Secretaria de Obras Públicas							
P. III - Construção da Hidráulicas e Sistemas de Esgoto							
0) - Abastecimento de água:							
Projeto 3.1	Cosmopolis do Sul	1958	1965	25.000	25.000	-	-
Projeto 3.2	Canguçu	1958	1964	20.000	-	39.000	
Projeto 3.3	Crissiumal	1958	1966	30.000	50.000	35.000	
Projeto 3.4	F. Westphalen	1958	1966	20.000	30.000	-	
Projeto 3.5	Guaíma	1961	1965	60.000	52.000	-	
Projeto 3.6	General Vergas	1958	1965	30.000	50.000	48.000	
Projeto 3.7	Horizontina	1958	1965	40.000	40.000	41.000	
Projeto 3.8	Jaguari	1960	1965	30.000	33.000	-	
Projeto 3.9	I. Vermelha	1958	1965	30.000	40.000	49.000	
Projeto 3.10	Panambi	1958	1965	40.000	45.000	40.000	
Projeto 3.11	São Pedro	1963	1965	40.000	40.000	79.000	
Projeto 3.12	Três de Maio	1962	1964	40.000	40.000	47.000	
Projeto 3.13	Tapejara	1962	1964	20.000	19.000	-	
Projeto 3.14	Esteio	1963	1966	D.N.O.S.	D.N.O.S.	D.N.O.S.	
Projeto 3.15	Sapiranga	1957	1966	D.N.O.S.	D.N.O.S.	D.N.O.S.	
Projeto 3.16	Niterói (Distrito)	1960	1966	D.N.O.S.	D.N.O.S.	D.N.O.S.	
Projeto 3.17	Cassino (Distrito)	1962	1964	D.N.O.S.	D.N.O.S.	D.N.O.S.	

II) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Crf do 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da obra	Data Es- timada para Conclusão da Obra	Investimentos Anuais para Conclusão das Obras já Iniciadas		
				1963	1964	1966
b) — Ampliação do abastecimento de água						
Projeto 3.18	Alegrete	1958	1966	20.000	30.000	20.000
Projeto 3.19	Bento Gonçalves	1956	1967	20.000	20.000	40.000
Projeto 3.20	Catocéia do Sul	1962	1967	30.000	30.000	60.000
Projeto 3.21	Cruz Alta	1958	1966	20.000	30.000	54.000
Projeto 3.22	Dom Pedro II	1958	1965	30.000	43.000	—
Projeto 3.23	Júlio de Castilhos	1960	1966	—	10.000	—
Projeto 3.24	Itaqui	1961	1965	20.000	10.000	—
Projeto 3.25	Irajá	1963	1966	20.000	20.000	60.000
Projeto 3.26	Passo Fundo	1962	1967	20.000	20.000	—
Projeto 3.27	Rio Pardo (R. G.)	1963	1965	15.000	22.000	—
Projeto 3.28	Santo Ângelo	1957	1965	30.000	48.000	—
Projeto 3.29	Santo Maria	1961	1967	20.000	30.000	30.000
Projeto 3.30	Santa Cruz	1960	1967	15.000	15.000	20.000
Projeto 3.31	São Gabriel	1962	1967	20.000	30.000	52.000
Projeto 3.32	Uruguaiana	1958	1966	20.000	20.000	32.000
c) — Sistemas de Esgotos						
Projeto 3.33	São Borba	1957	1965	5.000	—	—
Projeto 3.34	São Gabriel	1958	1965	D.N.O.S.	D.N.O.S.	D.N.O.S.
Projeto 3.35	Torres	1963	1966	D.N.O.S.	D.N.O.S.	D.N.O.S.
Projeto 3.36	Carazinho	1963	1966	D.N.O.S.	D.N.O.S.	D.N.O.S.

II) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do Orçamento da Obra	Investimentos Anuais do Projeto ou Obras						
					1964	1965	1966	Restantes			
I - ENERGIA											
Departamento Autônomo de Cervão Mineral											
P.I.V - Construção e ampliação da Obra Civil											
1.16 - Prospeção e cunhagem de jazida de lito (*)	Cachoeira do Sul	1964	1965	90.000	30.000	30.000	30.000				
2.2 - Prédio para Escritório Central	Porto Alegre	1965	1966	70.500	-	46.498	24.002				
2.3 - Prédios nas Minas do Léo (**)	São Jerônimo	1964	1966	185.056	58.441	62.566	64.049				
2.4 - Prédios nas Minas de Candiota (**)	Bagé	1964	1966	135.106	33.232	44.925	56.949				
2.5 - Construção de um lavador de cervão (*) ..	São Jerônimo	1964	1964	55.000	-	-	-				
2.6 - Construção de fornos para claras (**)	S. Jerônimo - Bagé	1964	1964	24.000	24.000	-	-				
2.7 - Construção de estradas rodovias-férreas (*)	S. Jerônimo - Bagé	1964	1964	29.300	29.300	-	-				
2.8 - Estação de tratamento d'água redes de distribuição e esgoto nas Minas do Léo (*)	São Jerônimo	1964	1966	37.071	2.400	16.459	18.212				
2.10 - Construção de redes elétricas (*)	S. Jerônimo - Bagé	1964	1966	30.936	4.800	8.266	17.870				
2.11 - Construção de recebedórios da cervão ..	Bagé	1964	1966	17.755	-	-	17.755				
2.12 - Urbanização das Vilas (**)	S. Jerônimo - Bagé	1964	1966	19.524	5.077	7.233	7.214				
TOTAL				694.248	242.249	215.948	236.051				

- (*) - Com cobertura urgente total em 1964
 (**) - Com cobertura orçamentária parcial em 1964
 (***) - Sem cobertura orçamentária em 1964

1) - Descrição das obras públicas contempladas do Quadro C-4 - Investimento Real

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS

(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do Orçamento da Obra	Investimentos Anuais do Projeto ou Obra						
					1964	1965	1966	Restante			
II — TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES											
Departamento Aeroportuário do Estado/ST											
P. III — Construção, manutenção e melhoramen- tos em aeroportos											
a) Construção de campos de pouso:											
Projeto 2.20 — Terraplenagem da pista ...	São Francisco de Paula	1965	1966	22.000.	—	10.000.	12.000.				
Projeto 2.21 — Terraplenagem da pista ...	Centro	1965	1966	4.000.	—	2.000.	—				
Projeto 2.22 — Terraplenagem da pista ...	Bom Jesus	1965	1966	20.000.	—	10.000.	10.000.				
Projeto 2.23 — Terraplenagem da pista ...	São Francisco da Assis	1966	1967	10.000.	—	—	5.000.				
Projeto 2.24 — Terraplenagem da pista ...	Três de Maio	1966	1966	10.000.	—	10.000.	—				

I) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS
(Em milhares de Cr\$ da 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região (fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para a Conclusão da obra	Total do Orçamento da Obra	Investimentos anuais da projeto ou obra							
					1964	1965	1966	Restantes				
H - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES												
Departamento de Estradas de Rodagem												
P-III - Conservação de Rodovias												
TERRAPLANAGEM + (m3-564.000)	RS/1: Trecho: Palmeiras-Montardes	1964	1966	239,70	75,00	75,00	89,70					
" " (m3-498.000)	Trecho: Montardes-S. José do Norte	1964	1966	211,60	75,00	75,00	63,60					
" " (m3-300.000)	RS/2 - Bom Jesus-Jacuizinho	1964	1965	90,0	45,00	45,00	--					
" " + (m3-668.000)	RS/3 - P. Alegre-Alagoinhas-Trecho: Maia-Ver. Alves	1964	1964	221,85	221,85							
" " + (m3-192.000)	Trecho: V. Alves-S14, Cruz	1964	1964	110,40	110,40							
" " + (m3-246.000)	Trecho: Sta. Cruz-Candelária	1964	1964	104,55	104,55							
" " + (m3-324.000)	Trecho: Candelária-Ger- ra Chato	1964	1964	186,30	186,30							
" " + (m3-420.000)	Trechos: Gerro-Chato-S. Maria	1964	1964	216,75	216,75							
" " + (m3-474.000)	Trechos: S. Maria - S. Francisco	1964	1965	142,20	71,10	71,10						
" " + (m3-748.000)	RS/14 - Cal-Ferroviário-Iba - S. Marcos	1964	1964	518,40	518,40			34,50				
" " (m3- 60.000)	Rej/5 - Iral-Trindade	1966	1966	34,50								
" " RS/7												
" " + (m3- 21.000)	Trecho: Get. Vargas-Es- teção	1964	1964	9,00	9,00							
" " + (m3-180.000)	Trecho: Get. Vargas- Erechim	1964	1964	76,50	76,50							
" " + (m3-936.000)	Trecho: Sta. Cruz-Rio Pardo	1965	1965	307,80		307,80						
A - ÁGUAS												
" " RS/8 - Estrada Pro- dução Sul												
" " + (m3-200.000)	Trecho: Palotina-Can- gurué	1964	1964	180,00	180,00							
" " + (m3-1.088.000)	Trecho: Cangurus-P. Corretas	1965	1965	979,20		979,20						
" " + (m3-1.166.000)	Trechos: P. Corretas-Ca- çapava	1965	1965	1.049,40		1.049,40						
" " + (m3-746.000)	Trecho: Caçapava-S. Sepé	1965	1965	671,40		671,40						
" " + (m3-482.000)	Trecho: S. Sepé - P. do Verde	1964	1964	433,80	433,80							
" " + (m3-650.000)	RS/10 - Cachoeira- BR/37	1964	1964	213,75	213,75							
" " (m3-726.000)	RS/11: Caçapava-T. Sávero	1965	1966	217,80		105,00	112,80					
" " + (m3- 64.000)	RS/11: Encantedo-Mu- tum	1964	1964	47,85	47,85							
" " + (2.252.000)	RS/13: Estrada Produc- ção Norte											
" " + (m3-269.000)	Trecho: B. da Faz. Soa- dade	1964	1964	1.351,20	1.351,20							
" " + (m3-104.000)	Trecho: Soledade - Ca- çulinha	1964	1964	173,40	173,40							
" " + (m3-702.000)	Trecho: Caçulinha-Ba- nhado	1966	1966	62,10								
" " + (m3-780.000)	Trecho: Ramal p/Passo Fundo	1964	1964	236,15	236,15							
" " + (m3-390.000)	RS/14: Ibirubá-Espu- sanga	1965	1965	973,50		973,50						
" " + (m3-150.000)	RS/15: Sto. Angelo- Sto. Rosa	1965	1965	165,60		165,60						
" " + (m3-132.000)	RS/17: Gravataí-Sto. Antônio	1964	1964	45,00	45,00							
" " + (m3-1.066.000)	RS/18: Gravataí-Sepu- cana	1966	1966	54,10								
" " + (m3-250.000)	RS/25: Ligação RS/25- BR/2 Caxias	1964	1964	225,00	225,00							
" " + (m3-108.000)	RS/27: S. Marcos-B. Gonçalves	1964	1964	94,50	94,50							
" " + (m3- 50.000)	RS/27: Feliz-BR/27	1964	1964	15,00	15,00							
" " + (m3-240.000)	RS/34: Get. Vargas-L. Vermelha	1966	1966	72,00				72,00				
" " + (m3-246.000)	RS/38: Cruzeiro do Sul- Lagoado-Encantedo	1965	1965	141,45		141,45						
" " + (m3-192.000)	RS/39: Estrela-Roca-Sa- llas	1965	1965	110,40		110,40						
" " + (m3-330.000)	RS/42: Cruz Alta-Ibiru- bá	1965	1965	140,25		140,25						
" " + (m3-264.000)	RS/44: Espumoso-Salo- ánde	1965	1965	112,20		112,20						
" " RS/45												

Anexo n.º 2

Apêndice do Quadro n.º C-4

INVESTIMENTOS REAIS

(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRICAÇÃO DE OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região (município ou região	Data do início da obra	Data esti- mada para a conclusão da Obra	Investimentos anuais do projeto ou obra						
				1964	1965	1966	Suportantes			
Departamento de Estradas de Rodagem										
(II) - Conservação de Rodovias										
Trecho/Plano/Proj.										
"	"	"	"	R\$ 3.500.000	Trecho: Nova Protet. Cost. ca	1965	376,50			
"	"	"	"	{m3.572.000}	Trecho: Casca-Vila Ma- ria	1964	359,70			
"	"	"	"	{m3. 66.000}	Trecho: Vila Maria-Ma- ria	1964	359,70			
"	"	"	"	{m3. 3.000}	Trecho: Dois Irmãos	1964	28,05			
"	"	"	"	{m3. 150.000}	BR/2 RS/49	1964	1,35			
"	"	"	"	{m3. 126.000}	Trecho: Chorão-Palmei- ra	1964	45,00			
"	"	"	"	{m3.100.000}	Trecho: Sto. Ángelo- Chorão RS/51	1965	53,55			
"	"	"	"	{m3.180.000}	Palméras-Sebe- Frutálico Westphal- len	1964	22,50			
"	"	"	"	{m3.100.000}	RS/54: Sia. Rose-Nrês de Maio	1965	15,00			
"	"	"	"	{m3.58. Sanliego-S. Fico, de Assis	1965	76,50				
"	"	"	"	{m3.390.000}	RS/70: Iaquiari-RS/3	1966	15,00			
"	"	"	"	{m3.44.000}	RS/89: I. Seavaro-Bagó	1965	128,25			
"	"	"	"	{m3. 36.000}	RS/92: Torres-DR/59	1964	43,20			
"	"	"	"	{m3.252.000}	RS/99: B. Gonçalves- Veranópolis	1965	15,30			
"	"	"	"				220,50			
							220,50			

1) -- Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região (fisiográfico)	Data do início da obra	Data enti- mada para a conclusão da Obra	Investimentos anuais do projeto ou obra							
				Total do Orçamento da Obra	1964	1965	1966	Restante			
Departamento de Estradas de Rodagem											
P.HI - Conservação de Rodovias											
Terrenos:											
"	"	"	1965	91,35							
"	"	"	1965	91,35							
"	"	"	1965	91,35							
"	"	"	1966	1.170,00							
"	"	"	1966	505,00							
"	"	"	1966	505,00							
"	"	"	1964	75,00							
"	"	"	1964	75,00							
"	"	"	1964	45,00							
"	"	"	1965	75,00							
"	"	"	1964	45,00							
"	"	"	1964	150,00							
TOTAL				13.574,55	5.589,45	6.738,00	1.247,10				

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS
(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do Orçamento da Obra	Investimentos Anuais do Projeto ou Obra			
					1964	1965	1966	Restantes
II -- TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES								
Departamento de Estradas de Rodagem								
P. III -- Conservação de Rodovias								
Obras de Arte								
" "	(m= 90)	RS/1 Trecho: Palmeiras — Mostardas	1964	1965	54,00	27,00	27,00	
" "		RS/3 — P. Alegre — Alegrete						
" "	(m=150)	Trecho: Mariana — V. Alves	1964	1964	90,00	90,00		
" "	(m=112)	Trecho: V. Alves — S. Cruz	1964	1964	67,20	67,20		
" "	(m= 50)	Trecho: S. Cruz — Candelária	1964	1964	30,00	30,00		
" "	(m=200)	Trechos: Candelária — G. Chata	1964	1964	174,00	174,00		
" "	(m=200)	Trechos: G. Chata — S. Marin	1964	1964	120,00	120,00		
" "	(m=415)	RS/4 — Cai — Ferrou- pilha — S. Marcos	1964	1964	249,00	249,00		
" "		RS/7						
" "	(m= 65)	Trecho: Gai. Vergas — Erexim	1964	1964	39,00	39,00		
" "	(m= 20)	Trecho: R. Pardo	1965	1965	12,00		12,00	
" "		RS/27 — RS/8 - 62km,						
" "		Prod. Sul						
" "	(m=100)	Trecho: Pelotas —	1964	1964	60,00	60,00		
" "								
" "	(m= 400)	Trecho: Canguçu — Ponto das Carretas	1964	1964	150,00	150,00		
" "	(m=300)	Trecho: Ponto das Car- retas — Caçapava	1964	1964	75,00	75,00		
" "	(m= 90)	Trecho: Caçapava — S. Sepé	1965	1965	105,00		105,00	
" "	(m= 40)	RS/10 — Charão — Ijuí	1965	1965	24,00		24,00	
" "								
" "	(m= 30)	RS/27 — RS/8 - 62km,	1964	1965	6,00			
" "		RS/11 — Caçapava — T. Severo	1965	1965	18,00		18,00	
" "		RS/13 — Estr. Produc- ção Norte						
" "	(m= 20)	Trecho: Ramal p/ P. Fundo	1964	1964	42,00	42,00		
" "	(m=100)	RS/15 — S. Angelo — S. Rosa	1965	1965	60,00		60,00	
" "	(m= 15)	RS/18 — Gravatal — Sepulcral	1966	1966	9,00		9,00	
" "	(m= 32)	RS/23 — Canela — S. Francisco	1965	1965	18,00	1	18,00	
" "	(m= 95)	RS/38 — Cruzeiro do Sul — Iajeado — Encantado	1965	1965	57,00		57,00	
" "	(m=120)	RS/39 — Estrela — R. Salles	1965	1965	72,00		72,00	
" "		RS/42 — Cruz Alta — Ibirubá	1965	1965	15,00		15,00	
" "		RS/45						
" "	(m= 80)	Trecho — N. Preta — Castro	1965	1965	48,00		48,00	
" "	(m=120)	RS/54 — S. Rosa — Três de Maio	1965	1965	72,00		72,00	
" "	(m= 10)	Trecho — Verêno — N. Preta (RS/99)	1965	1965	6,00		6,00	
" "	(m= 40)	RS/26 — S. Vendelino Garibaldi	1964	1964	22,50			
" "	(m=200)	RS/3 — Cenobio — Montenegro — R. dos Sinos	1964	1965	120,00	60,00	60,00	
" "	(m=250)	RS/2 — Bom Jesus — S. Francisco	1964	1965	150,00	75,00	75,00	
" "	(m=125)	RS/4 — B. Príncipio — Embuete	1964	1964	75,00	75,00		
" "	(m=240)	S. Sepé — S. Maria	1964	1964	144,00	144,00		
" "	(m=125)	RS/11 — Muyupum — Encantado (A. Je- caré)	1964	1964	75,00	75,00		
" "	(m= 75)	RS/39 — Ligação — Estrela	1964	1964	45,00	45,00		
" "	(m=350)	RS/18 — F. da Cunha Antônio Prado	1964	1964	210,00	105,00	105,00	
" "	(m=300)	RS/40 — Erexim Goioerê	1964	1965	160,00	90,00	90,00	
" "	(m= 80)	RS/45 — N. Preta — Castro	1964	1964	48,00	48,00		
TOTAL	(M=4934)				2.814,7	1.940,7	845,0	9,00

I) -- Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS
(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região (fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do Orçamento da Obra	Investimentos Anuais do Projeto em Obras			
					1964	1965	1966	Restantes
II — TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES								
Departamento de Estradas de Rodagem								
P. (II) — Conservação de Rodovias								
Obras de Arraial								
Substituição de Estrutura	(33 m)	RS/7 — Viamão — Rio Cepivari	1965	1965	19,80	—	19,80	
" "	(20 m)	RS/1 — Osório — Arroio Palmares	1965	1965	12,00	—	12,00	
" "	(50 m)	RS/2 — Bom Jesus dos Antes	1966	1966	30,00	—		30,00
" "	(23 m)	RS/3 — Sta. Maria — Km. 9	1964	1964	13,80	13,80		
" "	(29 m)	RS/3 — São Pedro — Km. 31	1964	1964	17,40	17,40		
" "	(30 m)	RS/3 — Gal. Vargas — Km. 34	1964	1964	18,00	18,00		
" "	(85 m)	RS/3 — Gal. Vargas — Rio Toropí	1964	1964	51,00	51,00		
" "	(30 m)	RS/3 — Alagrete — Arroio Lajeado Grande	1964	1964	18,00	18,00		
" "	(70 m)	RS/3 — Alagrete — Arroio Miracatu	1964	1964	42,00	42,00		
" "	(30 m)	RS/3 — S. F. Assis — A. Inhacundá	1964	1964	18,00	18,00		
" "	(30 m)	RS/3 — S. F. Assis — A. Jaguerizinho 3	1964	1964	18,00	18,00		
" "	(23 m)	RS/5 — P. Fundo — Rio Gepinguí	1965	1965	13,90	—	13,90	
" "	(42 m)	RS/7 — S. Cruz — Rio Pardinho	1964	1964	25,20	25,20	—	
" "	(27 m)	RS/7 — S. Cruz — A. Cardos Mules	1965	1965	16,20	—	16,20	
" "	(60 m)	RS/7 — S. Cruz — A. Marcondes	1965	1965	36,00	—	36,00	
Obras de Construção								
" "	(49 m)	RS/12 — Cachoeira — V. das Flores	1965	1965	30,00	—	30,00	
" "	(34 m)	RS/14 — Ibirubá — A. Lagoão	1965	1965	29,40	—	29,40	
" "	(25 m)	RS/14 — Palmeira — A. Palmeira	1965	1965	20,40	—	20,40	
" "	(52 m)	RS/19 — Rolante — A. Rolante	1965	1965	15,00	—	15,00	
" "	(30 m)	RS/19 — Rolante — R. Alto Rolante	1965	1965	31,20	—	31,20	
" "	(20 m)	RS/19 — Rolante — R. Riozinho	1965	1965	18,00	—	18,00	
" "	(29 m)	RS/19 — Osório — V. Barra d'Ouro	1965	1965	12,00	—	12,00	
" "	(58 m)	RS/33 — Senendóva — R. Ferquilha	1966	1966	17,40	—		17,40
" "	(150 m)	RS/34 — Gal. Vargas — R. Apuab	1966	1966	34,80	—		34,80
" "	(20 m)	RS/38 — V. Aires — A. P. V. 1965	1965	1965	12,00	—	12,00	
" "	(29 m)	RS/38 — V. Aires — A. Chafariz	1965	1965	17,40	—	17,40	
" "	(22 m)	RS/38 — Legeado — A. Setembrina	1965	1965	13,20	—	13,20	
" "	(35 m)	RS/45 — Marau — R. Marau	1964	1964	21,00	21,00	—	
" "	(22 m)	RS/49 — S. Borba — R. Platô	1966	1966	13,20	—		13,20
" "	(25 m)	RS/50 — Ijuí — A. Nack	1965	1965	15,00	—	15,00	
" "	(51 m)	RS/75 — Cachoeira — R. Bonucarai	1964	1964	30,60	—		
" "	(145 m)	RS/80 — S. Vitória — A. Chul	1966	1966	87,00	—		87,00
" "	(180 m)	RS/87 — Paloté — P. das Pedras	1964	1964	48,00	48,00	—	
" "	(30 m)	RS/99 — N. Prata — R. da Prata	1965	1965	18,00	—	18,00	
" "	(33 m)	RS/99 — L. Vermelha — R. Turvo	1965	1965	19,80	—	19,80	
" "	(23 m)	RS/106 — Osório — S. Grande	1965	1965	13,80	—	13,80	
S. O. M. A.				986,40	—			
Pontos metálicos desmontáveis				64/66	64/66	75,00		
T O T A L	[1094 m]				1.061,40	486,00	363,00	242,40

II — Detalhamento das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 2

Apêndice do Quadro n.º C-4

INVESTIMENTOS REAIS

(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRICAÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data do Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Investimentos Anuais do Projeto as Obras		
				1964	1965	1966
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES						
Departamento de Estradas de Rodagem	RS/3 - P. Alegre -- S. Maria	1965	1965	630,00		
P. III - Conservação de Rodovias	Trecho: Marlene -- V. Aires	1964	1964	720,00		
Provimento de Infraestrutura	{Km. 20} [Km. 32]	"	"			
	Trecho: V. Aires -- S. Cruz	1964	1964	922,50		
	(Km. 41)	"	"			
	Trecho: S. Cruz -- Candelária	1964	1964			
	(Km. 54)	"	"			
	Trecho: Candelária -- Centro Chato	1965	1965	1.215,00		
	(Km. 64)	"	"			
	RS/4 - Cai - Ferrovilhe - São Marcos	1965	1965	1.440,00		
	RS/7	"	"			
	(Km. 7)	"	"			
	Trecho: G. Vargas -- Estação	1965	1965	157,50		
	(Km. 30)	"	"			
	Trecho: Erechim -- G. Vargas	1965	1965	675,00		
	(Km. 36)	"	"			
	Trecho: S. Cruz - Rio Pardo	1966	1966	810,00		
	(Km. 25)	"	"			
	Trecho: Rio Pardo -- BR/37	1966	1966	562,50		
	RS/B - E. Prod. Sul	"	"			
	Trecho: Canguçu - P. Carrelos	1966	1966	1.575,00		
	(Km. 70)	"	"			

1) -- Incluição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS
DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS
(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data da Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do Orçamento da Obra	Investimentos Anuais do Projeto ou Obra			
					1964	1965	1966	Restantes
II — TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES								
Departamento de Estradas de Rodagem								
P. III — Conservação de Rodovias								
Pavimentação Pública								
" " (Km. 75)	Trechos P. Carreiras — Caçapava	1966	1966	1.687,50				1.687,50
" " (Km. 48)	Trecho: Caçapava — São Sepé	1966	1966	1.080,00				1.080,00
" " (Km. 31)	Trecho: S. Sepé — P. do Verde	1965	1965	697,50			697,50	
" " (Km. 31)	Trecho: P. do Verde — S. Matheus	1964	1964	697,50	697,50			
" " (Km. 12)	RS/10							
" " (Km. 40)	Trecho: Chorão — Ijuí	1965	1965	270,00			270,00	
" " (Km. 30)	Trechos: Ijuí — Cruz Alta	1965	1965	900,00			900,00	
" " (Km. 36)	RS/12							
" " (Km. 40)	Trechos: S. Rosa — Três de Maio	1966	1966	675,00			675,00	
" " (Km. 68)	RS/13 — E. Produção Nôstra							
" " (Km. 70)	RS/13 — Estrela	1964	1964	810,00	810,00			
" " (Km. 41)	Trecho: Estrela — B. do Fão	1964	1964	900,00	900,00			
" " (Km. 18)	Trecho: B. do Fão — Soledade	1965	1965	1.530,00			1.530,00	
" " (Km. 9)	Trecho: Soledade — Caxias	1964	1964	1.575,00	1.575,00			
" " (Km. 41)	Trecho: Ramal — P. Fumado	1965	1965	922,50			922,50	
" " (Km. 30)	RS/14							
" " (Km. 65)	Trechos: Ibirubá — Es. Humaitá	1966	1966	675,00			675,00	
" " (Km. 39)	RS/15							
" " (Km. 39)	Trecho: Sto. Ângelo — S. Rosa	1966	1966	1.462,50				1.462,50
" " (Km. 41)	RS/19							
" " (Km. 18)	Trecho: N. Hamburgo — Tequara	1966	1966	877,50			877,50	
" " (Km. 9)	RS/23							
" " (Km. 18)	Trecho: Canela — S. Francisco	1966	1966	922,50			922,50	
" " (Km. 41)	RS/24							
" " (Km. 18)	Trecho: Feliz — BR/2	1965	1965	405,00			405,00	
" " (Km. 9)	Ligação RS/25 — BR/2 em Caxias do Sul	1964	1964	202,50	202,50			
" " (Km. 18)	RS/27 — S. Marcos — B. Gonçalves	1965	1965	405,00			405,00	
" " (Km. 41)	RS/38							
" " (Km. 18)	Trecho: Cruzeiro do Sul — Leopoldo — Encantado	1966	1966	922,50			922,50	
" " (Km. 32)	RS/39							
" " (Km. 32)	Trecho: Estrela — Roça Sales	1966	1966	720,00			720,00	
" " (Km. 53)	RS/42							
" " (Km. 44)	Trecho: C. Alto — Ibirubá	1966	1966	1.237,50			1.237,50	
" " (Km. 44)	RS/44							
" " (Km. 50)	Trecho: Espumosa — Soledade	1966	1966	990,00			990,00	
" " (Km. 22)	RS/45							
" " (Km. 22)	Trecho: N. Preta — Coque	1966	1966	1.125,00			1.125,00	
" " (Km. 11)	Trecho: Coque — Vila Maria	1965	1965	495,00			495,00	
" " (Km. 11)	Trecho: Vila Maria — Marau	1964	1964	247,50	247,50			
" " (Km. 42)	RS/49							
" " (Km. 42)	Trecho: Sto. Ângelo — Chorão	1966	1966	945,00			945,00	
" " (Km. 6)	RS/82							
" " (Km. 42)	Trecho: Torres — BR/59	1964	1964	135,00	135,00			
" " (Km. 21)	RS/99							
" " (Km. 21)	Trecho: B. Gonçalves — Veranópolis	1966	1966	945,00			945,00	
" " (Km. 8)	Trecho: Veranópolis — N. Preta	1966	1966	472,50			472,50	
" " (Km. 8)	Canela — Caracol	1964	1964	180,00	180,00			
" " (Km. 25)	RS/10							
" " (Km. 10)	Trecho: Cachoeira do Sul — BR/37	1965	1965	562,50			562,50	
" " (Km. 10)	Trecho: Cachoeira do Sul — Cotelândia	1964	1964	225,00	225,00			
TOTAL	(Km. 1666)				34.605,00	6.615,00	10.305,00	17.685,00

I) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 2

Apêndice do Quadro n.º C4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data do início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Investimentos Anuais Futuros		
				1964	1965	1966
II TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES				Total do orçamento da Obra		Restante
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais						
P.I — Administração Central						
2.1 — Estudo e Modelo Reduzido na Barra do São Gonçalo	Pelotas	1965	1966	22.500	—	—
2.2 — Obras do Cais de Saneamento [Terrepleno & Navegante] Eurocaminho e Alô Rio Hidráulico	Rio Grande	1964	1966	750.000	190.000	300.000
2.3 — Olhos do Piur Petroleiro	Rio Grande	1964	—	1.050.000	75.000	225.000
2.4 — Urbanização da Zona Ind. e Com. do Terrepleno Quente	Rio Grande	1965	—	630.000	—	405.000
2.5 — Melhoramentos em Guaíba	Rio Grande	1964	1964	13.500	—	—
2.6 — Ampliação da Rada Ferroviária do Cais de Navegações	Porto Alegre	1965	—	75.000	75.000	630.000
2.7 — Ampliação da Rada D'Água do Cais de Navegações	Porto Alegre	1966	—	150.000	—	45.000
2.8 — Pavimentação do acesso ao Cais de Navegações	Porto Alegre	1964	—	150.000	30.000	—
2.9 — Constr. de 4 Arreiaços da 2.ª Linha no Cais de Navegações	Porto Alegre	1964	1966	300.000	150.000	75.000

Continua

1) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro C4 — Investimentos Restantes

Anexo n.º 2

Apêndice do Quadro n.º C4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRICAÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO – PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do orçamento de obra	Investimentos Anuais Futuros			
					1964	1965	1966	Resídios
2.11 – Duplicação da capacidade do Frigorífico do Porto	Porto Alegre	1966	—	600.000	—	—	150.000	450.000
2.13 – Pórtio Abrigo do Berquinho	Porto Alegre	1964	1966	133.500	43.500	45.000	45.000	—
2.14 – Construção da Pavilhões p/ Oficinas no Estaleiro Naval de Triunfo	Triunfo	1964	1966	45.000	15.000	15.000	15.000	—
2.15 – Melhoramentos Diversos no Estaleiro Na- val de Triunfo	Triunfo	1964	1965	22.500	19.500	3.000	—	—
2.16 – Construções na Vila Operária do Estaleiro Naval – Triunfo	Triunfo	1964	1966	112.500	22.500	30.000	60.000	—
2.17 – Saneamento e Urbanização do Estaleiro Naval e da Vila Operária	Triunfo	1964	1964	52.500	13.000	22.500	15.000	—
2.18 – Construção do Cais de Triunfo (Aterros e Superestrutura)	Triunfo	1964	1964	7.500	7.500	—	—	—
2.19 – Constr. de uma carreira de encalhe	Triunfo	1964	1965	45.000	22.500	22.500	—	—
2.20 – Recuperação da Barragem R. Branco	S. Sebastião do Caí	1965	1966	15.000	—	7.500	7.500	—
2.21 – Recuperação do Cais de Montenegro	Montenegro	1964	1965	30.000	15.000	15.000	—	—
TOTAL					4.879.500	579.000	933.000	1.237.500 2.130.000

(I) Descrição das obras públicas, constantes do Quadro n.º C4 – Investimentos Reais.

Anexo n.º 2

Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRICAÇÃO DAS OBRAS NOVAS
 (Em milhares de Cr. de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data esti- mada para Conclusão da Obra	Total do orçamento da Obra	Investimentos Anuais do Projeto av. Obras
		1964	1965	1966	Restante
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES					
Comissão Estadual de Comunicações					
P.I - Serviços de Telecomunicações					
2 - Construção de Sistemas de Longa Distância					
2.4 - Vassoura - Bom Jesus	Campos Cima Serra Litoral	1964	1964	1.257.481	408.000
2.5 - Sta. Vitória - Pelotas		1964	1964	570.731	337.500
2.6 - Sistema Fco. Westphalen - I. Portela - Três Passos - Humaitá - Criciúma - Horizontina - Tucunduva - Tuparendi - S. Rosa - S. Cristo - P. Lucena - (SUB-RIGIAO II)				15.000	97.456
2.7 - Sistema Tapajóra - Senador - Lagoa Vermelha - S. José Ouro - Peim Filho - M. de Almeida - Machadinho - M. Reis - FREGIAO NORDESTE)	Alto Uruguai	1964	1964	9.750	143.775
2.8 - Sist. Natura - Campinas - S. Valentim - Erval Grande - Aratiba	Campos Cima Serra	1964	1964	101.331	-
2.9 - Constantina - Sarandi - Chapada	Alto Uruguai	1964	1964	82.149	-
2.10 - S. Ângelo - Guarani - Cerro Largo	Alto Uruguai	1964	1964	80.898	80.898
2.11 - Iguapezinho - Soledade - Arvorezinha - Figueirinha	Missões	1964	1964	23.769	23.769
2.12 - Foz do Sul - Arroio Grande	Planalto Médio	1965	1965	24.603	24.603
2.13 - " " - " "	Serra Sudeste	1965	1965	59.556	59.556
2.14 - Beira do Córrego	Enc. Sup. Nordeste	1965	1965	20.407	20.407
					17.493

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Continua

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS

(I) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS

[Em milhares de Cr\$ do 1964)

FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data de Início da Obra	Data anti- mada para Conclusão da Obra	Total do orçamento da Obra	Investimentos anuais do Projeto ou Obras			
					1964	1965	1966	Restantes
2.14 — Pelotas — Pedro Osório — Arroio Grande — Jaguário — Cengôu — Piratini (SUB- REGIÃO II)	Serra e Encosta do Sudeste	1966	1966	119.175	—	—	119.175	—
2.15 — Construções com trechos a serem estabe- lecidas no revolvimento do Sistema Estadual de Telecomunicações e tor solta em 1964	—	1966	1966	24.600	—	—	24.600	—
4 — Ampliação de Sistemas de Longa Dis- tância	—	—	—	333.000	70.500	150.000	112.500	—
4.16 — Rota Cruz Alta — Palmeira — Fco. West- phalen	Alto Uruguai	1964	1964	48.000	48.000	—	—	—
4.17 — Rota Vacaria — Iagoa Vermelha — Sp- nanduva	Campos Cima Serra	1964	1964	22.500	22.500	—	—	—
4.18 — Rota Ita. Flávio — Erasmo	Alto Uruguai	1965	1965	22.500	—	22.500	—	—
4.19 — Rota S. Ângelo — S. Luiz Gonzaga	Missões	1965	1965	15.000	—	15.000	—	—
4.20 — Rota "REGIÃO NORDESTE"	Campos Cima Serra	1965	1965	30.000	—	30.000	—	—
4.21 — Rota Bugé — P. Matlado — Pelotas	Campanha	1965	1966	67.500	—	45.000	22.500	—
4.22 — Rota Gal. Vargas — S. Pedro Sul	Depressão Central	1965	1966	37.500	—	22.500	15.000	—
4.23 — Rota Três Passos — Ijuí	Alto Uruguai	1965	1966	30.000	—	15.000	15.000	—
4.24 — Rota "SUB-REGIÃO II"	Alto Uruguai	1966	1966	30.000	—	—	30.000	—
4.25 — Rota "SUB-REGIÃO III"	Serra e Enc. Sud.	1966	1966	30.000	—	—	30.000	—
4.26 — Implantação do Serviço Telefônico Ur- banos	—	1965	1966	93.750	—	56.250	37.500	—
4.27 — Construção de Sistemas Telefônicos Di- ritais	—	1965	1966	252.000	—	126.000	126.000	—

1) — Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 — Investimentos Reais

Anexo n.º 1

Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS
DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

COM COBERTURA ORÇAMENTARIA PARA 1964

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data da início de Obra	Data esti- mada para conclusão da Obra	Total do Orçamento da Obra	Investimentos anuais do Projeto ou Obra						
					1964	1965	1966				
II - INDÚSTRIA E COMÉRCIO											
Comissão Estadual de Silos e Armazéns											
2.11 - Construção e Equipamento Industrial											
3.5 - Armazém Celeiro Comum				1964	68.400	68.400	-				
3.12 - Silo Fazenda (ampliação)				1964	126.000	126.000	-				
3.13 - Silo Elevador (ampliação)				1964	144.000	144.000	-				
III - Descrição das Obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais											

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DAS OBRAS NOVAS

COM COBERTURA ORÇAMENTARIA PARA 1964

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU UNIDADE	LOCALIZAÇÃO [município ou região hierárquica]	Data do início da obra	Data esti- mada para a conclusão	Investimentos inusitados para a conclusão		
				1964	1965	1966
III - INDÚSTRIA E COMÉRCIO				367.000	1.233.000	1.103.000
Comissão Estadual de Sítios e Armazéns						137.000
P-III - Construção e Equipamento Industrial						
1.6 - Armazém Celulose Comum	Ibirubá	1965	1965		30.000	-
1.7 - Armazém Celulose Comum	Inaqui	1965	1965	-	30.000	-
2.1 - Armazém Celulose Especial	Rio Grande	1964	1965	67.000	89.000	-
2.2 - Armazém Celulose Especial	Júlio do Castilhos	1966	1966	-	-	52.000
2.3 - Armazém Celulose Especial	Erechim	1965	1966	-	34.000	18.000
3.1.4 - Sítio Elevador	Santo Ângelo	1965	1966	-	150.000	150.000
3.1.5 - Sítio Elevador	Palmeira das Missões	1964	1965	150.000	150.000	-
3.1.6 - Sítio Elevador	Itagua Vermelha	1964	1965	150.000	150.000	-
3.1.7 - Sítio Elevador	Itu	1965	1966	-	150.000	150.000
3.1.8 - Sítio Elevador	Soledade	1965	1966	-	150.000	150.000
4.1 - Armazém Frigorífico	Porto Alegre	1966	1967	-	-	363.000
4.2 - Armazém Frigorífico	Pelotas	1965	1966	-	150.000	150.000
4.3 - Armazém Frigorífico	Faroopilhas	1965	1966	-	150.000	150.000

1) - Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

INVESTIMENTOS REAIS**(1) OBRAS PÚBLICAS****DESCRICAÇÃO DE OBRAS NOVAS**

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data do Início da obra	Data estimada para a conclusão	Total do orçamento da obra	Investimentos anuais do projeto em obras							
					1964	1965	1966	Restantes				
IV -- HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS												
Secretaria das Obras Públicas												
P.III -- Construção de hidráulicas e sistemas de esgotos												
a) -- Abastecimento de água												
Projeto 2.37	Sapucaia do Sul	1964	1966	DNOS	—	—	—	—				
Projeto 2.38	Pedro Osório	1964	1966	60.000	15.000	20.000	25.000	—				
Projeto 2.39	Campo Bonito	1964	1966	55.000	15.000	20.000	20.000	—				
Projeto 2.40	Estância Velha	1964	1965	24.000	12.000	12.000	—	—				
Projeto 2.41	S. José do Ouro	1964	1965	24.000	12.000	12.000	—	—				
Projeto 2.42	Agudo	1964	1965	24.000	14.000	10.000	—	—				
Projeto 2.43	Machadinho	1965	1966	22.000	—	10.000	12.000	—				
Projeto 2.44	Selvíria	1964	1966	80.000	20.000	20.000	40.000	—				
Projeto 2.45	Harvel Grande	1964	1966	60.000	10.000	20.000	30.000	—				
Projeto 2.46	Três Corações	1964	1966	65.000	10.000	25.00	30.000	—				
Projeto 2.47	Tuperendil	1964	1965	28.000	14.000	14.000	—	—				
Projeto 2.48	Carlos Barbosa	1964	1965	15.000	5.000	10.000	—	—				
Projeto 2.49	Bom Retiro	1964	1966	60.000	10.000	20.000	30.000	—				
Projeto 2.50	Campos Novos	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
Projeto 2.51	Feliz	1964	1966	60.000	10.000	20.000	30.000	—				
Projeto 2.52	São Borja	1964	1966	44.000	10.000	10.000	24.000	—				
Projeto 2.53	Dois Irmãos	1964	1966	60.000	10.000	20.000	30.000	—				
Projeto 2.54	Tucunduva	1965	1966	22.000	—	10.000	12.000	—				
Projeto 2.55	Ressiléa Síca	1964	1966	60.000	10.000	20.000	30.000	—				
Projeto 2.56	Sto. Augusto	1963	1964	22.000	—	10.000	12.000	—				
Projeto 2.57	Chapada	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
Projeto 2.58	Faxinal Solânea	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
Projeto 2.59	Maximiliano Almeida	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
Projeto 2.60	Paim Filho	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
Projeto 2.61	Vila Dutra	1964	1966	49.010	9.000	20.000	20.000	—				
Projeto 2.62	Humaitá	1964	1965	23.000	10.000	13.000	—	—				
Projeto 2.63	Serafina Corrêa	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
Projeto 2.64	Nova Palma	1965	1966	22.000	—	10.000	12.000	—				
Projeto 2.65	São Valentim	1964	1966	60.000	10.000	20.000	30.000	—				
Projeto 2.66	Nonoai	1964	1966	60.000	10.000	20.000	30.000	—				
Projeto 2.67	Colorado	1965	1966	22.000	—	10.000	12.000	—				
b) -- Sistema de esgotos												
Projeto 2.68	Campo Novo	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
Projeto 2.69	Arvorezinha	1965	1966	24.000	—	10.000	14.000	—				
c) -- Ampliação de sistema de esgotos												
Projeto 2.70	Capões do Sul	1965	1970	DNOS	—	—	—	—				
Projeto 2.71	Canudos	1965	1970	350.000	—	20.000	30.000	—				
Projeto 2.72	N. Hamburgo	1964	1968	523.000	20.000	30.000	50.000	423.000				
Projeto 2.73	Erechim	1964	1969	240.000	—	50.000	70.000	120.000				
Projeto 2.74	Vaccaria	1965	1969	100.000	—	20.000	20.000	60.000				
Projeto 2.75	Rosário	1965	1968	60.000	—	10.000	20.000	30.000				
Projeto 2.76	Ijuí	1965	1968	362.000	—	20.000	40.000	302.000				
Projeto 2.77	Itaqui	1965	1968	198.000	—	20.000	40.000	138.000				
Projeto 2.78	Santiago	1965	1969	182.000	—	20.000	40.000	122.000				
Projeto 2.79	Rio Pardo	1965	1969	173.000	—	20.000	40.000	113.000				
Projeto 2.80	Montenegro	1966	1969	100.000	—	20.000	80.000	—				
Projeto 2.81	Bento Gonçalves	1965	1970	345.000	—	20.000	60.000	255.000				
Projeto 2.82	Esteio	1966	1971	220.000	—	—	40.000	180.000				
Projeto 2.83	S. Luís	1965	1970	270.000	—	20.000	40.000	210.000				
Projeto 2.84	Quaraí	1966	1970	83.000	—	—	15.000	70.000				
Projeto 2.85	Tupanciretã	1965	1970	173.000	—	20.000	40.000	113.000				
Projeto 2.86	Tramandai	1966	1971	200.000	—	—	40.000	160.000				
Projeto 2.87	C. Canas (dist.)	1966	1971	60.000	—	—	10.000	50.000				
Projeto 2.88	Clóvis (dist.)	1966	1971	60.000	—	—	10.000	50.000				
d) -- Construções hidráulicas de emergência												
Projeto 2.90	Sto. Maria	1965	1970	120.000	—	20.000	20.000	80.000				
Projeto 2.91	Uruguaiana	1965	1970	160.000	—	20.000	30.000	110.000				
Projeto 2.92	Passo Fundo	1966	1971	100.000	—	—	20.000	80.000				
Projeto 2.93	Cachoeira	1966	1971	100.000	—	—	20.000	80.000				
Projeto 2.94	Alegrete	1966	1971	60.000	—	—	10.000	50.000				
Projeto 2.95	Dom Pedro II	1966	1971	60.000	—	—	10.000	50.000				
Projeto 2.96	Santo Ângelo	1966	1971	100.000	—	—	20.000	80.000				
e) -- Construções de esgotos de emergência												
Projeto 2.97	—	—	—	30.000	10.000	10.000	10.000	—				
f) -- Instituto de Pesquisas de Saneamento												
Projeto 2.98	Ponte Alegre	1965	1966	36.000	—	10.000	26.000	—				
g) -- Construções auxiliares de Saneamento (DI)												
Projeto 2.99	Diversas	1965	1966	32.000	—	12.000	20.000	—				
P.IV -- Serviços Industriais de Saneamento												
h) -- Construção de 120.000 metros de extensão de rede dágua (DI)												
Projeto 2.00	Diversas (*)	1964	1966	180.000	30.000	75.000	75.000	—				

(*) As extensões dágua serão executadas nos municípios que habilitarem suas necessidades, enquadrando-se nas especificações técnicas estabelecidas pela Diretoria Industrial da Secretaria de Obras Públicas.

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º C-4
INVESTIMENTOS REAIS
(I) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DE OBRAS NOVAS
(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográficas)	Data do Início da obra	Data esti- mativa de conclusão da obra	Total do orçamento da obra	Investimentos anuais do projeto ou obra			
					1964	1965	1966	Restantes
P.V -- Planejamento, Execução e Fiscalização das Obras de Irrigação e Drenagem								
4) -- Perforação de 120 poços (com média de 90 metros de profundidade)								
Projeto 2.500								
	Passo Fundo	(2)						
	Gen. Vargas	(2)						
	Cruz Alta	(2)						
	Uruguaiense	(3)						
	Livramento	(1)						
	Soledade	(3)						
	Escrílea	(2)						
	Itaçado	(1)						
	S. Pedro Sul	(3)						
	Santa Maria	(3)						
	Ijuí	(2)						
	Itaquiá	(1)						
	Palmeira	(1)						
	São Gabriel	(4)						
	F. Westphalen	(2)						
	Santo Antônio	(3)						
	Gurupi	(3)						
	Silveira	(2)						
	Cimaquá	(3)						
	S. José do Norte	(2)						
	Tupancireta	(6)						
	Cai	(3)						
	Baixô	(5)						
	São Borja	(2)						
	Cruz Alta	(4)						
	Soledade	(4)						
	Jaguará	(1)						
	Ijuí	(1)						
	São Gabriel	(2)	1965	1965	13.622/mtr	—	43.520	
	Diversas, segundo esca- me posterior		1966	1966	13.622/mtr	—	—	47.039

1) Descrição das obras públicas constantes do Quadro C-4 - Investimentos Reais

Quadro C-5
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS REAIS

TIPO DE OBRA - ÁREA ECONÔMICA	1964				1965				1966				Total do Projeto			
	Orç. Cr\$ mil.	% Cr\$ mil.														
3 - AGRICULTURA	37.1	3.8	100	100	82.8	8.5	84.8	8.7	82.4	8.7	82.8	8.7	100	9.7	3.8	4.0
Produção de Energia	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.1 - Produção Centralizada	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
Comuna Agrícola de Brumado	37.1	3.8	100	100	42.8	4.8	42.8	4.8	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.2 - Produções Centrais	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.3 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.4 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.5 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.6 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.7 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.8 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.9 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.10 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.11 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.12 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.13 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.14 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.15 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.16 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.17 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.18 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.19 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.20 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.21 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.22 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.23 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.24 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.25 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.26 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1	3.8	100	100	—	—	—	—	32.8	3.7	32.8	3.7	100	9.7	3.8	4.0
2.27 - Produção Centralizada de Fazendas	37.1															

Quadro C4
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
(Em milhares de Cr\$ de 1944)

Funções - Operações - Programas	Período	1954			1955			1956			1957			1958			1959			1960			
		Receitas de Caixa e despesas líquidas	Total	Reajustado	Receitas de Caixa e despesas líquidas	Total	Reajustado	Receitas de Caixa e despesas líquidas	Total	Reajustado	Receitas de Caixa e despesas líquidas	Total	Reajustado	Receitas de Caixa e despesas líquidas	Total	Reajustado	Receitas de Caixa e despesas líquidas	Total	Reajustado	Receitas de Caixa e despesas líquidas	Total		
I - ENERGIA																							
Sociedade de Energia	1950/	15.507	7.941	14.751.177	19.735	13.502	2.956	13.712	7.954	16.260	46.208	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924	13.924
P1 - Administração Central	15.551	7.941	14.016.644	18.443	15.922	2.956	14.021.211	14.950	15.922	17.882.650	46.506	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650	17.882.650
Companhia Estadual de Energia Elétrica	5.916.012	0	10.064.111	17.953	17.953	2.722.704	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953	17.953
P2 - Programa de Construção	2.912.704	2.911	1.016.072	7.706	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478	6.880.478
P3 - Construção e Reforma de Rodovias e Estradas de Ferro e Linhas de Bondes e Trens	4.971.711	4.971.711	4.021.410	7.807.991	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001	12.005.001
P4 - Programa de Proteção da Pólen	2.757.218	2.757.218	2.016.000	5.840	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200	2.912.200
P5 - Produção e Preços	18.995	18.995	2.227.942	2.469.332	2.227.942	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332	2.469.332
P6 - Construção Civil	3.274.640	3.272.600	6.060.040	6.060.040	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070	9.747.070
P7 - Administração das Câmaras Municipais	6.323.200	3.110.000	18.120.747	18.120.747	2.551.100	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747	18.120.747
P8 - Produção Cultural, de Lazer e Desportos	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	18.260	
P9 - Fazenda, Cestas Básicas de Comida, Cestas de Gênero e Abastecimento, Cestas Cruzadas	18.260.648	-	6.060.040	6.060.040	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840	7.207.840
P10 - Transporte e Comunicações	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P11 - Administração das Estradas	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P12 - Administração das Estradas Federais	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P13 - Administração das Estradas Federais Federais	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P14 - Administração das Estradas Federais Federais Federais	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P15 - Administração das Estradas Federais Federais Federais Federais	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P16 - Administração das Estradas Federais Federais Federais Federais Federais	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P17 - Administração das Estradas Federais Federais Federais Federais Federais Federais	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648	16.120.648
P18 - Administração das Estradas Federais Federais Federais Federais Federais Federais Federais	6.060.040	6.060.040	16.120.648	16.120.648	2.016.000	16.120.6																	

Quadro C7

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO CUSTEIO

FUNÇÃO - GRUPO - PROGRAMA	1964			1965			1966			TRÍFICO		
	PESSOAL	Mat. Cons. e Demais Desp. Custo	TOTAL	PESSOAL	Mat. Cons. e Demais Desp. Custo	TOTAL	PESSOAL	Mat. Cons. e Demais Desp. Custo	TOTAL	PESSOAL	Custos Mat. Cons. e Demais Desp.	TOTAL
I - ENERGIA	82,4	57,0	100	40,7	39,3	100	38,9	61,1	100	40,8	59,4	100
Secretaria de Energia	84,1	15,9	100	83,8	16,2	100	83,7	16,3	100	82,8	16,2	100
P.I. - Administração Central	84,1	15,9	100	83,8	16,2	100	83,7	16,3	100	83,8	16,2	100
Comissão Estadual de Energia Elétrica	42,1	37,9	100	40,2	39,8	100	38,3	61,7	100	40,1	59,9	100
P.I. - Administração Central	67,2	17,6	100	67,5	17,5	100	67,0	17,0	100	67,0	17,4	100
P.II - Apuração, Circulação e Controle	48,3	31,7	100	60,9	31,2	100	60,7	30,3	100	68,9	31,1	100
P.III - Industrialização e Comercialização da Energia Elétrica	38,5	61,5	100	36,3	63,7	100	34,2	65,8	100	36,2	63,8	100
P.IV - Regulação e Produção de Potres	0,5	91,1	100	0,6	91,2	100	0,3	90,7	100	0,8	91,2	100
P.V - Estado e Programa	60,0	20,0	100	89,0	20,0	100	60,0	20,0	100	60,0	20,0	100
P.VI - Obras Hidráulicas	27,1	7,7	100	92,3	7,7	100	92,3	7,7	100	92,3	7,7	100
Departamento Autônomo do Carvão Mineral	46,5	53,5	100	49,1	50,9	100	49,5	50,5	100	48,4	51,6	100
P.I. - Administração Central	65,5	14,5	100	86,4	13,6	100	86,1	13,9	100	86,0	14,0	100
P.II - Produção de Carvão na Mine do Leão	38,6	61,4	100	40,9	59,1	100	43,8	56,2	100	45,4	56,9	100
P.III - Produção Carvão Mine de Condicionado	43,5	56,3	100	48,0	51,7	100	45,9	54,1	100	46,0	54,0	100
P.IV - Construção e Ampliação das Obras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	49,3	20,7	100	70,0	30,0	100	70,0	30,0	100	69,8	30,2	100
Secretaria dos Transportes	51,9	47,1	100	51,2	48,8	100	51,2	48,8	100	51,8	48,7	100
P.I. - Administração Central	80,8	19,2	100	80,0	20,0	100	80,0	20,0	100	80,3	19,7	100
Departamento Autônomo do Estado	49,3	50,5	100	47,8	52,1	100	45,2	54,8	100	48,4	51,6	100
P.I. - Conservação de Rodovias	89,5	10,5	100	69,8	30,3	100	69,5	30,5	100	69,5	30,5	100
P.IV - Utilização de Rodovias	76,7	23,8	100	76,2	23,8	100	76,2	23,8	100	76,2	23,8	100
P.VI - Manutenção de Equipamento	73,1	26,9	100	74,4	25,6	100	74,4	25,6	100	74,0	26,0	100
Depar. Estadual de Portos, Rios e Canais	44,6	55,4	100	45,5	54,5	100	45,5	54,5	100	45,2	54,8	100
P.I. - Administração Central	89,9	10,1	100	89,9	10,1	100	89,9	10,1	100	90,0	10,0	100
P.II - Exploração Comercial de Portos	79,7	20,3	100	82,2	17,8	100	82,2	17,8	100	83,6	16,4	100
Comissão Estadual de Comunicações	50,0	50,0	100	53,3	46,7	100	53,3	46,7	100	52,3	47,7	100
P.I. - Plano de Telecomunicações do R. G. S.	50,0	50,0	100	53,3	46,7	100	53,3	46,7	100	52,3	47,7	100
III - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	30,0	19,1	100	81,1	18,9	100	82,1	17,9	100	81,1	18,6	100
Comissão Estadual de Sílo e Armazéns	78,1	21,9	100	72,4	22,6	100	77,7	22,3	100	77,7	22,3	100
P.I. - Administração Central	87,6	12,4	100	87,6	12,4	100	87,6	12,4	100	87,6	12,4	100
P.II - Preservação de Sílos	76,8	23,2	100	75,9	24,1	100	75,9	24,1	100	76,2	23,8	100
P.III - Fábrica e Fornecimento Industrial	59,0	41,0	100	61,0	38,2	100	65,9	34,1	100	62,5	37,5	100
Instituição Tecnológica do Estado do R. G. Sul	83,8	16,1	100	84,2	15,8	100	86,1	13,9	100	85,0	15,0	100
P.I. - Administração Central	82,4	17,6	100	83,2	16,8	100	83,2	16,8	100	82,9	17,1	100
P.II - Prestação de Serviços Técnicos, Pesquisa e Extensão Técnica	84,3	15,3	100	85,4	14,6	100	87,1	12,9	100	85,7	14,3	100
P.III - Construção de Instif. Próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	27,4	22,6	100	26,2	23,8	100	27,0	23,0	100	26,9	23,1	100
Secretaria das Obras Públicas	77,4	22,6	100	76,2	23,8	100	77,0	23,0	100	76,9	23,1	100
P.III - Construção de Hidráulicas e Sistemas de Esgoto	91,1	8,9	100	91,1	8,9	100	91,1	8,9	100	91,1	8,9	100
P.IV - Serv. Indústria e Saneamento	75,0	25,0	100	73,0	26,1	100	74,9	25,1	100	74,6	25,4	100
P.V - Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras de Infra-estrutura e Drenagem	67,7	17,0	100	61,3	18,7	100	61,3	18,7	100	61,0	18,2	100
INT. A. I.	55,0	45,0	100	54,2	45,8	100	52,9	47,1	100	54,0	46,0	100

Quadro C-8
ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
INVESTIMENTOS FINANCEIROS
 (Em milhares de Cr\$ de 1984)

FUNDOS DE INVESTIMENTO - PROGRAMA	Aquisição de Imóveis	Fundo Previdenciário	Disponibilizações Interinstitucionais	TOTAL	Aquisição de Imóveis	Fundo Previdenciário e Contingência	Disponibilizações Interinstitucionais	TOTAL	Aquisição de Imóveis	Fundo Previdenciário e Contingência	Disponibilizações Interinstitucionais	TOTAL	TOTAL DO INÉRCIO	
													1983	1984
I - PRIFIGA	10.740	-	-	70.760	-	-	-	70.760	-	-	-	-	174.700	-
Fundos de Investimento	-	-	-	-	50.000	50.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Federais de Energia Elétrica	50.000	50.000	-	-	50.000	50.000	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Administração Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Agente Executivo e Controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Administração e Construção da Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FIV - Nacional e Finsul do Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FV - Estradas e Portos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FVI - Gás de Jazidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Departamento Autônomo de Gás da Bahia	70.760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Departamento Autônomo da Águia Branca	15.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Produção de Ureia na Ilha do Mel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Produção de Ureia na Ilha das Canáceas	9.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Fazenda Pau Brasil - Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II - TERRAS PÚBLICAS E CONQUISTADORES	25.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria dos Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Rodoviária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Departamento Autônomo do Estado do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Ferroviária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Departamento Autônomo de Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Aérea	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Hidráulica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura de Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FE - Plano de Urbanização do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
III - INFRAESTRUTURA & URBANISMO	17.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete Executivo de Investimentos	12.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura de Áreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria Tecnológica da Fazenda do Rio Grande	12.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura de Áreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura de Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura Hidráulica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Biblioteca das Obras Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Construções da Presidência e Governos	2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Infra-Estrutura de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Serviços de Transportes e Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FII - Serviços de Telecomunicações e Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA ÁREA	104.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249.700
														\$7.000
														48.000
														34.000
														249.700

Quadro C.9

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Base milhares de Cr\$ de 1964-65

FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA	Transferências Correntes	Transferências de Capital	TOTAL	Transferências Correntes	Transferências de Capital	TOTAL	1965		1966		1967	
							Transferências Correntes	Total	Transferências Correntes	Total	Transferências Correntes	Total
I - INVESTIMENTO												
I.1 - Investimento de Fornecedores	941.928	96.272	937.900	871.180	96.272	967.452	900.212	96.272	976.489	2.612.423	233.816	
I.1.1 - Administração Central	72	-	72	73	-	73	-	-	73	-	-	
I.1.2 - Comunicação Social	709.450	96.272	805.722	870.967	96.272	916.939	841.904	96.272	948.176	2.482.061	218	
I.1.3 - Administração Central	124.180	-	124.180	127.096	-	127.096	127.096	-	127.096	261.294	2.750.017	
I.1.4 - Agropecuária, Indústria e Comércio	49.358	-	48.358	50.731	-	50.731	50.731	-	50.731	152.162	301.294	
I.1.5 - Industrialização e Comercialização de Energia Elétrica	453.421	-	453.421	467.151	-	467.151	482.901	-	482.901	1.401.453	1.421.193	
I.1.6 - Automação e Produção de Software	2.754	-	2.754	2.764	-	2.764	2.964	-	2.964	8.954	9.974	
I.1.7 - Estudos e Projetos	23.877	-	23.877	23.877	-	23.877	23.877	-	23.877	71.491	71.491	
I.1.8 - Outros Bens	143.891	96.272	240.164	148.892	96.272	245.164	148.892	96.272	245.164	473.676	735.497	
I.1.9 - Departamento Administrativo do Gabinete Presidencial	41.516	-	41.516	50.460	-	50.460	58.260	-	58.260	150.234	150.234	
I.1.10 - Administração Central	10.302	-	10.302	13.200	-	13.200	13.000	-	13.000	39.502	38.902	
I.1.11 - Produção de Caminhos de Ferro	20.264	-	20.264	24.500	-	24.500	29.500	-	29.500	74.264	74.364	
I.1.12 - Produção Carvão Minas de Carajás	10.860	-	10.860	12.740	-	12.740	13.740	-	13.740	37.345	37.345	
I.1.13 - Construção & Ampliação de Obra Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
I.2 - TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	2.417.804	6.000	2.423.804	2.657.168	6.000	2.663.168	7.615.659	6.000	7.615.659	2.673.631	2.673.631	
I.2.1 - Secretaria das Transações	48.169	6.000	54.169	25.439	6.000	31.439	24.439	6.000	31.439	216	13.000	
I.2.2 - Administração Central	180	-	180	190	-	190	190	-	190	214	294	
I.2.3 - Departamento Aviação Civil	18.009	6.000	24.009	25.241	6.000	34.241	31.000	6.000	31.000	46.714	56.94	
I.2.4 - Administração Central e Comunicação, Arquitetura e Planejamento Urbano de Belo Horizonte	14.285	6.000	20.285	22.285	6.000	30.285	28.000	6.000	28.000	41.060	104.064	
I.2.5 - Comunicação, Arquitetura e Planejamento Urbano de Belo Horizonte	1.724	-	1.724	1.724	-	1.724	2.242	-	2.242	6.045	91.004	
I.2.6 - Departamento de Estradas de Rodagem	234.950	-	234.950	204.950	-	204.950	204.950	-	204.950	6.979	9.479	
I.2.7 - Administração Central	192.353	-	192.353	192.353	-	192.353	192.352	-	192.352	577.059	2.114.850	
I.2.8 - Escolas e Projetos	8.478	-	8.478	8.478	-	8.478	8.478	-	8.478	25.784	2.114.850	
I.2.9 - Comunicação de Radiodifusão	41.103	-	41.103	41.103	-	41.103	41.103	-	41.103	123.315	123.315	
I.2.10 - Comunicações de Radiodifusão	416.127	-	416.127	416.127	-	416.127	416.127	-	416.127	1.748.361	1.748.361	
I.2.11 - União das Radiodifusões	27.489	-	27.489	37.489	-	37.489	37.489	-	37.489	112.467	112.467	
I.2.12 - Manutenção do Equipamento	9.410	-	9.410	9.443	-	9.443	9.443	-	9.443	28.244	28.244	
I.2.13 - Departamento de Pesquisas, Pesos e Medidas	1.716.935	-	1.716.935	4.873.776	-	4.873.776	4.873.776	-	4.873.776	5.463.207	5.463.207	
I.2.14 - Administração Central	697.403	-	697.403	693.668	-	693.668	683.668	-	683.668	1.894.739	1.894.739	
I.2.15 - Exploração e Conservação da Terra	851.411	-	851.411	897.279	-	897.279	897.279	-	897.279	2.645.961	2.645.961	
I.2.16 - Construção e Conservação das estradas Federais de Comunicações	237.841	-	237.841	292.581	-	292.581	292.581	-	292.581	872.587	872.587	
I.2.17 - Plano de Telecomunicações do E.C. S.	3.010	-	3.010	3.500	-	3.500	3.500	-	3.500	4.004	70.016	
I.2.18 - Infraestrutura II Comodato	85.507	12.701	98.208	90.464	12.701	102.904	91.624	12.701	111.764	387.769	325.764	
I.2.19 - Comunicação Social e Radiodifusão	64.552	12.702	81.252	67.392	12.702	81.252	67.392	12.702	81.252	199.216	227.348	
I.2.20 - Administração Central	3.340	-	3.340	3.240	-	3.240	3.240	-	3.240	9.720	9.720	
I.2.21 - Poder Executivo, Sistecor e Sistecor	4.212	-	4.212	4.712	-	4.712	4.712	-	4.712	14.136	14.136	
I.2.22 - Conselho de Desenvolvimento Industrial	26.603	14.700	41.303	75.300	26.603	101.600	79.600	14.700	99.600	233.440	233.440	
I.2.23 - Instituto Tecnológico do Brasil do M. E. S.	26.948	-	26.948	33.202	-	33.202	33.202	-	33.202	68.472	68.472	
I.2.24 - Administração Central	15.473	-	15.473	12.573	-	12.573	12.573	-	12.573	40.495	40.495	
I.2.25 - Projeto de Serviços Técnicos, Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico do Brasil Propriado	5.475	-	5.475	6.171	-	6.171	6.171	-	6.171	19.777	18.377	
I.2.26 - Comodato da Infraestrutura Propriada	139.818	3.000	139.818	139.818	3.000	139.818	139.818	3.000	139.818	-	-	
I.2.27 - Secretaria das Obras Públicas	126.818	3.000	126.818	127.095	3.000	127.095	127.095	3.000	127.095	12.600	522.324	
I.2.28 - Comodato de Infraestrutura e Administração da Fazenda	9.206	2.000	11.206	10.000	5.000	15.000	10.500	5.000	15.000	42.306	63.817	
I.2.29 - Serviços Industriais, Sistecor e Sistecor	124.800	-	124.800	157.440	-	157.440	157.440	-	157.440	42.300	42.300	
I.2.30 - Planejamento, Executivo e Radiodifusão de Obras de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.812	-	2.812	3.658	-	3.658	4.752	-	4.752	11.720	11.720	
I.2.31 -	1.595.150	123.972	1.698.122	2.740.104	129.942	3.870.020	2.869.974	123.912	2.869.974	41.056.152	247.774	

Quadro C10

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
DESPESA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

(Em milhares de Cr\$ de 1940)

FUNÇÃO - ÓRGÃO	1964					1965					1966							
	Corrente	Tambi. corrente	Inversão fixa	Inversão móvel	Total	Corrente	Tambi. corrente	Inversão fixa	Inversão móvel	Total	Corrente	Tambi. corrente	Inversão fixa	Inversão móvel	Total			
I - INDÚSTRIA																		
Secretaria de Energia e Comunicações	14.741.127	641.013	25.281.761	20.200	40.272	41.140.603	15.972.458	571.150	31.540.920	58.000	46.272	48.170.850	19.540.014	600.217	32.532.487	50.000	96.272	50.176.650
Comitê Técnico da Energia Elétrica	14.030.644	18.443	77	1.500	-	-	20.015	15.560	73	1.650	-	20.223	18.500	73	1.800	-	-	20.373
Departamento Autônomo do Ceará, Minas Gerais e Pernambuco	6.026.040	41.526	612.395	20.700	-	1.320.601	278.013	50.480	202.272	8.000	-	1.520.120	834.624	50.240	857.195	-	-	1.740.057
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																		
Secretaria de Transportes	9.626.671	2.462.804	23.605.100	20.000	6.000	36.611.014	10.398.974	2.407.158	25.392.885	6.000	9.000	38.413.977	10.398.924	2.405.659	23.231.747	6.000	13.000	36.244.350
Orçamento Geral	7.222.349	18.160	192.603	-	6.000	439.343	429.659	25.430	330.625	6.000	9.000	509.693	229.629	31.970	319.480	6.000	13.000	461.029
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	24.100	180	3.140	-	-	27.420	24.331	180	105	-	-	24.694	24.324	216	180	-	-	24.723
Departamento Estadual da Infra-Estrutura	1.082.248	19.009	189.656	-	6.000	411.013	101.718	23.241	739.460	6.000	9.000	484.999	205.298	53.714	319.300	6.000	13.000	576.312
Departamento Estadual das Relações Exteriores	5.127.400	204.950	19.267.544	-	-	74.644.040	9.177.430	101.950	371.132.272	-	-	26.020.158	3.422.436	704.950	20.027.228	-	-	25.509.614
Departamento Estadual da Fazenda, Rios e Canais	8.465.080	171.653	3.116.675	20.000	-	9.316.410	4.910.647	1.673.224	1.624.100	-	-	8.676.023	4.910.647	1.624.226	1.621.900	-	-	8.445.823
Comissão Estadual de Comunicações	72.007	3.010	1.033.274	-	-	1.033.351	81.212	3.503	1.121.388	-	-	208.103	81.212	3.503	1.223.150	-	-	1.307.854
III - INDUSTRIA E COMÉRCIO																		
Comissão Estadual de Saúde e Assistência	287.332	54.552	1.502.560	12.000	15.700	1.983.124	301.874	62.182	7.472.630	20.000	10.940	2.849.126	307.254	67.182	2.918.500	-	19.040	3.312.770
Indústria Técnologica da Fazenda do Rio Grande do Sul	280.327	10.048	248.440	-	-	349.423	311.126	23.282	251.123	-	-	592.331	341.104	24.242	189.040	-	-	554.448
Indústria Técnologica da Fazenda do Rio Grande do Sul	1.347.219	136.818	1.183.070	2.000	9.000	2.572.107	1.607.050	171.956	1.500.200	2.000	5.000	3.452.457	1.457.102	202.424	2.442.030	3.000	5.000	4.100.556
IV - FINANÇAS E BANCOS																		
Total	20.613.075	3.508.180	52.011.000	104.700	423.972	62.958.756	20.061.238	1.740.160	81.490.467	87.004	174.412	63.500.123	29.054.060	1.467.724	51.313.814	58.000	133.912	61.367.710

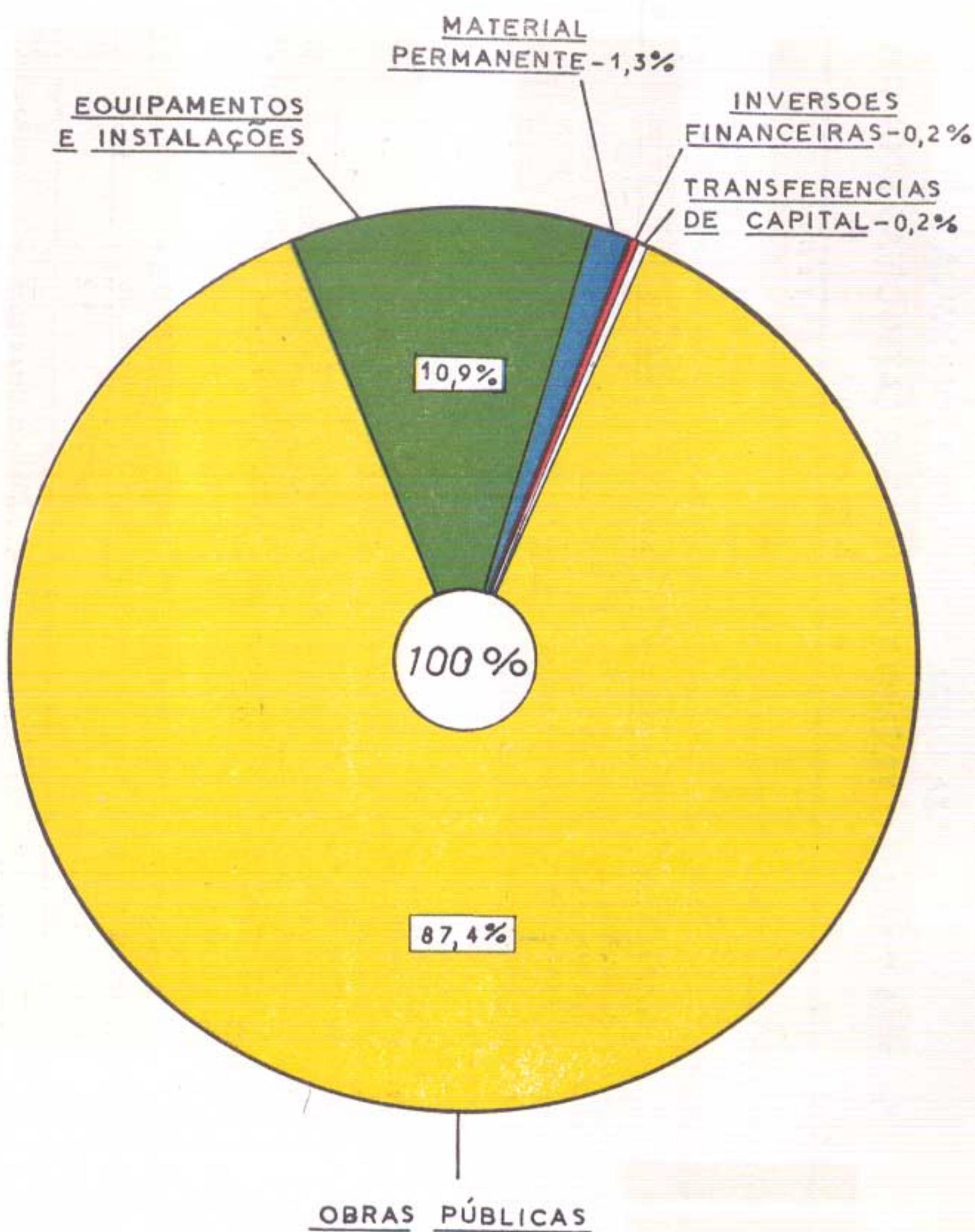
ÁREA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

DESPESA TOTAL DO TRIENIO 1964/66 POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

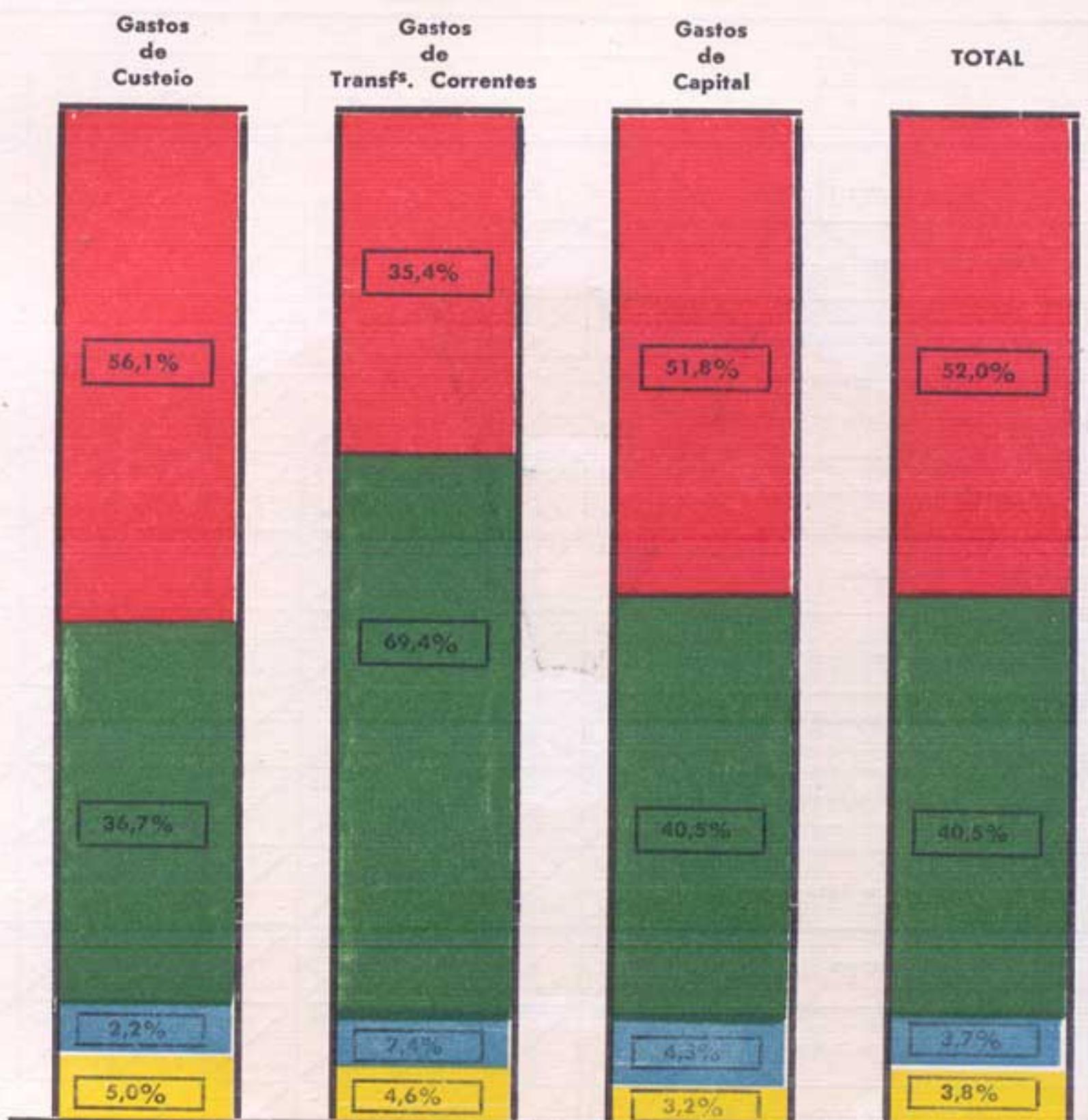
FUNÇÃO	ÓRGÃO	TRÍENIO				TOTAL
		Custos	Transf. Cor.	Invest. Reais	Inv. Financ.	
I - ENERGIA	46.933.199	2.612.425	89.455.167	170.700	139.469.307
Secretaria de Energia e Comunicações	55.443	213	4.950	—	—	60.611
Comissão Estadual de Energia Elétrica	44.569.081	2.462.001	87.277.050	150.000	288.816	134.747.748
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	2.308.675	150.206	2.172.367	28.700	—	4.659.948
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	30.734.779	7.665.631	72.229.929	31.000	28.000	110.689.339
Secretaria dos Transportes	681.606	77.558	751.911	11.000	28.000	1.550.075
Órgão Central	72.762	594	3.495	—	—	76.851
Departamento Aerooviário do Estado	608.844	76.964	740.416	11.000	28.000	1.473.224
Departamento Autônomo das Estradas de Rodagem	15.532.303	2.114.850	61.427.542	—	—	79.074.700
Departamento Estadual da Portos Rios e Canais	14.286.374	5.463.207	6.670.675	20.000	—	26.440.256
Comissão Estadual de Comunicações	234.491	10.015	3.379.801	—	—	3.624.369
III - Indústria e Comércio	1.840.979	267.789	7.438.801	32.000	57.990	9.837.628
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	900.060	199.316	6.943.670	32.000	57.990	8.141.026
Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul	932.919	68.472	695.211	—	—	1.696.602
IV - HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	4.211.377	510.330	5.491.400	8.000	13.000	10.234.115
Secretaria de Obras Públicas	4.211.377	510.330	5.491.400	8.000	13.000	10.234.115
TOTAL	83.720.334	11.056.162	174.015.377	249.700	387.796	270.229.389

ÁREA: INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
Distribuição percentual dos gastos de capital, no triênio



ÁREA: INFRA ESTRUTURA ECONÔMICA

Distribuição percentual dos gastos por Função e Categoria Econômica, no triênio.



$$31,2\% + 4,1\% + 64,7\% = 100,0\%$$

- Energia.
- Transporte e Comunicações.
- Indústria e Comércio.
- Habitação e Serviços Urbanos.

ÁREA: INFRAESTRUTURA ECONÔMICA
PERCENTUAL DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

FUNÇÃO E GÊNERO	1954				1963				1965				TOTAL DO PERÍODO				
	Gastos	Transf. e contribui-	Habitação e Constru-	Total	Gastos	Transf. e contribui-	Habitação e Constru-	Total	Gastos	Transf. e contribui-	Habitação e Constru-	Total	Gastos	Transf. e contribui-	Habitação e Constru-	Total	
I - ENERGIA	35,8	2,1	41,7	6,2	6,2	100	21,5	1,8	65,4	6,3	6,2	100	21,1	1,8	64,9	6,2	100
Secretaria da Energia	35,4	24,0	41,9	67,5	77,7	80,9	55,9	22,2	11,2	55,7	76,1	51,5	37,0	23,6	53,1	56,2	77,7
Comitê Estadual de Energia Elétrica	25,7	2,1	42,3	6,1	6,2	100	31,8	1,8	66,1	6,1	6,2	100	22,4	1,8	65,9	6,1	100
Departamento Autônomo do Carvão Mineral	22,7	22,8	47,0	47,7	77,7	81,3	32,8	11,9	56,1	17,5	34,1	49,9	24,2	22,1	31,7	51,2	77,7
II - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	50,8	2,0	61,9	1,5	-	100	52,5	1,3	65,7	0,5	-	100	47,7	2,3	62,0	-	100
Secretaria de Transportes	37,3	69,7	45,4	19,1	4,8	43,7	27,1	61,7	41,2	6,4	6,9	61,3	25,8	68,7	22,9	46	100
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens	48,1	4,4	48,5	-	1,5	100	42,3	3,7	67,4	1	1,6	100	62,4	0,9	67,7	-	100
Comitê Estadual de Energia Elétrica	20,6	2,8	76,6	-	-	100	18,5	2,5	79,0	-	-	100	20,0	2,7	77,3	-	100
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens	19,5	25,1	37,0	-	-	100	20,5	18,5	18,3	18,0	-	100	17,8	18,5	22,1	-	100
Departamento Estadual de Pernas, Rios e Canais	47,9	19,4	23,4	6,2	-	100	34,9	21,9	21,9	-	-	100	54,1	22,2	18,7	-	100
Comitê Estadual de Comunicações	6,5	0,3	92,2	-	-	100	6,7	0,3	92,0	-	-	100	6,2	0,2	92,5	-	100
III - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	22,9	2,4	72,5	6,5	0,7	100	17,9	2,6	79,3	0,6	0,9	100	19,8	2,4	80,3	-	100
Comitê Estadual de Comunicações	15,0	2,3	65,7	2,8	6,3	100	10,7	2,4	85,6	0,7	0,9	100	9,3	2,0	88,1	-	100
Centro Industrial e Tecnológico do Estado de São Paulo	31,5	2,8	45,2	-	-	100	22,8	2,9	42,5	-	-	100	61,5	4,4	34,1	-	100
U - MIGRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	1,1	2,0	0,3	-	-	100	0,7	1,1	0,5	0,4	-	100	0,9	1,2	0,6	0,1	100
Secretaria de Obras Públicas	32,4	5,1	44,2	0,1	0,1	100	42,8	5,0	54,1	0,5	0,1	100	31,5	4,8	39,4	0,1	100
Centro de Marketing Pública	22,2	6,3	15,1	6,1	2,2	100	22,8	1,9	40,0	22,9	1,1	100	1,2	1,8	43,7	1,1	100

D — SERVIÇOS GERAIS

1 — INTRODUÇÃO

Em Serviços Gerais encontramos atividades heterogêneas de difícil análise global. É uma área que congrega órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Os órgãos com que conta o setor público para cumprir as funções nesta área, são:

ÓRGÃOS	FUNÇÕES
1 — Assembléia Legislativa	Legislativa
2 — Tribunal de Justiça	Justiça
3 — Tribunal do Juri e Juizado	
4 — Juizado de Menores	
5 — Justiça Militar	
6 — Tribunal de Contas	
7 — Conselho Penitenciário	
8 — Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	
9 — Gabinete do Governador	Govêrno e Admi-nistração Geral
10 — Gabinete de Administração e Planejamento	
11 — Conselho de Serviço Público	
12 — Conselho Regional dos Desportos	
13 — Secretaria do Interior e Justiça	
14 — Secretaria da Administração	
15 — Secretaria da Fazenda	
16 — Secretaria de Segurança Pública	
17 — Brigada Militar	
18 — Departamento de Polícia Civil	
19 — Secretaria de Obras Públicas	

2 — DESCRIÇÕES DAS FUNÇÕES

2.1 — LEGISLATIVA

Esta função é cumprida pela Assembléia Legislativa que tem como atribuições principais:

- a) decretar leis para completa execução da Constituição;
- b) votar anualmente:
 - 1 — o orçamento;
 - 2 — a lei de fixação do efetivo da Brigada Militar;
 - 3 — o plano de distribuição de auxílios, prêmios e subvenções;
- c) votar os tributos do Estado e regular a arrecadação e a distribuição de suas rendas;
- d) dispor sobre a dívida pública estadual e os meios de solventê-la;
- e) autorizar abertura e operações de crédito;
- f) — aprovar planos de obras e serviços da competência do Estado;
- g) criar e extinguir funções e cargos públicos, fixar e alterar-lhes os estipêndios;
- h) criar municípios ou extinguir aquêles que não estiverem em condições de prover as despesas com os seus serviços administrativos.

2.2 — JUSTIÇA

Esta função está constituída pelos órgãos que integram o Poder Judiciário e ainda, Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e o Tribunal de Contas. Dado as atribuições desses órgãos — julgar a validade dos atos administrativos — inclui-se nesta função.

2.3 — GOVÉRNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Nesta função todos os órgãos do Poder Executivo que não se enquadram em nenhuma das outras áreas — infra-estrutura social, econômica ou infra-estrutura econômica dada a natureza de seus serviços.

O Gabinete do Governador e o Gabinete de Administração e Planejamento, órgãos aos quais está afeta a alta administração do Estado, pertencem a esta função. Cabe ao GAP, como órgão de cúpula, implantar a programação no setor público estadual através de uma estruturação e unificação dos serviços de planejamento do Estado e uma sistemática orientação técnica aos setores de planejamento, criados nas Secretarias de Estudo, Autarquias e órgãos diretamente subordinados ao Chefe do Poder Executivo.

2.3.1 — SECRETARIA DA FAZENDA

Os serviços básicos da Secretaria da Fazenda são: Contadoria Geral do Estado, Inspetoria Geral do Imposto sobre Vendas e Consignações e Inspetoria Geral da Fazenda.

A Contadoria Geral do Estado, para o triênio, pretende dar continuidade às seguintes funções:

- a) execução, centralização e superintendência de todos os serviços de contabilidade do Estado;
- b) estudar, fiscalizar e orientar as atividades relativas à contabilidade e à escrituração em todos os órgãos da Administração Pública Estadual que, de qualquer modo, arrecadem rendas ou efetuam despesas, administrem ou guardem bens do Estado;
- c) proceder ao tombamento de todos quantos hajam recebido, administrado, despendido ou guardado bens pertencentes ao Estado, a fim de cooperar com o Tribunal de Contas em sua ação fiscalizadora;
- d) preparar e organizar as tomadas de contas de todos os responsáveis para com a Fazenda do Estado, a fim de enviá-las ao julgamento final do Tribunal de Contas;
- e) proceder ao levantamento dos balanços gerais do Estado, de cada exercício, com os demonstrativos que forem julgados necessários;
- f) zelar pelo fiel cumprimento das leis de contabilidade pública.

Além das atividades acima alinhadas, entre as quais se podem incluir o assessoramento, a orientação, a elaboração de pareceres

sobre matéria contábil, financeira, econômica e administrativa, a designação de técnicos para colaborarem com outros órgãos da administração ou em comissões de diversas naturezas, pretende a Contadoria Geral do Estado instalar e pôr em funcionamento mais os seguintes órgãos:

- 1 — 6 Contadorias Seccionais
- 2 — Serviço de Tomada de Contas
- 3 — Secção de Autarquias.

Para a instalação e funcionamento dos órgãos acima mencionados e para a reorganização dos órgãos já existentes, torna-se necessário aumentar o equipamento e o quadro de pessoal, cujo número se conserva praticamente inalterado desde o ano de sua criação, em 1949, o que vem ameaçando solapar a eficiência do órgão pela sobrecarga de trabalho que a evolução das atividades econômico-financeiras do Estado lançou sobre o corpo técnico-administrativo da Contadoria Geral do Estado.

Isto permitirá que a Contadoria Geral do Estado continue executando suas funções com maior eficiência e possa atualizar definitivamente o serviço de tomada de contas de exatores, participar, por meio de seus técnicos, nas comissões de fiscalização interna das autarquias, constituir as comissões que darão andamento ao tombamento físico dos bens patrimoniais do Estado, aparelhar a Contadoria Seccional junto aos Serviços de Saneamento a fim de acompanhar e controlar as hidráulicas em funcionamento e aquelas cuja instalação está prevista para o triênio e, finalmente, estar apta a prestar sua colaboração quando solicitada.

No que respeita à Inspetoria Geral do Impôsto sobre Vendas e Consignações prevê-se a dinamização dos serviços através dum mais intensa fiscalização mediante o equipamento dêste setor com veículos e elementos humanos.

Também está prevista a construção de 34 novos postos de controle e o reequipamento dos existentes. Estes postos de controle serão distribuídos nos seguintes municípios: Aratiba, Erechim, Frederico Westphalen, Irai, Livramento, Marcelino Ramos, Nonoai, Pôrto Alegre, São Sepé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Dom Pedrito, Estréla, Passo Fundo, Santa Maria, Santa Rosa, São Jerônimo, São Luiz Gonzaga e Veranópolis.

INSPETORIA GERAL DA FAZENDA:

a) *Atribuições legais e situação atual*

Os serviços de inspeção geral da Fazenda têm origem na legislação reguladora da organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e suas atribuições, estão, atualmente, definidas no Decreto n.º 8.868, de 23 de abril de 1958, combinado com o Decreto n.º 15.161, de 17 de maio de 1963.

De confirmidade com êsses Decretos, à Inspetoria da Fazenda compete, em síntese, observar e fazer observar, as leis e regulamentos estaduais, e, bem assim, as instruções e ordens das autoridades superiores, principalmente no que se refere à cobrança e fiscalização dos tributos estaduais e ao controle da receita e despesa do Estado.

Integram-se, as Exatorias, na estrutura orgânica dos serviços fazendários, como unidades incumbidas da arrecadação da receita e do pagamento da despesa do Estado, nos termos da legislação vigente.

b) *Identificação objetiva das necessidades do órgão*

A análise das atribuições definidas à Inspetoria Geral da Fazenda e às Exatorias Estaduais, considerado o empenho com que a Administração se propõe a executar uma política de recuperação tributária capaz de ensejar o almejado equilíbrio orçamentário e, destarte, realizar o saneamento das finanças do Estado, conduziu ao exame da situação desses órgãos fazendários e das condições em que funcionam.

O exame que assim foi levado a efeito evidenciou em síntese:

1.º) que êsses órgãos de serviço, e particularmente a rede de Exatorias, em sua quase totalidade, nos 159 Municípios do Estado, acham-se instalados em prédios que impossibilitam a desejada eficiência dos trabalhos, em razão da insuficiência de áreas; precariedade das instalações hidráulicas e elétricas; carência de requisitos de higiene e conforto; insegurança material para riscos de incêndio e de roubo; localização não raro contraindicadas; ademais de constituírem elevado ônus em alugueres, uma vez que 83% da rede de Exatorias ocupa prédios particulares sob regime de locação nem sempre satisfatório;

2.º) que a notória e alarmante indigência de móveis, máquinas e utensílios constitui um dos fatores negativos de maior relevância para a execução das tarefas distribuídas aos funcionários que, desamparados desses recursos operacionais, são constrangidos, não raro, a um regime de trabalho estafante, com naturais reflexos negativos para o Estado;

3.º) que a falta de adequado equipamento de comunicações, numa rede tão vasta de repartições que concentram todo o movimento de arrecadação da receita e de pagamento da despesa do Estado, impossibilita, entre outras providências que se fazem aconselháveis para a maior eficiência dos serviços, um contato freqüente com a alta administração fazendária, no interesse de uma ordenada política de caixa que a conjuntura financeira torna acentuadamente necessária;

4.) que a existência de 18,6% de vagas a prover num quadro de pessoal já em si suportando o ônus de numerosos afastamentos de funcionários, deslocados para outras áreas de atividades da Administração, responde, em grande parte, pelas dificuldades das repartições em bem cumprir e com pontualidade importantes encargos; além de obrigar a uma constante movimentação de funcionários, desajustando lotações e impondo elevado ônus financeiro ao erário público;

5.º) que a estrutura orgânica dos serviços não evoluíu em harmonia com o desenvolvimento do seu campo de atuação, assinalando-se deficiências exacionais em lamentável contraste com os progressos dos métodos e do volume da sonegação tributária, resultando prejuízos, em progressão geométrica, para o erário estadual.

A superação de todas essas deficiências e o atendimento das necessidades dos órgãos exacionais e arrecadadores do Estado, aqui referidos, constituem objeto do Plano de Reaparelhamento das Exatorias Estaduais já aprovado pelo Decreto n.º 15.095, de 29 de abril de 1963.

O "Dossier" que reúne todo o material informativo do referido plano, constituído por dados estatísticos, quadros demonstrativos e gráficos elucidativos que refletem e resumem os trabalhos de levantamentos realizados, está matriculado no processo da Secretaria da Fazenda como processo n.º 22.501-63, ao qual se reporta o mencionado Decreto n.º 15.095.

Estes elementos informativos, na eloquência das cifras e de fatos, fundamentam as afirmações acima formuladas e orientam as provisões ordenadas no Plano de Reaparelhamento das Exatorias Estaduais.

c) *Política do órgão*

O programa de ação que norteará as atividades dos órgãos exacionais e de arrecadação no triênio de 1964—1966, em prosseguimento do Plano de Reaparelhamento das Exatorias Estaduais, já aprovado pelo Decreto n.º 15.095 e iniciado em 1963, tem por objetivo conduzir essas unidades fazendárias a um nível de organização e funcionamento que responda, de modo positivo, às solicitações de uma política exacial sistemática, continuada e regular no propósito de alcançar um alto nível de eficiência na realização dos ingressos tributários e no controle dos gastos públicos.

O referido Plano pretende alcançar aquele objetivo através das seguintes providências:

a) instalação imobiliária de cada Exatoria em prédio próprio, como solução definitiva para o problema, desenvolvendo-se, paralelamente, um programa de reforma, ampliação e conservação para melhorar as locações existentes, em atendimento de situação de urgência;

b) equipamento de todas as Exatorias, bem como dos respectivos serviços de inspeção geral, com veículos e com móveis, máquinas e utensílios, padronizados estes de modo a impedir-se os desgastes pelas compras inadequadas, facilitando-se o reaproveitamento dos materiais permanentes estandardizados;

c) estruturação duma política de pessoal para os quadros das Exotorias, de execução progressiva, tendente a mantê-los sempre preenchidos em suas necessidades pelos processos legais, realçando-se o mérito funcional com a observância sistemática das normas estatutárias e promovendo-se a disciplina no trabalho, em benefício da elevação do índice de eficiência dos serviços;

d) reorganização dos serviços exacionais do Estado, com a modernização de métodos e processos de trabalho em cada Exatoria.

2.3.2 — ATRIBUIÇÕES LEGAIS E SITUAÇÃO ATUAL DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Por força do Decreto 10.360, de 16-2-59 (anexo) n.º 1, que regulamenta o disposto no ítem VII do art. 2.º, da Lei n.º 3.602, de 1-12-58, cabe à Secretaria da Administração, em linhas gerais:

a) executar as atividades da administração pública estadual, em geral, inclusive organização e reorganização de serviços e racionalização do trabalho;

b) superintender a política de pessoal e centralizar as atividades relativas a seleção, treinamento e aperfeiçoamento dos servidores, bem como elaborar o registro, publicação e expedição de todos os atos relativos ao pessoal;

c) incumbir-se dos problemas concernentes à inspeção de saúde, desde o ingresso até à aposentadoria do servidor público;

d) adquirir e suprir, as repartições do Estado, através da Comissão Estadual de Compras, do material permanente e de consumo necessário ao Executivo.

Posta em funcionamento a 1-2-1959, a Secretaria da Administração passou a atuar com base nos serviços auxiliares que constituíam o antigo Departamento de Serviço Público, da Diretoria da Biometria Médica, desmembrada do antigo Departamento de Saúde Pública; da Comissão Estadual de Compras; do Departamento Estadual de Estatística, que mais tarde foi vinculado à Secretaria de Economia e do Instituto de Previdência do Estado que funciona autônomamente.

Não houve, de então a esta parte, uma adequada estruturação administrativa da Pasta e muito menos se procurou imprimir métodos novos no que se refere à administração de pessoal. Inclusive, o aparelhamento da Secretaria deixa muito a desejar. Basta citar as precárias condições em que está instalada, ou seja, em prédio construído para Arquivo e adaptado, sem com isto atender às necessidades do serviço até mesmo por falta de espaço.

No que toca a Biometria Médica, as instalações são por demais péssimas, além de estarem ocupando espaço (cerca de 400 m²) reclamado para o melhor funcionamento do Pósto de Saúde Modelo n.º 2. Também a Comissão de Compras se encontra instalada em prédio alugado e sem possuir um almoxarifado, condição indispensável para o bom funcionamento do órgão.

Do exposto, se constata as seguintes necessidades:

- a) reestruturação (em andamento) da Secretaria;
- b) reaparelhamento de seus serviços, aumentando a capacidade operativa do Órgão;

2.3.2.1 — METAS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Abrangendo todo o seu campo de ação, com exclusão dos assuntos pertinentes à previdência, que estão afetos a uma Autarquia, o IPE, as metas que a Secretaria da Administração deve atingir no atual triênio são as seguintes:

No setor de Pessoal

a) Reexame da legislação de pessoal, no sentido de sua atualização e consolidação.

b) Plano de reclassificação de cargos e funções, corrigindo e aperfeiçoando o sistema adotado pelas leis n.ºs 920 e 2020.

c) Aprofundado estudo no sentido de estabelecer um Código de Vencimentos e Vantagens capaz de dar tratamento justo e im-pessoal ao servidor público.

d) — Fiel cumprimento da norma constitucional, que determina o provimento de cargos mediante concurso.

e) — Restrição legal à admissão de pessoal variável, limitando-a aos casos compatíveis com tal denominação.

f) Intensificação do aperfeiçoamento dos funcionários estaduais, mediante cursos rápidos, ministrados pela própria Secretaria e pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências da URGS, bem como através de bolsas de estudo junto a organizações nacionais ou estrangeiras.

No setor de Biometria Médica

a) Reaparelhamento e reorganização, com início em 1963, dos serviços de Biometria Médica, dotando-os de pessoal, instrumentos e prédio necessários.

b) Criação em 1964, de 7 postos Regionais de Biometria Médica o que implicará em descentralização e diminuição da sólida carga dos Postos de Saúde, que atualmente também fazem o Serviço de Biometria.

No tocante à estruturação Administrativa do Estado

- a) Ampla reestruturação dos serviços públicos estaduais em geral.
- b) Instalação de um Centro Eletrônico de Computação de Dados, que abrangerá, na primeira fase, o controle do pessoal de todos os serviços correspondentes, tais como elaboração de fôlhas e recibos de pagamentos. Em segunda fase, abrangerá outros serviços, como os de ordem estatística, tributária e industrial.
- c) Organização, na Secretaria da Administração, de uma Biblioteca de assuntos administrativos em geral.

No setor material

- a) Transformação da Comissão Estadual de Compras em Departamento.
- b) Efetiva centralização das compras de material de consumo e permanente, mediante a centralização dos recursos no órgão competente.
- c) Recuperação centralizada do material em más condições de uso.
- d) Disciplinação de distribuição e uso dos uniformes.

2.3.3. — SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

A fim de dar cumprimento às suas finalidades, pretende a Secretaria do Interior e Justiça determinar a execução de programas abrangendo todos os setores de sua competência, da maneira a encaminhar a solução de seus problemas dentro do Triênio.

Os objetivos e metas são os seguintes:

- a) Um pavilhão para o Arquivo Público, indispensável para que possa recolher o material esparso por diversas Secretarias, e cujo prazo do recolhimento ao Arquivo já se encontra vencido.
- b) Dotar o Estado de um sistema penitenciário apto a atender à acomodação de toda a população presidiária assim como dispor

os serviços pertinentes e afins de todo o equipamento material e pessoal, capaz de permitir condições mínimas de assistência aos detentos e seus familiares. Dentro desse objetivo está prevista a criação de uma Escola de Guardas Penitenciários e de Administradores de Presídios, bem como, ampliação dos serviços de Assistência Social e renovação dos processos de recuperação dos presidiários.

c) Ampliar a cooperação com os municípios, estendendo a todas as comunas um eficiente serviço de assistência técnica, levantamento sócio-econômico e integral apoio às iniciativas municipais, tais como a criação do Banco dos Municípios e dos Conselhos Inter-Municipais de Desenvolvimento, aglutinando as iniciativas de comunas com interesses interdependentes.

d) A fiscalização dos Serviços de diversão pública objetiva ampliar seu campo de atuação e consequente aumento da arrecadação. Serão, criadas delegacias regionais, destinadas a superintender os serviços de arrecadação feitos por intermédio das Delegacias de Polícia.

e) A guarda de documentos, a cargo do Arquivo Público, ampliar o prédio e atualizar o sistema burocrático e técnico do mesmo, com a adoção de processo modernizado de arquivamento e cópia de documentos.

f) No tocante as relações com o Governo Federal, o Estado, criara na Distrito Federal, uma Assessoria Parlamentar, capaz de prestar aos representantes federais do Rio Grande do Sul toda a assistência e todas as informações necessárias à elaboração de leis do interesse do Estado, assim como acompanhar todas as tramitações de projetos relacionados com o Rio Grande do Sul.

g) Os serviços gráficos do Estado, executados pelo Departamento de Imprensa Oficial, serão dotados de maquinária moderna, pois o parque de equipamentos encontra-se obsoleto. O reequipamento possibilitará concorrer em pé de igualdade com as gráficas privadas de Porto Alegre, e assim, dedicar-se a serviços particulares capazes de outorgar-lhe lucros compensatórios.

2.3.4 — SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A política de segurança do Estado está afeta à Secretaria de Segurança Pública que coordena e planeja a atividade da Brigada Militar e do Departamento de Polícia Civil.

2.3.4.1 — BRIGADA MILITAR

Atribuições legais e situação atual: A Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, foi criada pela Lei n.º 7, de 18 de novembro de 1837, estando sua existência legal amparada no artigo n.º 183, da Constituição da República e no Título IX da Constituição Estadual.

Em face dos dispositivos constitucionais, no que concerne a ordem e segurança do Estado, compete à Brigada Militar:

- garantir o cumprimento da Lei, a segurança da Constituição e o exercício dos Poderes Constituídos;
- Colaborar na preparação e na execução dos serviços de policiamento, em todo o Território do Estado;
- exercer as funções de combate ao fogo, prevenção de incêndios e socorros públicos, mediante convênio entre o Governo do Estado e os Municípios;
- exercer outros encargos condignos que lhe forem atribuídos.

Além disso, acode, ainda, com seus serviços todas as vezes que periclite o interesse público e a economia estadual, sendo sempre posta em choque em consequência de pragas, greves e outras situações de anormalidade.

Para o cumprimento de suas atribuições a Brigada Militar, de acordo com o Decreto n.º 12.280, de 21-4-61, está organizada da seguinte forma:

- a) Comandante Geral;
- b) Órgãos de Direção;
- c) Órgãos Auxiliares
- d) Órgãos de Execução
- e) De Estabelecimentos:

Hospital da Brigada Militar de Pôrto Alegre

Hospital da Brigada Militar de Santa Maria

Laboratório Industrial de Pôrto Alegre

Laboratório de Prótese Dentária de Pôrto Alegre

Laboratório de Prótese Dentária de Santa Maria

b) — *Metas para o triênio*

São aquelas referentes ao cumprimento de suas atribuições legais e que em virtude da sua complexidade, não podem ser codificados, mesmo porque são subjetivas. Pretende a Brigada Militar tornar-se mais eficiente através de modificações internas de estrutura e aparelhando materialmente às suas Unidades com os recursos solicitados. No setor do Policiamento, pretende como medida de eficiência, descentralizar suas Unidades, enviando para outros municípios sedes de Companhias e Esquadrões, o que será feito parceladamente.

Essa é uma das medidas que requer modificações interna de estrutura. Ainda neste setor, propõe a Brigada Militar, seja dada a ela a missão de policiamento fiscal ou fazendário, tendo para isto previsto a criação de Companhias Fiscais e Esquadrões Fiscais, que serão incorporados aos Batalhões Policiais e Regimentos Rurais, respectivamente.

Essas Companhias e Esquadrões Fiscais serão criados parceladamente: Assim, em 1964 pretende a Brigada Militar criar uma Companhia desse tipo, que será incorporada ao 3.º BP, com sede em Pôrto Alegre. Em 1965 criará ela mais uma Companhia Fiscal que será incorporada ao 2.º BP, com sede em Passo Fundo e um Esquadrão Fiscal que será incorporado ao 1.º RPR Mont, com sede em Santa Maria. Este Esquadrão Fiscal do 1.º RPR Mont terá sua sede em Santo Ângelo. Em 1966 criará dois Esquadrões Fiscais, que serão incorporados ao 2.º e 3.º RPR Mont, com sede em Sant'Ana do Livramento e Pelotas, respectivamente.

Para algumas cidades, populosas, como Pelotas e Santa Maria, pretende a Brigada Militar instalar o serviço de Rádio-patrulhamento.

No que diz respeito ao combate ao fogo, pretende ampliar os seus serviços, com a criação de novas Estações na Capital e no Interior.

Construção ou ampliação (início ou continuação) de obras

Construir sedes de Destacamentos, Companhias e Esquadrões no Interior do Estado, bem como Estações de Bombeiros na Capital, necessárias à consecução das metas policiais e de combate ao fogo, previstas neste plano. As Estações de Bombeiros do Interior serão

construídas com recursos municipais, de acordo com os convênios que serão feitos.

As demais obras serão aquelas de ampliação de Quartéis e Hospitais da Fôrça, que já não atendem atualmente as necessidades da Tropa.

c) — *Política da Entidade*

É política da Brigada Militar no próximo Triênio, racionalizar o emprêgo de seu efetivo, tendo em vista principalmente o aprimoramento dos seus serviços policiais e de prevenção e extinção de incêndios, que são aqueles serviços fins de Fôrça, em tempos normais.

Para tanto, solicita no presente plano vários investimentos e propõe outras medidas de caráter compulsório, para que possa atingir os objetivos descritos acima, e que são em síntese os seguintes:

1 — Pessoal:

Solicita aumento anual e parcelado de seu efetivo, que está justificado na exposição feita nos programas e sub-programas, em quadros especiais. Esse aumento é de 1.368 homens no primeiro ano, 1.133 no segundo ano e 990 no terceiro, apesar de ser a necessidade atual o total desse aumento, principalmente no que diz respeito ao policiamento do Interior do Estado e aos serviços de bombeiros. Cumpre esclarecer, ainda, que o aumento proposto, em sua maior parte, se destina à nova atribuição de policiamento fiscal, sugeridas pela Brigada Militar no presente plano. Propõe-se também a criação de um Corpo de Cadetes no CIM.

2 — Despesas de Capital

As necessidades financeiras da Brigada Militar para possibilitarem os investimentos mais necessários são de alguma grandeza, tendo em vista que desde o exercício de 1959, época na qual o elemento 1 foi retirado do orçamento ordinário, vem a Corporação se mantendo com as dotações especificamente destinadas às suas despesas correntes. Como é natural os meios de que dispõe estão a muito superados, necessitando, de imediato, um reparelhamento. Os recursos que solicitamos certamente irão possibilitar o reparelhamento dos Corpos de Bombeiros; a utilização dos meios indispensáveis ao policiamento; os equipamentos e instalações dos Hospitais Militares, bem como a construção e ampliação de Quartéis e Destacamentos policiais.

— Como exemplo, podemos destacar que os elementos da Força, efetivamente empregados no policiamento, agem em muitas ocasiões, sem os recursos materiais indispensáveis, tornando-se por isso, menos eficientes. Em Pelotas, sede do 3.^º RPR Mont, faz-se o patrulhamento nas águas do São Gonçalo em canoas movidas a remo. Para a solução dessa anomalia estamos solicitando recursos para a aquisição de suas lanchas. No que diz respeito aos Corpos dos Bombeiros é desnecessário fazer qualquer comentário, pois é de domínio público a situação precária dos meios materiais dos mesmos.

— Para a missão de policiamento fiscal necessário se torna o aparelhamento material dos Esquadrões e Campanhias que terão esse encargo, que alcançará algum vulto financeiro.

2.3.4.2 — POLÍCIA CIVIL

a) *Situação do Serviço Policial*

A impossibilidade de fixação de metas quantificáveis, que refletem os objetivos da Polícia, em razão das peculiaridades de seu campo de ação e do caráter aleatório de sua ação, torna particularmente difícil o ordenamento explícito dos fins a serem atingidos e dos meios necessários para tal.

Em linhas gerais, estes objetivos podem ser qualificados em duas categorias, os primeiros expressando a necessidade de melhoria qualitativa da atuação do órgão e os segundo a necessidade de ampliação de sua área de ação.

Ainda que as linhas que separam um tipo de objetivo do outro não sejam nítidas e que ambos ocorram normalmente juntos e requeiram para sua concretização os mesmos recursos adicionais, sua separação é útil pois os resultados a serem colhidos em um e outro caso são distintos.

Adotando o critério da predominância de um fim sobre o outro, podemos classificar num grupo os Programas de Policiamento Preventivo, Investigações, Trânsito e Rádio-Comunicações, enquanto no outro, figurariam os Programas de Administração, Identificação, Perícias Técnicas e os demais.

De maneira simplificada, poderíamos dizer que nas atividades fins da polícia predominam as necessidades de ampliação de área, enquanto que nas atividades meios, como efeitos menos sensíveis

e imediatos sobre as primeiras predomina a necessidade de melhoria da qualidade de trabalho.

Ambos os objetivos decorrem de uma situação de insuficiência crônica de capacidade, devida a deficiências cumulativas de pessoal e material, especialmente pessoal com uma qualificação míima.

Assim, tanto um como outro requerem para sua realização a ampliação dos quadros humanos e, em uma segunda etapa, a melhoria e aperfeiçoamento dos mesmos, de maneira a atualizar a Polícia com os problemas advindos dos acréscimos de população, de crescente urbanização e da criação de novos municípios.

Os investimentos requeridos no período destinam-se a equipar estes novos contingentes, de molde a torná-los operantes, e a melhorar o nível de aparelhamento do atual corpo, e podem ser considerados como um gasto derivado da necessidade de superar o déficit já citado.

Como medidas complementares, e com poucos reflexos orçamentários, figuram medidas administrativas internas destinadas a reformular a estrutura administrativa da Polícia, tornando-a mais flexível e eficaz, e possibilitar programas de adestramento que se traduzem na gradual elevação do nível técnico de seu pessoal administrativo e policial.

Um mais rigoroso equacionamento destes objetivos, só será possível após a referida reestruturação, que crie um órgão técnico-burocrático destinado a pensar em termos de longo prazo.

A Administração e a execução de edifícios e obras públicas em geral, bem como a administração e exploração comercial do Jardim Zoológico do Estado, está a cargo da Secretaria das Obras Públicas.

As funções, até então, atinentes à Comissão de Reaparelhamento Penitenciário e à Comissão Estadual de Prédios Escolares passaram a somar-se às já desenvolvidas pela Diretoria de Obras. Entretanto, a função de planejar o localização e as dimensões dasquelas obras será exercida, no que tange a cadeias e penitenciárias, pelo Departamento de Institutos Pénais e a parte referente a prédios escolares, pela Secretaria de Educação e Cultura.

Quadro n.º D-2
ÁREA: SERVIÇOS GERAIS
RECURSOS HUMANOS

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	PESOAL DISPONÍVEL EM 1963						NOVAS ADMISSÕES		
	Técnico Superior	Técnico Médio	Administrativo	Auxiliar	TOTAL	% por Função	1964	1965	1966
I - LEGISLATIVA									
Assembleia Legislativa	14	36	82	55	186	0.8	-	-	-
	14	36	81	55	186	-	-	-	-
II - JUSTIÇA	409	1.012	203	326	2.826	11.4	-	-	-
Tribunal de Justiça	32	75	42	20	172	-	-	-	-
Tribunal de Just. e Juizados	235	1.452	24	235	2.146	-	-	-	-
Conselho Penitenciário	2	1	3	2	10	-	-	-	-
Tribunal de Contas	88	60	117	109	364	-	-	-	-
Juiz da Mídia	10	2	3	1	15	-	-	-	-
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	14	1	10	4	25	-	-	-	-
Justiça do Menor	35	23	75	28	161	-	-	-	-
P.I. - Administração Central	-	-	35	18	53	-	-	-	-
P.II - Técnico Executivo	30	4	13	6	53	-	-	-	-
P.III - Serviço Executivo	5	19	27	4	55	-	-	-	-
III - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.236	16.015	2.800	3.560	21.611	87.9	1.919	3.143	3.046
Gabinete do Governador	1	21	49	137	258	-	-	-	-
Gabinete de Administração e Planejamento	39	8	78	22	147	-	5	-	5
Conselho de Serviços Públicos	16	14	57	23	90	-	-	-	-
Conselho Regional dos Desportos	-	-	2	1	3	-	-	-	-
Secretaria de Interior e Justiça	293	501	429	330	1.555	-	19	151	147
P.I - Administração Central	5	8	78	29	120	-	-	13	14
P.II - Serviço Social Pessoal	7	6	7	7	27	-	-	13	16
P.III - Registro Públco Autarquias Dependentes	-	-	37	12	49	-	18	23	28
P.IV - Serviço de Assistência aos Municípios	15	14	38	11	78	-	-	23	26
P.V - Fiscalização Serv. Obras Públicas	-	39	7	2	48	-	-	-	-
P.VI - Guarda de Documentos	-	9	70	24	103	-	-	-	-
P.VII - Escritório de Detendos	25	85	82	186	378	-	-	4	4
P.VIII - Ministério Público	234	6	39	8	267	-	-	-	-
P.IX - Serviços Gráficos	5	277	55	37	369	-	-	31	37
P.X - Procuradoria do Estado Junta à União	13	3	15	7	38	-	-	-	-
P.XI - Assistência Psiquiátrico-forense	11	54	1	12	78	-	-	42	42
Secretaria de Administração	37	9	217	84	347	-	30	46	45
P.I - Administração Central	-	8	83	30	64	-	-	4	6
P.II - Seleção e Aperfeiçoamento	-	-	27	5	32	-	-	14	14
P.III - Classificação de Cargos	-	-	77	11	88	-	30	8	5
P.IV - Inspeções Médicas	34	4	19	20	77	-	-	6	6
P.V - Organização e Reorganização de Serviços	4	2	15	1	19	-	-	2	2
P.VI - Provimento e Admin. do Material	2	2	46	12	67	-	-	7	7
Secretaria de Segurança Pública	-	77	45	4	126	-	-	-	-
Brigada Militar	577	10.946	-	55	11.580	-	1.204	1.133	991
P.I - Administração Central	134	1.305	-	5	1.444	-	4	6	6
P.II - Policiamento do Estado	296	7.839	-	3	8.136	-	705	7.015	898
P.III - Ensino Militar-Policial	23	171	-	-	195	-	220	20	20
P.IV - Serviços de Bombeiros	52	1.186	-	2	1.240	-	358	92	56
P.V - Serviços de Saúde e Veterinária	67	314	-	42	478	-	24	-	-
P.VI - Fiscalização e Repressão de Obras	6	131	-	4	137	-	53	-	4
Departamento de Peleira Civil	35	3.583	49	120	3.827	-	500	3.424	3.301
P.I - Administração Central	8	154	28	71	271	-	-	279	251
P.II - Invest. Crim. e Social e Serv. Policial	9	1.317	17	21	1.354	-	-	479	381
P.III - Serviços de Trânsito	-	505	-	-	505	-	290	355	300
P.IV - Serviços de Policiamento Preventivo	-	1.406	1	-	1.407	-	250	278	291
P.V - Peritos Medicinais	17	35	4	3	58	-	-	37	30
P.VI - Peritos Técnicos	20	25	2	24	63	-	-	33	21
P.VII - Identificação Pericial	1	51	2	5	54	-	-	16	17
Secretaria da Fazenda	105	644	1.578	193	2.520	-	-	290	547
P.I - Administração Central	-	-	31	1	32	-	-	-	-
P.II - Elabor. Orçamentária e Est. Financeira	16	1	11	2	29	-	-	6	-
P.III - Contabilidade Geral do Estado	62	42	91	14	209	-	-	63	-
P.IV - Admin. e Juridico-Fiscal	14	1	3	-	17	-	-	-	-
P.V - Execução Financeira	13	602	1.447	176	2.223	-	-	321	542
Secretaria de Obras Públicas	113	210	234	391	1.143	-	-	-	-
P.I - Administração Central	3	31	22	95	200	-	-	14	-
P.II - Construção de Obras Públicas	110	777	162	405	940	-	-	44	-
TOTAL GERAL	1.653	17.863	2.172	1.943	24.943	100.0	1.919	3.143	3.046

Quadro n.º D-3
AREA: SERVIÇOS GERAIS
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA	PESSOAL DISPONÍVEL EM 1963				
	Técnico		Administrador Máximo	Outros Auxiliares	TOTAL
	Superior	Médio			
I - LEGISLATIVA	7,5	19,4	43,5	29,6	100
Assembleia Legislativa	7,5	19,4	42,5	29,6	100
II - JUSTIÇA	14,2	64,2	10,0	11,6	100
Tribunal de Justiça	18,6	43,0	26,2	11,6	100
Tribunal do Júri e Juizados	11,0	76,9	1,1	11,0	100
Conselho Penitenciário	53,8	7,7	23,0	15,5	100
Tribunal de Contas	23,9	21,1	41,0	13,7	100
Justiça Militar	66,7	13,3	20,0	-	100
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	40,0	2,9	45,7	11,4	100
Juizado de Menores	21,7	14,3	46,6	12,4	100
P-I - Administração Central	-	-	66,0	34,0	100
P-II - Técnico Assistencial	56,7	7,5	24,5	11,3	100
P-III - Serviço Judiciário	9,1	34,5	49,1	7,3	100
III - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	5,7	24,1	13,0	7,2	100
Gabinete do Governador	0,4	8,1	38,4	53,1	100
Gabinete de Administração e Planejamento	26,5	5,8	53,1	15,0	100
Conselho de Serviço Público	14,5	12,7	51,9	20,9	100
Conselho Regional dos Desportos	-	-	66,7	33,3	100
Secretaria do Interior e Justiça	19,0	32,2	27,6	21,2	100
P-I - Administração Central	4,2	6,7	65,0	24,1	100
P-II - Serviço Social Penitenciário	25,9	22,3	25,9	25,9	100
P-III - Registro Públ. Atividades Económicas	-	-	75,5	24,5	100
P-IV - Serviço de Assistência aos Municípios	19,2	17,9	48,8	14,3	100
P-V - Fiscalização Serv. Diversões Públicas	-	81,3	14,6	4,1	100
P-VI - Guarda de Documentos	-	8,7	68,0	23,3	100
P-VII - Reclusão de Delentos	6,6	22,5	21,7	49,2	100
P-VIII - Ministério Públ.	80,2	2,2	14,6	3,0	100
P-IX - Serviços Gráficos	1,4	75,0	14,9	8,7	100
P-X - Procuradoria do Estado Junto à União	34,2	7,9	39,5	18,4	100
P-XI - Assistência Psiquiátrico-Forense	14,1	69,2	1,3	15,4	100
Secretaria da Administração	16,2	2,6	62,5	24,2	100
P-I - Administração Central	-	1,6	51,5	46,9	100
P-II - Seleção e Aperfeiçoamento	-	-	84,4	15,6	100
P-III - Classificação de Cargos	-	-	87,5	12,5	100
P-IV - Inspeções Médicas	44,2	5,1	24,7	26,0	100
P-V - Organização e Reorganização de Serviços	5,3	10,4	79,0	5,3	100
P-VI - Provimento e Admin. do Material	3,0	3,0	68,7	25,3	100
Secretaria da Segurança Pública	-	61,1	35,7	3,2	100
Brigada Militar	5,0	94,5	-	0,5	100
P-I - Administração Central	9,3	90,4	-	0,3	100
P-II - Policiamento do Estado	3,6	96,3	-	0,1	100
P-III - Ensino Militar-Policial	11,3	88,7	-	-	100
P-IV - Serviços de Bombeiros	4,2	95,6	-	0,2	100
P-V - Serviços de Saúde e Veterinária	15,7	73,4	-	10,9	100
P-VI - Fiscalização e Reparação de Obras	4,4	95,6	-	-	100
Departamento de Polícia Civil	1,4	93,7	1,8	3,1	100
P-I - Administração Central	3,0	56,8	14,0	26,2	100
P-II - Invest. Ord. Polít. e Social e Serv. Policiais	0,7	96,6	1,2	1,5	100
P-III - Serviços de Trânsito	-	100,0	-	-	100
P-IV - Serviços de Policiamento Preventivo	-	99,9	0,1	-	100
P-V - Perícias Médico-Legais	29,3	60,4	6,9	3,4	100
P-VI - Perícias Técnicas	29,4	36,8	2,9	30,9	100
P-VII - Identificação Pessoal	1,5	79,8	10,9	7,8	100
Secretaria da Fazenda	4,1	25,6	62,6	7,7	100
P-I - Administração Central	-	-	96,9	3,1	100
P-II - Elabor. Orçamentária e Est. Financeiros	55,2	-	37,9	0,9	100
P-III - Contabilidade Geral do Estado	29,7	20,1	43,5	0,7	100
P-IV - Assistência Jurídico-Fiscal	82,4	-	17,6	-	100
P-V - Execução Financeira	0,5	27,0	64,6	7,9	100
Secretaria de Obras Públicas	9,8	18,2	20,4	51,3	100
P-I - Administração Central	1,5	15,3	35,0	47,6	100
P-II - Construção de Edifícios Públicos	41,6	18,9	17,1	52,4	100
TOTAL GERAL	6,7	72,5	12,9	7,9	100

Quadro n.º D4
ÁREA: SERVIÇOS GERAIS
INVESTIMENTOS REAIS
 (em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - DÍCIO - PROGRAMA	1964			1965			1966			TOTAL DO PERÍODO		
	Cr\$ do Orçamento Nacional	Equipamento e Instalações	Material Permanente	TOTAL	Cr\$ do Orçamento Nacional	Equipamento e Instalações	Material Permanente	TOTAL	Cr\$ do Orçamento Nacional	Equipamento e Instalações	Material Permanente	TOTAL
I - LEGISLATIVA												
P.I. — Assembleia Legislativa	566.056	9.000	7.600	676.656	602.000	9.220	7.828	617.056	—	9.600	8.100	11.700
P.II. — JUSTIÇA												
P.III. — Tribunal de Justiça	230.000	4.000	2.400	239.400	120.000	4.000	2.400	129.400	—	4.000	3.400	35.000
P.IV. — Tribunal do Júri e Juizados	—	2.000	36.100	38.100	—	1.300	2.500	1.300	—	2.120	32.120	32.120
P.V. — Conselho Punitivo	256.000	15.000	54.650	320.150	18.150	57.653	18.013	61.7.056	—	15.720	60.100	75.820
P.VI. — Tribunal de Contas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VII. — Justiça Militar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VIII. — Tribunal Administrativo das Reuniões Fiscais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.IX. — Juizado da Meia noite	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.X. — Administração Central	9.000	6.400	15.400	21.400	6.300	4.100	6.500	6.100	—	9.000	6.400	15.400
P.XI. — Técnico Administrativo	6.300	2.600	9.100	18.000	2.500	2.500	5.000	5.000	—	2.500	2.500	19.500
P.XII. — Serviço Judiciário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
II - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL												
Gabinete do Governador	1.791.594	1.077.648	206.456	1.975.696	1.521.247	1.467.338	273.910	1.332.495	1.198.781	1.100.888	362.603	2.962.776
Gabinete de Administração e Planejamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Conselho da Administração Pública	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Secretaria Regional das Despesas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.I. — Administração Central	43.543	35.573	500	80.123	41.133	49.133	16.070	376.265	47.503	10.652	30.633	1.931.562
P.II. — Serviço Social do Governo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.III. — Regimento Político Alvorada Econômica	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.IV. — Serviço de Assistência aos Municípios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.V. — Fazenda-Governo, Divisão Pública	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VI. — Guarda da Secretaria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VII. — Recursos da Contabilidade	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VIII. — Ministério das Relações Exteriores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.IX. — Serviços Gerais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.X. — Procuradoria do Estado Júlio C. Lima	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.XI. — Assessoria Presidencial-Forene	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Secretaria da Administração	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.I. — Administração Central	83.333	10.000	2.550	105.883	62.333	100.000	9.378	192.711	62.333	100.000	6.610	182.941
P.II. — Seleção e Aperfeiçoamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.III. — Classificação de Cargos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.IV. — Inspeções Médicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.V. — Organização e Recompatibilização de Serviços	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VI. — Provimento e Administração do Material	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VII. — Construção e Aquisição de Objetos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Secretaria da Segurança Pública	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.I. — Brigada Militar	315.000	631.299	44.120	977.399	431.299	1.010.979	1.175	1.175	1.175	1.175	1.175	591.517
P.II. — Administração Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.III. — Poderamento do Estado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.IV. — Estudos Militares	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.V. — Serviços de Comunicação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VI. — Serviços de Saúde e Veterinária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VII. — Fazenda e Recursos da Obra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Departamento de Policia Civil	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.I. — Administração Central	26.400	98.366	47.560	182.326	25.000	242.831	47.600	315.421	25.000	25.000	25.000	249.999
P.II. — Instituto Cid. Flávio e Sociedade Pública	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.III. — Serviços de Policiamento Preventivo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.IV. — Serviços Medicolegais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.V. — Peritos Técnicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VI. — Identificação Pericial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Secretaria da Fazenda	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.I. — Administração Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.II. — Elaboração Orçamentária e Finanças	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.III. — Contabilidade Geral do Estado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.IV. — Assuntos Jurídico-Fazendários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.V. — Contabilidade Financeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VI. — Secretaria de Obras Públicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.VII. — Administração Central	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P.II. — Contingente de Polícias Públicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
IOTR4 DA ÁREA	7.681.362	1.102.148	286.706	8.052.446	2.241.242	1.404.753	439.601	4.175.624	1.102.148	430.627	3.055.700	6.121.522

Anexo n.º 1
Apêndice do Quadro n.º D-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS

DESCRÍÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO (município ou região fisiográfica)	Data do início da obra	Data esti- mada para a conclusão da obra	INVESTIMENTOS ANUAIS DO PROJETO OU OBRAS		
				1964	1965	1966
I — LEGISLATIVA				660.000	600.000	—
Palácio Legislativo	Pôrto Alegre	1960	1965	660.000	600.000	—
II — JUSTIÇA				230.000	120.000	—
Palácio da Justiça	Pôrto Alegre	1954	1965	230.000	120.000	—
III — GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL				144.300	120.000	95.000
Brigada Militar	Erexim Pôrto Alegre	1961	1965	66.300	26.000	—
Destacamento da Brigada Militar	Pôrto Alegre	1962	1964	10.800	9.000	—
Regimento Bento Gonçalves	Pôrto Alegre	1962	1964	3.600	—	—
Estação de Bombeiros	Pôrto Alegre	1962	1964	3.000	—	—
Garagem e Oficina da Cia. Mat. I.	Santa Maria	1962	1964	6.000	—	—
Reconstruções de Pavilhões da B. M.						—
Pavilhão de Alojamento para o C. I. M. e C. E. E.	Pôrto Alegre	1962	1964	6.000	—	—
Enfermaria do 2.º R. P. R. Montado	Livramento	1961	1964	3.000	—	—
Enfermaria do 3.º B. G.	Rio Grande	1958	1965	—	2.000	—
Recuperação do 3.º B. P.	Pôrto Alegre	1963	1965	7.200	6.000	—
Enfermaria 4.º B. P.	Montenegro	1962	1965	—	3.000	—
Pavilhão Moto do Regimento B. G.	Pôrto Alegre	1962	1964	7.000	2.000	—
Linha de Tiro	Pôrto Alegre	1962	1965	—	4.000	—
Departamento do Palácio Civil				22.000	25.000	25.000
Instituto Médico Legal	Pôrto Alegre	1958	1966	22.000	25.000	25.000
Secretaria das Obras Públicas				56.000	69.000	70.000
Balneário Osvaldo Cruz	Irajá	1961	—	18.000	20.000	20.000
Balneário Vicente Dutra	Frederico Westphalen	1958	1966	30.000	40.000	40.000
Jardim Botânico	Pôrto Alegre	1959	—	8.000	9.000	10.000
TOTAL				1.034.300	840.000	95.000

1) Descrição das Obras Públicas constante do Quadro A-4 — Investimentos Reais.
Observação: Estas obras serão executadas pela Secretaria de Obras Públicas.

Anexo n.º 2
Apêndice do Quadro n.º D-4
INVESTIMENTOS REAIS
(1) OBRAS PÚBLICAS
DESCRÍÇÃO DAS OBRAS NOVAS

(Em milhares de Cr\$ de 1964)

SEM COBERTURA ORÇAMENTÁRIA P/1964

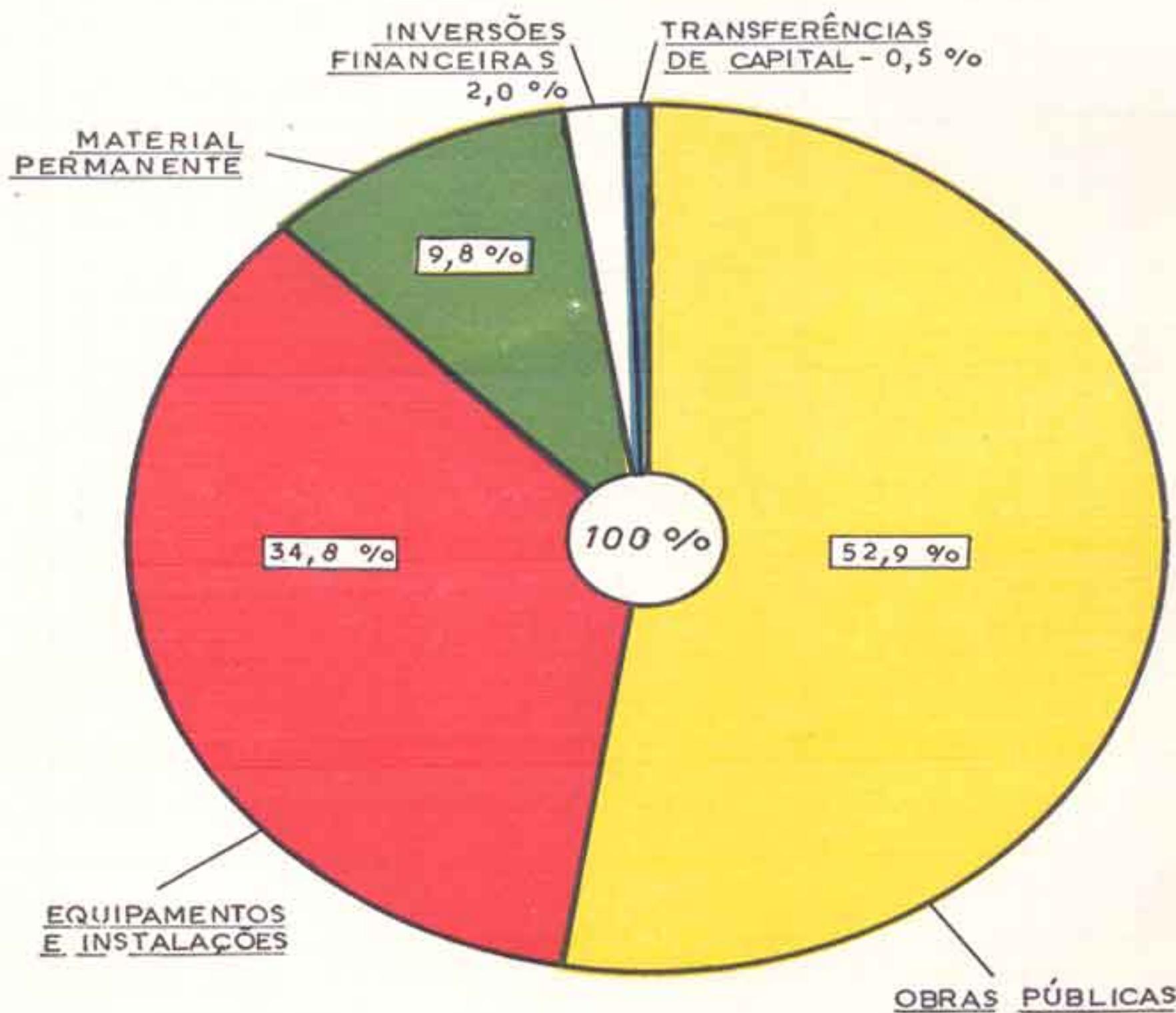
FUNÇÃO — PROGRAMA PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO	Data do início da obra	Data esti- mada para a conclusão da obra	Total do orçamento da obra	Investimentos anuais do projeto ou obra			
					1964	1965	1966	Restantes
I — JUSTIÇA								
P-II — Fóros	São Leopoldo	1964	1964	80.441	41.629	11.632	21.180	—
"	Rio Grande	1964	1964	20.714	20.714	—	—	—
"	Soledade	1964	1964	13.337	13.337	—	—	—
"	Ijuí	1965	1965	11.632	—	11.632	—	—
"	Fazenda Fundo	1966	1966	21.180	—	—	21.180	—
— Recuperação e Reforma	—	1964	1966	9.000	3.000	3.000	3.000	—
II — GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL								
Secretaria do Interior e Justiça				1.592.370	638.150	533.250	420.970	—
P-I — Cadeias Civis	São Francisco de Assis	1964	1964	5.73	5.732	—	—	—
"	Santa Cruz do Sul	1964	1964	7.463	7.463	—	—	—
"	General Vargas	1964	1964	4.503	4.503	—	—	—
"	S. Sebastião do Caí	1964	1964	8.461	8.461	—	—	—
"	Santiago	1964	1964	8.217	7.217	—	—	—
"	Sobradinho	1964	1964	10.111	10.111	—	—	—
"	Montenegro	1964	1964	8.311	8.311	—	—	—
"	Rosário do Sul	1964	1964	8.040	8.040	—	—	—
"	Rio Pardo	1964	1964	9.840	9.840	—	—	—
"	Candelária	1964	1964	7.660	7.660	—	—	—
"	Estréla	1964	1964	7.260	7.260	—	—	—
"	Guaporé	1964	1964	21.800	21.800	—	—	—
"	S. Pedro do Sul	1964	1964	6.740	6.740	—	—	—
"	Ibaú	1964	1964	7.260	7.260	—	—	—
"	S. Lourenço do Sul	1965	1965	7.660	—	7.660	—	—
"	Veranópolis	1965	1965	7.660	—	7.660	—	—
"	Canas	1965	1965	22.600	—	22.600	—	—
"	Encruzilhada do Sul	1965	1965	7.660	—	7.660	—	—
"	Arroio do Meio	1965	1965	7.250	—	7.260	—	—
"	Tecuari	1965	1965	6.850	—	6.860	—	—
"	Gravataí	1965	1965	19.800	—	19.800	—	—
"	Iapó	1966	1966	7.660	—	—	7.660	—
"	São Jerônimo	1966	1966	8.460	—	—	8.460	—
"	Ceçaçava do Sul	1966	1966	8.060	—	—	8.060	—
P-III — Obras Penitenciárias								
"	Venâncio Aires	1966	1966	6.860	—	—	6.860	—
"	Tupanciretã	1966	1966	6.860	—	—	6.860	—
"	Jaguarão	1966	1966	7.660	—	—	7.660	—
"	Osório	1966	1966	7.660	—	—	7.660	—
— Recuperação e Reforma	—	1966	1966	42.000	14.000	14.000	14.000	—
P-III — Obras Penitenciárias				538.000	210.000	173.000	155.000	—
Ilha do Presídio	Porto Alegre	1964	1964	20.000	20.000	—	—	—
Presídio da Capital	Porto Alegre	1964	1966	170.000	75.000	50.000	45.000	—
Manicômio Judiciário	Porto Alegre	1964	1965	25.000	15.000	10.000	—	—
Penitenciária Agric. Zona "C"	Santa Maria	1964	1966	180.000	60.000	60.000	60.000	—
Hospital Central Penitenciário	Porto Alegre	1964	1966	120.000	40.000	40.000	40.000	—
Instituto Feminino Rosângela Social	Porto Alegre	1965	1966	23.000	—	13.000	10.000	—
Secretaria do Interior e Justiça	Porto Alegre	1964	1966	64.000	24.000	20.000	20.000	—
Instituto Psiquiátrico-Forense	Porto Alegre	1964	1965	64.000	24.000	20.000	20.000	—
Brigada Militar	Diversas	1964	1966	694.250	268.750	246.750	178.250	—
60 Desenvolvimentos Policiais	Diversas	1964	1966	180.000	60.000	60.000	60.000	—
45 Postos Rurais	Diversas	1964	1966	20.250	6.750	6.750	6.750	—
Pavilhão de Adm. do Corpo de Bombeiros	Porto Alegre	1964	1965	80.000	20.000	20.000	20.000	—
Escola de Especialização do Corpo de Bombeiros	Porto Alegre	1965	1966	15.000	—	7.500	7.500	—
Varijo do Corpo de Bombeiros	Porto Alegre	1966	1966	5.000	—	—	5.000	—
Pavilhão alojamento da 1.ª Cia. do 1.º B.P.	Porto Alegre	1964	1965	15.000	7.500	7.500	—	—
Pavilhão de Administ. do 1.º B. P.	Porto Alegre	1965	1966	15.000	—	7.500	7.500	—
Recuperação da parte antiga do H. B. M.	Porto Alegre	1964	1965	22.000	11.000	11.000	—	—
Bloco Cirúrgico do H. B. M.	Porto Alegre	1964	1965	15.000	7.500	7.500	—	—
Laboratório do H. B. M.	Porto Alegre	1964	1965	8.000	4.000	4.000	—	—
Pavilhão de Clínica do H. B. M.	Porto Alegre	1964	1966	36.000	12.000	12.000	12.000	—
Pavilhão de Diálise do H. B. M.	Porto Alegre	1964	1964	5.000	5.000	—	—	—
Pavilhão da Enq. da Reg. Bento Gonçalves	Porto Alegre	1964	1965	30.000	10.000	10.000	10.000	—
Balanço Reg. Bento Gonçalves	Porto Alegre	1964	1965	15.000	7.500	7.500	—	—
Quartel do Serviço de Encarceraria	Porto Alegre	1964	1966	20.000	5.000	5.000	10.000	—
Recuperação do Serviço Médico do H.B.M.	Santa Maria	1964	1965	6.000	3.000	3.000	—	—
Recuperação da 2.º B. P.	Fazenda Fundo	1964	1965	6.000	3.000	3.000	—	—
Recuperação da 4.º B. P.	Montenegro	1964	1966	3.000	1.000	1.000	1.000	—
Recuperação do 1.º B. G.	Porto Alegre	1965	1966	6.000	—	3.000	3.000	—
Recuperação do 2.º B. G.	Santa Maria	1964	1966	3.000	1.000	1.000	1.000	—
Recuperação do 3.º B. G.	Rio Grande	1964	1966	5.000	2.000	2.000	1.000	—
Recuperação do 3.º Reg.	Pelotas	1964	1966	9.000	3.000	3.000	3.000	—
Recuperação do Quartel General	Porto Alegre	1964	1966	60.000	20.000	20.000	20.000	—
Recuperação do Serv. de Intendência	Porto Alegre	1964	1966	6.000	2.000	2.000	2.000	—
Depósito do Serviço de Intendência	Porto Alegre	1964	1965	15.000	7.500	7.500	—	—
Recuperação do Pavilhão de Ensino do C. I. H.	Porto Alegre	1964	1966	35.000	15.000	10.000	10.000	—
Quartel do 1.º R. P. R. Mont.	Santo Ângelo	1964	1964	12.000	12.000	—	—	—
Quartel do 4.º B. P.	Caxias do Sul	1964	1964	12.000	12.000	—	—	—
Quartel do 4.º B. P.	Itaíba	1965	1965	12.000	—	12.000	—	—
Quartel do 4.º B. P.	Sta. Cruz do Sul	1966	1966	12.000	—	—	12.000	—
Recuperação do 2.º R. P. R. Mont.	Floriano	1964	1966	3.000	1.000	1.000	1.000	—
Recuperação do 3.º B. P.	Equador	1964	1964	6.000	6.000	—	—	—
3.ª Estação de Bombeiros	Porto Alegre	1964	1966	42.000	24.000	12.000	6.000	—
TOTAL DA ÁREA				1.672.811	679.779	544.882	442.150	

Observação: Estas obras serão executadas pela Secretaria de Obras Públicas.

Quadro n.º 13

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS

Distribuição percentual dos gastos de capital, no triênio



Quadro n.º D-6

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS
DESPESA DE CUSTEIO
 (em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	1964			1965			1966			TOTAL DO TRIENIO		
	Pessoal	Mai. de Consumo e demais despesas de Custoio	TOTAL	Pessoal	Mai. de Consumo e demais despesas de Custoio	TOTAL	Pessoal	Mai. de Consumo e demais despesas de Custoio	TOTAL	Pessoal	Mai. de Consumo e demais despesas de Custoio	TOTAL
I - LEGISLATIVA												
Assembleia Legislativa	573.100	656.908	573.108	661.371	661.379	573.108	90.919	664.027	1.719.324	264.860	1.984.214	
II - JUSTIÇA												
Tribunal da Justiça	187.552	40.188	227.740	187.552	41.363	226.915	187.552	42.573	230.123	562.656	174.124	
Tribunal do Júri e Juizados	1.052.366	106.150	1.160.516	1.052.366	111.394	1.163.760	1.052.366	114.735	1.167.101	3.157.098	3.142.794	
Conselho Penitenciário	60.589	11.200	71.609	60.589	11.618	72.207	60.589	11.966	72.555	161.767	148.854	
Tribunal de Contas	245.101	11.190	256.591	245.401	11.525	256.926	245.401	11.870	257.271	736.203	770.768	
Justiça Militar	39.450	3.261	42.711	39.450	3.261	42.711	39.450	3.261	42.711	118.350	9.783	
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	12.920	2.860	15.780	12.920	2.860	15.780	12.920	2.860	15.780	39.760	8.500	
Jurado de Menores	93.152	50.358	143.510	93.152	50.358	143.510	93.152	50.358	143.510	279.456	151.074	
FII - Administração Central	22.655	21.270	43.925	22.655	21.200	43.925	22.655	21.270	43.925	63.810	131.775	
FII - Técnico Administrativo	26.553	25.043	61.596	26.553	25.043	61.596	26.553	25.043	61.596	109.659	75.129	
FII - Técnico Judiciário	33.944	4.045	37.989	33.944	4.045	37.989	33.944	4.045	37.989	101.932	12.135	
III - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL												
Gabinete do Governador	13.629.846	2.971.086	16.600.932	15.769.807	3.994.713	19.764.520	16.013.877	4.110.111	22.123.983	47.413.530	11.075.918	
Gabinete de Administração e Planejamento	169.750	122.100	291.850	169.750	125.763	295.513	169.750	129.526	299.286	507.250	377.399	
Conselho de Serviço Público	109.867	138.500	248.367	109.867	142.655	252.522	109.867	146.935	256.802	329.601	426.010	
Conselho Regional dos Desportos	62.322	7.020	69.342	62.322	7.230	69.552	62.322	7.446	69.768	166.966	21.694	
Secretaria do Interior e Justiça	3.573	2.138	5.711	3.573	2.202	5.775	3.573	2.268	5.841	10.719	6.656	
FII - Administração Central	1.197.156	1.007.017	2.284.173	1.288.095	2.058.562	3.346.657	1.388.289	2.120.314	3.508.403	3.673.540	5.265.892	
FII - Diretoria Social Econômica	72.824	10.959	83.763	80.713	11.287	92.000	89.209	11.625	100.834	242.746	33.871	
FII - Conselho Federal de Desportos	12.032	9.516	21.548	18.716	9.801	28.517	25.846	10.095	35.941	56.594	29.412	
FII - Conselho Federal de Desenvolvimento Econômico	23.921	7.480	31.301	25.120	7.704	42.824	40.777	7.935	56.712	107.798	23.119	
FII - Conselho Nacional dos Municípios	53.455	6.221	59.676	69.217	6.407	75.624	67.035	6.599	93.634	209.707	19.227	
FII - Conselho Superior das Universidades	36.166	2.290	38.450	36.168	2.258	38.526	36.168	2.428	38.596	101.504	7.076	
FII - Conselho de Desenvolvimento	57.067	3.350	60.437	57.087	3.450	60.537	57.087	3.553	60.640	171.261	10.353	
FII - Conselho de Desenvolvimento Econômico	167.265	774.385	941.450	169.035	797.410	966.445	170.605	821.332	992.137	1.071.105	2.352.427	
FVII - Ministério Público	459.066	7.781	465.847	450.666	8.014	466.060	458.066	8.254	466.320	1.374.198	24.049	
FIX - Serviços Federais	228.089	205.370	433.459	247.251	211.531	458.782	270.121	217.876	467.977	745.461	634.777	
FX - Pró-Reitoria de Ensino & Pesquisa	35.427	44.635	948.424	35.427	903.851	976.876	1.012.333	106.781	1.012.333	1.012.333	1.934.508	
FX - Pró-Reitoria Financeira	52.842	50.657	103.499	81.295	52.176	133.471	109.746	53.741	163.499	243.385	156.574	

Quadro n.º D4

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS
DESPESA DE CUSTEIO

(em milhares de Cr\$ de 1944)

Maiorista (R. 2)

Função - Custo - Programa	Periodo	1944		1945		1946		TOTAL DO TRÍNIO	
		Maior. de Con-	Total,	Maior. de Con-	Total,	Maior. de Con-	Total,	Maior. de Con-	Total,
		Salário e de-	Salário	Salário e de-	Salário	Salário e de-	Salário	Salário e de-	Salário
Serviços de Administração									
P.I. - Administração Central	61.421	43.004	231.425	215.347	44.291	259.636	228.471	45.614	284.050
P.II - Salário e de Serviços de Controle	26.236	4.597	22.811	20.863	4.724	23.517	22.510	4.875	23.456
P.III - Salário e de Serviços de Controle	21.203	11.111	22.816	21.201	11.444	42.645	42.607	11.287	42.743
P.IV - Comunicação de Carga	41.094	8.991	48.085	43.429	7.200	50.620	45.765	7.416	54.547
P.V - Serviços Médicos	49.299	12.556	61.855	53.140	12.977	68.072	53.140	12.519	68.497
P.VI - Organização e Regulação de Serviços	11.572	4.047	17.921	18.972	4.170	22.747	22.577	4.293	22.804
P.VII - Administração do Material	34.515	3.700	36.215	38.121	3.811	41.927	41.727	3.923	41.734
P.VIII - Finanças e Administração	30.389	11.521	60.110	38.569	11.066	80.435	38.589	12.221	80.810
P.IX - Segurança Pública	517.132	451.564	8.672.088	6.655.584	463.109	6.120.693	6.662.053	479.660	6.561.113
P.X - Segurança Pública Central	703.937	81.479	703.416	62.923	700.784	709.745	80.440	796.223	710.162
P.XI - Financiamento do Estado	2.216.860	239.197	3.550.057	2.732.900	246.372	3.629.272	4.099.213	253.763	4.252.976
P.XII - Financiamento Municípios	171.379	20.350	191.704	186.956	20.939	209.095	215.321	21.567	236.086
P.XIII - Serviços de Correios	670.166	76.630	746.790	719.887	76.928	798.815	750.192	81.895	831.447
P.XIV - Serviços de Saúde e Veterinária	224.456	28.239	252.728	224.498	29.026	253.574	224.498	29.948	254.446
P.XV - Fazenda e Repartição de Obras	87.482	5.700	88.182	82.452	5.371	88.353	82.084	6.047	87.121
P.XVI - Departamento de Páginas Oficiais	2.260.521	549.293	2.909.918	2.511.252	465.072	2.877.124	4.174.024	512.845	4.737.372
P.XVII - Administração Local	221.643	24.545	246.182	475.122	25.918	405.768	685.533	36.643	722.160
P.XVIII - Imprensa, Jornais e Serviços Públicos	917.713	170.914	1.133.187	1.284.844	174.052	1.440.976	1.523.614	181.364	1.714.928
P.XIX - Serviços de Telecomunicações	359.232	147.252	497.982	529.692	151.667	721.659	736.821	156.217	893.048
P.XX - Serviços de Finanças e Previdência	662.174	164.640	678.814	793.663	171.439	984.647	829.942	176.758	1.156.748
P.XXI - Serviços Municípios	37.711	7.174	64.483	89.551	7.389	96.940	119.401	7.610	127.011
P.XXII - Fundos Turcos	52.293	6.590	58.881	77.870	6.787	84.457	101.509	6.990	108.479
P.XXIII - Licenciamento Pessoal	42.751	16.245	59.996	56.055	16.222	72.787	67.676	17.213	84.909
Secretaria de Fazenda									
P.I - Administração Central	3.816.276	414.727	4.231.000	4.403.279	472.740	4.836.119	4.224.425	420.993	5.665.418
P.II - Fazenda, Orçamento e Finanças	29.148	3.240	22.388	29.148	3.337	32.485	29.148	3.437	32.583
P.III - Contabilidade Geral do Estado	45.094	7.205	47.299	56.423	7.421	61.844	54.423	7.643	62.064
P.IV - Assessoria Jurídica Fazendária	283.929	19.023	298.901	309.215	15.482	304.997	289.913	16.045	305.469
P.V - Licenciamento Fazendário	34.235	1.940	36.215	34.255	2.010	36.273	34.235	2.078	36.273
P.VI - Licenciamento Fazendário	3.423.850	239.727	3.463.587	3.916.038	244.929	4.162.967	4.747.084	324.326	102.765
P.VII - Encargos Gerais do Estado	"	147.553	147.553	"	147.553	147.553	147.553	"	147.553
Secretaria de Obras Públicas									
P.I - Administração Central	512.049	144.100	656.149	612.049	148.473	612.049	152.875	664.924	1.556.147
P.II - Administração Central	97.065	21.500	119.585	97.065	23.175	120.260	97.065	23.870	120.955
P.III - Construção de Edifícios Públicos	414.904	121.600	520.504	414.904	125.240	414.904	129.005	543.969	1.244.897
TOTAL GERAL									
	15.894.384	3.284.073	19.178.437	18.034.345	4.215.363	22.249.708	23.278.415	4.420.651	24.717.068
									12.027.144
									12.028.069

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO CUSTEIO

FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA	1964			1965			1966			TOTAL DO TRIÊNIO		
	Pessoal	Mat. Cons. e demais Desp. Custeio	Total	Pessoal	Mat. Cons. e demais Desp. Custeio	Total	Pessoal	Mat. Cons. e demais Desp. Custeio	Total	Pessoal	Mat. Cons. e demais Desp. Custeio	Total
I - LEGISLATIVA	87,0	13,0	100	86,7	13,3	100	86,6	13,4	100	86,7	13,3	100
Assembleia Legislativa	87,0	13,0	100	86,7	13,3	100	86,6	13,4	100	86,7	13,3	100
II - JUSTIÇA	89,2	11,8	100	87,9	12,1	100	87,7	12,2	100	87,9	12,1	100
Tribunal de Justiça	82,4	17,6	100	81,9	18,1	100	81,5	18,5	100	81,9	18,1	100
Tribunal de Justiça e Juizados	90,2	9,3	100	90,4	9,6	100	90,2	9,8	100	90,4	9,6	100
Conselho Punitivo	84,3	15,7	100	83,9	16,1	100	83,5	16,5	100	83,9	16,1	100
Tribunal de Contas	95,0	4,4	100	95,0	4,8	100	95,0	4,8	100	95,0	4,8	100
Justiça Militar	92,4	7,6	100	92,4	7,6	100	92,4	7,6	100	92,4	7,6	100
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	81,9	18,1	100	81,9	18,1	100	81,9	18,1	100	81,9	18,1	100
Juizado de Menores	64,9	35,1	100	64,9	35,1	100	64,9	35,1	100	64,9	35,1	100
P.I - Administração Central	51,6	48,4	100	51,6	48,4	100	51,6	48,4	100	51,6	48,4	100
P.II - Técnico-Assistencial	59,3	40,7	100	59,3	40,7	100	59,3	40,7	100	59,3	40,7	100
P.III - Serviço Judiciário	89,4	10,6	100	89,4	10,6	100	89,4	10,6	100	89,4	10,6	100
III - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	82,4	17,9	100	79,8	20,2	100	81,4	18,6	100	81,1	18,9	100
Gabinete do Governador	58,2	41,8	100	57,4	42,6	100	56,7	43,3	100	57,4	42,6	100
Gabinete de Administração e Planejamento	44,2	55,8	100	43,5	56,5	100	42,8	57,2	100	43,5	56,5	100
Conselho de Serviço Púlico	89,9	10,1	100	89,6	10,4	100	89,3	10,7	100	89,6	10,4	100
Conselho Regional dos Desportos	62,6	37,4	100	61,9	38,1	100	61,2	38,8	100	61,9	38,1	100
Secretaria de Interior e Justiça	52,4	47,6	100	58,5	41,5	100	59,6	40,4	100	42,4	57,6	100
P.I - Administração Central	66,9	13,1	100	87,7	12,3	100	88,5	11,5	100	87,8	12,2	100
P.II - Serviço Social Punitivo	58,8	44,2	100	65,6	34,4	100	71,9	28,1	100	85,8	34,2	100
P.III - Regime Púlico Atividades Econômicas	76,2	23,8	100	89,0	10,0	100	86,0	14,0	100	89,3	17,1	100
P.IV - Serviço de Assistência aos Municípios	29,6	10,4	100	91,8	8,2	100	91,0	7,0	100	91,6	8,4	100
P.V - Fiscalização Sera Unidades Públicas	94,0	6,0	100	91,9	6,1	100	91,7	6,3	100	91,9	6,1	100
P.VI - Guarda de Inspecções	94,1	5,8	100	94,2	5,7	100	94,1	5,9	100	94,3	6,1	100
P.VII - Reclusão de Detentos	17,8	82,2	100	17,8	82,2	100	17,7	82,3	100	17,8	82,2	100
P.VIII - Ministério Público	98,2	1,7	100	98,3	1,7	100	98,2	1,8	100	98,2	1,7	100
P.IX - Serviços Gráficos	52,8	47,4	100	53,9	46,1	100	55,2	44,6	100	54,8	46,0	100
P.X - Procuradoria de Estado Junta e União	79,4	20,6	100	3,6	96,4	100	3,6	96,5	100	3,7	96,8	100
P.XI - Assessoria Psiquiátrico-Forense	51,1	48,9	100	80,9	39,1	100	87,1	32,9	100	80,9	39,1	100
Secretaria de Administração	81,4	18,6	100	82,9	17,1	100	83,9	16,1	100	82,9	17,1	100
P.I - Administração Central	86,0	14,0	100	86,7	13,3	100	87,3	12,7	100	86,7	13,3	100
P.II - Seleção e Aperfeiçoamento	66,1	33,9	100	73,2	26,8	100	77,5	22,5	100	73,2	26,8	100
P.III - Classificação de Cargos	85,5	14,5	100	85,8	14,2	100	86,1	13,9	100	85,8	14,2	100
P.IV - Inspeções Médicas	79,7	20,3	100	80,4	19,6	100	80,0	20,0	100	80,0	20,0	100
P.V - Organização e Reorganização de Serviços	77,0	23,0	100	81,7	18,3	100	84,6	15,4	100	81,7	18,3	100
P.VI - Provimento e Admin. do Material	90,3	9,7	100	90,9	9,1	100	91,4	6,6	100	90,9	9,1	100
Secretaria de Segurança Pública	77,0	23,0	100	76,5	23,5	100	73,9	24,1	100	76,5	23,5	100
Brigada Militar	92,0	8,0	100	92,4	7,6	100	92,7	7,3	100	92,4	7,6	100
P.I - Administração Central	89,6	10,4	100	89,4	10,6	100	89,1	10,9	100	89,4	10,6	100
P.II - Policiamento do Estado	93,3	6,7	100	93,8	6,2	100	94,2	5,8	100	93,8	6,7	100
P.III - Exército Militar-Policial	89,4	10,6	100	90,0	10,0	100	90,9	9,1	100	90,7	9,3	100
P.V - Serviços de Saúde e Veterinária	88,8	11,2	100	88,5	11,5	100	88,2	11,8	100	88,5	11,5	100
P.VI - Fazendação e Reparação de Obras	93,5	6,5	100	93,4	6,6	100	93,7	6,8	100	93,4	6,6	100
Departamento de Polícia Civil	81,1	18,9	100	85,4	14,6	100	87,7	12,3	100	85,3	14,7	100
P.I - Administração Central	87,0	13,0	100	93,0	7,0	100	94,9	5,1	100	92,9	7,1	100
P.II - Invest. Ord. Pol. e Social e Serv. Policiais	84,9	15,1	100	87,6	12,2	100	87,8	10,6	100	87,7	12,3	100
P.III - Serviços de Trânsito	70,4	29,6	100	73,7	21,3	100	87,5	17,5	100	78,4	21,6	100
P.IV - Serviços de Policiamento Preventivo	79,9	20,1	100	82,2	17,8	100	84,0	16,0	100	82,2	17,8	100
P.V - Perícias Medicolegais	88,9	11,3	100	92,4	7,6	100	94,0	6,0	100	92,3	7,2	100
P.VI - Perícias Técnicas	88,8	11,2	100	92,0	8,0	100	93,6	6,4	100	91,9	8,1	100
P.VII - Identificação Pessoal	72,9	27,1	100	77,0	23,0	100	79,7	20,3	100	76,9	23,1	100
Secretaria da Fazenda	90,2	9,8	100	91,2	8,8	100	92,4	7,6	100	91,4	8,9	100
P.I - Administração Central	90,0	10,0	100	89,7	10,3	100	89,5	10,5	100	89,7	10,3	100
P.II - Elabor. Orçamentária e Est. Financeiros	86,2	13,8	100	89,0	12,0	100	87,7	12,3	100	87,4	12,5	100
P.III - Contabilidade Geral do Estado	95,0	5,0	100	96,0	4,0	100	95,9	4,1	100	95,7	4,2	100
P.IV - Assessoria Jurídico-Fiscal	94,6	5,4	100	94,4	5,0	100	94,3	5,7	100	94,3	5,6	100
P.V - Execução Financeira	93,5	6,5	100	94,1	5,9	100	94,9	5,1	100	94,2	5,8	100
P.VI - Encargos Gerais do Estado	—	100	100	—	100	100	—	100	100	—	10	

Quadro n.º D-8

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS
INVERSÕES FINANCEIRAS
 — unidades de R\$ de 1960

		1964		1963		1964		1963		TOTAL DO PERÍODO	
		Func. Bas.	Dir. Inv.	Func. Bas.	Dir. Inv.						
		* Cenc.	** Finan.			* Cenc.	** Finan.			* Cenc.	** Finan.
NUVOC — GOUJO — PROGRAMA											
Autoridade Legislativa											
N — JUSTIÇA											
Tribunal de Justiça											
Tribunal de Just. e Juiz. de Peq.											
Comissão Permanente											
Comissão de Contas											
Juiz do Júri											
Ministério Administrativo da Economia Pública											
Autarquia de Minas											
MN — Administrativo Central											
MN — Fazenda Administrativa											
MN — Serviços Sociais, Recreacionários e											
MN — Serviços de Assistência aos Municípios											
MN — Políticas para as Diversas Pessoas											
MN — Comissão de Documentação											
MN — Recursos da Ciência											
MN — Ministério das Relações											
MN — Serviços Gerais											
MN — Procuradoria do Trabalho, Artes e Lazer											
MN — Administração Financeira											
SEMPREV — DA ADMINISTRAÇÃO											
SA — Serviço de Administração											
SA — Classificação de Cargas											
SA — Inventários Móveis											
SA — Organização e Encarregado de Documentos											
SA — Recursos e Admin. dos Material											
INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO PÚBLICA											
Angélica Miller											
PI — Administração Central											
PI — Executiva dos Fundos											
PI — União-Município											
PIV — Serviços de Informação											
PIV — Serviços de Saúde e Previdência Social											
PIV — Estatística e Recenseio da Cens. Popul.											
DIRETORIA DE POLÍTICAS CIVIS											
POL — Instituto Cenc. Social e Socio-Político											
POL — Comissão de Trânsito e Segurança											
POL — Comissão de Políticas Previdenciárias											
POL — Plano de Desenvolvimento											
POL — Plano de Desenvolvimento Social											
POL — Plano de Desenvolvimento Regional											
INSTITUTO DA PESQUISA											
IP — Instituto Cenc. Social e Socio-Político											
IP — Comissão de Trânsito e Segurança											
IP — Comissão de Políticas Previdenciárias											
IP — Plano de Desenvolvimento											
IP — Plano de Desenvolvimento Social											
IP — Plano de Desenvolvimento Regional											

Quadro n.º D.9
ÁREA: SERVIÇOS GERAIS
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

(em milhares de Cr\$ de 1960)

FUNÇÃO - ORGÃO - PROGRAMA	1965						1966						TOTAL DO PERÍODO	
	Transferências Correntes		Transferências de Capital		TOTAL		Transferências Correntes		Transferências de Capital		TOTAL			
	Impressões	Correntes	Impressões	Capital	Total	Correntes	Impressões	Capital	Total	Correntes	Capital	Total		
I - LEGISLAÇÃO													19.861	
A - Assembleia Legislativa	6.200	-	4.200	6.615	-	4.615	6.945	-	4.945	19.861	-	-	19.861	
B - JUSTIÇA	46.450	-	45.450	45.416	-	45.416	50.441	-	50.441	145.347	-	-	145.347	
Tribunal de Justiça	6.000	-	6.000	6.500	-	6.500	6.67	-	6.67	1.897	-	-	1.897	
Tribunal de Just. e Juizados	37.450	-	37.400	39.270	-	39.270	41.234	-	41.234	117.904	-	-	117.904	
Conselho Punitivo	820	-	820	861	-	861	904	-	904	2.545	-	-	2.545	
Tribunal de Contas	6.000	-	6.000	6.715	-	6.715	6.51	-	6.51	1.874	-	-	1.874	
Juiz de Direito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tribunal Administrativo de Recursos Públ.	20	-	20	20	-	20	20	-	20	90	-	-	90	
Jurados de Menores	7.000	-	7.000	7.000	-	7.000	7.000	-	7.000	21.000	-	-	21.000	
P.I. - Administração Central	1.050	-	1.050	1.050	-	1.050	1.050	-	1.050	3.150	-	-	3.150	
P.II - Serviço Administrativo	3.200	-	3.200	3.200	-	3.200	3.300	-	3.300	15.800	-	-	15.800	
P.III - Serviço Judiciário	650	-	650	650	-	650	650	-	650	1.050	-	-	1.050	
II - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	150.918.63	111.973.326	23.271.101	141.031.633	11.197.326	24.398.969	11.197.007	11.197.326	45.304.513	335.911.913	78.816.672	-	-	
Gabinete do Governador	1.550	-	1.450	1.575	-	1.575	1.454	-	1.454	4.729	-	-	4.729	
Gabinete de Administração e Planejamento	23.500	-	23.500	24.675	-	24.675	25.909	-	25.909	74.064	-	-	74.064	
Conselho de Serviço Públ.	840	-	840	817	-	817	926	-	926	2.644	-	-	2.644	
Conselho Regional dos Desportos	74	-	74	74	-	74	74	-	74	72	-	-	72	
Instituto de Turismo & Turística	13.591	-	13.591	14.373	-	14.373	17.190	-	17.190	49.154	-	-	49.154	
P.I - Administração Central	5.850	-	5.850	6.163	-	6.163	6.450	-	6.450	18.453	-	-	18.453	
P.II - Serviço Social e Previdência	60	-	60	63	-	63	66	-	66	149	-	-	149	
P.III - Regist. Públ. Atividades Económicas	220	-	220	220	-	220	253	-	253	1.606	-	-	1.606	
P.IV - Serviço de Assistência aos Municípios	250	-	250	269	213	269	231	-	231	946	-	-	946	
P.V - Instituto Ser. Diversas Públ.	526	-	526	524	557	524	552	-	552	1.654	-	-	1.654	
P.VI - Correio e Documentos	620	-	620	651	-	651	684	-	684	1.051	-	-	1.051	
P.VII - Banco do Brasil	3.003	-	3.003	3.155	-	3.155	3.313	-	3.313	9.473	-	-	9.473	
P.VIII - Ministério Públ.	145	-	145	152	-	152	153	-	153	455	-	-	455	
P.IX - Serviços Gráficos	3.053	-	3.053	3.026	-	3.026	4.028	-	4.028	11.517	-	-	11.517	
P.X - Procuradoria do Estado, Junto à União	-	-	1.114	1.170	1.170	1.170	-	-	-	2.513	-	-	2.513	
P.XI - Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Quadro n.º D.9

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

(em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - GESTÃO - PROGRAMA	1964			1965			1966			TOTAL DO TRÍDUO		
	Transferências Correntes	Transferências de Capital	TOTAL	Transferências Correntes	Transferências de Capital	TOTAL	Transferências Correntes	Transferências de Capital	TOTAL	Transferências Correntes	Transferências de Capital	TOTAL
Secretaria da Administração	22.922	-	22.922	24.067	-	24.067	25.271	-	25.271	72.260	-	72.260
P.I - Administração Central	528	-	528	554	-	554	582	-	582	1.664	-	1.664
P.II - Seleção e Aperfeiçoamento	20.940	-	20.940	21.987	-	21.987	23.086	-	23.086	66.013	-	66.013
P.III - Classificação de Cargos	466	-	468	491	-	491	516	-	516	1.475	-	1.475
P.IV - Inspeções Técnicas	290	-	298	313	-	313	329	-	329	940	-	940
P.V - Organização e Reorganização de Serviços	123	-	123	129	-	129	135	-	135	387	-	387
P.VI - Proveniente e Adm. do Material	565	-	565	593	-	593	623	-	623	1.781	-	1.781
Secretaria da Segurança Pública	50	-	50	53	-	53	56	-	56	159	-	159
Brigada Militar	292.172	-	292.172	306.781	-	306.781	322.121	-	322.121	921.074	-	921.074
P.I - Administração Central	33.500	-	33.500	35.175	-	35.175	36.934	-	36.934	105.609	-	105.609
P.II - Policiamento do Estado	194.000	-	194.000	203.700	-	203.700	213.885	-	213.885	611.585	-	611.585
P.III - Exército Militar Policial	9.000	-	9.000	9.450	-	9.450	9.923	-	9.923	28.373	-	28.373
P.IV - Serviços de Bombeiros	37.500	-	37.500	39.375	-	39.375	41.344	-	41.344	118.219	-	118.219
P.V - Serviços de Saúde e Veterinária	13.672	-	13.672	14.356	-	14.356	15.074	-	15.074	43.102	-	43.102
P.VI - Fiscalização e Reparação de Obras	4.500	-	4.500	4.725	-	4.725	4.961	-	4.961	14.186	-	14.186
Departamento de Polícia Civil	77.845	-	77.845	81.738	-	81.738	85.828	-	85.828	245.411	-	245.411
P.I - Administração Central	5.899	-	5.899	6.194	-	6.194	6.504	-	6.504	18.597	-	18.597
P.II - Invest. Ord. Pol. e Social e Serv. Policiais	23.274	-	23.274	24.438	-	24.438	25.660	-	25.660	73.372	-	73.372
P.III - Serviços de Trânsito	19.400	-	19.400	20.370	-	20.370	21.390	-	21.390	61.160	-	61.160
P.IV - Serviços de Fazimento Previdenciário	27.405	-	27.405	28.775	-	28.775	30.214	-	30.214	86.394	-	86.394
P.V - Polícias Medicolegais	1.000	-	1.000	1.050	-	1.050	1.103	-	1.103	3.153	-	3.153
P.VI - Polícias Técnicas	377	-	377	396	-	396	416	-	416	1.189	-	1.189
P.VII - Fazimento do Pessoal	490	-	490	515	-	515	541	-	541	1.546	-	1.546
Secretaria de Fazenda	14.597.028	11.197.326	24.794.354	14.597.555	11.197.326	24.794.354	14.598.108	11.197.326	24.794.354	43.792.691	33.591.976	77.384.669
P.I - Administração Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P.II - Elabor. Orçamentária e Financiária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P.III - Contabilidade Geral do Estado	540	-	540	567	-	567	595	-	595	1.702	-	1.702
P.IV - Admin. e Jurídico-Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P.V - Execução Financeira	10.000	-	10.000	10.500	-	10.500	11.025	-	11.025	31.525	-	31.525
P.VI - Enriga. Gerais do Estado	14.586.468	11.197.326	24.794.354	14.586.488	11.197.326	24.794.354	14.586.488	11.197.326	24.794.354	43.792.694	33.591.976	77.384.669
Secretaria de Obras Públicas	44.391	-	44.391	49.920	-	49.920	49.920	-	49.920	144.231	-	144.231
P.I - Administração Central	4.400	-	4.400	5.720	-	5.720	5.720	-	5.720	15.840	-	15.840
P.II - Construção de Edifícios Públicos	39.991	-	39.991	44.200	-	44.200	44.200	-	44.200	128.391	-	128.391
TOTAL GERAL	15.128.615	11.197.326	24.794.354	15.158.674	11.197.326	24.794.354	15.184.434	11.197.326	24.794.354	45.471.760	33.591.976	79.058.701

continuação (fl. 2)

CUSTO DOS PROGRAMAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

FATTO - ÓRGÃO - PROGRAMA

1983

1984

Custo

Custo

Custo

Liquido

Liquido

Liquido

Operações

Operações

Operações

Financeira

Financeira

Financeira

Total

Total

Total

Capital

Capital

Capital

Invest.

Invest.

Invest.

Financeira

Financeira

Financeira

Invest. de

Invest. de

Invest. de

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

Capital

Capital

Capital

Invest. em

Invest. em

Invest. em

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS

Quadro D.10

I - POLÍTICA

A) Administração Legislativa

B) Administração Executiva

C) Administração Judiciária

D) Administração Administrativa

E) Administração Financeira

F) Administração Industrial e Comercial

G) Administração Social e Cultural

H) Administração da Pessoal

I) Administração das Relações Internacionais

J) Administração das Finanças Públicas

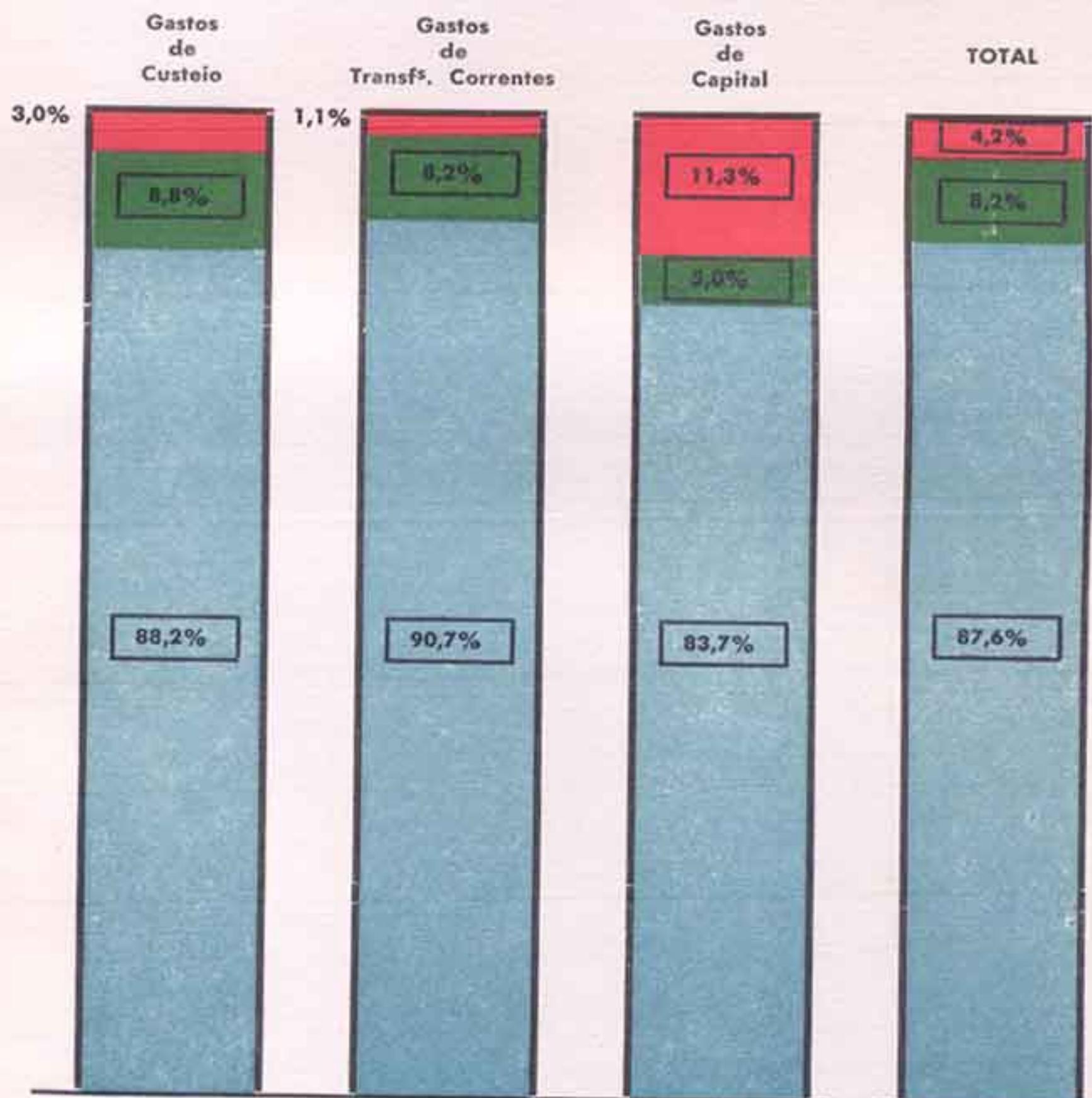
Quadro n.º D-11
ÁREA: SERVIÇOS GERAIS
DESPESA TOTAL DO TRIÊNIO 1964/66 POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

(em milhares de Cr\$ de 1964)

FUNÇÃO - ÓRGÃO - PROGRAMA	TRIÊNIO					
	Custo	Transf. Cor.	Investim. Reais	Invers. Financ.	Transf. Cap.	TOTAL
I - LEGISLATIVA						
Assembleia Legislativa	1.984.214	19.861	1.311.398	-	-	3.315.473
II - JUSTIÇA						
Tribunal de Justiça	5.771.579	145.047	571.983	-	-	6.488.609
Tribunal do Júri e Juizados	686.780	1.892	378.200	-	-	1.066.872
Conselho Penitenciário	3.491.377	117.904	104.320	-	-	3.713.601
Tribunal de Contas	216.631	2.585	6.400	-	-	225.616
Justiça Militar	770.788	1.576	33.863	-	-	806.227
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	128.123	-	1.650	-	-	129.783
Juizado de Menores	47.340	90	1.350	-	-	48.780
P.I - Administração Central	430.530	21.000	46.200	-	-	497.720
P.II - Técnico-Assistencial	131.775	3.150	27.300	-	-	162.225
P.III - Serviço Judiciário	184.728	15.900	15.000	-	-	215.688
P.IV - Serviços Jurídicos	113.957	1.950	3.900	-	-	119.817
III - GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	58.429.117	45.306.515	9.400.469	231.850	33.591.978	147.020.252
Gabinete do Governador	886.639	4.729	20.400	-	-	911.778
Gabinete de Administração e Planejamento	757.591	74.084	45.000	-	-	876.775
Conselho do Serviço Público	208.662	2.648	4.450	-	-	215.760
Conselho Regional dos Desportos	17.527	72	1.500	-	-	18.899
Secretaria do Interior e Justiça	9.139.433	49.156	1.216.683	-	-	10.405.272
P.I - Administração Central	276.617	18.443	7.300	-	-	302.360
P.II - Serviço Social Penitenciário	86.006	189	5.250	-	-	91.445
P.III - Registro Público Atividades Econômicas	130.917	1.009	10.800	-	-	142.726
P.IV - Serviço de Assistência aos Municípios	228.934	946	5.600	-	-	235.480
P.V - Fiscalização Serv. Diversões Públicas	115.520	1.656	6.900	-	-	124.136
P.VI - Guarda de Documentos	181.614	1.955	3.600	-	-	187.169
P.VII - Reclusão de Detentos	2.900.632	9.473	1.011.877	-	-	3.921.382
P.VIII - Ministério Pùblico	1.398.247	455	7.150	-	-	1.405.852
P.IX - Serviços Gráficos	1.380.238	11.517	69.806	-	-	1.461.561
P.X - Procuradoria do Estado Junta e União	2.040.769	-	3.300	-	-	2.044.089
P.XI - Assessoria Psicovariético-ForeNSE	400.459	3.513	65.100	-	-	489.072
Secretaria da Administração	775.113	72.260	591.537	231.850	-	1.670.760
P.I - Administração Central	106.856	1.664	1.650	-	-	110.170
P.II - Seleção e Aperfeiçoamento	127.945	66.013	1.858	-	-	195.816
P.III - Classificação de Cargos	151.897	1.475	2.100	-	-	155.472
P.IV - Inspeções Médicas	194.386	940	12.800	-	-	208.126
P.V - Organização e Reorganização de Serviços	68.220	387	322.200	-	-	390.825
P.VI - Provimento e Admin. do Material	125.799	1.781	930	231.850	-	360.360
P.VII - Construção ou Ampliação de Obras	-	-	249.999	-	-	249.999
Secretaria de Segurança Pública	151.375	159	3.525	-	-	155.059
Brigada Militar	18.304.694	921.074	2.617.496	-	-	22.043.264
P.I - Administração Central	2.372.415	105.609	177.834	-	-	2.655.868
P.II - Policiamento do Estado	11.890.705	611.585	766.609	-	-	13.268.499
P.III - Ensino Militar-Policial	632.492	28.373	60.208	-	-	727.073
P.IV - Serviços de Bombeiros	2.377.059	118.219	846.545	-	-	3.341.822
P.V - Serviços de Saúde e Veterinária	760.743	43.102	152.536	-	-	956.386
P.VI - Fiscalização e Reparação de Obras	265.626	14.186	813.764	-	-	1.093.616
Departamento de Polícia Civil	11.544.411	245.411	813.688	-	-	12.603.510
P.I - Administração Central	1.494.075	18.597	116.500	-	-	1.629.172
P.II - Invest. Org. Pol. e Social e Serv. Policiais	4.289.071	73.372	226.200	-	-	4.588.643
P.III - Serviços de Trânsito	2.102.659	43.160	94.000	-	-	2.257.849
P.IV - Serviços de Policiamento Preventivo	2.900.209	86.394	208.000	-	-	3.194.603
P.V - Peritos Médico-legais	288.876	3.153	103.730	-	-	395.719
P.VI - Perícias Técnicas	251.829	1.129	44.600	-	-	297.628
P.VII - Identificação Física	217.497	1.546	20.658	-	-	239.896
Secretaria da Fazenda	14.722.540	43.792.691	1.449.274	-	33.591.978	93.556.483
P.I - Administração Central	97.253	-	900	-	-	98.358
P.II - Elabor. Orçamentária e Est. Financeiras	176.724	-	3.288	-	-	179.497
P.III - Contabilidade Geral do Estado	1.069.416	1.702	64.300	-	-	1.135.421
P.IV - Administração Financeira	100.221	-	8.900	-	-	117.721
P.V - Execuções Financeira	12.827.474	31.525	1.371.686	-	-	14.231.385
P.VI - Execuções Civis do Estado	442.559	43.759.464	-	33.591.978	77.794.101	
Secretaria de Obras Públicas	1.981.345	144.231	2.435.916	-	-	4.562.492
P.I - Administração Central	360.200	15.840	5.880	-	-	382.520
P.II - Construções de Edifícios Públicos	1.620.743	126.391	2.431.036	-	-	4.180.172
TOTAL	56.245.777	45.471.423	11.283.350	231.850	33.591.978	156.824.334

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS

Distribuição percentual dos gastos por Função e Categoria Econômica, no triênio.



$$83,2\% + 2,2\% + 14,6\% = 100,0\%$$

- Legislativo.
- Justiça.
- Governo e Administração Geral.

Quadro n.º 0-12

ÁREA: SERVIÇOS GERAIS

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS DO TRIÊNIO

Estrutura Econômica dos Gastos por Função

(em %)

DESPESAS CORRENTES

A - ÁREA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL — 29,4%

- a) Educação 23,4%
- b) Saúde 3,9%
- c) Trabalho e Prev. Social. 2,0%
- d) Habitação 0,1%

B - ÁREA ECONÔMICA — 14,8%

- a) Recursos Nat. e Agropec. 5,4%
- b) Indústria e Comércio 9,4%

DESPESAS DE CAPITAL

ÁREA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL — 17,2%

- a) Educação 7,0%
- b) Saúde 1,0%
- c) Trabalho e Prev. Social. 4,6%
- d) Habitação 4,6%

ÁREA ECONÔMICA — 17,5%

- a) Recursos Nat. e Agropec. 3,7%
- c) Indústria e comércio 13,8%

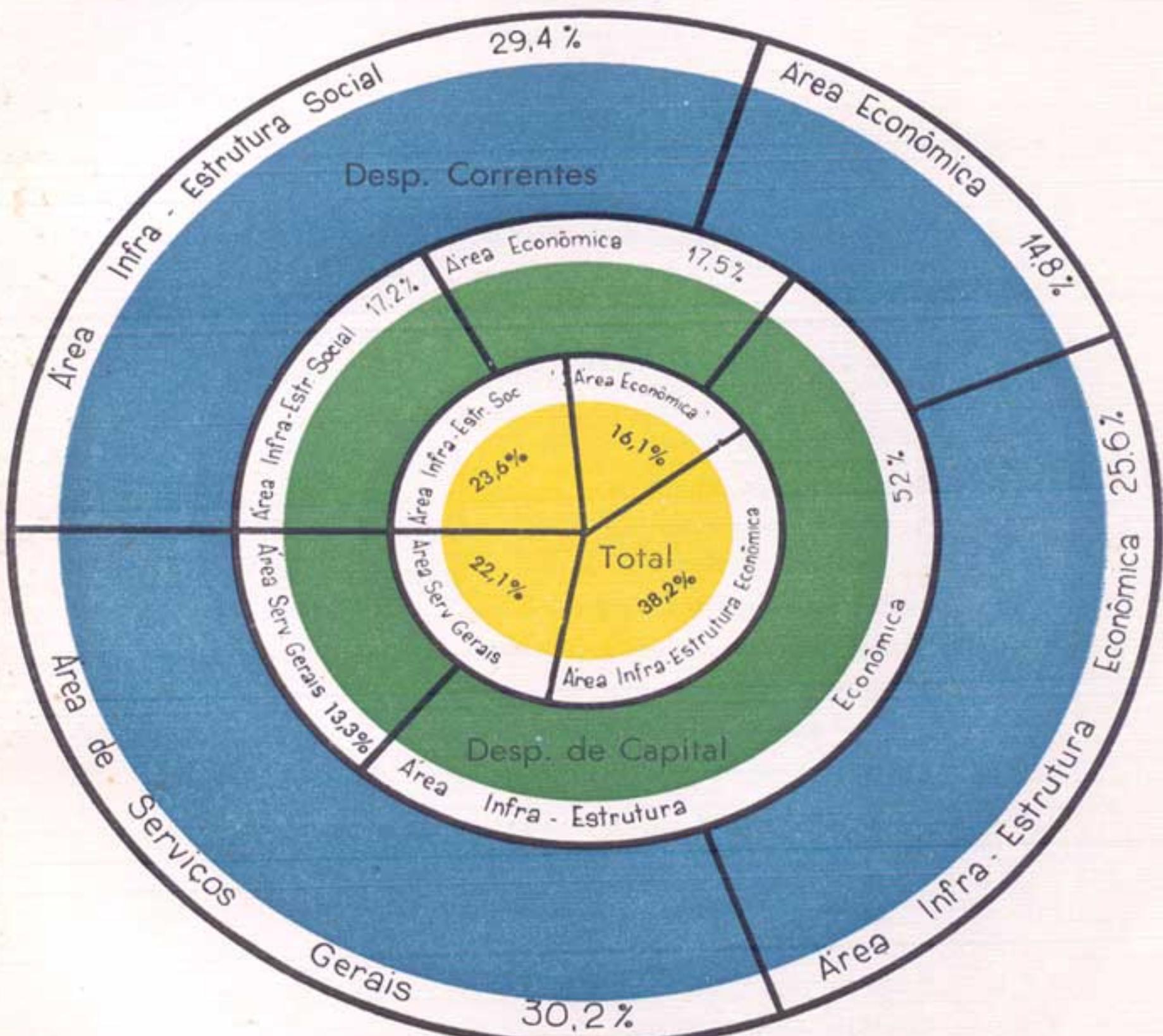
TOTAL

ÁREA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL — 23,6%

- a) Educação 15,6%
- b) Saúde 2,6%
- c) Trabalho e Prev. Social 3,2%
- d) Habitação 2,2%

ÁREA ECONÔMICA — 16,1%

- a) Recursos Nat. e Agropec. 4,5%
- b) Indústria e Comércio 11,6%



C - ÁREA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA — 25,6%

- a) Energia 13,4%
- b) Transp. e Comunicações 10,4%
- c) Indústria e Comércio 0,6%
- d) Hab. e Serv. Urbanos 1,2%

D - ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS — 30,2%

- a) Legislativo 0,6%
- b) Justiça 1,6%
- c) Governo e Adm. Geral 28,0%

ÁREA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA — 52,0%

- a) Energia 26,7%
- b) Transporte Comunicações 21,4%
- c) Indústria e Comércio 2,3%
- d) Hab. e Serv. Urbanos 1,6%

ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS — 13,3%

- a) Legislativo 0,4%
- b) Justiça 0,1%
- c) Governo e Adm. Geral 12,8%

ÁREA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA — 38,2

- a) Energia 19,7%
- b) Transp. e Comunicações 15,6%
- c) Indústria e Comércio 1,4%
- d) Hab. e Serv. Urbanos 1,5%

ÁREA SERV. GERAIS — 22,1%

- a) Legislativo 0,5%
- b) Justiça 0,9%
- c) Governo e Adm. Geral 20,7%

ÍNDICE ANALÍTICO

I PARTE

	Pág.
CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
I — A Economia Gaúcha	2
1 — O Ritmo de Desenvolvimento	2
2 — O Aumento da População	3
3 — A Estrutura Primária da Economia	4
4 — O quadro Manufatureiro	7
5 — Os Estímulos Primários do Desenvolvimento	9
II — Os Objetivos Gerais do Plano Trienal	13
III — O Papel Estratégico do Setor Público	20
IV — Mecanismo e Processo de Planejamento do Setor Público	25
V — Resumo do Plano de Investimentos e Serviços Públicos .	33
1 — Situação Atual	33
2 — Montante do Plano e sua Estrutura por Categorias Econômicas	34
3 — Estrutura Funcional do Plano	36
4 — Recursos Humanos	40
5 — A Distribuição por Regiões Fisiográficas dos Investimentos Reais	48
VI — Financiamento do Plano	58
1 — Fontes Próprias de Financiamento	58
1.1 — Receitas Correntes	58
1.1.1 — Receita tributária	58
1.1.2 — Receita patrimonial	58
1.1.3 — Receita Industrial	58
1.1.4 — Transferências Correntes e Receitas Diversas	64
1.2 — Receitas de Capital	64
1.3 — Receitas do Setor Público Estadual	64
1.3.1 — Receitas Agregadas	64
1.3.2 — Receitas Consolidadas	65
2 — Necessidade de Reforma Tributária	65
3 — Necessidades de Fontes Externas	66
4 — Modificações da Propensão a Investir	68

II PARTE

	Pág.
OBJETIVOS SETORIAIS	70
A — Área Infra-Estrutura Social	71
Introdução	71
1 — Educação	74
1.1 — Diagnóstico da Situação do Ensino Primário no Rio Grande do Sul	74
1.1.1 — O problema da evasão	74
1.1.2 — O rendimento escolar	75
1.1.3 — Analfabetos	76
1.1.4 — "Déficit" escolar	82
1.1.5 — Corpo docente	82
1.2 — Diagnóstico da situação do Ensino Médio no Rio Grande do Sul	93
1.2.1 — Rendimento do sistema escolar	93
1.2.2 — Matrícula e evasão	94
1.2.3 — Rendimento escolar	95
1.2.4 — Corpo docente	95
1.3 — Política Educacional	105
1.3.1 — Diretrizes gerais	109
1.4 — Órgão Executor	111
1.4.1 — Fundamentos legais e histórico das atribuições da Secretaria de Educação e Cultura	111
1.4.2 — Projeção para o futuro	113
1.5 — Metas dos Serviços Educacionais	115
1.6 — Recursos Humanos e Reais	118
2 — Saúde	119
2.1 — Diagnóstico da Situação da Saúde no Rio Grande do Sul ..	119
2.2 — Política para o Triênio	132
2.2.1 — Assistência social	132
2.2.2 — Assistência odontológica	133
2.2.3 — Preparo e aperfeiçoamento de pessoal	134
2.2.4 — Higiene e assistência sanitária	134
2.2.5 — Assistência à maternidade e à infância	137
2.2.6 — Saúde mental	139
2.2.7 — Pesquisas biológicas	141

	Pág.
2.3 — Órgão Executor	141
2.4 — Metas dos Serviços de Saúde	143
2.5 — Recursos Humanos	145
3 — Trabalho, Previdência e Assistência Social	146
3.1 — Previdência Social	146
3.1.1 — Situação atual	146
3.1.2 — Política para o triênio	147
3.1.3 — Meios administrativos	147
3.1.4 — Recursos humanos	148
3.1.5 — Metas para o triênio	148
3.2 — Trabalho	149
3.2.1 — Situação atual	149
3.2.2 — Política para o triênio	150
3.2.3 — Meios administrativos	151
3.2.4 — Metas para o triênio	151
3.3 — Assistência Social	151
3.3.1 — Situação atual	151
3.3.2 — Política para o triênio	153
3.3.3 — Meios administrativos e recursos humanos	154
3.3.4 — Metas para o triênio	154
4 — Habitação e Serviços Urbanos	155
4.1 — Habitação	155
4.1.1 — Situação Atual	155
4.1.2 — Política habitacional para o triênio	158
4.1.3 — Meios administrativos	161
4.1.4 — Metas para o triênio	161
4.2 — Serviços Urbanos	163
4.2.1 — Situação atual	163
4.2.2 — Política da D. U. H.	165
B — Área Econômica	215
1 — Introdução	215
2 — O Setor Primário	218
2.1 — Produção da Lavoura	227
2.2 — Produção da Pecuária	233
3 — Setor Secundário	237
3.1 — Características Gerais do Setor	240

3.2 — Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul	240
3.2.1 — Diretrizes Gerais	241
3.2.2 — Determinação dos ramos prioritários para financiamento ..	243
3.3 — Sistema de Financiamento integrado (BANRISUL/BRDE) ..	245
4 — Setor Terciário	246
5 — Plano de Investimentos e Serviços da Área Econômica ..	251
5.1 — Metas	253
5.2 — Recursos Humanos	254
5.3 — Investimentos Reais	254
5.4 — Despesas de Custeio	255
5.5 — Inversões Financeiras	255
5.6 — Transferências Correntes e de Capital	256
5.7 — Notas Referentes ao Quadro Geral das Categorias Econômicas	256
5.8 — Fontes de Recursos	257
6 — Função, Recursos Naturais e Agropecuária	294
6.1 — Considerações Iniciais	294
6.1.1 — Situação atual	295
6.1.2 — Política para o triênio	295
6.1.3 — Meios administrativos	296
6.2 — Secretaria da Agricultura	299
6.2.1 — Programa 3 — Fomento e defesa da produção vegetal ..	299
6.2.1.1 — Mecanização da lavoura	299
6.2.1.2 — Assistência técnica direta	300
6.2.1.3 — Distribuição de sementes e mudas	301
6.2.1.4 — Conservação dos recursos naturais renováveis	303
6.2.1.4.1 — Florestas	303
6.2.1.4.2 — Solos	304
6.2.1.4.3 — Água	306
6.2.1.5 — Pesquisas agronômicas	306
6.2.1.6 — Defesa sanitária vegetal	308
6.2.1.7 — Fiscalização e fomento da vitivinicultura	309
6.2.1.8 — Pesquisa e assistência à fruticultura	310
6.2.1.8.1 — Citrus	310
6.2.1.8.2 — Rosáceas e outras frutas temperadas	311

	Pág.
6.2.1.9 — Pesquisa e assistência à olivicultura	313
6.2.1.9.1 — Estudo da oliveira	314
6.2.1.9.2 — Estudo da industrialização da azeitona	315
6.2.1.9.3 — Extensão e fomento à olivicultura e da industrialização das azeitonas	315
6.2.2 — Programa 4 — Fomento e defesa da produção animal ..	316
6.2.2.1 — Produtividade dos rebanhos riograndenses	316
6.2.2.2 — Rebanho, bovino e suíno	316
6.2.2.2-A — Rebanho ovino	318
6.2.2.3 — Comparação com outros Estados	319
6.2.2.4 — Idade apta para o mercado	321
6.2.2.5 — Produção de bezerros	322
6.2.2.6 — Comparação da produtividade do rebanho gaúcho com os principais países produtores e a média do Brasil ..	324
6.2.2.7 — Alimentação e produtividade	326
6.2.2.8 — Nutrição dos rebanhos	327
6.2.2.9 — Sanidade dos rebanhos	328
6.2.2.10 — Melhoramento zootécnico	329
6.2.3 — Programa 5 — Pesquisas minerais	329
6.2.3.1 — Considerações iniciais	329
6.2.3.2 — Objetivos para o triênio no que respeita a pesquisa geológica básica	330
6.2.3.2.1 — Prospecção de jazidas	330
6.2.3.2.2 — Aproveitamento econômico das jazidas	330
6.2.3.2.3 — Hidrologia e abertura de poços	331
6.3 — Instituto Rio Grandense do Arroz	331
6.3.1 — Programa 3 — Extensão orizícola	331
6.4 — Instituto Gaúcho de Reforma Agrária	334
6.4.1 — Considerações iniciais	334
6.4.1.1 — Coeficiente de concentração de gini	335
6.4.1.2 — O grau de concentração do Rio Grande do Sul	335
6.4.1.3 — O coeficiente calculado e a respectiva interpretação ...	336
6.4.1.4 — Conclusão da Comissão de Reforma Agrária	338
6.4.2 — Conclusões	344
6.4.3 — Metas e objetivos para o triênio	345
6.4.4 — Núcleos existentes	347
6.4.4.1 — Núcleos do Banhado do Colégio	349
6.4.4.2 — Núcleos da Fazenda Sarandi	349
6.4.4.3 — Núcleo Itapoã	350
6.4.4.4 — Núcleo Taquari	350

6.4.4.5	— Núcleo Libório Pimentel	351
6.4.4.6	— Núcleo Ibirapuitã	351
6.4.4.7	— Núcleos localizados em terras devolutas	351
6.4.4.8	— Considerações Gerais	351
7	— Função Indústria e Comércio	352
7.2	— Instituto Sul-Riograndense de Carnes	352
7.2.1	— Oferta de matéria prima	353
7.2.2	— Produção industrial	354
7.2.3	— Política estadual de industrialização de Carnes	356
7.3	— Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	360
7.3.1	— Características gerais do setor de laticínios	360
7.3.2	— Atuação do Estado no setor de laticínios	361
7.3.3	— Metas do órgão	362
7.4	— Instituto Rio Grandense do Arroz	363
7.4.1	— Industrialização do arroz	363
7.4.2	— Comercialização do arroz	363
7.5	— Órgãos de ordenação da atividades próprias do setor terciário	365
7.6	— Secretaria da Economia e Conselho de Desenvolvimento do Estado	366
7.6.1	— Programa de Assistência e ordenação das atividades econômicas	366
7.6.2	— Programa 4 — Assistência ao cooperativismo	367
7.6.3	— Programa 5 — Estatística	367
7.6.4	— Programa 6 — Fomento ao turismo	367
7.7	— Secretaria da Fazenda	368

C — Área Infra-Estrutura Econômica

Conceito e Delimitação da Área e sua Importância para o Desenvolvimento Econômico	369
---	-----

I — FUNÇÕES QUE INTEGRAM A ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

1 — Função Energia	372
1.1 — Sub-Função Energia Elétrica	374
1.1.1 — Campo do órgão	375
1.1.2 — Plano da C. E. E. E.	377
1.2 — Sub-Função Carvão Mineral	382
1.2.1 — Produção de carvão na Mina do Leão	383
1.2.2 — Produção de carvão na Mina de Candiot	385
1.2.3 — Construção de obras civis	386
2 — Função Transporte	387

2.1	— Sub-Função Transporte Rodoviário	389
2.1.1	— Estudos e projetos	391
2.1.2	— Construção de rodovias	392
2.1.3	— Conservação de rodovias	394
2.1.4	— Recursos humanos e reais com que conta o órgão para a execução do plano	394
2.1.5	— Medidas administrativas e financeiras para execução das metas	396
2.2	— Sub-Função Transporte Aeroviário	397
2.2.1	— Departamento Aeroviário do Estado	398
2.3	— Sub-Função Transporte Hidroviário	399
2.3.1	— Metas do DEPREC	403
2.3.2	— Síntese do órgão	405
2.4	— Sub-Função Comunicações	408
2.4.1	— Histórico das comunicações	409
2.4.2	— Panorama atual das tele-comunicações	411
2.4.3	— Síntese do Plano Trienal de Tele-comunicações	417
3	— Função Indústria e Comércio	421
3.1	— Sub-Função Estocagem	423
3.2	— Sub-Função Pesquisa Tecnológica	428
4	— Função Habitação e Serviços Urbanos	436
4.1	— Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas ..	437
4.1.1	— Construção de hidráulicas e sistemas de esgotos	437
4.1.2	— Serviços industriais de saneamento	443
4.1.3	— Planejamento, execução e fiscalização de obras de irrigação e drenagem	445
D	— Área Serviços Gerais	504
1	— Introdução	504
2	— Descrição das Funções	505
2.1	— Legislativa	505
2.2	— Justiça	505
2.3	— Governo e Administração Geral	505
2.3.1	— Secretaria da Fazenda	506
2.3.2	— Atribuições legais e situação atual da Secretaria da Administração	511
2.3.2.1	— Metas da Secretaria da Administração	512
2.3.3	— Secretaria do Interior e Justiça	513
2.3.4	— Secretaria de Segurança Pública	514
2.3.4.1	— Brigada Militar	515
2.3.4.2	— Polícia Civil	518

ÍNDICE DOS QUADROS

I PARTE CONSIDERAÇÕES GERAIS

	Pág.
Quadro	
1 — Montante do Plano e sua Estrutura Econômica	35
2 — Estrutura do Plano por Áreas	37
3 — Estrutura Econômica do Gasto por Funções	38
4 — Distribuição do Total dos Investimentos Reais por Funções ..	39
5 — Recursos Humanos	42
6 — Composição Percentual dos Recursos Humanos Disponíveis em 1963	43
7 — Despesas Correntes do Triênio 1964/66	44
8 — Composição Percentual das Despesas Correntes do Triênio 1964/66	45
9 — Despesa de Capital do Triênio 1964/66	46
10 — Distribuição dos Investimentos Reais por Região Fisiográfica (1964/66)	48
11 — Distribuição dos Investimentos Reais por Região Fisiográfica no Triênio 1964/66	54
12 — Composição Percentual das Despesas de Capital do Triênio 1964/66	55
13 — Despesa Total do Triênio 1964/66	56
14 — Composição Percentual da Despesa Total do Triênio 1964/66	57
15 — Previsão dos Recursos Financeiros à Execução do Plano Trienal — Receitas Agregadas: Exercício Financeiro de 1964 ..	59
16 — Previsão dos Recursos Financeiros à Execução do Plano Trienal — Receitas Agregadas: Exercício Financeiro de 1965 ..	60
17 — Previsão dos Recursos Financeiros à Execução do Plano Trienal — Receitas Agregadas: Exercício Financeiro de 1966 ..	61
18 — Previsão dos Recursos Financeiras à Execução do Plano Trienal — Receitas Agregadas: Total do Triênio	62
19 — Previsão dos Recursos Financeiros à Execução do Plano Trienal — Receitas Consolidadas	63
20 — Receitas Consolidadas	66
21 — Despesas Consolidadas	67
22 — Setor Público Consolidado	67
23 — Capacidade de Financiamento com Recursos Próprios	68
24 — Propensões Médias a Investir	69
25 — Propensão Marginal a Investir	69

II PARTE
OBJETIVOS SECTORIAIS

A — Área Infra-Estrutura Social

Quadro

Pág.

1 — Ensino Primário Geral (Ensino Estadual) Matrícula e Evasão	76
2 — Ensino Primário Geral (Ensino Municipal) Matrícula e Evasão	77
3 — Ensino Primário Geral (Ensino Particular) Matrícula e Evasão	78
4 — Curso Fundamental Comum e Complementar — Matrícula e Evasão	79
5 — Ensino Primário Geral — Rendimento Escolar	81
6 — Ensino Primário Geral — Rendimento Escolar	83
7 — Ensino Primário Geral — Rendimento Escolar	84
8 — Ensino Primário Geral — Rendimento Escolar	85
9 — População em Idade Escolar (7 a 14 anos) Analfabetos	86
10 — População em Idade Escolar (7 a 14 anos) Analfabetos	87
11 — População em Idade Escolar (7 a 14 anos) "Déficit" Escolar	89
12 — População em Idade Escolar (7 a 14 anos) "Déficit" Aproximado	90
13 — Ensino Primário Geral — Corpo Docente	91
14 — Ensino Primário Geral — Relação Professor/Aluno	92
15 — Rendimento do Sistema Escolar	93
16 — Rendimento do Sistema Escolar	96
17 — Rendimento do Sistema Escolar	97
18 — Ensino Médio — 1.º Ciclo — Matrícula e Evasão	98
19 — Ensino Médio — 2.º Ciclo — Matrícula e Evasão	99
20 — Ensino Médio — 1.º Ciclo — Matrícula e Evasão	100
21 — Ensino Médio — 2.º Ciclo — Matrícula Geral por Cursos	101
22 — Rendimento Escolar — Ensino Médio — 1.º Ciclo	102
23 — Ensino Médio — 2.º Ciclo	102
24 — Ensino Médio — Corpo Docente — 1.º Ciclo	103
25 — Ensino Médio — Corpo Docente — 2.º Ciclo	104
26 — Índices de Mortalidade	120
27 — Mortalidade Infantil	121
28 — Letalidade por Tuberculose e Leitos para Tuberculose e outras Doenças Transmissíveis	122
29 — Casos Confirmados de Difteria e Variola	123
30 — Secretaria da Saúde — Vacinações Realizadas	124
31 — I. P. B. — Produção de Vacinas	124
32 — Rede Médico-Sanitária-Hospitalar	125
33 — Assistência Médico-Sanitária (Hospitais e Casas de Saúde) — Leitos Segundo a Especialização Médica	129

Quadro

Pág.

34 — Assistência Médico-Sanitária (Hospitais e Casas de Saúde) — Corpo Clínico e Auxiliar	130
35 — Assistência Médico-Sanitária (Hospitais e Casas de Saúde) — Instalações por Hospitais	131
36 — Metas da Previdência Social — 1964/66	148
37 — População em "Malocas" — Pôrto Alegre	155
38 — Estimativa do "Déficit Habitacional" — RGS.	156
39 — Incremento do "Déficit Habitacional" na Década 1960/1970 .	159
40 — Distribuições das Habitações a serem Construídas, por tipos de Famílias e Grupos de Renda — 1964/65	161
41 — Investimentos em Habitações no Triênio 1964/66	162
42 — Receita Prevista por Amortizações da Casa Própria no Triênio 1964/66	162
A-1 — Metas programadas para o Triênio	167
A-2 — Recursos humanos	170
A-3 — Composição percentual dos recursos humanos disponíveis ..	171
A-4 — Investimentos reais	172
— Anexo N.º 1 — Obras públicas — Descrição das obras em execução	173
— Anexo N.º 2 — Obras públicas — Descrição das obras novas	176
A-5 — Composição percentual dos investimentos reais	199
A-6 — Despesa de custeio	200
A-7 — Composição percentual das despesas de custeio	203
A-8 — Inversões financeiras	204
A-9 — Transferências correntes e de capital	206
A-10 — Despesa total por categorias econômicas	208
A-11 — Despesa total do triênio 1964/66 por categorias econômicas .	210
A-12 — Composição percentual da despesa total do triênio, segundo as funções e categorias econômicas	213

B — Área Econômica

1 — Estrutura da economia na Região Sul e no Brasil	218
2 — Estrutura da economia do Rio Grande do Sul	218
3 — Estrutura do setor primário	219
4 — Estrutura da produção da lavoura	219
5 — Estrutura da produção animal	220
6 — Taxas anuais de crescimento "per capita" do RGS.	221
7 — Crescimento real da lavoura e da produção animal	221
8 — Produção de alimentos	226
9 — Relativos simples da produção física da lavoura	229
10 — R. G. S. — Área cultivada	230

Quadro

Pág.

11 — R. G. S. — Produção média em toneladas por hectare	231
12 — R. G. S. — Relativos simples da área cultivada	232
13 — R. G. S. — Componentes da produção pecuária	233
14 — R. G. S. — Taxa de crescimento dos componentes da pecuária.	234
15 — R. G. S. — Transferências estruturais do produto da pecuária.	235
16 — R. G. S. — Estrutura industrial	238
17 — R. G. S. — Crescimento real da indústria	239
18 — Taxas de crescimento do setor terciário	247
19 — Evolução do setor terciário	248
20 — Estrutura do setor terciário	249
21 — Diferença entre Plano e Orçamento de 1964	257
B-1 — Metas programas para o triênio	258
B-2 — Recursos humanos	263
B-3 — Composição percentual dos recursos humanos disponíveis ..	264
B-4 — Investimentos reais	265
Anexo n.º 1 — Obras Públicas — Descrição das obras em execução	266
Anexo n.º 2 — Obras Públicas — Descrição das obras novas .	270
B-5 — Composição percentual dos investimentos reais	280
B-6 — Despesa de custeio	281
B-7 — Composição percentual do custeio	282
B-8 — Inversões financeiras	284
B-9 — Transferências correntes e de capital	285
B-10 — Despesa total por categorias econômicas	287
B-11 — Despesa total do triênio — 1964/66 por categorias econômicas	289
B-12 — Composição percentual da despesa total do triênio segundo as funções e categorias econômicas	292
22 — Comparativo das verbas orçamentárias 1963 e 1964	296
23 — Produção de pêssego enlatado	312
24 — Pêssego enlatado	312
25 — R. G. S. — Taxa de desfrute 1938/1960	317
26 — Produção física de lã/rebanho	318
27 — Taxa de desfrute nos Estados de Minas Gerais e São Paulo ..	319
28 — Comparação dos coeficientes obtidos para os três Estados ..	320
29 — Coeficientes de produtividade dos rebanhos ovinos	321
30 — Balanço anual do rebanho bovino	322
31 — Diversos países — existência de rebanhos bovinos	324
32 — Diversos países — percentagens de abate, bovinos	325
33 — Lotação em quadra de sesmaria	326
34 — R. G. S. — Estrutura da propriedade rural	334

35 — Número de estabelecimentos de 200 hectares (500 acres) ou mais em percentagens do número total de estabelecimentos 1950/60	337
36 — Área ocupada por estabelecimentos de 200 hectares e mais em percentagem da área total de estabelecimentos	338
37 — Situação dos núcleos existentes instalados pelo IRGA	348
38 — R. G. S. — Abates, média de 1955/1959	354
39 — Produção Industrial de carnes 1959	355
40 — Compras de arroz efetuados pelo IRGA	364

C — Área Infra-Estrutura Econômica

1 — R. G. S. — Potência instalada, produção bruta e consumo de energia elétrica	375
2 — R. G. S. — Consumo residencial, comercial, industrial de energia elétrica	376
3 — Demanda de carvão a ser atendida pela D.A.C.M., no triênio ..	384
4 — DAER — Metas físicas para o triênio	391
5 — DAER — Recursos humanos	394
6 — DAER — Recursos financeiros para o triênio	396
7 — Tonelagem de carga transportada por hidrovias	401
8 — Movimentação de carga pelo DEPREC metas para o triênio ..	403
9 — Comissão Estadual de Comunicações — Metas para o triênio ..	420
C-1 — Metas programadas para o triênio	447
C-2 — Recursos humanos	449
C-3 — Composição percentual dos recursos disponíveis	450
C-4 — Investimentos reais	451
— Anexo n.º 1 — Obras públicas — Descrição das obras em execução	452
— Anexo n.º 2 — Obras públicas — Descrição das obras novas	464
C-5 — Composição percentual dos investimentos reais	489
C-6 — Despesas de custeio	491
C-7 — Composição percentual do custeio	492
C-8 — Inversões financeiras	495
C-9 — Transferências correntes e de capital	496
C-10 — Despesa total por categorias econômicas	497
C-11 — Despesa total do triênio 1964/66 por categorias	499
C-12 — Composição percentual da despesa total do triênio, segundo as funções e categorias econômicas	502

D — Área Serviços Gerais

D-2 — Recursos humanos	520
D-3 — Composição percentual dos recursos humanos disponíveis ..	521

Quadro	Pág.
D-4 — Investimentos reais	523
— Anexo n.º 1 — Obras públicas — Descrição das obras em execução	525
— Anexo n.º 2 — Obras públicas — Descrição das obras novas	526
D-5 — Composição percentual dos investimentos reais	528
D-6 — Despesa de custeio	531
D-7 — Composição percentual do custeio	537
D-8 — Inversões financeiras	535
D-9 — Transferências correntes e de capital	537
D-10 — Custo dos programas por categorias econômicas	540
D-11 — Despesa total do triênio 1964/66 por categorias econômicas .	542
D-12 — Composição percentual da despesa total do triênio segundo as funções e categorias econômicas	545

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

I PARTE

GERAL

— Evolução dos gastos no Plano Trienal	32
— Distribuição dos investimentos reais, por região fisiográfica .	47

II PARTE

OBJETIVOS SETORIAIS

A — Área Infra-Estrutura Social

— Distribuição percentual dos gastos de capital, no triênio . . .	197
— Distribuição percentual dos gastos por função e categoria econômica no triênio	211

B — Área Econômica

— Distribuição percentual dos gastos de capital, no triênio . . .	279
— Distribuição percentual dos gastos por função e categoria econômica, no triênio	291
— Unidades de trabalho, atuando no setor agro-pecuário	296-A

C — Área Infra-Estrutura Econômica

— Juros e amortização 43,4 bilhões	378
— Transporte hidroviário	402
— Situação dos serviços de água e esgoto das sedes municipais do Rio Grande do Sul	440
— Distribuição percentual dos gastos de capital no triênio . . .	500
— Distribuição percentual dos gastos por função e categoria econômica, no triênio	501

D — Área Serviços Gerais

— Distribuição percentual dos gastos de capital no triênio . . .	530
— Distribuição percentual dos gastos por função e categoria econômica, no triênio	543